

Teoria & Sociedade

REDAÇÃO

Revista Teoria & Sociedade

Departamento de Sociologia e Antropologia

Departamento de Ciência Política

Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas

Universidade Federal de Minas Gerais

Av. Antônio Carlos, 6627 - Pampulha

31270-901 - Belo Horizonte, MG - Brasil

teoriaesociedade@gmail.com

Tiragem 500 Exemplares

Solicita-se Permuta/Exchange Desired

Qualquer parte desta publicação pode ser reproduzida, desde que citada a fonte.

© 2012, DSOA-DCP/UFMG

Número Publicado com Recursos dos Departamentos de Ciência Política e de Sociologia e Antropologia da Fafich/UFMG e da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas/UFMG

ATENDIMENTO

teoriaesociedade@gmail.com

TEORIA & SOCIEDADE (Revista dos Departamentos de Ciência Política e de Sociologia e Antropologia - UFMG) - Belo Horizonte, n.19.1, Janeiro-Junho de 2011.

Semestral

ISSN: 1518-4471

1) Teoria Social - Periódicos. 2) Política - Periódicos. 3) Sociologia - Periódicos.

4) Antropologia - Periódicos. I) Universidade Federal de Minas Gerais

19.1

Teoria *&* Sociedade

ISSN 1518-4471

Revista dos Departamentos de
Ciência Política e de
Sociologia e Antropologia

U F M G

SUMÁRIO Summary

ARTIGOS Articles

- IMIGRANTES INTERNACIONAIS E AS LOCALIZAÇÕES
INTERMEDIÁRIAS DE CLASSES 8
Immigrants international locations and
intermediate classes
Elaine Meire Vilela
Flavia Pereira Xavier
- IDENTIDADE, NAÇÃO E IDENTIDADE NACIONAL: UMA PROPOSTA DE
LEITURA SEMIÓTICA DO 11 DE SETEMBRO 40
Identity, nation, and national identity: proposal for a
semiotic reading of 9/11
Erica Simone Almeida Resende
- A IMPORTÂNCIA DO LUGAR: CONSTRUINDO A CIDADANIA NA
FÁBULA PERVERSA DO GLOBALITARISMO DE MILTON SANTOS 66
The importance of place: building citizenship in fable
of perverse globalitarismo Milton Santos
Helena Copetti Callai
Bruna Schlindwein Zeni
- A SINGULARIDADE DO LUGAR: A CONSTRUÇÃO DE UM DISCURSO
IDENTITÁRIO PARA O BAIRRO SANTA TEREZA 82
The singularity of place: the construction of a
discourse or identity for the neighborhood Santa Tereza
Françoise Jean de Oliveira Souza
Karime Gonçalves Cajazeiro

RITUAIS DA CONTEMPORANEIDADE. UM ENSAIO SÓCIO-ANTROPOLÓGICO ACERCA DAS TATUAGENS, PIERCINGS E OUTRAS MODIFICAÇÕES CORPORAIS Rituals of contemporary. A socio-anthropological essay about tatoos, piercings and other body modifications Fabiana Maria Gama Pereira	112
IMPLANTANDO GRANDES INDÚSTRIAS NO RIO DE JANEIRO: UM ESTUDO DE CASO DOS PROJETOS DA UTE DE SEPETIBA E DA THYSSENKRUPP CSA Setting up large industrial plants in rio de janeiro: a case study of the sepetiba's thermoelectrical plant and thyssenkrupp csa's plant projects Rodrigo Nuñez Viégas	130
O PAPEL DO CONSELHO NACIONAL DAS CIDADES E DA CONFERÊNCIA NACIONAL DAS CIDADES NA DELIBERAÇÃO PÚBLICA NO BRASIL The role of National Council of Cities and National Conference of Cities on public deliberation in Brazil Juliano Geraldi	168
O PODER CONSTITUINTE E O PARADOXO DA SOBERANIA LIMITADA Constituent power and the paradox of limited sovereignty Alexandre Araújo Costa	198
CLIVAGENS ÉTNICAS, AUTONOMIAS E ESTADO PLURINACIONAL NA BOLÍVIA: OS DESAFIOS DA NOVA CONSTITUIÇÃO Ethnic cleavages, autonomies and plurinational state in Bolivia: the new Constitution's challenge Gabriel Fernandes Rocha Guimarães	228
UMA PRETENSE INTRODUÇÃO À ANTHROPOLOGIA A presumed introduction to anthropology Pierre Sanchis	262



ARTIGOS
Articles

IMIGRANTES INTERNACIONAIS E AS LOCALIZAÇÕES INTERMEDIÁRIAS DE CLASSES

Elaine Meire Vilela
Flavia Pereira Xavier

RESUMO

Esse artigo tem como objetivos centrais: a) verificar se há grupos de imigrantes internacionais “recentes”, residentes no Brasil, com maiores chances de se localizarem em estratos ocupacionais intermediários, quando comparados aos nativos; b) identificar quais são esses grupos de imigrantes e quais as posições de maior concentração dos grupos; e c) analisar se um menor tempo de residência na sociedade hospedeira afeta positivamente a inserção dos imigrantes em ocupações de classes intermediárias. Essas ideias baseiam-se na discussão de Bonacich (1973) e seus críticos sobre a concentração dos imigrantes em uma situação de *middleman*.

Verificamos que, comparados aos brasileiros migrantes internos, os imigrantes interna-

cionais, em geral, têm maiores chances de se inserirem em posições intermediárias de classe; as localizações ocupacionais de maior concentração dos imigrantes internacionais são as de autônomo e pequeno empregador, e não as de trabalhadores em geral. No entanto, verificou-se que há desproporcionalidade nas chances de sua inserção em ocupações intermediárias, considerando a origem nacional. Destacamos que o fato de os imigrantes ficarem ou pretenderem ficar por mais tempo no destino, ou até mesmo permanecer para sempre em tal lugar, afeta positivamente as chances de eles se concentrarem em posições de autônomo ou de pequeno empregador, contrariando a proposta de Bonacich (1973).

PALAVRAS - CHAVE

Imigrantes internacionais, origem, localização intermediária, tempo de residência.

São diversos os estudos que buscam compreender a inserção dos imigrantes internacionais no mercado de trabalho da sociedade hospedeira (Bonacich, 1973; Piore, 1979; Wilson e Portes, 1980; Wilson e Martin, 1982; Portes e Bach, 1985; Aldrich e Waldinger, 1990; Portes, 1995; Van Tubergen, Maas et al., 2004; Kesler e Hout, 2010). Entre esses estudos, salientamos aqui o trabalho de Edna Bonacich (1973) que busca entender o processo de inserção dos imigrantes nas localizações intermediárias de classes no mercado de trabalho e, principalmente, os fatores determinantes dessa inserção. Segundo a autora, diversos grupos de imigrantes, ao fixarem residência na sociedade de destino, ocupam posições intermediárias na hierarquia ocupacional, mais do que as posições na base da hierarquia, contrapondo ao argumento de alguns estudiosos do assunto, entre eles o de Piore (1979).

A autora afirma que determinados grupos de imigrantes tendem a se concentrar em certas ocupações, principalmente de intercâmbio e de comércio, cumprindo uma função de intermediários entre produtores e consumidores, empregadores e empregados, elite e massa, que lhe proporcionam mobilidade ascendente na hierarquia socioeconômica ocupacional no local de destino. Além disso, os imigrantes buscam ocupações flexíveis, liquidáveis, autônomas, isto é, atividades econômicas que não estabeleçam vínculos empregatícios formais no mercado aberto corrente para que, no futuro, não encontrem empecilhos para retornarem à terra natal.

A variável chave explicativa para a ocorrência desse fato, segundo a autora, refere-se ao tipo de migração feita pelos indivíduos, isto é, se ela é temporária ou se tem o caráter permanente. Bonacich (1973) argumenta que o primeiro tipo, isto é, a migração temporária, é que determina a inserção dos imigrantes em localizações de classes intermediárias. Fundamentada nessa ideia, ela coloca como pontos secundários dois outros argumentos que, até então, buscavam explicar a questão, quais sejam: a hostilidade da sociedade hospedeira que levaria a uma resposta dos imigrantes à discriminação, motivando-os para o sucesso; e a não existência de um grupo de *status* intermediário em sociedades divididas em dois grupos polarizantes (por exemplo, na sociedade feudal, em que existia uma lacuna entre camponeses e aristocratas donos de terras).

Percebemos que, para Bonacich (1973), a migração temporária, na qual o imigrante tem o desejo de retornar, não é uma condição suficiente para explicar a concentração de grupos de imigrantes em ocupações de *middleman*, mas é uma condição necessária. Entretanto, vale destacar que os argumentos de Bonacich são alvos de diversas críticas, as quais apresentaremos ao longo do texto. Fundamentado nos debates suscitados pela abordagem de Bonacich (1973) e nas suas críticas, este estu-

do propõe analisar os imigrantes internacionais residentes no Brasil e a sua inserção no mercado de trabalho, verificando suas localizações de classes e os fatores associados a tal inserção.

Esse artigo divide-se em três partes, além dessa introdução e das considerações finais. A primeira parte apresenta uma discussão teórica sobre a inserção dos imigrantes internacionais no mercado de trabalho e, em específico, nas localizações de classe intermediárias. A segunda, apresenta a fonte dos dados, as variáveis e os modelos de análise. A terceira parte se refere aos resultados da pesquisa, isto é, à compreensão dos perfis dos grupos em estudo, a partir do exame descritivo dos dados e dos modelos de análises estatísticas propostos, com o intuito de alcançar os objetivos listados acima.

OS IMIGRANTES INTERNACIONAIS E AS POSIÇÕES INTERMEDIÁRIAS DE CLASSES

Diferentemente dos estudos brasileiros que focam o indicador de cor/raça para a análise dos determinantes de segregações ocupacionais no mercado de trabalho, as pesquisas, nos Estados Unidos e na Europa, têm como categoria relevante de verificação de estratificação social também o indicador de “descendência”, baseado em origem étnico/nacional (Wilson e Portes, 1980; Portes e Bach, 1985; Portes, 1995; Raijman e Tienda, 2003; Guimarães, 2009; Kesler e Hout, 2010).

Nos países de imigração, são diversas as pesquisas que buscam verificar em que localização na hierarquia ocupacional se encontram os imigrantes internacionais e seus descendentes; se eles se inserem em piores situações de *status* e rendimentos comparados aos nativos; e se os grupos étnicos apresentam uma mobilidade social na sociedade hospedeira (Bonacich, 1973; Piore, 1979; Wilson e Martin, 1982; Portes e Bach, 1985; Sanders e Nee, 1987; Aldrich e Waldinger, 1990; Light, Sabagh *et al.*, 1994; Light, Bozorgmehr *et al.*, 1995; Light, 2002; Raijman e Tienda, 2003; Halter, 2007; Kesler e Hout, 2010).

A partir desses estudos, algumas abordagens surgiram. Entre essas, a de Bonacich (1973) sobre a inserção dos imigrantes nas localizações intermediárias de classe na estrutura ocupacional. Segundo a autora, certos grupos de imigrantes investem em pequenos empreendimentos étnicos e no trabalho autônomo, os quais são um local de posições ocupacionais típicas de *middleman*, isto é, posições de classes mediadoras entre empregadores e empregados, bem como entre elite e massa. Entendemos, assim, que essas são ocupações que não demandam grande investimento em capital (como os negócios de pequenos empregadores) ou que conferem aos seus ocupantes rendas de qualificação (trabalhador autônomo e empregados especialistas

e qualificados) ou de lealdade (gerentes e supervisores), sendo esta última ocupação, muitas vezes, ligada aos negócios de co-étnicos¹. Dessa forma, a autora argumenta que esses imigrantes ocupam mais posições intermediárias do que aqueles na base da hierarquia ocupacional. Essa afirmativa contrapõe-se ao argumento da teoria do mercado segmentado que diz que são os trabalhos oferecidos na base da hierarquia ocupacional, os do setor secundário – ocupações precárias, inseguras e de mais baixa remuneração – os locais de inserção dos imigrantes internacionais (Piore, 1979).

Podemos dizer que os negócios econômicos de imigrantes ligados, principalmente, ao pequeno proprietário, ao trabalho autônomo e às ocupações de gerência e de supervisão são posições típicas intermediárias de classes, como proposto por Bonacich (1973)² e, portanto, são essas posições as de concentração dos imigrantes. Segundo a autora, não há um consenso na literatura sobre os fatores determinantes desse fenômeno. Ela identifica duas explicações sobre esses fatores, as quais ela critica. A primeira se refere à reação hostil da sociedade hospedeira contra a distinção racial, cultural e/ou religiosa dos grupos étnicos³. Essa hostilidade exclui os imigrantes de ocupações desejáveis pelos nativos. Em resposta a essa exclusão, os imigrantes fecham-se em grupos, formando comunidades solidárias, com esforços para superarem dificuldades, a partir de redes sociais de ajuda mútua. Assim, esses imigrantes escapam do mercado de trabalho aberto e das ocupações indesejáveis, investindo em seus pequenos negócios ou se inserindo em ocupações de empresas de co-étnicos e em empregos autônomos (Bonacich, 1973).

Entretanto, segundo Bonacich (1973) e Kesler e Hout (2010), esse argumento não é satisfatório para explicar o envolvimento de grupos de imigrantes em empreendimento étnico, em ocupações de *middleman*. Kesler e Hout (2010) demonstram que há grupos étnicos hostilizados pela sociedade de destino, discriminados e em

¹Empregadores de mesma etnia dos empregados.

²Vale destacar que Aldrich e Waldinger (1990) demonstraram que há certa incapacidade, entre economistas e sociólogos, de fazerem distinção entre empresários, proprietários e trabalhadores autônomos. Por isso, eles incluem todas essas categorias em uma só que eles definem como proprietários e operadores de empresas privadas. Como veremos, para essa classificação também encontramos dificuldades em nosso estudo, o que discutiremos mais para frente.

³O termo Grupo étnico implica que os membros tenham uma consciência de grupo e uma crença em origem e cultura comum, ou que os “outros” acreditem na existência dessa consciência. Aldrich e Waldinger (1990) assumem que pessoas que compartilham nacionalidade e experiência migratória comuns podem ser agregadas em grupos étnicos. A partir disto, assumimos nesse artigo a origem nacional como sinônimo de etnicidade.

desvantagem no mercado de trabalho, que entraram no ramo de negócios próprios; e outros grupos, igualmente ou até mais hostilizados, expulsos do mercado aberto corrente, que não o fizeram. Um exemplo clássico disso é o trabalho apresentado por Light (1972) sobre os chineses, os japoneses e os afro-americanos. Segundo o autor, todos esses grupos sofrem discriminação na sociedade americana, entretanto, apenas os dois primeiros entraram, em número significativo, no ramo dos empreendimentos.

A segunda justificativa para a concentração de imigrantes em posições intermediárias, exposta e criticada por Bonacich (1973), encontra-se na idéia de uma falha de *status* nas sociedades, marcada pela divisão entre elite e massa. Os exemplos são o fosso existente entre camponeses e aristocracia nas sociedades feudais, e entre representantes do poder imperial e os nativos nas sociedades coloniais (Bonacich, 1973). Outro exemplo que podemos dar é o resultado encontrado por Makabe (1981), em seu estudo sobre os japoneses no Brasil e no Canadá no início do século XX, de um mercado polarizado, dividido por duas classes sociais ou categorias de pessoas no Brasil, quais sejam: os poucos proprietários de grandes terras (os latifundiários) e a massa que pouco ou nada possuía (ex-escravos ou indígenas). Assim, os japoneses, no Brasil, não encontraram dificuldades para se inserirem na classe média sem criar relações competitivas entre populações. O que não ocorreu com tal grupo no Canadá, onde havia uma classe média para competir.

Debatendo com esses dois argumentos, Bonacich (1973) apresenta uma explicação alternativa. Ela desenvolve um modelo que incorpora em parte as ideias acima expostas. Segundo a autora, as variáveis que afetam a posição dos imigrantes no mercado de trabalho são o tipo de migração, a hostilidade da sociedade hospedeira e a solidariedade de grupo. Nada obstante, ela afirma que a mais determinante delas é o tipo de migração, isto é, se esta é temporária ou se é permanente. Ou seja, é a desejabilidade de retorno do imigrante à origem que determina as chances de sua inserção em localizações intermediárias no mercado de trabalho. Para a autora, a migração temporária não é uma condição suficiente para explicar a concentração de grupos de imigrantes em ocupações de *middleman*, mas é uma condição necessária.

A ideia por traz do argumento de Bonacich (1973) é que os imigrantes temporários buscam ocupações flexíveis, liquidáveis, isto é, atividades econômicas que não estabeleçam vínculos empregatícios formais no mercado aberto para que, no futuro, não tenham empecilhos para retornarem à terra natal. E, segundo a autora, as ocupações localizadas nas classes intermediárias proporcionam tal flexibilidade e tal liquidez. Roberts (1995) chama a atenção, assim como Bonacich (1973), para o fator temporal como determinante também de um ajustamento econômico dos imigrantes no mercado de trabalho. Segundo o autor, para muitas pessoas, a migração

é provisória, temporária, motivo pelo qual resistem em fazer investimento de longo prazo, tais como comprar casa ou aplicar para naturalização ou fazerem investimentos pesados. Assim, espera-se que quanto maior o tempo de residência na sociedade de destino, maior a probabilidade de investimento em grandes negócios.

De acordo com Aldrich e Waldinger (1990), o argumento de Bonacich é sujeito a várias críticas. Primeiro, porque o modelo apresentado pela autora é a-histórico. Segundo, a afirmativa de que os imigrantes temporários optam mais por se tornarem pequenos empresários e menos por empregados, como melhor forma de acumular capital, é vulnerável diante das bases lógicas e empíricas. Isso porque a criação de uma empresa, mesmo que pequena, é uma ação muito mais arriscada do que assumir a função de empregado. As chances de sucesso do investimento são bem duvidosas, levando a um imigrante temporário prudente preferir a posição de empregado. Terceiro, a afirmativa de que o imigrante prefere contratar trabalhadores co-étnicos e manter as firmas pequenas, quando o mercado permite a expansão dos negócios, não se sustenta uma vez que é baseada em um princípio de que as minorias *middleman* não apresentam orientações de um capitalista moderno.

Essas críticas, segundo Aldrich e Waldinger (1990), fundamentam-se em pesquisas que buscam compreender esse processo e que apresentam resultados diversos do argumento de Bonacich (1973). O estudo de Ward (1987, apud Aldrich e Waldinger, 1990), de sul-asiáticos na Inglaterra, identifica que os imigrantes só investem em negócios próprios em cidades onde a disponibilidade de trabalho é rara. Pesquisas também constataam que o fato de ser um migrante temporário não faz diferença nas decisões de investimento em negócios étnicos. As evidências são de que os asiáticos na Inglaterra, e os coreanos em Nova York, os quais não são menos “temporários” do que os hispânicos, são aqueles que contam com um percentual maior de empreendedores do que esses últimos (Aldrich e Waldinger, 1990). As pesquisas demonstram também que minorias *middleman* contratam pessoas que não são membros do grupo étnico, por exemplo, os coreanos – proprietários de fábricas de vestuário em Nova York, em Los Angeles e no Brasil, que contratam trabalhadores latinos (Min, 1988 apud Aldrich e Waldinger, 1990; Silva, 1998; 2006).

Segundo Aldrich e Waldinger (1990) e Kesler e Hout (2010), vários fatores são determinantes para concentração desproporcional de grupos de imigrantes no setor de negócios. Aldrich e Waldinger (1990) propõem uma estrutura explicativa baseada em três fatores, quais sejam: a) a estrutura de oportunidades, isto é, as condições do mercado que podem favorecer produtos ou serviços orientados para co-étnicos e situações nas quais o mercado dirigido a nativos cresce e pode ser servido por minorias étnicas; b) as características do grupo que incluem os fatores de predisposição para o sucesso, tais como migração seletiva, níveis de aspiração, bem como

a mobilização de recursos via redes sociais; c) e as estratégias do grupo étnico, que emergem da interação entre as oportunidades e as características dos grupos. Esses fatores devem estar inseridos nas condições históricas em constante mudança.

Todavia, ressaltamos que persiste a ideia de que é grande o empreendedorismo étnico na vida socioeconômica da sociedade hospedeira (Aldrich e Waldinger, 1990; Roberts, 1995; Oliveira, 2004; Van Tubergen, Maas et al.; 2004, 2007; Kesler e Hout, 2010) e de que imigrantes de origens diferentes variam quanto ao ajustamento econômico na sociedade hospedeira (Aldrich e Waldinger, 1990; Van Tubergen, Maas et al., 2004; Kesler e Hout, 2010). Segundo Van Tubergen, Maas et al. (2004), a origem, mais do que o destino, é um importante fator determinante da localização dos imigrantes no mercado de trabalho.

O setor da economia predominante entre os imigrantes é aquele marcado por pequenos empreendimentos geridos por eles próprios e seus familiares. Segundo Halter (2007), esse fato jogou por terra as previsões feitas por acadêmicos, nos Estados Unidos da América, de que as pequenas empresas desapareceriam e de que a significância da etnia no sucesso econômico reduziria.

Desde a década de 1880 os imigrantes têm representação desproporcional entre os pequenos empreendimentos americanos, e a última onda de recém-chegados ao país tem, mais uma vez, injetado uma nova dose de vitalidade nesse setor da economia (Halter, 2007: 116).

Segundo Halter (2007), uma pesquisa feita pela Fundação Ksuffman, em 2006, identificou que as atividades empreendedoras dos imigrantes internacionais superam aquelas dos nativos americanos. Em 2005, a taxa de empreendedorismo dos imigrantes foi de 0,35%, e as dos americanos natos, de 0,28%. Isto é, “aproximadamente 350 de cada 100 mil imigrantes fundaram um negócio por mês em 2005, contra 280 de cada 100 mil americanos natos” (Halter, 2007: 116).

Há também um consenso na literatura de que alguns grupos étnicos têm taxas de empreendedorismo maiores do que outros grupos, e que essas taxas variam não só entre grupos étnicos, mas entre as sociedades hospedeiras (Kesler e Hout, 2010). Segundo Aldrich e Waldinger (1990), os relatórios históricos mostram as disparidades entre vários grupos étnicos nos Estados Unidos, na Europa e em países da Ásia e América Latina. Segundo eles, a explicação para esse fato encontra-se não apenas nas características dos indivíduos e de seus grupos, mas também nas condições estruturais e culturais das sociedades hospedeiras. Van Tubergen, Maas et al. (2004) complementam essa ideia, argumentando que a explicação está também e, principalmente, na origem dos imigrantes.

Como podemos ver, a questão da inserção dos imigrantes internacionais no

mercado de trabalho é bastante analisada nos Estados Unidos e na Europa, mas ainda pouco explorada no Brasil (Sala, 2005; Silva, 1998; 2006; 2008; Vilela, 2009 e 2011). No intuito de reduzir tal lacuna, nesse artigo propomos responder às seguintes questões: há concentração de determinados grupos étnicos/nacionais em localizações de classe intermediária? Os grupos se distribuem desproporcionalmente entre essas posições? Quais são as principais ocupações de concentração dos imigrantes? É o tempo de residência uma variável chave para explicar a inserção em posições intermediárias, ou é a origem?

METODOLOGIA

Dados

Os dados são provenientes do Censo Demográfico de 2000 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística⁶. Para o presente estudo, selecionamos uma subamostra de 703.432 indivíduos do sexo masculino entre 25 e 60 anos de idade⁷, imigrantes internacionais recentes⁸ que se fixaram no Brasil (argentinos, bolivianos, chilenos, paraguaios, peruanos, uruguaios, chineses e coreanos) e brasileiros migrantes. A seleção de uma amostra de brasileiros migrantes interestaduais (retirando os brasileiros não migrantes) tem o intuito de compararmos grupos mais “homogêneos”, isto é, todos migrantes. Dessa forma, estamos mensurando o efeito da origem e tempo de

⁴ Lembramos aqui que os dados censitários sobre imigração internacional são limitados e, por isto, subestimados, uma vez que há um grande número de imigrantes vivendo no Brasil de forma clandestina e que, por isto, não são computados pelo censo demográfico oficial. As cifras sobre tais imigrantes são desconhecidas. Sabe-se que, no caso dos latino-americanos, os números oficiais encontram-se bem abaixo das estimativas e levantamentos extra-oficiais. O caso dos bolivianos é o mais expressivo (Cf. Ântico, 1998).

⁵ Devido ao nosso interesse em aspectos referentes ao mercado de trabalho (segregação ocupacional e rendimento) e a despeito das diversidades de inserção no mercado de trabalho entre homens e mulheres (Cf. Soares, 2000), este estudo analisa apenas os homens economicamente ativos ou não, entre 25 e 60 anos de idade. A idade mínima de 25 está relacionada à idéia de que pessoas com esta idade já concluíram os estudos e, provavelmente, encontram-se inseridos no mercado de trabalho; e a idade máxima de 60 anos é devido ao fato de ser referência para aposentadoria dos homens em 2000, ano que foi realizado o censo demográfico brasileiro.

⁶ Imigrantes recentes são aqueles que entraram em maior número após os anos 70 no Brasil, sendo principalmente os latinos e asiáticos.

residência no destino sobre a posição ocupacional dos indivíduos, e não o efeito do fato dos mesmos serem imigrantes ou não.

Modelos e variáveis

Para estimar a probabilidade de um indivíduo pertencer a uma categoria de classe na estrutura ocupacional, utilizamos um modelo de regressão logística multinomial. Trata-se da técnica mais adequada para a análise de dados em que a variável dependente qualitativa é formada por mais de duas categorias. Nesse trabalho, a nossa variável dependente refere-se à posição de classe.⁷ Esta é qualitativa e constituída por seis diferentes categorias: capitalista; pequeno empregador; conta-própria, especialista ou qualificado; gerente ou supervisor; empregado especialista ou qualificado; e trabalhadores em geral, sendo esta a categoria de referência para a comparação.

O modelo de regressão logístico multinomial representa uma generalização do modelo binário logístico, e tem a seguinte equação geral:

$$\text{Log} [p(y=j | x=i) / p(y=1 | x=i)] = \beta_0 + \beta_1 X_1 + \dots + \beta_k X_k + \varepsilon$$

Na regressão logística, é o log da razão de probabilidades que se relaciona linearmente com X_i . Dessa forma,

P = probabilidade de que $Y_i = 1$ (de que o evento ocorra)

$1 - P$ = probabilidade de que $Y_i = 0$ (de que o evento não ocorra)

β_0 = probabilidade de ocorrência do evento quando todo X for igual a zero (intercepto)

β_k = variação efeito da variável explicativa sobre a probabilidade de ocorrência do evento (inclinação)

ε = erro estocástico

No modelo multinomial desse artigo:

⁷ As variáveis posições de classe foram criadas a partir da combinação dos códigos das ocupações e da posição na ocupação, buscando refletir as localizações de classe da tipologia neomarxista de Wright (1978; 1979). O controle sobre capital físico, meios físicos de produção e sobre a mão-de-obra são dimensões essenciais para definir a localização de classe dos indivíduos. São localizações contraditórias aquelas que compartilham características de outras classes, por exemplo, gerentes, empregados especialistas e conta-própria especialista ou qualificado.

$p(y=j | x=i) / p(y=1 | x=i)$ refere-se à probabilidade do indivíduo (i) inserir-se em uma posição (j) de capitalista, pequeno empregador, conta-própria, gerente ou empregado comparado à inserção na posição de trabalhador (categoria de referência).

β_0 refere-se à probabilidade do indivíduo (i) inserir-se em uma posição (j) de capitalista, pequeno empregador, conta-própria, gerente ou empregado, comparado à inserção na posição de trabalhador (categoria de referência) quando todo X (variáveis independentes do modelo) for zero.

β_1 a β_k representam os coeficientes das variáveis independentes.

X_1 a X_k representam as variáveis independentes, isto é, as explicativas, tais como educação, idade, cor e origem/nacionalidade (ver quadros 1 e 2).

Para esse estudo, apresentamos dois modelos de análise. No modelo I, estimamos a probabilidade dos indivíduos pertencerem a uma posição de classe, considerando como variáveis independentes aquelas que constam no Quadro I. Estas se referem às características sócio-demográficas e situações regionais/locais das pessoas em análise. O uso dessas variáveis no estudo deve-se ao já reconhecimento dos seus efeitos sobre as possibilidades de inserção laboral dos indivíduos (Cunha e Jakob, 2010). Ressalta-se que a origem nacional e o tempo de residência no destino são as variáveis que pretendemos testar.

No modelo II, a variável dependente também é a posição de classe, entretanto, são estimadas oito equações, uma para cada origem social. Foram incluídas outras variáveis independentes. A variável de teste do modelo é o tempo de residência dos imigrantes no Brasil (Verificar Quadro II).

QUADRO 1

VARIÁVEIS INDEPENDENTES - MODELO I		
<i>Variáveis</i>	<i>Tipo de Variável</i>	<i>Descrição</i>
Origem Nacional		
<i>Argentinos (X1)</i>	Binária	argentinos = 1 e brasileiros migrantes = 0
<i>Bolivianos (X2)</i>	Binária	bolivianos = 1 e brasileiros migrantes = 0
<i>Chilenos (X3)</i>	Binária	chilenos = 1 e brasileiros migrantes = 0
<i>Paraguaios (X4)</i>	Binária	paraguaios = 1 e brasileiros migrantes = 0
<i>Peruanos (X5)</i>	Binária	uruguaio = 1 e brasileiros migrantes = 0
<i>Uruguaio (X6)</i>	Binária	chineses = 1 e brasileiros migrantes = 0
<i>Chineses (X7)</i>	Binária	coreanos = 1 e brasileiros migrantes = 0
<i>Coreanos (X8)</i>	Binária	argentinos = 1 e brasileiros migrantes = 0

Idade (X10)	Discreta	<i>Idade atual do indivíduo em anos</i>
Escolaridade (X11)	Discreta	<i>Anos de estudos completados com sucesso em anos</i>
Cor ou raça <i>Branco (X12)</i>	Binária	<i>brancos = 1 e não-brancos = 0</i>
Status marital <i>Casados (X13)</i>	Binária	<i>casados = 1 e solteiros = 0</i>
<i>Separados (X14)</i>	Binária	<i>separados = 1 e solteiros = 0</i>
<i>Viúvos (X15)</i>	Binária	<i>viúvos = 1 e solteiros = 0</i>
Regiões do Brasil <i>Norte (X16)</i>	Binária	norte = 1 e sudeste = 0
<i>Nordeste (X17)</i>	Binária	nordeste = 1 e sudeste = 0
<i>Sul (X18)</i>	Binária	sul = 1 e sudeste = 0
<i>Centro-oeste (X19)</i>	Binária	centro-oeste = 1 e sudeste = 0
Situação do domicílio <i>Urbano (X20)</i>	Binária	urbano = 1 e rural = 0
Religião <i>Se tem religião (X21)</i>	Binária	sim = 1 e não = 0
Posição no domicílio <i>Cônjuge (X22)</i>	Binária	cônjuge = 1 e chefe = 0
<i>Filho (X23)</i>	Binária	filho = 1 e chefe = 0
<i>Outra posição (X24)</i>	Binária	outra posição = 1 e chefe = 0

QUADRO 2

VARIÁVEIS INDEPENDENTES - MODELO II		
Variáveis	Tipo de Variável	Descrição
Idade (X1)	Discreta	<i>Idade atual do indivíduo em anos</i>
Escolaridade (X2)	Discreta	<i>Anos de estudos completados com sucesso em anos</i>
Cor ou raça <i>Branco (X3)</i>	Binária	<i>brancos = 1 e não-brancos = 0</i>

Status marital		
<i>Casados (X4)</i>	Binária	<i>casados = 1 e solteiros = 0</i>
<i>Separados (X5)</i>	Binária	<i>separados = 1 e solteiros = 0</i>
<i>Viúvos (X6)</i>	Binária	<i>viúvos = 1 e solteiros = 0</i>
Regiões do Brasil		
<i>Norte (X7)</i>	Binária	norte = 1 e sudeste = 0
<i>Nordeste (X8)</i>	Binária	nordeste = 1 e sudeste = 0
<i>Sul (X9)</i>	Binária	sul = 1 e sudeste = 0
<i>Centro-oeste (X10)</i>	Binária	centro-oeste = 1 e sudeste = 0
Situação do domicílio		
<i>Urbano (X11)</i>	Binária	urbano = 1 e rural = 0
Religião (X12)		
<i>Se tem religião (X13)</i>	Binária	sim = 1 e não = 0
Posição no domicílio		
<i>Cônjuge (X14)</i>	Binária	cônjuge = 1 e chefe = 0
<i>Filho (X15)</i>	Binária	filho = 1 e chefe = 0
<i>Outra posição (X16)</i>	Binária	outra posição = 1 e chefe = 0
Tempo de residência no Brasil (X17)	Discreta	tempo de residência medido em anos
Se estudou no Brasil (X18)	Binária	sim = 1 e não = 0
Se naturalizado (X19)	Binária	sim = 1 e não = 0

RESULTADOS

Com o intuito de responder às questões propostas anteriormente, as análises são feitas em duas etapas: uma descritiva das características socioeconômicas relacionadas aos grupos étnicos e uma analítica da inserção dos imigrantes em posições ocupacionais e os fatores a elas associados.

Análise Descritiva dos Dados

Para a análise descritiva, cruzamos a origem nacional com as variáveis expostas nos quadros 1 e 2, além daquela referente às posições de classe. A partir da descrição dos dados, é possível visualizar melhor as características demográficas, sociais, culturais e sociocupacionais que potencialmente podem afetar a inserção dos indivíduos nas posições de classe no mercado de trabalho. Com essa primeira

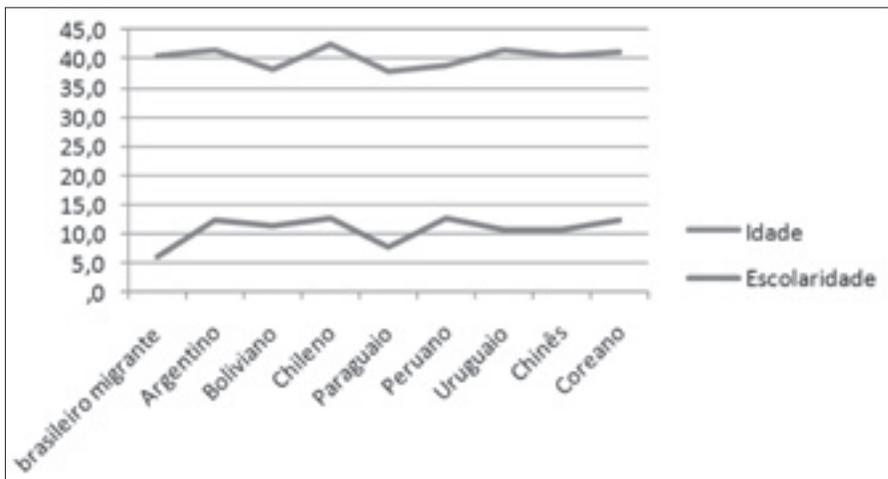
análise, podemos vislumbrar respostas para as nossas perguntas e, assim, melhor compreender os resultados apresentados pela análise das regressões.

No gráfico 1, verificamos que, entre os imigrantes internacionais, os paraguaios são aqueles que apresentam as menores médias de idade (37,9 anos) e de escolaridade (7,7 anos). Ao contrário, os chilenos são os que têm as maiores médias: 42,4 anos e 12,6 anos, respectivamente. Os outros imigrantes apresentam médias de idade entre 38,7 e 41,4, e escolaridade entre 10,6 e 12,5. Vale destacar que os brasileiros são os que apresentaram a menor média de escolaridade (6 anos). A média de idade dos brasileiros é de 40,4 anos.

Identificamos no gráfico 2 que há diversidade entre cor/raça (sendo cor branca como brancos/amarelo e não branca como pretos, pardos e indígenas) e os grupos em análise. Os peruanos são aqueles que apresentam o maior percentual (57,7) de pessoas que se autodefinem como não brancas, seguidos por brasileiros (46,9), bolivianos (45,9) e paraguaios (35,8). Para os coreanos, chineses, uruguaios, argentinos e chilenos, os percentuais de membros não brancos são bem pequenos ou quase insignificantes; e os de brancos/amarelos são altos, chegando a 99,5%, 98,2%, 92,8%, 92,5% e 88,3%, respectivamente.

Gráfico 1:

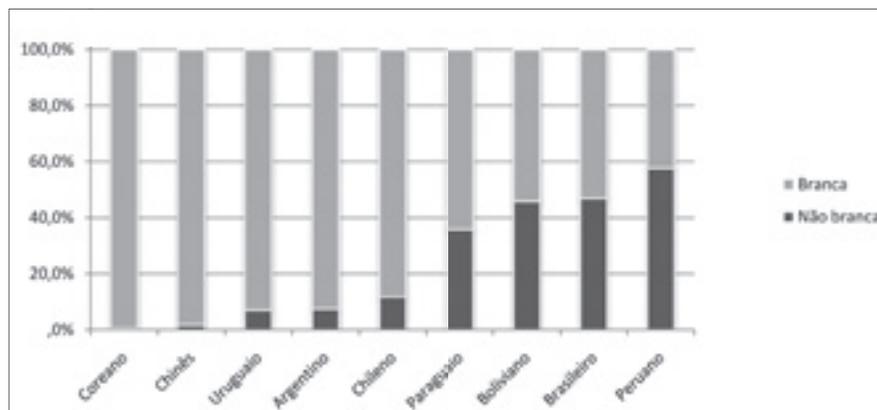
Média de idade e de escolaridade



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do Censo 2000 - IBGE.

Gráfico 2:

Distribuição dos grupos por origem e cor/raça



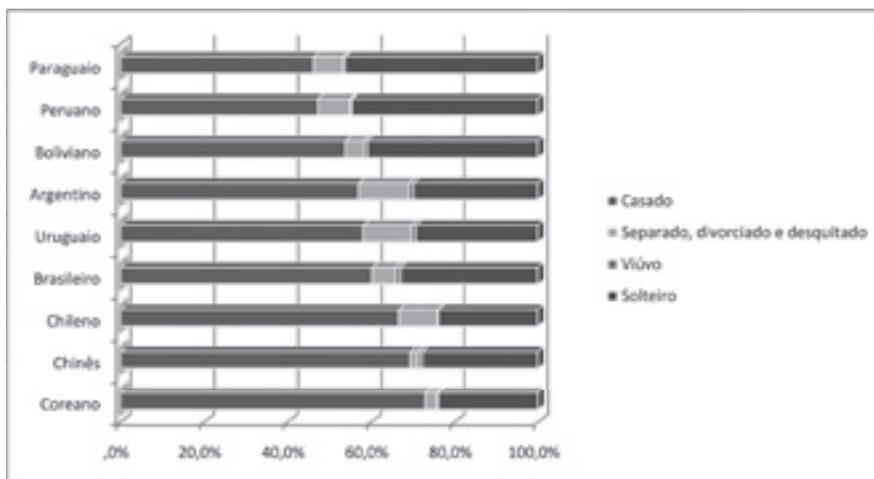
Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do Censo 2000 - IBGE.

Quanto ao estado civil, bolivianos, peruanos e paraguaios são os que apresentam o maior percentual de solteiros. Já os coreanos, os chineses, os chilenos, os brasileiros, os uruguaio e os argentinos contam com um percentual maior de casados. Entre argentinos, uruguaio e chilenos, há uma maior proporção de separados, divorciados e desquitados. O percentual de viúvos é bastante pequeno em todos os grupos analisados.

Ao analisarmos os grupos étnicos e os brasileiros quanto à distribuição pelo território nacional, observamos uma concentração nas regiões Sudeste, principalmente, e Sul do país. O Sudeste é a área de residência da maioria de coreanos, chineses, chilenos, bolivianos, brasileiros e argentinos, com percentuais acima de 50%. Para os peruanos, as regiões de maior concentração são o Sudeste, primeiramente, e o Norte, secundariamente. Os uruguaio estão concentrados na região Sul. Já os paraguaios são os que apresentam uma maior dispersão no país, estando distribuídos em três regiões de maior concentração, quais sejam: Centro-Oeste, Sul e Sudeste. Esta distribuição dos latinos americanos no país reflete naturalmente a concentração em regiões de fronteira com seus países de origem.

Gráfico 3:

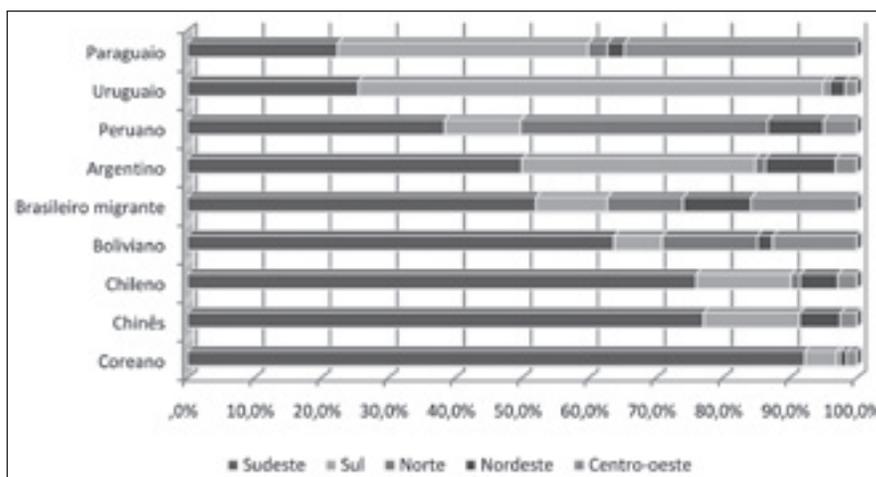
Distribuição dos grupos por status marital



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do Censo 2000 - IBGE.

Gráfico 4:

Distribuição dos grupos por região do país



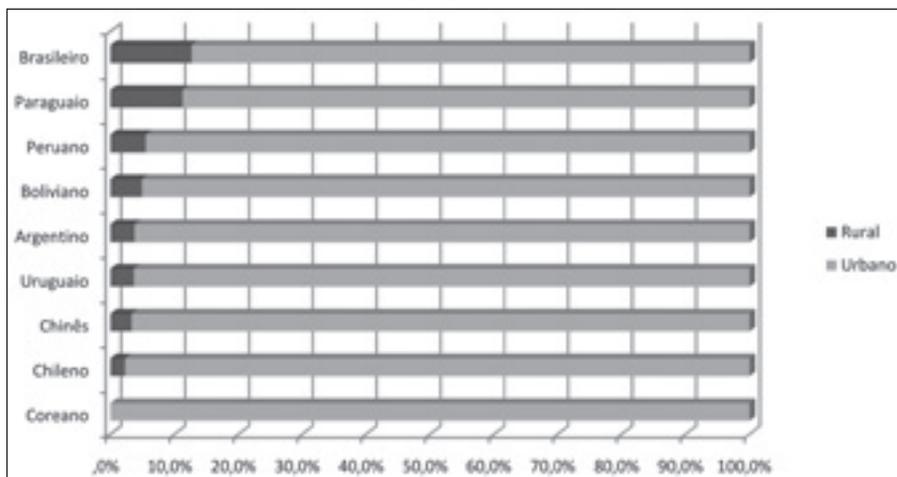
Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do Censo 2000 - IBGE

Ao analisarmos a situação de domicílio, identificamos que brasileiros e paraguaios apresentam maiores percentuais de pessoas vivendo na área rural. Os outros imigrantes têm um percentual bastante baixo de residentes nessa área. Os coreanos chegam a ter 100% dos membros do grupo vivendo na zona urbana.

Ter religião é uma característica comum para a grande maioria dos grupos analisados. Os imigrantes internacionais e brasileiros (exceto os chineses e os uruguaios) têm percentuais acima de 80% dos membros que se identificam com alguma religião. Para os uruguaios, o percentual é menor (74%); e entre os chineses, o valor reduz ainda mais, chegando a 65%. Essa variável é levada em consideração nesse estudo e nos modelos de análise propostos por ser a religião, a partir do espaço de oração, um instrumento de construção e manutenção de redes sociais pelos indivíduos e, principalmente, pelos imigrantes internacionais como já demonstrado por outros estudos (Vilela, 2002; Martes, 1999). Tais redes podem influenciar na inserção dos indivíduos no mercado de trabalho, já que podem ser consideradas uma forma de capital (capital social).

Gráfico 5:

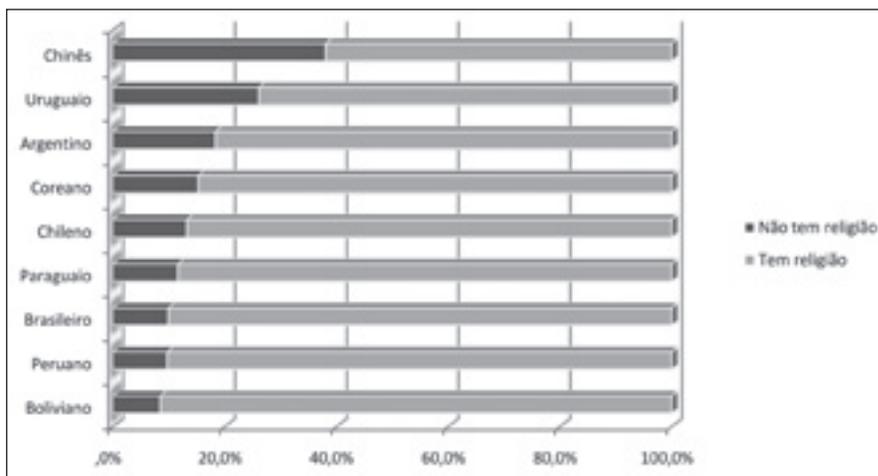
Distribuição dos grupos por situação de domicílio



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do Censo 2000 - IBGE.

Gráfico 6:

Distribuição dos grupos por religião



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do Censo 2000 – IBGE.

No que se refere à posição no domicílio, em geral, os informantes são os responsáveis pelo domicílio. O número de pessoas que são cônjuges é maior para o grupo dos argentinos, uruguaios, peruanos e paraguaios. Vale destacar o percentual maior de indivíduos identificados em outra posição no domicílio para os grupos de chineses, principalmente, peruanos e bolivianos. Esse fato leva-nos a pensar em uma composição familiar mais “complexa” para esses grupos étnicos.

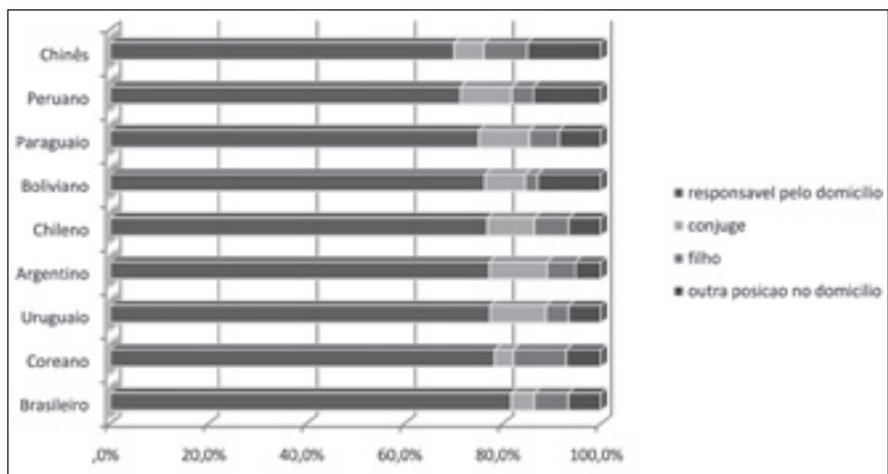
Quanto ao tempo de residência no Brasil, identificamos médias que vão de 12,6 (para os peruanos) a 19,4 (para os chilenos). Os valores intermediários são de argentinos (14,6), bolivianos (14,3), paraguaios (15,9), uruguaios (16,4) chineses (13,7), coreanos (16,5) e de brasileiros migrantes (19,16). As diferenças não são gritantes, mas são significativas.

O gráfico 9 mostra-nos que, em geral, os percentuais de imigrantes internacionais que estudaram no Brasil é bem inferior aos dos que não estudaram. Os coreanos são os que têm o maior número (32%) de membros que estudaram na sociedade hospedeira, seguidos pelos chilenos (26%), chineses (24%) e paraguaios (22%). Os outros imigrantes apresentam um percentual de 20% ou menos de indivíduos que estudaram no Brasil.

Quanto à naturalização, os percentuais são bem diferentes entre os grupos de imigrantes. Paraguaios possuem um percentual de 40% de pessoas naturalizadas brasileiras, seguidos pelos chineses com 33,5%. Os bolivianos e os uruguaios têm percentuais bastante próximos de imigrantes naturalizados, 25,6% e 24,1% respec-

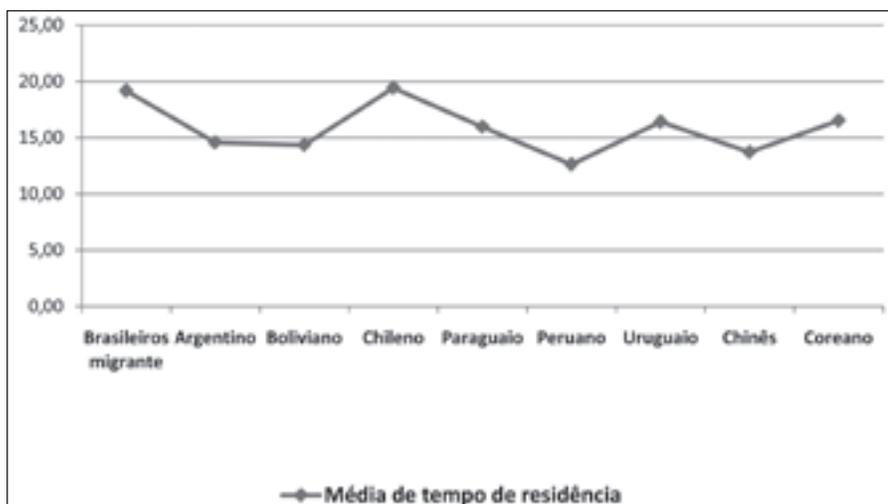
tivamente. Também chilenos (15,7%) e argentinos (18,2%) aproximam-se quanto ao número de naturalizados. Os coreanos são os que apresentam o maior percentual de indivíduos não naturalizados (88,1%).

Gráfico 7:
Distribuição dos grupos por posição no domicílio



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do Censo 2000 - IBGE.

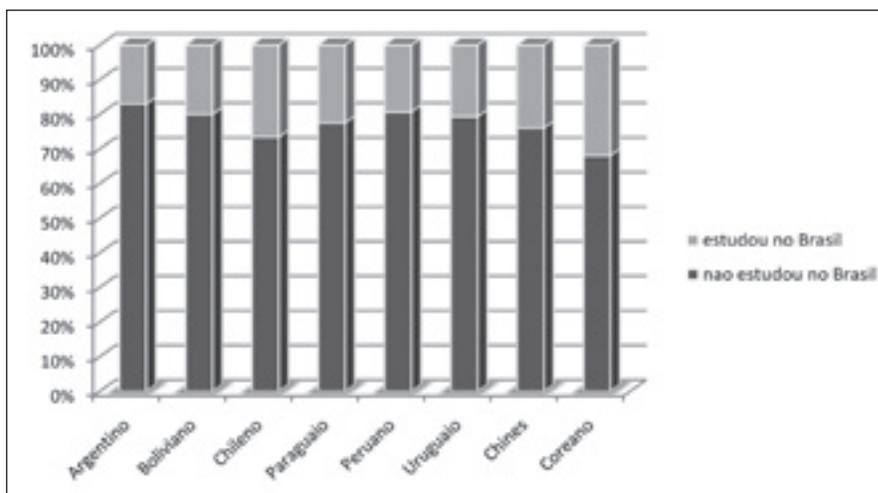
Gráfico 8:
Média de tempo de residência no Brasil, por origem dos migrantes



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do Censo 2000 - IBGE.

Gráfico 9:

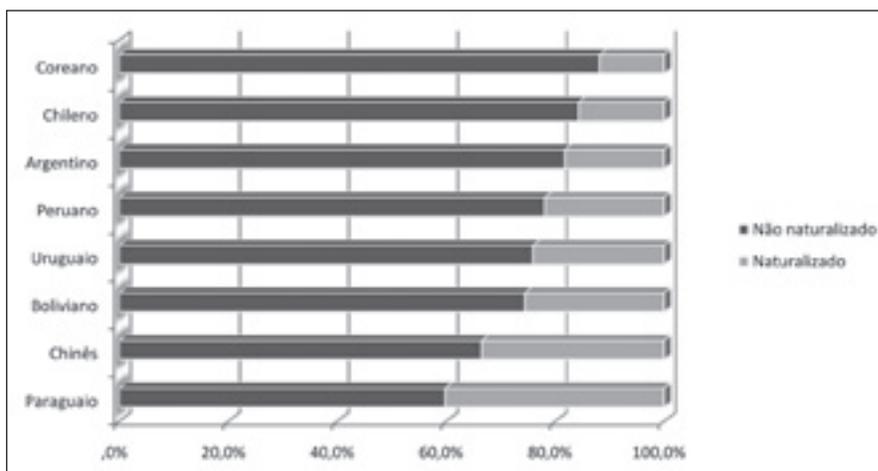
Percentual de migrantes que estudaram ou não no Brasil, por origem.



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do Censo 2000 – IBGE

Gráfico 10:

Distribuição dos grupos por posição naturalização

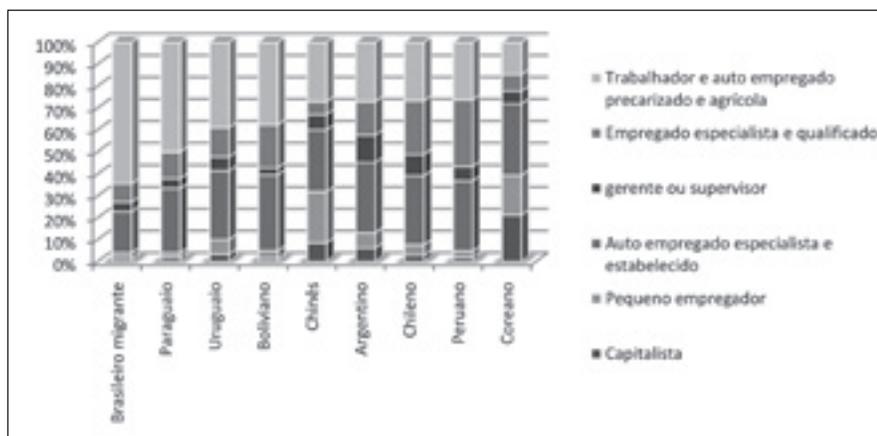


Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do Censo 2000 - IBGE

Ao analisarmos as posições de classe entre os grupos em análise, podemos verificar que são os brasileiros que apresentam o maior percentual de pessoas na posição de trabalhador e autoempregado precarizado e agrícola, comparado aos imi-

grantes internacionais. Aqueles são seguidos por paraguaios, uruguaios e bolivianos. Os outros imigrantes têm percentuais menores de pessoas nessa localização. Os coreanos são os que têm o menor percentual de concentração em tal posição. Identificamos que, em geral, as posições ocupacionais de autoempregado especialista e estabelecido, de empregado especialista e qualificado mais a de pequeno empregador, são as de maior concentração dos imigrantes internacionais, com exceção dos paraguaios⁸. Esses dados reforçam a teoria do *middleman* e enfraquecem a teoria do mercado segmentado.

Gráfico 11:
Distribuição dos grupos por localizações ocupacionais



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do Censo 2000 - IBGE

A partir da análise descritiva, verificamos que os paraguaios apresentam as características mais similares às dos brasileiros. Isso pode ser explicado, talvez, pelo fato de um número considerável dos paraguaios serem filhos de “brasiguaios” (brasileiros que emigraram para o Paraguai). Já os outros imigrantes, principalmente os coreanos, os chineses e os argentinos apresentam maiores divergências quanto às características aqui analisadas, ao serem comparados aos brasileiros. Quanto às posições intermediárias de classe, identificamos um percentual maior de imigrantes internacionais nas ocupações de autoempregado especialista e estabelecido, de pe-

⁸Vale ressaltar que esses resultados são limitados ao grupo de imigrantes documentados uma vez que os dados do censo demográfico, referentes aos imigrantes indocumentados e provavelmente de menor qualificação, são subestimados.

queno empregador, de capitalista e de empregado especialista e qualificado do que os brasileiros.

A proposta a seguir é verificar se a origem étnica/nacional e o tempo de residência têm efeitos sobre a inserção dos imigrantes internacionais em posições intermediárias de classes, quando comparados aos brasileiros, e a intensidade desses efeitos.

Análise da correlação entre origem étnico/nacional, tempo de residência no destino e posições de classe

Há duas hipóteses de teste nos modelos deste estudo. A primeira é a que se refere ao tempo de residência no local de destino: imigrantes internacionais ou internos, com menos tempo de moradia na sociedade hospedeira, teriam mais chances de ocuparem posições de classes mediadoras entre empregadores e empregados (Bonacich, 1973). A segunda diz respeito à origem étnico/nacional: a nacionalidade é um fator determinante de localização intermediária de classe; havendo, assim, uma heterogeneidade quanto à inserção no mercado de trabalho, no que se refere aos imigrantes internacionais (Kesler and Hout, 2010). Consideramos como localizações intermediárias aquelas que agrupam as ocupações sem requisitos de grande investimento em capital (pequenos empregadores) ou que conferem aos seus ocupantes rendas de qualificação (conta-própria ou empregados especialistas e qualificados) ou de lealdade (gerentes e supervisores).

A tabela 1 mostra os resultados do primeiro modelo. Nela, podemos observar que há efeito positivo da origem social (a nacionalidade), em comparação aos brasileiros migrantes, na probabilidade dos indivíduos ocuparem uma determinada localização de classe (capitalista, pequeno empregador, conta-própria, gerente ou empregado) em relação à ocupação de trabalhadores em geral.

Os grupos étnicos de argentinos, chineses ou coreanos, comparados a brasileiros migrantes, estão associados positivamente as chances de estar na posição de capitalista do que de estar na de trabalhador em geral.

Comparados aos brasileiros migrantes, as chances dos argentinos, uruguaios, chineses ou coreanos ocuparem a posição de pequeno empregador são maiores do que ocuparem a de trabalhadores.

Já todas as nacionalidades consideradas têm mais chances do que um brasileiro migrante de estarem na posição de conta-própria em relação a estarem na posição de trabalhadores.

Novamente, argentinos, chilenos, coreanos e chineses têm mais chances do que os brasileiros migrantes de serem gerentes ou supervisores do que serem trabalhadores. Já os bolivianos têm menos chances de serem gerentes ou supervisores (coeficiente negativo).

Os argentinos, os bolivianos, os chilenos e os peruanos, comparados aos brasileiros migrantes, têm mais chances de serem empregados especialistas ou qualificados do que serem trabalhadores em geral.

Todas as origens de imigrantes internacionais, isto é, independente da nacionalidade, têm efeito significativo sobre a probabilidade dos indivíduos pertencerem à localização de conta-própria, quando comparados aos brasileiros. A esta localização pertencem todos os profissionais liberais, técnicos ou profissionais qualificados, ou seja, ocupações que exigem certo investimento em empreendimentos, mas principalmente em educação e treinamento.

A maioria das variáveis referentes às nacionalidades também apresenta significância estatística, quando consideramos os pequenos empregadores e empregados. Vale lembrar que a primeira exige ativos de capital, e a última exige ativos de qualificação (educação e treinamento).

Esses achados não confirmam a hipótese da teoria do mercado segmentado de que os imigrantes teriam maiores chances de se posicionarem nas localizações que não exigem ativos de capital, qualificação ou autoridade, representadas pela categoria de referência do modelo: trabalhadores em geral. Os achados suportam a hipótese da teoria do *middleman* de que são nas localizações intermediárias que há maior probabilidade dos imigrantes internacionais estarem.

Entretanto, quanto ao tempo de residência no local de destino, o resultado não corrobora a hipótese de Bonacich (1973) de que imigrantes recentes, com maiores desejos de retorno rápido, teriam maior probabilidade de se inserirem em posições intermediárias de classe. O resultado foi contrário a isso, qual seja: quanto maior o tempo de residência (o que levaria a ideia de uma permanência de longo prazo e até permanente no destino), maior a chance do imigrante inserir-se nas ocupações de *middleman*.

Vale destacar que a associação entre tempo de residência e posição de classe é relativamente baixa. Uma confirmação disto é que, ao analisarmos o modelo multinomial logístico com ou sem a variável tempo de residência no local de destino, o *pseudoR²* não se altera, continua sendo 0,10. Outro ponto a considerar é que há ainda 90% da variação na variável posição de classe que não está sendo explicada por esse modelo. Portanto, há outras variáveis que necessitam ser analisadas como explicativas da posição de classe no mercado de trabalho brasileiro. Dessa forma, não podemos dizer que tempo de residência seja uma variável importante para explicar a posição dos imigrantes em localizações intermediárias, como proposto pela teoria do *middleman*.

TABELA 1:
Regressão logística multinomial: origem nacional e localizações intermediárias de classe

	REGRESSÃO LOGÍSTICA MULTINOMIAL: ORIGEM NACIONAL E LOCALIZAÇÕES INTERMEDIÁRIAS DE CLASSE														
	Capitalista*			Pequeno Empregador*			Conta-própria Especialista/ Qualificado*			Gerente/ Supervisor*			Empregado Especialistas/ Qualificado*		
	Coeficiente	Significância	Razão de Chances	Coeficiente	Significância	Razão de Chances	Coeficiente	Significância	Razão de Chances	Coeficiente	Significância	Razão de Chances	Coeficiente	Significância	Razão de Chances
Argentinos**	0,8846	0,000	2,42	0,7963	0,000	2,22	0,9561	0,000	2,60	0,5580	0,000	1,75	0,1419	0,226	1,15
Bolivianos**	-0,5282	0,177	0,59	0,4125	0,080	1,51	1,0034	0,000	2,73	-0,8361	0,002	0,43	0,3276	0,013	1,39
Chilenos**	-0,0973	0,699	0,91	0,3980	0,041	1,49	0,8714	0,000	2,39	0,2543	0,083	1,29	0,4605	0,000	1,58
Paraguaios**	0,1079	0,772	1,11	-0,1122	0,733	0,89	0,6129	0,000	1,85	-0,0930	0,717	0,91	0,2700	0,123	1,31
Peruanos**	-0,0342	0,932	0,97	0,1344	0,689	1,14	1,0800	0,000	2,94	-0,0239	0,919	0,98	0,7739	0,000	2,17
Uruguaios**	-0,0459	0,843	0,96	0,4868	0,003	1,63	0,6050	0,000	1,83	-0,0815	0,624	0,92	-0,0959	0,456	0,91
Chineses**	1,8470	0,000	6,34	2,4404	0,000	11,48	0,9403	0,000	2,56	0,3596	0,135	1,43	-0,5418	0,029	0,58
Coreanos**	2,8120	0,000	16,64	2,4787	0,000	11,93	1,5305	0,000	4,62	0,4290	0,169	1,54	-0,1245	0,671	0,88
Idade (anos)	0,0492	0,000	1,05	0,0392	0,000	1,04	0,0281	0,000	1,03	0,0148	0,000	1,01	0,0133	0,000	1,01
Escolaridade (anos)	0,2766	0,000	1,32	0,1631	0,000	1,18	0,0622	0,000	1,06	0,2750	0,000	1,32	0,2777	0,000	1,32
Branços***	0,9636	0,000	2,62	0,7187	0,000	2,05	0,1236	0,000	1,13	0,3726	0,000	1,45	0,0310	0,003	1,03
Casados****	0,4859	0,000	1,63	0,3538	0,000	1,42	-0,0606	0,000	0,94	0,3623	0,000	1,44	0,1154	0,000	1,12
Separados*****	0,6355	0,000	1,89	0,4588	0,000	1,58	0,1749	0,000	1,19	0,3539	0,000	1,42	0,0476	0,034	1,05
Vívidos****	0,1365	0,299	1,15	-0,0464	0,608	0,95	-0,0254	0,416	0,97	0,1473	0,059	1,16	-0,0296	0,623	0,97
Norte*****	0,6631	0,000	1,94	0,7734	0,000	2,17	0,1795	0,000	1,20	0,2444	0,000	1,28	-0,0505	0,005	0,95
Nordeste*****	0,6644	0,000	1,94	0,7303	0,000	2,08	0,1593	0,000	1,17	0,3494	0,000	1,42	0,1077	0,000	1,11

Sul*****	0,3818	0,000	1,46	0,4398	0,000	1,55	0,0574	0,000	1,06	-0,0351	0,074	0,97	-0,0747	0,000	0,93
Centro- oeste*****	0,5442	0,000	1,72	0,7441	0,000	2,10	0,0150	0,104	1,02	0,3280	0,000	1,39	0,0092	0,496	1,01
Urbano*****	0,8538	0,000	2,35	0,6870	0,000	1,99	0,8703	0,000	2,39	-0,2689	0,000	0,76	0,8537	0,000	2,35
Se tem religião	0,1004	0,000	1,11	0,0166	0,556	1,02	-0,1604	0,000	0,85	0,1440	0,000	1,15	-0,1496	0,000	0,86
Cônjuge*****	-0,2413	0,000	0,79	-0,1893	0,000	0,83	0,0883	0,000	1,09	-0,1899	0,000	0,83	-0,0424	0,084	0,96
Filho*****	-0,7213	0,000	0,49	-0,4901	0,000	0,61	-0,0986	0,000	0,91	-0,4816	0,000	0,62	-0,1637	0,000	0,85
Outra posição *****	-0,9702	0,000	0,38	-0,7309	0,000	0,48	-0,2335	0,000	0,79	-0,4508	0,000	0,64	-0,1823	0,000	0,83
Constante	-10,1107	0,000	0,00	-7,5340	0,000	0,00	-3,4280	0,000	0,03	-5,8340	0,000	0,00	-5,4590	0,000	0,00

FONTE: Elaboração própria a partir dos dados do Censo 2000 – IBGE. N = 703432 LR $\chi^2(115) = 177109,78$ Prob > $\chi^2 = 0,0000$ Log
 likelihood = -750753,24

PseudoR2=0,1055. **

Grupo de referência: brasileiros migrantes ***

Grupo de referência: não brancos ****

Grupo de referência: solteiros *****

Grupo de referência: sudeste *****

Grupo de referência: área rural *****

Grupo de referência: chefes dos domicílios. ****

Grupo de referência: solteiros. ****

Grupo de referência: sudeste. *****

Grupo de referência: área rural. *****

Grupo de referência: chefes dos domicílios

No intuito de melhor analisar a variável tempo de residência no destino como fator importante para explicar a localização intermediária de classe dos imigrantes, o modelo II avalia se tal variável, como uma *proxy* para o tipo de migração, temporária ou permanente, gera efeito significativo sobre a probabilidade dos indivíduos, de cada uma das oito nacionalidades, estarem nessas localizações.

Conforme se observa na tabela 2, entre os argentinos, o tempo de residência só possui efeito na probabilidade do indivíduo ser conta-própria em relação a ser trabalhador. Para os bolivianos, o efeito do tempo de residência encontra-se na probabilidade do indivíduo ser capitalista ou pequeno empregador em relação a ser trabalhador.

Tanto para os peruanos quanto para os coreanos o tempo de residência influencia positivamente a probabilidade de serem capitalistas. Isto é, quanto maior o tempo de residência, maior as chances desses imigrantes se inserirem na posição de capitalistas. Já para os uruguaios, o tempo de residência influencia positivamente a probabilidade destes serem empregados especialistas e qualificados.

Em suma, não há um padrão claro do efeito do tempo de residência sobre a variável dependente do modelo, ou seja, o efeito do tempo de residência entre muitas nacionalidades não foi significativo. Entre aqueles em que foi (argentinos, bolivianos, peruanos, uruguaios e coreanos), afeta-se apenas uma ou duas localizações intermediárias de classe. Além disto, o efeito é positivo e não negativo como pressuposto pela teoria do *middleman*, confirmando os resultados do modelo anterior. Ou seja, a intenção de uma estadia mais longa ou permanente está associada a uma maior probabilidade de inserção nas localizações intermediárias pelos imigrantes, e não ao contrário. Portanto, a migração temporária (medida pelo tempo de residência no Brasil) não pode ser considerada determinante para a inserção dos imigrantes internacionais em localizações intermediárias de classes, como previsto por Bonacich (1973).

Esse resultado é oposto ao esperado por Bonacich (1973) e aproxima-se da ideia de Aldrich e Waldinger (1990), uma vez que os imigrantes, ao perceberem que já estão e ficarão mais tempo do que o previsto, decidem investir em atividade laboral própria, o que exige uma disponibilidade maior de capital do que permanecer na posição ocupacional de empregado.

Sugerimos que a concentração dos grupos de imigrantes em algumas ocupações, se não é influenciada significativamente pelo tempo de residência no país de destino, pode ser explicada mais pela estrutura de oportunidades no mercado de trabalho favorecidas pelas características e estratégias destes grupos étnicos como propõem Aldrich e Waldinger (1990) e Kesler e Hout (2010).

TABELA 2:

Regressão logística multinomial: tempo de residência e localizações intermediárias de classe.

REGRESSÃO LOGÍSTICA MULTINOMIAL: TEMPO DE RESIDÊNCIA E LOCALIZAÇÕES INTERMEDIÁRIAS DE CLASSE					
	<i>Capitalista</i>	<i>Pequeno Empregador</i>	<i>Conta-própria Especialista/Qualificado</i>	<i>Gerente/Supervisor</i>	<i>Empregado Especialistas/Qualificado</i>
ARGENTINOS					
Coeficiente	0,01915	0,02176	0,04034	-0,03296	0,01552
Significância	0,450	0,380	0,008	0,112	0,440
Razão de Chances	1,019	1,022	1,041	0,968	1,016
BOLIVIANOS					
Coeficiente	0,18778	0,08490	-0,00015	-0,03637	-0,01997
Significância	0,056	0,067	0,994	0,479	0,481
Razão de Chances	1,207	1,089	1,000	0,964	0,980
CHILENOS					
Coeficiente	0,02703	0,06080	0,02272	-0,02886	0,01141
Significância	0,621	0,185	0,288	0,333	0,635
Razão de Chances	1,027	1,063	1,023	0,972	1,011
PARAGUAIOS					
Coeficiente	-0,00483	0,01594	0,01564	0,05804	0,01462
Significância	0,953	0,769	0,429	0,224	0,639
Razão de Chances	0,995	1,016	1,016	1,060	1,015
PERUANOS					
Coeficiente	0,23422	-0,00024	0,00348	0,02867	0,02211
Significância	0,030	0,997	0,883	0,532	0,457
Razão de Chances	1,2639	0,9998	1,0035	1,0291	1,0224

URUGUAIOS					
Coeficiente	0,06147	0,03505	0,01473	-0,02620	0,04542
Significância	0,160	0,177	0,298	0,310	0,061
Razão de Chances	1,063	1,036	1,015	0,974	1,046
CHINESES					
Coeficiente	0,02843	-0,01440	-0,00766	-0,06299	0,02754
Significância	0,456	0,619	0,784	0,161	0,671
Razão de Chances	1,029	0,986	0,992	0,939	1,028
COREANOS					
Coeficiente	0,06522	0,02989	0,04145	-0,05209	-0,03345
Significância	0,091	0,444	0,242	0,353	0,579
Razão de Chances	1,067	1,030	1,042	0,949	0,967

FONTE: Elaboração própria a partir dos dados do Censo 2000 - IBGE

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esse artigo teve como proposta verificar as chances dos imigrantes internacionais residentes no Brasil se inserirem em localizações intermediárias de classes. Também, avaliar se o tempo de residência no país afetava essas chances, além de identificar as localizações de concentrações dos grupos étnicos. Para isso, tomamos como referência a teoria do *middleman*, bem como as respectivas críticas que lhes foram feitas.

Kesler e Hout (2010), Halter (2007) e Aldrich e Waldinger (1990) afirmaram que há uma desproporcionalidade nas taxas de empreendedorismo e de trabalhadores autônomos entre os grupos de imigrantes, devido à organização dos grupos, às redes, aos recursos dos grupos, bem como às características de seus membros. Nesse estudo, verificamos que tal desproporcionalidade existe. De fato, a origem nacional dos imigrantes está associada à probabilidade deles ocuparem determinadas posições de classe.

As localizações de maior concentração para todos imigrantes internacionais, comparados aos brasileiros migrantes, são as de pequeno empregador, contra-própria especializado e qualificado; e não as de trabalhadores em geral. A localização de capitalista apresentou-se como importante para a concentração de argentinos, coreanos ou chineses, quando comparada à posição de trabalhador em geral.

Quando analisamos a localização intermediária de gerentes ou supervisores, os argentinos, os chilenos, os coreanos ou os chineses têm maiores chances do que os brasileiros de se inserirem nessas posições. Já os bolivianos têm menos chances de serem gerentes ou supervisores (coeficiente negativo), comparados aos brasileiros.

Os resultados não confirmam a hipótese da teoria do mercado segmentado de que os imigrantes teriam maiores chances de se posicionarem nas localizações que não exigem ativos de capital, qualificação ou autoridade, quando comparadas a categoria de referência do modelo: trabalhadores em geral. Os achados do primeiro modelo suportam a hipótese da teoria do *middleman* (Bonacich, 1973) de que são nas localizações intermediárias que há maior probabilidade dos imigrantes internacionais estarem, quando comparados aos brasileiros.

Entretanto, os achados quanto ao tempo de residência no local de destino não suportam a hipótese de Bonacich (1973) de que tal variável é um fator importante ou mesmo determinante das localizações intermediárias ocupacionais dos imigrantes internacionais no mercado de trabalho da sociedade hospedeira. Os resultados mostram-nos não só que esse fator não tem a importância que a autora sugere, como também que seu efeito, na verdade, é oposto. Ou seja, para aqueles grupos de imigrantes em que o tempo de residência na sociedade hospedeira apresentou-se significativo, quanto maior o tempo de residência, maiores as chances de inserção nas localizações intermediárias de classe no mercado de trabalho e na posição de topo, isto é, capitalista.

Tais encontros reforçam o argumento de Aldrich e Waldinger (1990) e, talvez, entrem em acordo com a análise de Roberts (1995), já que, para investir em negócio próprio de pequeno, médio ou grande alcance, o imigrante deve ter o interesse em permanecer por um tempo mais prolongado no local de destino, uma vez que os riscos desses negócios são maiores do que o de ser um empregado e o prazo para retorno de tais investimentos não é pequeno. Além disso, o maior tempo de permanência no local de destino é um indicador importante do grau de sociabilidade e/ou captação de capital social. Isso afeta os laços sociais, que aumentam ao longo tempo, bem como influencia na quantidade e na qualidade das informações sobre oportunidades no mercado de trabalho (Cunha and Jakob, 2010). Com isso, o imigrante pode reduzir os riscos de investimento.

Em suma, sugerimos com esse estudo que a inserção dos imigrantes em localizações intermediárias de classes possa ser explicada mais pela estrutura de oportunidades no mercado de trabalho favorecidas pelas características e estratégias destes grupos étnicos como argumentado por Aldrich e Waldinger (1990) e Kesler e Hout (2010), sendo essa uma boa análise para estudos futuros.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALDRICH, H.; WALDINGER, R. 1990. Ethnicity and entrepreneurship. *Annual review of sociology* [S.I.], v. 16, n. 1, p. 111-135.
- ANTICO, C. 1998. Imigração internacional no Brasil durante a década de 80: explorando alguns dados do censo de 1991. *XI Encontro Nacional de Estudos Populacionais da ABEP*. Caxambu: ABEP, p. 665-685.
- BONACICH, E. 1973. A theory of middleman minorities. *American sociological review* [S.I.], v. 38, n. 5, p. 583-594.
- CUNHA, J. M. P.; JAKOB, A. A. E. 2010. Segregação socioespacial e inserção no mercado de trabalho na Região Metropolitana de Campinas. *Revista Brasileira de Estudos de População* [S.I.], v. 27, n. 1, p. 115-139.
- GUIMARÃES, N. 2009. Dança das cadeiras. Desemprego e segregação de percursos em São Paulo e Paris. *Desemprego uma construção social: São Paulo, Paris e Tóquio*. Belo Horizonte: Argumentvm, p. 43-66.
- HALTER, M. 2007. Cultura econômica do empreendimento étnico: caminhos da imigração ao empreendedorismo. *RAE* [S.I.], v. 47, n. 1, p. 116-123.
- KESLER, C.; HOUT, M. 2010. Entrepreneurship and immigrant wages in US labor markets: A multi-level approach. *Social Science Research* [S.I.], v. 39, p. 187-201.
- LIGHT, I. 1972. *Ethnic enterprise in America: business and welfare among Chinese, Japanese, and blacks*. Los Angeles: University of California Press.
- _____. Immigrant and ethnic enterprise in North America. *Entrepreneurship: critical perspectives on business and management* [S.I.], v. 7, n. 2, p. 179, 2002.
- LIGHT, I. 1995. *et al.* Ethnic economy or ethnic enclave economy? *New migrants in the marketplace: Boston's ethnic entrepreneurs* [S.I.], p. 23.
- MARTES, Ana Cristina B. 1999. "Os imigrantes brasileiros e as igrejas em Massachusetts". In: REIS, Rossana R. e SALES, Teresa (orgs.) *Cenas do Brasil migrante*. São Paulo, Boitempo.
- _____. Beyond the ethnic enclave economy. *Soc. Probs.* [S.I.], v. 41, p. 65, 1994.
- OLIVEIRA, C. R. D. 2004. Empresários de origem imigrante em Portugal. Oportunidades étnicas e estruturais e recursos pessoais. *Actas dos ateliers do Vº Congresso Português de Sociologia*. Lisboa.
- PIORE, M. 1979. *Birds of passage: Migrant labor and industrial societies*. Cambridge University Press Cambridge.
- PORTES, A. 1995. *The economic sociology of immigration: essays on networks, ethnicity and entrepreneurship*. New York: Russell Sage Foundation.
- PORTES, A.; BACH, R. 1985. *Latin journey: Cuban and Mexican immigrants in the United States*. Univ of California Pr on Demand.
- RAIJMAN, R.; TIENDA, M. 2003. Ethnic foundations of economic transactions: Mexican and

- Korean immigrant entrepreneurs in Chicago. *Ethnic and Racial Studies* [S.I.], v. 26, n. 5, p. 783-801.
- ROBERTS, B. R. Socially expected durations and the economic adjustment of immigrants. In: PORTES, A. 1995. (Ed.). *The economic Sociology of immigration: essays on networks, ethnicity, and entrepreneurship*. New York: Russell Sage Foundation,
- SALA, G. A. 2005. *Características demográficas e sócio-ocupacionais dos migrantes nascidos nos países do Cone Sul residentes no Brasil*. (2005). 243p f. (Doutorado) - Departamento de Demografia, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.
- SANDERS, J.; NEE, V. 1987. Limits of ethnic solidarity in the enclave economy. *American sociological review* [S.I.], v. 52, n. 6, p. 745-773.
- SILVA, S. 1998. Costureiros hoje e oficinas amanhã? indagações sobre a questão da mobilidade econômica e social entre os imigrantes bolivianos em São Paulo. ENCONTRO NACIONAL SOBRE MIGRAÇÃO, 1. Curitiba, novembro 1997. *Anais... Curitiba* [S.I.], p. 383-394.
- _____. Bolivianos em São Paulo: entre o sonho e a realidade. *Estudos Avançados* [S.I.], v. 20, p. 157-170, 2006.
- SOARES, S. 2000. O perfil da discriminação no mercado de trabalho: homens negros, mulheres brancas e mulheres negras. *IPEA, texto para discussão 769* [S.I.].
- VAN TUBERGEN, F. 2004. et al. The economic incorporation of immigrants in 18 western societies: origin, destination, and community effects. *American Sociological Review* [S.I.], v. 69, n. 5, p. 704-727.
- VILELA, Elaine M. 2002. *Sírios e libaneses e o fenômeno étnico: os jogos de identidades*. (2002). (Mestrado) - Departamento de Sociologia e Antropologia, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.
- _____. *Imigração internacional e estratificação no mercado de trabalho brasileiro*. (2008). 166p f. (Doutorado) - Departamento de Sociologia e Política, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2008.
- _____. Alguns determinantes de estratificação dos imigrantes internacionais recentes no mercado de trabalho brasileiro. In: NEVES, J. A. B. (Ed.). *Educação, trabalho e desigualdade social*. Belo Horizonte: Argvmentvn, 2009. p. 96-130.
- _____. Desigualdade e discriminação no mercado de trabalho brasileiro: o caso dos imigrantes internacionais. No prelo.
- WILSON, K.; MARTIN, W. 1982. Ethnic enclaves: A comparison of the Cuban and Black economies in Miami. *American Journal of Sociology* [S.I.], v. 88, n. 1, p. 135-160.
- WILSON, K.; PORTES, A. 1980. Immigrant enclaves: An analysis of the labor market experiences of Cubans in Miami. *American Journal of Sociology* [S.I.], v. 86, n. 2, p. 295-319.
- WRIGHT, E. O. 1978. Race, class and income inequality. *American Journal of Sociology* [S.I.], v. 83, n. 6, p. 1368-1397.
- _____. *Class structure and income determination*. Madison: Academic press, 1979.

ABSTRACT

The main objectives of this paper seek: a) to verify if there are groups of recent international immigrants, living in Brazil, with more chances of locating themselves in intermediate occupational strata when compared to Brazilians; b) to identify what groups of immigrants are these and what are the positions of greater concentration of these groups; c) to examine whether residing for a shorter amount of time in the host society positively affects the location of immigrants in the intermediate class positions. These ideas are based on Bonacich's (1973) discussions and her critics on the concentration of immigrants in a middleman position.

The results indicate that international immigrants, when compared to Brazilians, have

greater chances of positioning themselves in intermediate class positions. The class positions with the highest concentration of international immigrants are self-employed individuals and small businessmen and not workers in general. However, when we considered national origin, we found that there is some disproportion in the chances of the international immigrants locating themselves in intermediate positions. We emphasize that the fact of immigrants staying or having the intention of residing in a given location for a longer period of time, or even of permanently remaining in a given location, positively affects their chances of becoming self-employed workers or small businessmen, contradicting Bonacich's (1973) thesis.

KEYWORDS

International immigrants, national origin, intermediate class positions, length of residence.

SUBMETIDO EM

Novembro de 2010

APROVADO EM

Novembro de 2011

Elaine Meire Vilela

Professora adjunta do Departamento de Sociologia e Antropologia da Universidade Federal de Minas Gerais.

Flavia Pereira Xavier

Professora assistente do Curso de Ciências Sociais da Universidade Federal do Tocantins.

IDENTIDADE, NAÇÃO E IDENTIDADE NACIONAL: UMA PROPOSTA DE LEITURA SEMIÓTICA DO 11 DE SETEMBRO

Erica Simone Almeida Resende

RESUMO

O objetivo deste artigo é problematizar os conceitos de identidade, nação e identidade nacional, num diálogo com base na Linguística, na Semiologia e nos Estudos Culturais, a fim de propor uma leitura semiótica desses conceitos para aplicação nas Ciências Sociais. Ao destacarmos o papel de significados e de represen-

tações nos processos sociais de construção de sentidos da identidade nacional, procuraremos demonstrar como a articulação da ideia do “nacional” ocorre no plano do discurso. Finalmente, aplicaremos nossas considerações em um momento de crise de identidade nacional: o Onze de Setembro.

PALAVRAS-CHAVE

Identidade – Nação – Identidade nacional – Semiótica – Onze de Setembro

Em termos vulgares, a noção de identidade se refere a quem somos e a qual grupo pertencemos. Assim como classe, ou etnia, a noção de identidade funcionaria como uma espécie de “rótulo” para classificar indivíduos de acordo com os grupos aos quais pertencem. Seria esse sentido que a noção de identidade assume quando fazemos referência, no senso comum, a um indivíduo ser “brasileiro”, “mulçumano”, “operário”, “negro” etc. Nesse caso, o tratamento acordado ao conceito em muito se assemelha àquele dado a diversos outros conceitos comuns à área social, como classe, gênero, ou etnia, por exemplo, tão privilegiados em estudos antropológicos e sociais de epistemologia causal e metodologia empírica.

Em outras palavras, o senso comum do conceito difunde uma concepção de identidade pré-social: uma coletividade isolada, no tempo e no espaço, sem conhecimento de outras entidades sociais. Temos, então, uma identidade de essência pré-dada, imutável, estável e eterna, ontologicamente intrínseca a si mesma e passível de conhecimento racionalista e positivista. A nosso ver, o interesse das Ciências Sociais pelo tema de identidades era devido, em grande parte, a tal concepção de identidade como categoria¹.

No entanto, apesar da crescente popularidade do tema das identidades nas Ciências Sociais², estamos ainda longe de uma definição consensual do conceito. Nesse sentido, a afirmação de Gleason (1983) ainda é válida: identidade, como hoje conhecemos, seria uma construção social recente e, portanto, ainda complicada. Charles Taylor (1989), por exemplo, postula que o conceito era impensável antes do século XVI. O fato é que, apesar de todos usarem a palavra no cotidiano, o conceito de identidade ainda é escorregadio. É importante, assim, enfrentar o desafio de sua conceituação.

Ademais, seria válido dedicar alguma atenção a essa tarefa porque nossa experiência nos mostrou que os usuários acadêmicos da palavra “identidade” não sentem muita necessidade em explicar seu significado, sobretudo suas variações históricas³. Estranhamente, parecem supor que todos os seus leitores terão o mesmo en-

¹ Charles Pierce, George Meade e William James, por exemplo, buscaram entender como as identidades influenciavam a realidade social e/ou eram por ela influenciada. O entendimento compartilhado era que a identidade seria capaz de explicar comportamentos individuais e/ou coletivos.

² Para um panorama da recente literatura sobre identidades, ver Brubacker e Cooper (2000).

³ Para um estudo abrangente sobre o conceito de identidade, ver Gleason (1983) e Mackenzie (1978).

tendimento acerca do significado de identidade. Até mesmo em trabalhos em que a identidade é tratada como variável dependente primária, ou independente, notamos uma presunção quanto ao entendimento que os leitores fazem sobre identidade⁴.

1999), por exemplo, cita 14 definições distintas empregadas em diferentes áreas das Ciências Humanas, das quais destacamos as seguintes como representativas:

A identidade é formada por processos sociais. Uma vez cristalizada, é mantida, modificada ou mesmo remodelada pelas relações sociais. Os processos sociais envolvidos na formação e conservação da identidade são determinados pela estrutura social. (Berger, Luckmann 2008: 228)

Identidade nacional descreve a condição pela qual a massa da população faz a mesma identificação com símbolos nacionais – tendo internalizado os símbolos da nação – de forma a poderem atuar como um grupo psicológico no caso de uma ameaça a, ou na possibilidade de melhorar, esses símbolos de identidade nacional. (Bloom 1990: 52);

[Identidade se refere às] formas pelas quais indivíduos e coletividades são diferenciados em suas relações sociais com outros indivíduos e coletividades. (Jenkins 1996: 4);

Minha identidade é definida pelos compromissos e identificações que fornecem a moldura ou horizonte dentro do qual posso tentar determinar caso a caso o que seria bom, ou valioso, ou o que deve ser feito, ou o que endosso ou rejeito. (Taylor 1989: 27)

A primeira reação ao oceano anárquico de definições identificado por Fearon seria simplesmente a rejeição do conceito de identidade por sua natureza vaga e indefinida⁵. Todavia, alguns elementos nos permitem reconhecer que a noção de identidade parece convergir na direção de duas acepções distintas, porém não muito distantes entre si: identidade coletiva, como categoria social, e identidade pessoal, como distinção individual.

A primeira se refere à identidade coletiva de um grupo de indivíduos – reunidos sob um tipo de rótulo – e que são diferenciados pelas regras, normas, valores, características e atributos que regem seu pertencimento ao grupo. A segunda acepção descreve os atributos, crenças, desejos, qualidades etc. que cada indivíduo entende

⁴ Como exemplo, citamos Calhoun (1991) e Fox (1985), que nem problematizam a identidade de seus leitores.

⁵ Para uma crítica mais elaborada, ver Brubaker e Cooper (2000).

que o torna único e especial em relação aos demais. Trata-se de identidade pensada como individual e voluntária, e como fonte de distinção. Contudo, em ambos os casos, ela é pensada em termos de “ser sujeito”.

Segundo Benwell e Stokoe (2006), pensar identidade dessa forma se deve à própria História dos estudos sobre identidades, que começaram a refletir sobre o tema como de forma atrelada à questão da construção do “projeto do ‘Eu’” (Benwell, Stokoe 2006: 18). Para as autoras, os ideais característicos do racionalismo e do idealismo Iluministas; fizeram com que a identidade fosse pensada com foco no indivíduo⁶. Com efeito, Charles Taylor (1989) destaca a relação entre a identidade e a noção de indivíduo como “sujeito de autointerpretação” (“self-interpreting subject”), que deve ser atribuída a Descartes e Locke.

Para Taylor (1989), o indivíduo passou a ser concebido como um sujeito de ação autossuficiente dotado de racionalidade instrumental, cujo “Eu” é criado com base na acumulação de experiência e de conhecimento em seu intelecto no contexto do Iluminismo. Enquanto que a separação feita por Descartes entre mente e corpo abriu caminho para uma subjetividade independente de influência externa, a ênfase dada por Locke à capacidade reflexiva da mente facilitou a construção da noção de “sujeito soberano”. Taylor advoga que, ao conceberem um “agente humano capaz de se refazer por meio da ação disciplinada e metodológica” (Taylor 1989: 159), Descartes e Locke formularam uma concepção específica de identidade que viria a se tornar dominante na modernidade: identidade como instrumento da execução do “projeto do ‘Eu’”, conforme assinalado por Benwell e Stokoe.

A fim de romper com uma concepção de identidade que estivesse identificada com o próprio projeto da modernidade, sobretudo quando este começa a entrar em crise com os desafios da pós-modernidade, propomos uma aproximação dos debates em torno da questão identitária, promovidos pela Sociologia, Linguística, Semiologia e pelos Estudos Culturais. Entendemos que tal diálogo nos levará a uma concepção semiótica de identidade capaz de abri-la aos novos tempos de modernidade tardia, pós-modernidade e modernidade líquida.

Com relação ao conceito de nação, é possível afirmar com segurança que não existe uma definição consensual sobre seu significado⁷. Aliás, não há consenso sobre

⁶ Com base no verbete “identity” do *Oxford English Dictionary*, Benwell e Stokoe (2006) também indagam se a própria etimologia da palavra não privilegiaria identidade como fenômeno unificado e interno ao “Eu”.

⁷ Alter (1985: 19) questiona a possibilidade de uma definição sistemática e abrangente para o termo.

a partir de que momento se tornou possível falar em nação. Entretanto, o debate parece se conduzir ao longo de duas ideias norteadoras: “nação” no sentido de uma nação política nascida da vontade (“as an act of will”)⁸ e “nação” no sentido cultural⁹, que em muitos casos envolve uma entidade linguística e etnicamente constituída¹⁰.

Ao tentar conciliar as duas vertentes, Ernst Renan (1996)¹¹ descreve nação como uma “alma”, um “princípio mental” determinado pela “posse comum de uma rica herança de memórias” e pelo “desejo atual de viver junto, a vontade de preservar a herança”, o que faz conceber nação como uma “grande comunidade em solidariedade” (Renan 1996: 46-47). Para ele, a “vontade subjetiva” de um grupo de indivíduos que decidem voluntariamente a se comprometer em torno de um passado comum e um desejo por um futuro comum seria decisiva para formar a nação. “Um grande grupo de pessoas de mente sensata e coração aberto cria a consciência moral que é chamada de nação” (Renan 1996: 48).

Renan falou desse desejo por passado e futuro em comum, de “ter feito grandes coisas juntos, e querer fazer ainda mais no futuro” (“avoir faire de grandes choses ensemble, vouloir en faire encore”). Vivendo a época da disputa franco-alemã sobre a região da Alsácia-Lorena, ele postulava que a existência de uma nação se baseava em um “plebiscito diário”, que exigia até mesmo o esquecimento coletivo.

⁸ Privilegiando a dimensão política, Habermas (1994) desenvolve o conceito de patriotismo constitucional ao substituir cultura por princípios universais. A base da unidade nacional deixa de ser um passado comum imaginado para ser a universalidade dos direitos da cidadania. Críticos de Habermas, porém, apontam a não-problematização de uma equação supostamente direta entre cidadania e identidade nacional. Ver Richter (1994).

⁹ Renan cunha os termos “Willensnation” para designar a ideia de nação como produto de vontade política, e “Kulturnation” para expressar a dimensão cultural, linguística e étnica da nação. Para uma amostra representativa do tratamento dispensado ao tema, ver Balakrishnan (1996).

¹⁰ Anderson (1991) postula que a unidade linguística de uma comunidade pode ser resultado de intervenções aleatórias. Ele também destaca que as fronteiras nacionais não coincidem necessariamente com as fronteiras linguísticas. Como exemplos, ele cita a América Latina, com uma dezena de nações distintas, mas todas tendo o espanhol como língua oficial; e a Bélgica, com três idiomas oficiais. Já Hobsbawm (1990: 15) entende que, apesar de muitas comunidades preencherem esses critérios, isso não implica que sejam nações. Por outro lado, existiram, segundo ele, nações que, mesmo sem atender a esses mesmos critérios, são reconhecidas como tais.

¹¹ Para uma crítica da caracterização de Renan para “nação”, ver Bauböck (1991), Richter (1994), Silverman (1994) e Euchner (1995).

Ele dizia, por exemplo, que ser francês era esquecer diariamente os massacres de São Bartolomeu¹².

Entretanto, tentar definir nação com base nas dimensões de *polity* e cultura é tarefa traiçoeira que deve ser abandonada. Trabalhar com binários, especialmente em terreno tão espinhoso, delicado e sensível como este significa arriscar cair em dicotomias¹³. O importante é reconhecer que as duas dimensões parecem convergir para diferenciar nação das outras formas de identidade coletiva no sentido de que, seja qual for sua origem, a nação somente se realiza ao se imaginar como tal. Em outras palavras, ela se realiza pelo discurso.

Chegamos então ao conceito de nação como comunidade imaginada, conforme proposta de Anderson em oposição a Gellner (1964, 1983) e Smith (1979, 1983, 1993). Enquanto o primeiro enxergava nação e nacionalismo como produtos da modernidade e da industrialização¹⁴, o segundo sustentava que eram produtos da fusão singular de reivindicações ideológicas modernas e pré-modernas. Ambos, em linhas gerais, concebem nação como produto da ideologia, divergindo somente na definição sobre se ela é fenômeno antigo; ou moderno. Já Anderson (1991) procurou compreender a fenomenologia da nação, mapeando as condições históricas de seu surgimento e explorando as práticas que possibilitaram sua primazia em relação a outros tipos de arranjos políticos.

Fascinado pelos movimentos nacionalistas do sudeste asiático¹⁵ e motivado pela crença de que os estudiosos radicais da esquerda subestimaram a força do

¹² Episódio sangrento da História francesa, quando protestantes franceses foram violentamente reprimidos pelos reis franceses católicos. Por ordem da Casa Real, o massacre se iniciou na noite de São Bartolomeu (24 de agosto) de 1572 e se arrastou por meses, vitimando de 70 a 100 mil protestantes franceses.

¹³Não espanta, portanto, a crítica formulada por Richter (1994), de que o binário “Willensnation”/“Kultursnation” tende a se transformar em uma dicotomia, opondo o “bon” modelo de “Willensnation” ao “mau” modelo de “Kultursnation”, sobretudo quando a França do século XIX é tomada como representante do primeiro, e a Alemanha, não-unificada, do segundo, como faz a maioria desses estudos. Afinal, prossegue, nação é pensada como um padrão de interpretação socialmente construído no qual o mundo é visto com base na diferença entre “nós” e “eles”.

¹⁴ Sobre nação e nacionalismo como invenções da modernidade, ver também Hobsbawm e Ranger (1983).

¹⁵ Na verdade, tal fascinação advém do desencanto sentido por Anderson em relação ao fracasso de experiências radicais marxistas, que ele acusava de terem subestimado a força do nacionalismo moderno.

nacionalismo no mundo moderno, Anderson decide explorar as razões culturais do fracasso da esquerda nas lutas de descolonização daquela região. Em especial, ele buscava compreender as dificuldades de implementação de um Estado socialista, após a luta de independência indonésia entre 1945 e 1949¹⁶.

Sua preocupação era descobrir como e por que os indivíduos passavam a acreditar que pertenciam a uma determinada “nação” que merecia ter soberania sobre um território e à qual deviam lealdade a ponto de morrer por ela. De onde surgia tamanho sentimento de identificação entre indivíduos e nação? Afinal, afirma ele, o sentimento não parecia existir nem em povos tribais nem no sistema antigo europeu. Anderson propõe, então, que o nacionalismo deixasse de ser tratado como uma ideologia – semelhante ao liberalismo; ou ao socialismo – e fosse percebido como uma forma moderna de produção de afinidade entre os membros de uma coletividade. Nação deve ser entendida em termos de produção do sentimento de pertencimento à coletividade, afirma. Ao contrário de seus contemporâneos¹⁷, ele se recusa a privilegiar estruturas como modernidade e industrialização e retira do nacionalismo o rótulo de doutrina, ou “falsa consciência”.

Em referência direta a Gellner (1964), Anderson defende que as nações foram inventadas onde elas não existiam e, por isso, tiveram de ser imaginadas para, depois, poderem existir. Por essa razão, ele privilegia os processos de construção do imaginário coletivo ao definir nação como “comunidades imaginadas”. Elas se diferenciam entre si, “não por sua autenticidade, mas pela forma pelas quais são imaginadas”. E elas são imaginadas simultaneamente como limitadas e soberanas. Anderson (1991: 6-7, grifos nossos):

É imaginada porque até os membros das menores nações nunca conhecerão a maioria dos outros membros, nem os encontrarão, nem nunca ouvirão falar deles; no entanto, na mente de cada um deles vive a imagem de sua comunhão. (...) A nação é imaginada como limitada porque até mesmo a menor delas (...) possui fronteiras finitas, ainda que elásticas, para além das quais existem outras nações. Nenhuma na-

¹⁶ Vendo as lutas de independência como culminação de duas décadas de hostilidade entre socialismos existentes na região, Anderson (1991) observa que as partes envolvidas no conflito faziam cada vez menos referências à ideologia socialista e cada vez mais a interesses nacionais cristalizados. Ele argumenta que a crescente penetração do nacionalismo nos regimes originalmente comprometidos com a causa proletária apontava para a necessidade de reavaliar a forma pela qual a esquerda tratava a questão nacional.

¹⁷ Ver Deutsch (1953), Gellner (1964, 1983), Hobsbawm (1990) e Smith (1979, 1983, 1993).

ção imagina que suas fronteiras coincidam com as da humanidade. (...) É imaginada como soberana porque o conceito nasceu em uma era em que Iluminismo e Revolução estavam destruindo a legitimidade do reino dinástico, hierárquico e ordenado pelo divino.

Anderson foi capaz de enxergar que os nacionalismos deveriam ser concebidos em relação aos grandes sistemas culturais que os precederam. Entre esses sistemas, Anderson cita como a religião, a dinastia e o feudalismo entraram em colapso relativamente no mesmo período, provocando uma ruptura na forma pela qual os indivíduos equacionavam lealdade, poder, legitimidade e espaço-tempo.

Para Anderson (1991: 36), a morte da religião, da dinastia e do feudalismo teria criado as condições necessárias para a articulação e a emergência de uma nova forma de consciência (a nação) que se mostrou capaz de preencher o vazio deixado pela perda das tradições:

[E]ntendo que a própria possibilidade de imaginar a nação somente tenha surgido historicamente quando e onde três concepções culturais fundamentais, todas antigas, perderam seu controle sobre as mentes dos indivíduos. A primeira é a ideia de que uma linguagem escrita específica [o latim, para Anderson] tenha oferecido acesso privilegiado à verdade ontológica, justamente porque ela era inseparável da própria verdade. (...) A segunda ideia era a crença de que a sociedade estava naturalmente organizada em torno de e sob centros altos de monarcas, indivíduos destacados dos demais e que governavam por uma forma de dispensação cosmológica (divina). (...) A terceira era uma concepção de temporalidade na qual cosmologia e história eram inseparáveis, as origens do mundo e dos homens eram essencialmente idênticas.

Anderson também inova ao reconhecer que o nacionalismo poderia ser uma força positiva para a mudança. Apesar de ser imaginada, nenhuma outra invenção humana possuiria tanta força, visto que a nação seria capaz de “inspirar amor, e às vezes até sacrifício em nome desse amor”, observa Anderson (1991: 141). Ele postula que somente o nacionalismo seria capaz de substituir a religião na definição de questões metafísicas sobre vida e morte, posto que nenhuma ideologia conseguiria competir com a capacidade da nação em criar lealdades. “Tente imaginar, digamos, a tumba do marxista desconhecido ou do cenotáfio em homenagem aos liberais. Pode-se imaginar algo mais absurdo?”, pergunta Anderson (1991: 37).

Também importante, especialmente para nossa pesquisa, é a forma como a nação é imaginada em termos de igualdade e de uniformidade. Anderson afirma que seus membros são imaginados iguais e ligados à mesma unidade, apesar de as diferenças persistirem:

A nação é uma comunidade imaginada porque, independente da real desigualdade e exploração que possam prevalecer, a nação é sempre concebida como profunda e horizontal camaradagem. Afinal, foi essa fraternidade que permitiu, nos últimos dois séculos, que milhões de indivíduos não apenas matassem como também morressem voluntariamente em nome destes limites imaginados (Anderson 1991: xx).

A tese de Anderson, porém, não é pacífica. Ao relacionar imperialismo, nacionalismo e dominação, Chatterjee (1991) observa como Anderson ignorou as formas anticoloniais de nacionalismo que não se limitavam a imitar os tipos “modulares” de sociedades europeias. Ele sugere que o entendimento do nacionalismo colonial na Índia requer a distinção entre as esferas “material” e “espiritual” da estrutura social da nação. Enquanto a primeira foi de fato “colonizada” pelas formas modulares de nacionalismos analisadas por Anderson, a última conseguiu preservar suas tradições sacras. Já Ullock (1996) postula que o enfoque imaginário proposto no início da obra é, aos poucos, substituído pelo caráter circulatório do nacionalismo, fazendo com que Anderson caia no problema da anterioridade do Estado.

Apesar de não estar isenta de críticas, sua definição de nação ainda demonstra fôlego, sobretudo devido à forma como ela possibilita articular nação e imaginário. Se a nação é uma comunidade imaginada, isto se deve ao conjunto comum de significados e representações que a coletividade tem de si e de seus membros: suas fronteiras, quem pode estar dentro e quem deve estar fora, seus atributos, sua autonomia etc. Recorrendo a Lacan, é o Imaginário que dá o horizonte da nação, o que é possível pensar e dizer sobre ela.

Se a nação é uma comunidade imaginada, de que forma seus membros experimentam o sentimento de pertencimento? Como conseguem se imaginar membros de uma “grande comunidade em solidariedade”? Como podem estar tão certos de que fizeram “grandes coisas juntos” e de que querem “fazer ainda mais no futuro”? Como pode algo imaginado produzir sentimentos tão fortes que seus membros se ofereçam em seu sacrifício? Como ela atinge nossas mentes, convence-nos de sua “verdade” e nos faz acreditar e nos comprometer com sua proposta de pertencimento? Como nos faz ter emoções por ela?

A resposta é sugerida por Stuart Hall, que vê nação como algo construído pelo discurso, em geral por narrativas, representações e símbolos da cultura nacional. Para Hall, a nação não constitui uma formação política, mas sim um “sistema de representações culturais” por meio do qual uma comunidade imaginada é representada, interpretada e construída: “Os indivíduos não são somente cidadãos de uma nação; são participantes da ideia de nação como representada na cultura nacional” (Hall, Gay 1996: 612).

Para Hall, o imaginário não surge do nada. Por exemplo, para imaginar aquilo que é “claro”, é necessário ter uma representação do que é “escuro”. Se não temos como representá-lo, não podemos imaginá-lo. O imaginário seria formado por um sistema de representações a partir do qual criamos associações entre indivíduos, objetos, espaços, tempos, atos e lugares, conectamos uma coisa à outra, excluimos outras, separamos o extraordinário do mundano etc. Com base nesse sistema de representações, damos sentido ao mundo. São nossos pontos de referência para crenças, valores, normas e conhecimentos.

Assim, imaginar nação requer um acervo de representações que dê sentido à experiência do “nacional”. O horizonte – em termos do que seja possível imaginar – está na linguagem e na cultura. São elas que produzem os códigos mentais com os quais significamos a nação: “As culturas nacionais constroem identidades ao produzirem significados da ‘nação’ com os quais podemos nos identificar; eles estão contidos nas histórias contadas sobre ela [nação], memórias que conectam o presente ao passado, e que imagina quais [desses significados] a constroem” (Hall, Gay 1996: 613).

Assim, com base na cultura, experimentamos a nação, apagando diferenças de classe, etnia, ou gênero, para produzir um sentimento de unidade nacional. Cabe à cultura produzir “imagens, representações e ideias” para permitir que a totalidade social, formada por pedaços separados e fragmentados, seja “coerentemente experimentada como um todo” (Hall 1977: 340). A nação é “uma forma de construir significados, que influencia e organiza nossas ações, e a concepção que fazemos de nós mesmos” (Hall, Gay 1996: 613).

Devemos parar um instante para definir um termo que já foi utilizado algumas vezes, mas que agora merece maior atenção, a fim de avançarmos em nossa discussão sobre nação e identidade nacional: cultura. Assim como Viveló (1978: 55), concebemos “cultura” como um sistema de regras e princípios de comportamento adequado, análogo à gramática de uma língua, que define o padrão da “fala culta”. Não estamos falando de produtos, ou de artefatos culturais em si, nem do comportamento *per se*, e sim dos padrões do que é aceitável, esperado, adequado, apropriado a uma sociedade.

Nas palavras de Geertz (1973: 44), que também consideramos pertinentes à definição aqui adotada, não devemos ver cultura como “padrões complexos de comportamento”, e sim como “um conjunto de mecanismos – planos, receitas, regras, instruções (o que os engenheiros da computação chamariam de programa) – para reger o comportamento”. Trata-se de cultura como fonte produtora do senso comum, consoante a Hall (1977: 325).

O que passa por senso comum em nossa sociedade – o resíduo das sabedorias abso-

lutamente básicas e comumente acordadas e consentidas – nos ajuda a classificar o mundo em termos simples, mas significativos. Senso comum não requer racionalização, argumentação, lógica, pensamento: está espontaneamente disponível, totalmente reconhecível, amplamente compartilhado. De fato, ele parece como sempre tivesse existido, um saber sedimentado, basilar à ‘raça’, uma forma de saber ‘natural’, cujo conteúdo mal se modificou ao longo do tempo. Entretanto, o senso comum possui um ‘conteúdo’, e uma história.

A ideia do senso comum, fundamental para Hall, é produto da influência de Gramsci, Althusser e Barthes em sua teoria cultural. Até hoje identificado com os Estudos Culturais e de Mídia da Escola de Birmingham, Hall se dedica a investigar a relação entre cultura, política e ideologia na produção dos imaginários nacionais. Inserindo-se na crítica pós-estruturalista, sobretudo pela forma como concebe a participação da linguagem na construção da realidade, Hall revisa Gramsci e Althusser para conceber sujeito como produto discursivo inacabado, e poder como a prática de produção de categorias do senso comum.

A influência de Gramsci surge em Hall na forma como este concebe poder e ideologia. Tal como o italiano, Hall achava que o poder não se limitava aos aparelhos repressores do Estado, e sim se disseminava na cultura burguesa (ou indústria cultural, como prefere Hall): literatura, pintura, cinematografia, teatro, música, mídia etc. Enquanto os aparelhos repressivos exerciam poder via coerção, a cultura organizava as relações sociais pelo convencimento e pelo consenso. Assim como Gramsci, Hall via a hegemonia da classe dominante sendo exercida por meio do discurso ao definir as categorias de senso comum.

Conforme desenvolve Stuart Hall, os discursos articulam “uma forma de representação da ordem das coisas” à qual é atribuída uma perspectiva de “inevitabilidade natural ou divina, que a faz parecer [a representação] universal, natural e coincidente com a própria ‘realidade’” (Hall 1982: 65). Assim, os indivíduos consentem com determinadas estruturas de poder porque a classe dominante foi capaz de articular um discurso que os convenceu quanto ao caráter essencial, natural e legítimo das “verdades” que ele propaga. Influenciado por Gramsci, Hall postula que o senso comum se encontra na base da incapacidade dos indivíduos de reconhecerem a historicidade de sua posição em relação ao mundo em um determinado momento. Por apresentar resíduos do sistema ideológico anterior, o senso comum é capaz de ser experimentado como uma espécie de verdade eterna, natural e incontestável. Ao criar o “folclore do futuro” (Gramsci 1971: 326), o senso comum naturaliza o mundo e enfraquece a prática crítica: ele não é a verdade, mas se passa por ela.

Outra importante influência para Stuart Hall é a obra do crítico marxista

Louis Althusser, que teorizou sobre como os indivíduos aceitam e internalizam relações e normas sociais. Althusser postulava que os desejos, as escolhas, as intenções, as preferências, os julgamentos, etc. dos indivíduos seriam consequências de práticas sociais, razão pela qual era necessário compreender como a sociedade moldava os indivíduos à sua imagem. Rejeitando a noção de que os indivíduos eram naturalmente dotados de uma agência autoconsciente, Althusser achava que eles adquiriam essa imagem pelas práticas sociais que lhes impunham o papel de sujeitos (Althusser 1973: 95). Isso ocorreria, segundo ele, pela interpelação¹⁸.

Para Althusser, a ideologia representa a relação imaginada entre os indivíduos e sua condição de existência (Althusser 1970: 153). Reproduzida e disseminada nos valores, desejos, expectativas, preferências e disposições que perpassam e que cortam nosso cotidiano, a ideologia produz a falsa crença de que somos agentes autoconscientes. Ao invés disso, internalizamos seus conteúdos à medida que aprendemos o que deve ser considerado adequado, certo, possível e apropriado, o que lhe confere existência material (Althusser 1970: 155).

A cultura, para Stuart Hall, por pertencer ao conjunto dos aparelhos ideológicos do Estado identificado por Althusser, também exerce a função de produção, circulação e disseminação de discursos dominantes que transmitem a ideologia que sustenta a classe dominante. Por meio da interpelação, somos transformados em sujeitos de discursos dominantes conectados a estruturas e a práticas sociais. Nesse sentido, Hall (2000: 19) caracteriza a identidade como um “ponto de sutura” entre:

De um lado, os discursos e práticas que nos tentam “interpelar”, chamar ou convocar à nossa posição como sujeitos sociais de determinados discursos, e, de outro, os processos que produzem as subjetividades e que nos constroem como sujeitos que podem ser “ditos”. As identidades são, portanto, pontos de ligação temporária às posições de sujeitos que nos foram construídas pelas práticas discursivas.

A construção da subjetividade, ou melhor, da identidade, revela-se uma força colonizadora que constrange e direciona os indivíduos a pensarem, agirem e se comportarem segundo uma ideologia específica que é (re)produzida pelas mesmas práticas discursivas que interpelam os indivíduos e os posicionam como sujeitos

¹⁸ Althusser (1970) formula o conceito de “interpelação” para descrever os mecanismos de produção do sujeito no discurso. Ele sugere que a subordinação do sujeito se dá pela linguagem: um policial emite um chamado, um indivíduo se reconhece sendo chamado e se vira em resposta (Althusser 1970: 162-163). Esse é o momento, segundo Althusser, em que o indivíduo é transformado em sujeito social do discurso.

sociais naqueles mesmos discursos. Os indivíduos são “chamados” a ocuparem determinada posição na estrutura social, o que implica o reconhecimento e o consentimento passivo quanto àquela posição. A saída para escapar do poder colonizador dos discursos se localiza na reflexão crítica: somente por meio dela poderemos ter consciência de sua dinâmica controladora.

Ademais, torna-se igualmente necessário reconhecer o caráter performático dos processos de construção das subjetividades. Problematizando as identidades de gênero, Butler (1990) observa que identidade, além de prática discursiva na qual habitamos e à qual recorremos para significar a realidade, seria também uma “performance”, com todas as conotações de não-essencialismo, transiência e simulação que tal caracterização requer.

Para Butler (1990: 33), assim como não existe uma identidade essencial, natural e *a priori*, também não existe uma identidade por trás de suas respectivas expressões. Identidade, assim, seria constituída pela performance das expressões que dela resultam. Em outras palavras, a identidade seria construída culturalmente pela repetição de atos estilizados ao longo do tempo até produzirem a aparência de uma identidade nuclear, essencial e natural. Butler destaca como a execução repetitiva de determinados atos constrói as identidades de forma não-voluntária, atingindo a categoria do senso comum por meio de discursos disciplinadores de corpos e comportamentos.

Retomando nosso argumento sobre nação como sistema de representações culturais, agora se torna possível perceber a ligação entre o Simbólico e o Imaginário na construção da nação. As práticas culturais produzem significados e representações do que o senso comum informa que seja a nação: valores, aparências e histórias que a simbolizam e a diferenciam. Uma vez decodificados, os indivíduos são capazes de identificar a si próprios, diferenciando-se dos demais, e assim compreender sua posição no mundo.

Como isso ocorre? Recorremos à Semiologia de Roland Barthes para explicar a relação entre mito e identidade nacional. Seguindo a tradição marxista, e buscando sempre entender como a classe dominante consegue impor seus valores particulares e contraditórios ao operariado sem recorrer à força, Barthes (1972) faz uma interessante reflexão sobre a relação entre linguagem, discurso, hegemonia e realidade social com base no modelo de Saussure (1983).

Refletindo como simples objetos de nosso cotidiano, como vinho, margarina, detergente, televisão e filme; tornam-se capazes de transmitir mensagens diferentes e até contraditórias sem perder seu conteúdo original, Barthes (1972) emprega a noção de mito para explicar como a classe dominante consegue fazer com que seus interesses sejam entendidos e aceitos como interesses gerais. Tomemos seus comentários sobre o vinho.

Para Barthes (1972: 58), a representação do vinho como uma bebida fina, cujo

consumo seria hábito robusto e saudável, estaria em contradição com a própria realidade, já que claramente a natureza alcoólica da bebida não permite pensá-la como saudável. O vinho perdeu seu significado original (bebida alcoólica obtida da fermentação de uvas) e passou a significar outra ideia: um hábito saudável e de status social superior. Em termos saussurianos, o signo trocou de conteúdo sem perder a forma.

Como esse movimento é possível? Segundo o semiólogo, a imagem de uma garrafa de vinho tinto é um significante que se refere a um significado específico (bebida alcoólica fermentada à base de uvas). A burguesia, visando satisfazer interesses particulares (aumento das vendas de vinho, por exemplo), passa a oferecer uma leitura específica sobre o vinho, conferindo-lhe outros significados (hábito saudável, status social etc.), gerando o mito, que naturaliza o vinho como bebida que faz bem à saúde. Tal manipulação de significados, prossegue ele, somente torna-se possível no plano discursivo.

Aplicando a teoria de mitos ao tema da identidade nacional, Barthès (1972: 116) problematiza uma capa da revista *Paris Match* (Figura 1), que trazia a foto de um jovem soldado negro uniformizado em posição de saudação. O significante é o soldado. Nenhuma outra informação é possível, além do fato de ele ser negro e estar em posição de saudação. Na verdade, não se pode nem afirmar que ele é realmente soldado, já que poderia se tratar de um padeiro que pediu o uniforme emprestado de um amigo, postula Barthès. Todavia, a imagem está significando muito mais do que um jovem negro em posição de saudação.

Figura 2: Capa da revista francesa *Paris Match*.



Disponível em: < <http://www.scribd.com/doc/2342898/paris-match> >.

Acesso em: 14/04/2009.

Para Barthès (1972: 116), trata-se da representação da identidade nacional francesa articulada e reproduzida pelo mito da devoção ao império francês:

Inocentemente ou não, vejo perfeitamente o que está me sendo significado: que a França é um grande império, que todos os seus filhos, sem discriminação de cor, servem fielmente sob sua bandeira, e que não há melhor resposta aos detratores de um alegado colonialismo que o zelo demonstrado por esse negro ao servir seus supostos opressores. Deparo-me, portanto, com um sistema semiológico maior: há um significante, formado em um sistema anterior (o jovem negro fazendo a saudação francesa); há um significado (uma proposital mistura de francesidade e militarismo); finalmente, há a presença do significado através do significante.

Segundo Barthès (1972: 109), mito é um “sistema de comunicação”, ou um “modo de significação”, transmitido pelo discurso, o que significa que qualquer objeto pode ser transformado em mito. Existem mitos antigos, afirma (Barthès 1972: 110), mas nenhum é eterno, “pois que foi a história humana que converteu realidade em linguagem, e somente ele regula a vida e a morte da linguagem do mito”.

Inserindo a noção de mito na Semiologia, ele o classifica como um sistema semiótico, no qual existe uma relação “não de igualdade, mas de equivalência” entre significado e significante. Na articulação do mito, prossegue ele, significado e significante travam uma “constante luta de esconde-esconde entre o sentido e a forma que define o mito” (Barthès 1972: 118). Se percebermos o significante como “cheio”, distinguimos com clareza sentido de forma; não há mito. Se o significante estiver “vazio”, o conceito se sobrepôs à forma, e o “vazio” é preenchido pelo discurso, dando origem ao mito.

Em seu modelo semiótico, o mito não mente, não falseia, nem esconde; ele simplesmente distorce, ao fazer um conceito ser aceito sem ambiguidade nem hesitação. “Este é o princípio do mito: ele transforma história em natureza”, explica Barthès (1972: 129). Aos olhos do receptor do mito, prossegue ele, a intenção por trás do conceito transmitido pelo mito fica às claras, sem parecer que é interesse: o mito é recebido e consumido sem resistência, ou problematização, como se somente pudesse significar aquele sentido. O mito funciona para naturalizar sentidos e impor significados que não são fixos. Pelo contrário, aproveitando-se da instabilidade dos sentidos, o mito tenta estabilizá-los, naturalizá-los, levando-nos a consentir com os sentidos que nos são impostos.

Barthès inova ao incorporar o problema da ideologia da classe dominante quando relaciona as implicações do mito para a produção das condições de possibi-

lidade da ideologia. A semiologia permite compreender como o mito funciona para fazer o contingente parecer natural e eterno. Assim como o mito busca se constituir pela “perda da qualidade histórica das coisas” (Barthès 1972: 142), a ideologia da classe dominante busca abandonar sua qualidade particular para se fazer equivaler ao todo social. Assim descreve Barthès (1972: 140) o funcionamento da ideologia burguesa na sociedade francesa:

A França inteira está inserida nessa ideologia anônima: nossa imprensa, nosso cinema, nosso teatro, nossa literatura popular, nossas cerimônias, nossa Justiça, nossa diplomacia, nossas conversas, nossos comentários sobre o tempo, os crimes que julgamos, os casamentos que nos emocionam, a culinária com a qual sonhamos, as roupas que vestimos, tudo em nossa vida cotidiana contribui para a representação que a burguesia produz para si e para nós acerca das relações entre o homem e o mundo.

Para o semiólogo, essa é justamente a “grande inversão ideológica” que define nossa sociedade: a transformação da história em natureza, a abolição da complexidade da ação humana, a eliminação da dialética, a redução à simplicidade das essências, a organização de um mundo sem contradições, a despolitização da política; tudo produzido pelo consentimento à ideologia dominante.

Da mesma forma que Barthès tentava explicar a “grande inversão ideológica” (os dominados aceitam a dominação como algo natural), Stuart Hall (1988a, 1988b) queria desvendar o enigma do Thatcherismo da década de 1970. Como a classe operária inglesa, que na época enfrentava desemprego, elegeu a conservadora Margaret Thatcher, que com certeza cortaria as políticas sociais e reduziria o papel dos sindicatos? Para explicar o fenômeno, Hall recorre novamente a Gramsci, que também se debateu com enigma semelhante quando operários e camponeses italianos apoiaram a direita fascista.

Stuart Hall revitaliza o pensamento marxista clássico ao reinterpretar determinadas noções de Gramsci (em especial as noções de hegemonia cultural, ideologia, e aliança de classe) e de Althusser (sobretudo sua teoria estrutural de aparatos repressivos e seu conceito de interpelação) para explicar o Thatcherismo. Para Hall (1988a), a mudança de lealdade da classe operária inglesa – do Partido dos Trabalhadores para o Partido Conservador – somente foi possível porque o Thatcherismo não era apenas uma proposta política, mas sim uma ideologia que deu início a uma formação discursiva nova: em vez do operário inglês aliado ao Estado *versus* o capitalista, o Thatcherismo oferecia o capitalista aliado ao operário *versus* o Estado. Houve, assim, a produção de um novo senso comum na Inglaterra da década de 1970.

Com base no que Gramsci (1971: 33) denominou de “características difusas e não coordenadas de um modo de pensamento genérico”, Hall defende que o discurso

thatcherista articulou e disseminou um novo modo de pensamento sobre o que significava ser “um verdadeiro e autêntico inglês”: aquele que se opõe ao poder do Estado. Nesse sentido, a aliança do operariado à burguesia, que claramente seria contra os interesses dos trabalhadores, passou a significar, no discurso do Thatcherismo, aquilo que se espera como comportamento adequado e apropriado a um nacional. A produção do senso comum se revela um “momento de extremo fechamento ideológico” (Hall 1985: 105), em que novas “categorias de consciência prática” (Hall 1986a: 30) são articuladas de forma a criar as condições de possibilidade de um comportamento até então inconcebível.

Ao problematizar significados, significantes, senso comum, discurso e ideologia, Hall consegue caracterizar nação como um sistema de representações culturais dentro do qual as diferenças entre classes sociais, grupos étnicos, ou gêneros; são discursivamente apagadas pela produção do senso comum, cujas categorias teriam correspondência sob a nação. Assim é construída a categoria superior da “grande família nacional”, que passa a ser definida como produto do entendimento comum e popular do que seja aquela nação e seus membros.

Contudo, lembrando-se da observação de Gramsci (1971) de que “a sociedade civil é a esfera de disputa pela definição das categorias de senso comum”, Hall (1988a: 140) aponta a saída para a emancipação da situação de dominação: “na arena da luta ideológica, (...) todos podem jogar”. Em outras palavras, a unidade nacional articulada pelo senso comum existe somente no plano discursivo e, por isso, não resiste à crítica. Se a nação é uma construção discursiva, ela pode – e deve – ser problematizada. Ele propõe evidenciar as particularidades, as divisões e as fragmentações que estão sendo naturalizadas pelo senso comum para chegar à ideologia que lhe está por trás. Para tanto, ele sugere primeiro compreender os processos sociais que tentam construir, estabilizar e fixar significados e representações do senso comum e, depois, buscar a matriz ideológica que lhe dá sustentação discursiva. Esse é o caminho da contestação da ideologia dominante.

Eis nosso entendimento de nação, identidade e identidade nacional. Nação como comunidade imaginada, que foi inventada em algum momento da história; sendo, portanto, contingente e discursiva. Seus membros se imaginam parte de uma coletividade, possuindo um passado comum – embora mítico – e projetos para um futuro igualmente mítico. Por compartilharem o Imaginário e o Simbólico, recorrem ao mesmo discurso de identidade para significar a realidade e a si próprios; construindo, assim, o mito de uma identidade nacional unificada, coerente, estável e homogênea; existente, contudo, somente no plano discursivo.

O que acontece, porém, quando as representações e significados que empregamos para dar inteligibilidade à realidade deixam de funcionar? Quando a “maté-

ria-prima” com a qual damos significado a quem somos, onde estamos e para onde vamos deixa de fazer sentido? Quando a linguagem que empregamos para interpretar a realidade não dá conta das mudanças? Quando a significação do mundo com base na identidade nacional entra em crise?

A fim de responder a tais indagações, levamos nossas reflexões para o contexto de uma crise recente: a dos atos terroristas de Onze de Setembro. Entendemos que os acontecimentos de 2001 desestabilizaram o sistema de significados e de representações que davam sentido à identidade nacional americana. Demonstraremos como os ataques a Nova York e a Washington provocaram uma crise de significação ao ter colocado em xeque o discurso dominante de americanidade que fornecia os limites do Imaginário e do Simbólico na construção social da ideia da América e de americanos. O que fazia sentido em 10 de setembro de 2001 deixou de fazer no dia seguinte.

A dificuldade experimentada pelos indivíduos em dar sentido à realidade e a si próprios, a partir de uma crise como a do Onze de Setembro, revela-se muito mais profunda do que uma mera dificuldade de compreender atos até então impensáveis e imprevisíveis. A proliferação quase que imediata de perguntas do tipo: “O que aconteceu?”, “Por que fizeram isso?” e – talvez, a mais sintomática de todas – “Por que nos odeiam tanto?” sinalizava algo mais relevante e profundo acerca daquele momento: um trauma. Torna-se, assim, necessário entender as implicações do trauma do Onze de Setembro no contexto específico da noção de segurança, sobretudo sua relação com os discursos de identidade nacional, de soberania e de poder estatal na sociedade norte-americana nos meses e anos que se seguiram a setembro de 2001. O que podemos dizer sobre o trauma? O que ele representa? Qual sua relação com a segurança e, especificamente, com a comunidade política no marco do Estado nacional?

Antes, porém, precisamos saber reconhecer e caracterizar o trauma. Nas palavras de Caruth (1996: 11), “o trauma descreve uma experiência devastadora com um evento inesperado ou catastrófico no qual a reação ocorre por meio de alucinações atrasadas, incontroláveis e repetitivas, e de outros fenômenos intrusivos”. Trata-se daquilo que se encontra além da experiência, fora das fronteiras da linguagem, da compreensão normal, no “limite da escrita” (Blanchot 1995: 7). O trauma expressa a incapacidade momentânea da linguagem em significar a realidade: a exposição a um evento tão perturbador e desestruturador que nosso sistema de referências sobre a realidade é abalado.

De acordo com Edkins (2002), o trauma implica um sentimento de traição em relação a nossas expectativas sobre a ordem das coisas. “Ele traz à tona questões existenciais que, pelo menos no mundo moderno, preferimos deixar submergidas”, observa (2002: 245). Por isso, trauma significa reconhecer realidades e limites “que não estamos prontos para enfrentar” (Edkins 2002: 245). A mente humana não con-

segue processá-lo como faz com outros acontecimentos normais. Por se situar “fora da experiência comum”, o trauma se posiciona fora do arcabouço da realidade social normal e, por isso, ficaria além da linguagem e de outras ferramentas que nos auxiliam a dar sentido à nossa realidade.

Este é o paradoxo do trauma: é sentido, mas não compreendido; é memorizado e lembrado, mas não necessariamente vivido; é refratário à linguagem, mas exige ser comunicado; não admite ser incorporado à normalidade, mas insiste em se perpetuar na memória; é provocado em um ponto específico no tempo, mas altera sua linearidade; requer ser esquecido, mas é sempre lembrado e revivido. O trauma destrói certezas, abala verdades e altera nossa concepção espaço-temporal do mundo e de nós mesmos.

Edkins (2001) critica o papel das redes de televisão e da tecnologia, que basicamente reeditaram os eventos de 2001¹⁹ à exaustão, inscrevendo, como permanentes e obrigatórias, as emoções contraditórias provocadas pelo Onze de Setembro no imaginário coletivo americano. É dessa forma, inclusive, que o trauma se torna contagioso, pois até aqueles que não o viveram diretamente podem experimentá-lo e, de certo modo, se sentirem conectados à coletividade. Surge, então, uma ressignificação da própria identidade coletiva: “Só o verdadeiro nova-iorquino sabe o que foi aquele dia”, ou “Você só é americano, se viveu o Onze de Setembro”. Em certo sentido, o trauma funciona como fonte inesgotável para a construção discursiva da identidade nacional da coletividade.

Para Edkins (2001):

*O evento traumático é aquele que abala nossas expectativas e preconceitos sobre como o mundo é. Nossos mapas mentais sobre o mundo deixam de funcionar. O trauma é um evento perante o qual as antigas referências e linguagens ficam inertes. Em casos extremos, ele literalmente “desfaz” nosso mundo, (...). As categorias que cuidadosamente acumulamos para lidar com experiências diversas são destruídas por algo que as ultrapassa. Portanto, não experimentamos o trauma no momento **[em que ele acontece]**: nós o vemos, mas não o compreendemos. Os momentos traumáticos voltam, infinitamente, em pesadelos. (...) Não revivemos a violência propriamente dita, mas sim o momento de nossa sobrevivência. Precisamos então lidar com nossa própria surpresa de que ainda estamos vivos.*

¹⁹ Para Edkins (2001), o emprego da palavra “eventos” e da expressão “Onze de Setembro” continua a marcar o trauma. Segundo ela, expressões como “atrocidades”, “ataques”, ou “atos de guerra” sinalizam alguma tentativa de domesticação do trauma. Ainda hoje se deparar com o termo “eventos” é prova da sobrevivência do trauma.

A noção de sobrevivência é fundamental no equacionamento da relação entre trauma e segurança. Para Gaddis (2004: 69), mais importante do que a queda das torres, foi a queda do mito da inviolabilidade do território norte-americano. Com exceção de Pearl Harbor, os Estados Unidos não sofriram um ataque em solo nacional desde que as tropas inglesas atearam fogo à Casa Branca em 1814. Segundo ele, poucos eram os países que haviam se preocupado tão pouco, e por tanto tempo, com sua vulnerabilidade territorial. O Onze de Setembro derrubou uma das poucas grandes certezas que povoavam o imaginário nacional: o da invulnerabilidade territorial, ou o que Woodward (1960) chamou de “segurança gratuita²⁰”. Considerando a crescente percepção de que a posição geográfica e o poder militar norte-americano tinham deixado de funcionar como garantia da segurança territorial, surge uma nova percepção de vulnerabilidade, que deve ser entendida à luz da queda do mito da segurança gratuita.

A mudança cognitiva é assim descrita por Edkins (2002: 246):

Tornou-se claro que as certezas metafísicas tidas como naturais podiam ser destruídas. A segurança era uma ilusão: estávamos por demais vulneráveis. Bruscamente, as pessoas ficaram desorientadas e abaladas: as narrativas do tipo “preto no branco”, as emoções definidas, as soluções fáceis que impulsionavam a cultura ocidental, tudo foi substituído por uma complexidade exaustiva que deixava as pessoas à deriva, onde rochas sólidas e seguras haviam cedido lugar a areias movediças, o familiar havia se transformado em algo sinistramente desconhecido. Agora as sirenes soam diferentes, simultaneamente assustadoras e consoladoras. O trabalho parece irrelevante. A normalidade ainda está indefinida.

O trauma se insere na experiência do reconhecimento de nossa mortalidade. A vida somente se torna suportável, se aderirmos a uma espécie de pacto não-escrito, sobretudo na cultura ocidental, de esquecimento voluntário de nossa condição precária. O trauma nos lembra, dolorosa e subitamente, que tal pacto é, na verdade, fútil e impossível. Somos mortais e vulneráveis, e a noção da segurança total não passa de um artifício ao qual recorreremos para nos iludirmos de que podemos escapar da morte, o que nos dá alívio para a ansiedade que o reconhecimento de imortalidade nos causa.

²⁰ Para Woodward (1960), os Estados Unidos haviam desfrutado de um grau excepcional de segurança militar física, que não apenas eficiente e incontestado, mas, acima de tudo, gratuita. A tese era que, com dois oceanos e uma camada polar logo ao norte, o país havia recebido um verdadeiro presente da natureza, o que permitiu aos Estados Unidos promover uma segurança relativamente barata.

A título ilustrativo, é interessante observar a relação entre a experiência do Onze de Setembro – tenha sido ela vivida diretamente, ou não – e a sensação de vulnerabilidade, de ansiedade e de incerteza que cresceu na sociedade norte-americana desde então. Desde 2001, especialistas²¹ tentaram mapear e avaliar a dimensão do trauma provocado pela incapacidade da *psique* humana em lidar com o trauma dos ataques terroristas. Em especial, psicólogos, terapeutas e profissionais da saúde chamam a atenção para o aumento, nas semanas e meses seguintes a setembro de 2001, de casos de depressão, de insônia, de ansiedade, de hiperatividade, de arritmia cardíaca, de pânico, entre outros sintomas que apontavam para um diagnóstico de transtorno por estresse pós-traumático relativo ao Onze de Setembro.

Em proposta que se alinha com a problemática desta pesquisa, o psicanalista Janoff-Bulman (1992) defende o “paradigma das premissas de mundo”, segundo o qual o trauma abala as três premissas fundamentais na vida dos indivíduos: o mundo é um lugar benevolente; a realidade tem sentido; e o “Outro” possui valor. Ao deslocar o foco do medo para a avaliação da realidade e do “Outro”, o autor explora como esquemas e fatores cognitivos influenciam a reação dos indivíduos após um trauma. Sua observação de que os indivíduos são resistentes a mudanças que envolvam essas premissas de mundo nos faz reconhecer a razão pela qual uma mudança súbita pode ser traumática. Os indivíduos não conseguem conciliar o velho e o novo e, por isso, reagem pelo trauma. A ansiedade, nesse contexto, surge da dificuldade, ou da incapacidade de aceitar e de se adaptar às mudanças.

A proposta acima parece se encaixar no cenário do Onze de Setembro, no qual o conjunto de premissas que regia a sociedade norte-americana foi abruptamente abalado. Da noite para o dia, os indivíduos constatam que o mundo não é benevolente, que a realidade deixa de fazer sentido e – sobretudo após a perda de mais de seis mil vidas – suas existências podem não ter mais valor. Para McFarlane e Van der Kolk (1996), a sociedade se ressentiu da mudança súbita e tem dificuldade em domesticar o trauma, o que a leva a adotar narrativas de responsabilização para

²¹ Ver “Stanford Psychiatrist on 9/11 and Post-Traumatic Stress Disorder”. *Stanford News*. (Disponível em: <<http://mednews.stanford.edu/releases/2006/september/5q-spiegel.html>>. Acesso em: 14 de abril de 2009.); “Large Study Of World Trade Center Responders Finds Persistent Health Problems In Many”. *ScienceDaily*. (Disponível em: <<http://www.sciencedaily.com/releases/2006/09/060906084107.htm>>. Acesso em: 14 de abril de 2009) e “Terrorism, Acute Stress, and Cardiovascular Health”. *Archives of General Psychiatry*, v. 65, n. 1, Jan., 2008. (Disponível em: <<http://archpsyc.ama-assn.org/cgi/content/short/65/1/73>>. Acesso em: 14 de abril de 2009.)

salientar o caráter não-natural do novo esquema de realidade. A tese do “choque de civilizações” de Samuel Huntington, entendemos, poderia ser lida de acordo com esses termos.

Devemos reconhecer a estreita ligação entre o trauma, a comunidade política e o tipo específico de poder que se encontra em ação: o biopoder. Consoante o conceito de Foucault, o poder estatal no mundo moderno atua fazendo distinções, incluindo, ou excluindo, indivíduos do processo político, a ponto de retirar o valor da vida humana do processo político. Os indivíduos são reduzidos à massa, tornando-se objeto de vigilância, controle, disciplinarização e punição. Por meio de normas arbitrárias, a biopolítica investe sobre a vida, excluindo – ou incluindo – indivíduos e grupos, ajustando e domesticando seus corpos aos processos desejados pelo Estado. Assim, em nome dos que devem viver, decide-se quem deve morrer. Nas palavras de Foucault (2002: 305), é “a morte do outro, da raça ruim, que vai deixar a vida em geral mais sadia”.

Nesse sentido, Agamben (2004: 130-131) mostra como a biopolítica cria uma nova categoria de vida humana: a “vida nua”, ou “esses corpos matáveis dos súditos que formam o novo corpo político do Ocidente”. A base da democracia moderna, diz ele, deixou de ser o homem livre, “com suas prerrogativas e os seus estatutos”; agora é a vida nua, a vida “matável e sacrificável do *homo sacer*”, vida que se pode deixar morrer, porque foi excluída da jurisdição humana. Nesse sentido, o trauma não deixa de ser a reação ao reconhecimento de nossa condição de vida nua²².

A experiência traumática provocada pelo Onze de Setembro abalou as estruturas tradicionais que davam inteligibilidade à realidade e aos próprios indivíduos. Abruptamente, a sociedade norte-americana perdeu seu entendimento sobre “a ordem das coisas”. Em especial, ela perdeu o significado que ela tinha da própria América: o que era, qual o seu lugar no mundo; e quem eram os americanos nesse cenário de crise e de trauma? Não nos admira, portanto, que a indagação mais repetida na primeira hora tenha sido: Por que nos odeiam tanto? O fato é que o significado da identidade nacional americana é colocado em dúvida, sinalizando o início do colapso dos discursos dominante sobre os sentidos e significados de América e de americanidade.

²² Primo Levi mostra como o Holocausto marcou a fronteira onde o homem deixou de ser homem para ser a vida nua apontada por Agamben. Segundo ele, nos campos de concentração, a vida era algo que podia ser usado instrumentalmente em experiências médicas, como trabalho escravo, ou como simples diversão. As punições eram arbitrárias e inquestionáveis. Não havia um “por quê?” das coisas. Ver Levi (1987).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AGAMBEN, Giorgio. 2004. *Homo Sacer: o poder soberano e a vida nua I*. Belo Horizonte: UFMG.
- ALTER, Peter. 1985. *Nationalismus*. Frankfurt a.M: Suhrkamp.
- ALTHUSSER, Louis. 1970. "Ideology and Ideological State Apparatuses". In: ALTHUSSER, Louis. *Lenin and Philosophy and other Essays*. New York: Monthly Review Press: 121-176.
- ALTHUSSER, Louis. 1973. "Reply to John Lewis", p. 33-100. In: ALTHUSSER, Louis. *Essays in Self-Criticism*. New York: New Left Books: 33-100.
- ANDERSON, Benedict. 1991. *Imagined Communities. Reflections on the Origin and Spread of Nationalism*. London: Verso.
- BALAKRISHNAN, Gopal (org). 1996. *Mapping the Nation*. New York: Verso.
- BARTHÈS, Roland. *Mythologies*. 1972. New York: Hill and Wang.
- BAUBÖCK, Rainer. 1991. "Nationalismus versus Demokratie". *Österreichische Zeitschrift für Politikwissenschaft*, v. 20, n. 1 : 73-90.
- BENWELL, Bethan; STOKOE, Elizabeth. 2006. *Discourse and Identity*. Edinburgh: Edinburgh University Press.
- BERGER, Peter L.; LUCKMANN, Thomas. 2008. *A Construção Social da Realidade*. Petrópolis: Vozes.
- BLANCHOT, Maurice. 1995. *The Writing of the Disaster: 'l'écriture du désastre'*. Lincoln: University of Nebraska Press.
- BLOOM, Williams. 1990. *Personal Identity, National Identity, and International Relations*. Cambridge: Cambridge University Press.
- BRUBACKER, Rogers; COOPER, Frederick. 2000. "Beyond Identity". *Theory and Society*, v. 29, n. 1: 1-47.
- BUTLER, Judith. 1990. *Gender Trouble: Feminism And The Subversion of Identity*. New York: Routledge.
- CALHOUN, Craig. 1991. "The Problem of Identity in Collective Action". In: HUBER, Joan. (org). *Macro-Micro Linkages in Sociology*. Newbury Park: Sage: 51-75.
- CARUTH, Cathy. 1996. *Unclaimed Experience: Trauma, Narrative, and History*. Baltimore: John Hopkins University Press.
- CHARTERJEE, Partha. 1991. "Whose imagined community?". *Millennium: Journal of International Studies*, v. 20, n. 3: 521-525.
- DEUTSCH, Karl W. 1953. *Nationalism and Social Communication. An Enquiry into the Foundations of Nationality*. Cambridge: Cambridge University Press.
- EDKINS, Jenny. "The Absence of Meaning: Trauma and the Events of 11 September". *INFOinterventions*, October 5, 2001. Disponível em: <<http://www.watsoninstitute.org/infopeace/911/article.cfm?id=27>>. Acesso em: 23 de abril de 2009.

- EDKINS, Jenny. 2002. "Forget Trauma? Responses to September 11". *International Relations*, v. 16, n. 2 : 243-256.
- EUCHNER, Walter. 1995. "Qu'est-ce qu'une nation? Das Nationsverständnis Ernest Renans im Kontext seines politischen Schriften". In: RENAN, Ernest. *Was ist eine Nation? ... und andere politische Schriften*. Wien: Bozen: 7-39.
- FEARON, James. 1999. "What is Identity (as We Now Use the Word)?". Mimeo, Stanford University, November.
- FOUCAULT, Michel. 2002. *Em Defesa da Sociedade*. São Paulo: Martins Fontes.
- FOX, Richard J. 1985. *Lions of the Punjab: Culture in the Making*. Berkeley: University of California Press.
- GADDIS, John L. 2004. *Surprise, Security, and the American Experience*. Cambridge: Harvard University Press.
- GEERTZ, Clifford. 1973. *The Interpretation of Cultures*. New York: Basic Books.
- GELLNER, Ernest. 1964. *Thought and Change*. London: Weidenfeld & Nicholson.
- GELLNER, Ernest. 1983. *Nations and Nationalism*. Oxford: Blackwell.
- GLEASON, Philip. 1983. "Identifying Identity: A Semantic History". *Journal of American History*, v. 6: 910-931.
- GRAMSCI, Antonio. 1971. *Selections from the Prison Notebooks*. New York: International Publishers.
- HABERMAS, Jürgen. 1994. "Struggles for Recognition in the Democratic Constitutional State". In: GUTMANN, Amy. (org). *Multiculturalism: Examining the Politics of Recognition*. Princeton: Princeton University Press: 107-148.
- HALL, Stuart. 1977. "Culture, the media and the ideological effect". In: CURRAN, James ; GUREVITCH, Michael ; WOOLLACOTT, Janet. (org). *Mass Communication and Society*. London: Edward Arnold: 315-348.
- HALL, Stuart. 1982. "The rediscovery of 'ideology': return of the repressed in media studies". In: GUREVITCH, Michael, BENNET, Tony; CURRAN, James; WOOLLACOTT, Janet. (org). *Culture, Society, and the Media*. London: Methuen: 56-90.
- HALL, Stuart. 1985. "Signification, Representation, Ideology: Althusser and the Post-Structuralist Debate". *Critical Studies in Mass Communication*, v. 2, n. 2: 91-114.
- HALL, Stuart. 1986. "The Problem of Ideology – Marxism without guarantees". *Journal of Communication Inquiry*, v. 10, n. 2: 28-44.
- HALL, Stuart. 1988a. *The Hard Road to Renewal: Thatcherism and the crisis of the left*. London: Verso.
- HALL, Stuart. 1988b. "The Toad in the Garden: Thatcherism Among Theorists. In: NELSON, Cary; GROSSBERG, Lawrence. (org.). *Marxism and the Interpretation of Culture*. Urbana: University of Illinois Press: 35-73.
- HALL, Stuart. 2000. "Who needs identity?". In: GAY, Paul; EVANS, Jessica; REDMAN, Peter

- (org). *Identity: A Reader*. London: Sage: 15-30.
- HALL, Stuart; GAY, Paul. 1996. *Questions of Cultural Identity*. London: Sage.
- HOBSBAWM, Eric. 1990. *Nações e Nacionalismos desde 1780*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- HOBSBAWM, Eric; RANGER, Thomas (org). 1983. *The Invention of Tradition*. Cambridge: Cambridge University Press.
- JANOFF-BULMAN, Ronnie. 1992. *Shattered assumptions: Towards a new psychology of trauma*. New York: The Free Press.
- JENKINS, Richard. 1996. *Social Identity*. London: Routledge.
- LEVI, Primo. 1987. *If this is a Man*. London: Abacus.
- MACKENZIE, William J. M. 1978. *Political Identity*. New York: St. Martin's Press.
- McFARLANE, Alexander C.; VAN DER KOLK, Bessel A. 1996. "Trauma and its challenge to society". In: VAN DER KOLK, Bessel A.; McFARLANE, Alexander C.; WEISAETH, Lars. (org). *Traumatic Stress: The effects of overwhelming experience on mind, body and society*. New York: Guilford Press: 24-45.
- RENAN, Ernest. 1996. "What is a nation?". In: ELEY, Geoff.; GRIGOR, Roland S. (org). *Becoming national: a Reader*. New York: Oxford University Press: 41-55.
- RICHTER, Dirk. 1994. "Der Mythos der 'guten' Nation: Zum theoriegeschichtlichen Hintergrund eines folgenschweren Missverständnis". *Soziale Welt*, v. 45, n. 3: 304-321.
- SAUSSURE, Ferdinand. 1983. *Course in General Linguistics*. Edited by Charles Bally and Albert Sechehaye. La Salle: Open Court.
- SILVERMAN, Maxim. 1994. *Rassismus und Nation: Einwanderung und die Krise des Nationalstaats in Frankreich*. Hamburg.
- SMITH, Anthony D. 1979. *Nationalism in the twentieth century*. Oxford: Martin Robertson.
- SMITH, Anthony D. 1983. *Theories of nationalism*. London: Holmes & Meier.
- SMITH, Anthony D. 1993. *National Identity*. Reno: University of Nevada Press.
- TAYLOR, Charles. 1989. *Sources of the Self: The Making of Modern Identity*. Cambridge: Harvard University Press.
- ULLOCK, Christopher J. 1996. "Imagined community: a metaphysics of being or becoming?" *Millennium: Journal of International Studies*, v. 25, n. 2: 425-441.
- VIVELO, Frank R. 1978. *Cultural Anthropology Handbook*. New York: McGraw-Hill Education.
- WOODWARD, Comer V. 1960. "The Age of Reinterpretation". *American Historical Review*, v. 66, n. 1: 1-19.

ABSTRACT

The purpose of this article is to problematize the concepts of identity, nation and national identity by establishing a dialogue with Linguistics, Semiotics, and Cultural Studies in order to propose a semiotic reading of those concepts for Social Sciences. By highlighting the role of meanings and representations in social processes of meaning-making for national identity, we will attempt to demonstrate how the articulation of the idea of 'national' occurs at the discursive level. Finally, we will apply our considerations to a moment of crisis of national identity: 9/11.

KEYWORDS

Identity – Nation – National identity – Semiotics – 9/11

SUBMETIDO EM

Janeiro de 2010

APROVADO EM

Dezembro de 2012

Erica Simone Almeida Resende

Doutora em Ciência Política pela Universidade de São Paulo (USP), onde defendeu tese intitulada “Americanidade, Puritanismo e Política Externa: a (re)produção da identidade nacional nas práticas discursivas da política externa norte-americana”. É professora de Relações Internacionais da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, onde coordena o Núcleo de Estudos Internacionais (NEI). Também é colaboradora do Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais (PPGRI) da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ).

A IMPORTÂNCIA DO LUGAR: CONSTRUINDO A CIDADANIA NA FÁBULA PERVERSA DO GLOBALITARISMO DE MILTON SANTOS

Helena Copetti Callai
Bruna Schlindwein Zeni

“Cada lugar é, ao mesmo tempo, objeto de uma razão global e de uma razão local, convivendo dialeticamente.”³

RESUMO

Para Milton Santos, o fenômeno da globalização constitui-se em um globalitarismo perverso e totalitário, sustentado por fábulas e mitos. Nesse cenário, diz o autor, os lugares tornam-se manifestações particulares da totalidade-mundo. Local e global se interpenetram e o cidadão do lugar pretende instalar-se como cidadão do mundo, mas o mundo não tem como regular os lugares. Assim, a cidadania global torna-se um voto condicionado às realidades nacionais. Esse artigo objetiva refletir sobre o papel do lugar para a construção da cidadania, demonstrando que a escola detém papel

de suma importância nesse processo. Parte-se da hipótese de que o município é um locus de aprendizado e de exercício de cidadania, na medida em que contribui para o desenvolvimento de empoderamento social e de sentimentos como o pertencimento, fatores decisivos à participação. Conclui-se que é somente pensando globalmente e agindo localmente que poderemos atingir a cidadania plena, primeiro passo para a construção de uma cidadania global. Para a confecção deste artigo, utilizou-se dos métodos bibliográfico e qualitativo de pesquisa.

PALAVRAS-CHAVE

Cidadania. Educação. Globalização. Lugar.

Este texto aborda a temática do lugar a partir das reflexões que o geógrafo Milton Santos fez até o momento final de sua vida. Milton Santos foi um intelectual brasileiro que, de 1964 até o período da abertura política, lecionou em diversas universidades do mundo: na Europa, na África e na América. Durante esse período, escreveu e publicou seus estudos em várias línguas, que, anos mais tarde, foram traduzidos para o português. Os problemas do então chamado *Terceiro Mundo* foram objeto de seu interesse para aprofundar as reflexões que fazia. Em 1996, publicou um livro com o título “A natureza do espaço - Técnica e Tempo”. “Razão e Emoção”, cujos dois últimos capítulos tratavam da *Força do lugar*, discutindo a relação entre o local e o global, abordando o cotidiano e sinalizando que desde o lugar se pode, com uma perspectiva universal, construir as ferramentas intelectuais para entender o mundo e a vida de cada sujeito. A obra “Por uma outra globalização - do pensamento único à consciência universal” aponta como fazer esta interpretação do mundo. Após caracterizar o mundo tal qual ele é sob a globalização, Milton Santos delineia as possibilidades de superação daquilo que ele denominava de *processo perverso da globalização*, acentuando a importância da *força do lugar*.

Um aspecto a ressaltar é a atenção ao conceito de espaço - objeto de estudo da geografia, que se constitui, para Santos, numa contribuição geográfica à produção de uma teoria social crítica. Neste sentido, o espaço considerado como a expressão espacial (materializada) das relações sociais permite um aporte significativo para as Ciências Sociais encaminharem a interpretação do mundo.

Com o intuito de fazer uma reflexão sobre a importância do lugar com base em Milton Santos, adotamos suas interpretações, que devem ser vistas de modo contextualizado no tempo e no espaço em que ele as fez, tendo a clareza de que seus conceitos, da forma que os apresentou, servem para construir as bases da compreensão do mundo atual em que estamos vivendo. Vivemos em um mundo globalizado - termo que, sendo muito utilizado, beira à banalização (tudo cabe no fenômeno da globalização), tendo perspectivas diferenciadas que merecem não ser esquecidas. Assim, destacamos, por oportuno, que o nosso entendimento a partir dos escritos do autor podem ser alvo de divergências, embora estejamos adotando as suas premissas.

A globalização, grosso modo, caracteriza-se pelo fim da guerra fria e da bipolaridade entre EUA e URSS; pelo surgimento de novos movimentos sociais - de gênero, ecológicos, étnicos, etc. -; pela descentralização da produção, desterritorialização de empresas multinacionais e o nascimento de uma sociedade civil mun-

dial, bem como de uma cidadania planetária. Ela se expressa na difusão de padrões transnacionais de organização econômica e social, de consumo e de pensamento, resultantes “das pressões competitivas do mercado, das experiências políticas ou administrativas, da amplitude das comunicações ou da similitude de situações e problemas impostos pelas novas condições internacionais de produção e intercâmbio.” (VIEIRA, 2009, p. 74). Trata-se de um processo de caráter multifacetado e contraditório, visto por Milton Santos como totalitário e perverso, sustentado por fábulas alicerçadas no dinheiro e na informação.

Em tal contexto, o local passa a ter posição estratégica, como centro de gestão do global.⁴ Até porque a política continua sendo um assunto essencialmente local, vez que através de sua linguagem podemos falar acerca dos remédios e curas para as preocupações e as misérias comuns. A tendência da política é buscar explicações e tratamento em uma área próxima ao território doméstico da experiência cotidiana. (BAUMAN, 2000).

Assim, inicialmente, serão demonstradas as principais características a partir das reflexões de Milton Santos que justificam a caracterização de globalitarismo por ele atribuída à globalização, perpassando pelas perversidades e fábulas que a sustentam para, finalmente, destacar a importância de uma revalorização do espaço local - aqui chamado de lugar, visando maior fidelidade com os ensinamentos do autor -, para a construção de uma cidadania plena local, primeiro alicerce para a construção de uma cidadania plena, global.

A GLOBALIZAÇÃO COMO GLOBALITARISMO: FÁBULAS E PERVERSIDADES DA GLOBALIZAÇÃO

Globalitarismo é a caracterização atribuída à globalização por Milton Santos. Trata-se de uma associação de globalização – “processo mundial de internacionalização econômica com forte impacto sociocultural” (HOUAISS; VILLAR, 2001, p. 221) –, e totalitarismo – “doutrina ou regime ditatorial” (HOUAISS; VILLAR, 2001, p. 434) –, a fim de “chamar a atenção para o fato de que a atual globalização exclui a democracia.” (SANTOS, 2000b, p. 11). Para ele, a globalização é um sistema totalitário imposto pela competitividade, que tem a guerra como norma. Há que vencer o outro, esmagando-o, para tomar o seu lugar.

⁴Nesse sentido: BORJA, Jordi; CASTELLS, Manuel. *Local y global: La gestión de las ciudades en la era de la información*. Madrid: Taurus, 1996.

A guerra como norma

justifica os individualismos arrebatadores e possessivos: individualismos na vida econômica (a maneira como as empresas batalham umas com as outras); individualismos na ordem política (a maneira como os partidos freqüentemente abandonam a idéia de política para se tornarem simplesmente eleitores); individualismos na ordem do território (as cidades brigando umas com as outras, as regiões reclamando soluções particularistas). (SANTOS, 2000a, pp. 46-47).

Tal competitividade nos impõe o reino do fugaz, promotor de uma enorme ignorância que favorece nossa submissão às normas que nos são impostas. Somos conduzidos a matematizar nossa existência, confiar em pesquisas que atuam como formadoras de opinião, levando ao empobrecimento de ideias e à morte da política. Isto porque “o ideal de democracia plena é substituído pela construção de uma democracia de mercado, na qual a distribuição do poder é tributária da realização dos fins últimos do próprio sistema globalitário.” (SANTOS, 2000a, p. 61).

Competitividade não é concorrer. A concorrência pode ser saudável na medida em que, na batalha entre agentes para melhor empreender uma tarefa comum e obter melhores resultados finais, haja respeito a certas regras de convivência. A competitividade é um convite ao exercício da violência, pois sua prática provoca um afrouxamento dos valores morais. A competitividade é responsável por comandar nossas formas de ação, enquanto que o consumo comanda nossas formas de inação. (SANTOS, 2000a, p. 57).

O consumo representa o ópio do povo, e, nesse sentido, o poder do consumo é tão forte e envolvente que quem dele não participa é marcado como alienado. A glorificação do consumo resulta numa diminuição gradativa de outras sensibilidades, como a noção de individualidade. E, como uma avalanche, este individualismo se faz feroz e sem fronteiras, contribuindo para o desaparecimento (ou a não consideração) daquilo que podemos denominar de identidade e pertencimento. Cada um sendo igual entre todos não se distingue, passa a fazer parte da massa e, como tal, todos almejam as mesmas coisas, desconsiderando possibilidades particularizadas que podem dar a identidade e levar à compreensão do pertencimento.

Atualmente, as empresas hegemônicas produzem o consumidor antes mesmo de produzirem o produto – e esse é um dado essencial para a compreensão do consumo. Daqui decorre o império da informação e da publicidade. Para Milton Santos, todas as coisas no comércio tem a seguinte composição: “publicidade + materialidade; publicidade + serviços”, maneira de organizar o consumo para, na sequência, permitir a organização da produção. (SANTOS, 2007, pp. 48-49). O consumismo e a competitividade levam ao desfalecimento moral e intelectual da pessoa, bem como

à redução da personalidade e da visão do mundo, convidando a esquecer a oposição fundamental entre a figura do consumidor e a figura do cidadão. (SANTOS, 2000a).

Daí ao surgimento dos totalitarismos é um passo fácil. Eles acontecem na esfera do trabalho, escorrem para a esfera política e das relações interpessoais, invadindo o mundo acadêmico.

Há um totalitarismo na vida cotidiana, que inclui o trabalho intelectual. Não é só no trabalho não-intelectual, não é só na fábrica, que o totalitarismo está presente. Também no chamado setor de serviços. E a universidade é um exemplo formidável desse totalitarismo. Todos os dias somos solicitados a cumprir os regulamentos, as normas... Mas é exatamente a norma que se opõe à essência do trabalho intelectual. Sem contar que rompe com a liberdade de o professor decidir o que é mais conveniente ao seu magistério. E tem-se isso a cada momento, em tudo. (SANTOS, 2000b, p. 12).

Mas não é privilégio da academia apenas. Na escola básica também se manifestam através da exigência de cumprimento de regras preestabelecidas que, se o professor não estiver atento, o faz desconhecer a realidade da escola, dos alunos e do próprio conteúdo curricular a ser tratado. O desafio, atualmente, tem sido pensar também a relação local-global na escola considerando a força do lugar, a fim de valorizar o que emerge como significativo para o ensino. O professor se torna mais um e repete aquilo que lhe é determinado, se não conseguir exercer a crítica sobre esta condição que lhe é imposta, como se lhe fosse apenas sugerida.

Esse totalitarismo nos convida a fazer coisas bem feitas, ordenadas. “É a consideração simplória da técnica como absoluto, como norma [...], levando à propensão de utilizar um mandamento técnico como se fosse um mandamento político, cultural, moral, religioso.” (SANTOS, 2000b, p. 11-12). É a morte da crítica e da autocrítica. Criam-se novos valores, uma nova ética a ser seguida por todos, cujos papéis dominantes, legitimados pela ideologia e pela prática da competitividade, são a mentira, que leva o nome de segredo de marca, o engodo, com o nome de *marketing* e, ainda, a dissimulação e o cinismo, com os nomes de tática e estratégia. (SANTOS, 2000a).

Na esfera da sociabilidade, os indivíduos dão adeus à solidariedade, à generosidade e à emoção, pois “levantam-se utilitarismos como regra de vida mediante a exacerbação do consumo, dos narcisismos, do imediatismo, do egoísmo, do abandono da solidariedade, com a implantação, galopante, de uma ética pragmática individualista.” (SANTOS, 2000a, p. 54). Os indivíduos, assim, acabam por constituir o outro como coisa; e os comportamentos que justificam todo o desrespeito às pessoas tornam-se, então, uma das bases da sociabilidade atual. Trata-se da coisificação do sujeito.

Além de totalitária, recheada de padrões a serem seguidos, a globalização é uma fábula, sem a qual não se mantém. Esse mundo visto como fábula erige como verdade certo número de fantasias, cuja repetição acaba por se tornar uma base aparentemente sólida de sua interpretação. Já a perversidade representa o mundo como ele é. “A máquina ideológica que sustenta as ações preponderantes da atualidade é feita de peças que se alimentam mutuamente e põem em movimento os elementos essenciais à continuidade do sistema.” (SANTOS, 2000a, p.18).

Quando nos falamos sobre “aldeia global”, queremos nos passar a ideia de que todos sabem tudo o que se passa no mundo. (SANTOS, 2000a, p. 13). Entretanto, o “evento já é entregue maquiado ao leitor, ao ouvinte, ao telespectador, e é também por isso que se produzem no mundo de hoje, simultaneamente, fábulas e mitos.” (SANTOS, 2000a, p. 40). A informação veiculada pela mídia sobre o que acontece é uma interpretação interessada, senão interesseira, dos fatos. Não bastasse isso, há uma distribuição desigual de informação. A distância geográfica é duplicada pela distância política. Estar na periferia significa dispor de menos meios efetivos para se atingir as fontes e os agentes de poder, dos quais se está mal ou insuficientemente informado.

O grande número de iletrados desfavorece a periferia, do ponto de vista da informação econômica e política. Na cidade, as informações são quase sempre deformadas pelos meios de comunicação de massa, mas os contatos entre as diferentes redes informativas são maiores e, por isso, a percepção das desigualdades é mais aguda.

Por conseguinte, a informação fabricada é econômica e geograficamente concentrada. [...] Quanto mais longe dos centros do poder, mais difícil é fazer ouvir a própria voz. [...]

À seletividade espacial da produção de bens manufaturados e ao monopólio dos principais serviços das grandes cidades opõe-se uma difusão seletiva da informação, que tende a criar um desejo de consumir, uma nova necessidade de satisfazer, mesmo na ausência dos meios precisos. (SANTOS, 2007, pp. 92-93).

Esse, mais o mito do encurtamento das distâncias (para aqueles que podem viajar), difundem outro mito, o do espaço e tempo contraídos devido à velocidade. “Só que velocidade está ao alcance de um número limitado de pessoas, de forma que, segundo as possibilidades de cada um, as distâncias têm significações e efeitos iversos e o uso do mesmo relógio não permite igual economia de tempo.” (SANTOS, 2000a, p. 41). Para exemplificar essa afirmação, seguem alguns dados apresentados pelo IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – acerca do acesso do brasileiro a algumas tecnologias redutoras de distâncias: em nosso país, no ano de 2008, 21,43 a cada 100 habitantes tinham linhas telefônicas em suas casas, enquan-

to que 78,47 a cada 100 habitantes eram assinantes de telefonia celular. O computador, no ano de 2005, era possuído por apenas 16,09 a cada 100 habitantes. Em 2008, 35,51 a cada 100 habitantes tinham acesso à internet⁵ (como o dado não nos diz onde se dava esse acesso, podemos considerá-lo de várias formas, por exemplo, em casa, em lan houses, na escola, na casa de amigos, etc.).

Faz parte do que se entende por globalização a premissa de que o mundo está todo aproximado, que nada impede o acesso de um lugar a outro – todos podem se locomover, mas concretamente não é isso o que acontece. Uns tem mais acessibilidade que outros, maior facilidade. Embora seja passada a ideia de que é só querer, a realidade é bem diferente, pois há que se ter as condições para tanto. E estas, as condições, são os instrumentos de exclusão e, na medida em que é mostrado um mundo homogêneo em que a homogeneidade diz que todos são iguais, a não acessibilidade pode ser considerada incapacidade de participar do mundo. Novamente se desconsidera a identidade e o pertencimento, que, aliás, devem ser percebidos a partir dos sujeitos, mas também dos lugares.

“Aldeia global”, tanto quanto espaço-tempo contraído, permitiram imaginar-mos a realização de um sonho de um mundo só, com uma humanidade desterritorializada, “já que pelas mãos do mercado global, coisas, relações, dinheiros, gostos largamente se difundem por sobre continentes, raças, línguas, religiões, como se as particularidades tecidas ao longo de séculos houvessem sido esgarçadas.”(SANTOS, 2000a, p. 41). Esse “mercado avassalador dito global é apresentado como capaz de homogeneizar o planeta quando, na verdade, as diferenças locais são aprofundadas.” (SANTOS, 2000a, p. 19). Estas se acentuam, tanto no interior dos lugares, como no contexto mais amplo na relação de hierarquia entre os lugares.

Fala-se insistentemente na morte do Estado, “mas o que vemos é seu fortalecimento para atender aos reclamos da finança e de outros grandes interesses internacionais, em detrimento dos cuidados com as populações cuja vida se torna mais difícil.” (SANTOS, 2000a, p. 19). Apesar das fronteiras terem desfalecido como imperativo da globalização, permitindo a existência de uma cidadania universal, cosmopolita, elas nunca estiveram tão vivas, “na medida em que o próprio exercício das atividades globalizadas não prescinde de uma ação governamental capaz de toná-las efetivas dentro de um território.” (SANTOS, 2000a, p. 42). Além do mais, outro indício de que o Estado continua forte é o fato de que nem as empresas transnacionais

⁵ Informação constante no seguinte endereço eletrônico: <http://www.ibge.gov.br/paise-sat/main.php>. Acesso em: 10 fev. 2010. Fonte: Free statistics. By Country. Mobile cellular, subscribers per 100 people. Geneva: International Telecommunication Union, 2007 tab 4.

e as instituições supranacionais são capazes de impor, sozinhas, dentro de cada território, sua vontade política ou econômica. (SANTOS, 2000a, p. 77).

Existem ainda outros ingredientes que alimentam o mundo como fábula, entre os quais a politização de estatísticas, começando pela forma pela qual é feita a comparação de riquezas entre as nações. Para Milton Santos (2000a, p. 77), o Produto Nacional Bruto é “um nome fantasia ao que poderíamos chamar de produto global, já que as quantidades que entram nessa contabilidade são aquelas que se referem às operações que caracterizam a própria globalização.” Há também a falsa ilusão de “que a morte do Estado melhoraria a vida dos homens e a saúde das empresas, na medida em que permitiria a ampliação da liberdade de produzir, de consumir e de viver.” Merece ressaltar aqui que a informação, sendo cada vez mais volumosa e disponibilizada a todos, leva à outra inverdade, ou seja, muitos dados são produzidos com todo o instrumental tecnológico atual. Estes, ao serem transformados em informação, podem ser manipulados do jeito que interessa a quem a organiza e a produz. Pode-se constatar isso verificando como um conjunto de dados permite produzir informações diferentes, seja excluindo algum detalhe, enaltecendo outro, enfim, até pelo modo de comunicar a informação. O desafio diante desta realidade é como fazer a construção do conhecimento a partir dos dados e das informações, o que só pode ser feito por cada um enquanto sujeito que conhece a sua realidade.

Isso tudo nos permite indagar como, nesse globalitarismo perverso, exercitar nossa cidadania para alcançarmos a grande mutação contemporânea, ou seja, uma nova globalização.

UM NOVO MUNDO É POSSÍVEL: A VALORIZAÇÃO DO LUGAR PARA A CONSTRUÇÃO DA CIDADANIA

Nesta fábula globalitaria perversa, “os lugares são, pois, o mundo, que eles reproduzem de modos específicos, individuais, diversos. Eles são singulares, mas são também globais, manifestações da totalidade-mundo, da qual são formas particulares.” (VIEIRA, 2009, p. 71). O global e o local se interpenetram, o global investe no local e o local impregna o global. A globalização não é algo abstrato que exista por si só, pelo contrário, ela requer a existência de lugares específicos para se concretizar. Em algum lugar ela se materializa e cria as suas condições para que os sujeitos que ali vivem transformem este lugar como reprodução de interesses maiores e distantes, na maioria das vezes. Interesses que são do global.

Num paradoxo, em tais condições, o cidadão do lugar pretende instalar-se como cidadão do mundo, mas o mundo não tem como regular os lugares. Assim, a expressão cidadão do mundo torna-se um voto, uma possibilidade distante condicio-

nada pelas realidades nacionais. O cidadão só o é (ou não) como cidadão de um país.

Ser “cidadão de um país”, sobretudo quando o território é extenso e a sociedade muito desigual, pode constituir, apenas, uma perspectiva de cidadania integral, a ser alcançada nas escalas sub-nacionais, a começar pelo nível local. Esse é o caso brasileiro, em que a realização da cidadania reclama, nas condições atuais, uma revalorização dos lugares e uma adequação de seu estatuto político.

[...] Assim, a possibilidade de cidadania plena das pessoas depende de soluções a serem buscadas localmente, desde que, dentro da nação, seja instituída uma federação de lugares, uma nova estruturação político-territorial, com a indispensável redistribuição de recursos prerrogativas e obrigações.

Trata-se, em ambas as etapas, de uma construção de baixo para cima cujo ponto central é a existência de individualidades fortes e das garantias jurídicas correspondentes. A base geográfica dessa construção será o lugar, considerado como espaço de exercício da existência plena. (SANTOS, 2000a, pp. 113-114).

Para a construção de uma sociedade detentora de uma cidadania plena⁶, uma espécie de igualdade humana básica, associada ao conceito de participação integral na comunidade, é necessário pensar globalmente e agir localmente. E, para que isso se efetive, é necessário conseguir superar o pensamento único e buscar a consciência universal. Pensar globalmente é compreender o mundo, como se organiza, se transforma, como o capital age, como as grandes empresas se estruturam, bem como o papel que o Estado assume numa economia e numa sociedade cada vez mais mundializadas. Nestas condições, o estudo do particular, da cidade, do local torna-se fundamental.

Os lugares particulares se interligam entre si de forma seletiva e de acordo com os interesses locais, nacionais e/ou mundiais. O espaço concretiza todas estas relações, e torna-se fundamental estudar o particular, o local.

Esta nova ordenação do espaço que se expressa a partir da globalização gera uma

⁶ Adotamos aqui a concepção clássica de cidadania proposta por Marshall, ou seja, a cidadania seria composta por direitos civis e políticos, sendo os primeiros correspondentes aos direitos de primeira geração: liberdade, igualdade, direito à vida, à segurança, etc. Já os direitos políticos, direitos sociais, econômicos ou de crédito dizem respeito à liberdade de associação e reunião, de organização política e sindical, à participação política, etc. MARSHALL, Truman H. *Cidadania, Classe Social e Status*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1967.

concentração de riqueza e acentua o caráter desigual do desenvolvimento. Cada lugar “responde” de acordo com suas condições e capacidades, por isto é importante pensar o particular – o local – não como destinado a ser de um ou de outro modo, mas conhecendo-o e reconhecendo neles potencialidades. (CALLAI, 2002, p. 131).

O território incorpora um poder que lhe é dado pelas características de vida das pessoas que o ocupam. E, como tal, a escala social passa a ser um dado metodológico importante na análise da realidade em que vivemos. Não há como entender o mundo fragmentando-o em espaços, quer seja o nacional, o regional, o local e o global. Esta compartimentação dos espaços impede a decodificação daquilo que é essencial na estruturação dos territórios. Essencial para conseguir superar a ideia de globalização imposta, isto é, que, ao negar as particularidades, considera-se apenas o que interessa para reprodução das condições existentes sob o processo de globalização.

Perdem-se as metáforas e a fantasia criada ao passar como verdades aquilo que interessa a quem comanda. Neste sentido é que a escala social pode ser um instrumento para análise do mundo na busca de entender as dinâmicas que ocorrem, tentando encontrar alternativas capazes de valorizar a vida dos sujeitos, e não apenas o cumprimento das normas estabelecidas pelo grande capital.

O território da nação se constitui como um marco da nacionalidade, mas não é apenas esse recorte do espaço que interessa. As regiões que se constituem a partir de interesses geoeconômicos, culturais ou sociais também têm um papel significativo neste conjunto. E a escala mais presente na nossa vida cotidiana é a que está expressa a partir do local. A interligação entre os vários níveis da escala se manifesta através do que acontece nas relações sociais, econômicas, culturais. Vem daí que as explicações para o que acontece em um determinado lugar não se explicam apenas pelo que ali acontece. As formas manifestas reproduzem interesses envolvidos que podem estar localizados ou terem sua origem tanto do lugar, como da região, na nação, em justificativas regionais a nível internacional, e, enfim por questões que se caracterizam como globais.

Neste contexto é que pode ser importante a busca do entendimento de que os espaços reproduzem as relações entre os homens e que servem também de apoio territorial, o palco onde acontece a vida dos homens. O entendimento é de que o espaço acolhe as ações e dá sustentação territorial à vida dos homens. Ao mesmo tempo, não é um espaço inerte, ele tem vida oportunizando ou restringindo ações. As limitações que o espaço impõe não são “naturais” (na maioria das vezes), mas, são sim, socialmente construídas, e aí interessa buscar os caminhos para a compreensão do que acontece no mundo ser capaz de interferir nos acontecimentos locais. O espaço,

portanto, é um dos ingredientes para a ação, e, neste sentido, “[...] a materialidade, esse componente imprescindível do espaço geográfico, que é, ao mesmo tempo, uma condição para a ação; uma estrutura de controle, um limite à ação; um convite à ação”. (SANTOS, 1996, p. 257).

Ao mesmo tempo em que não se pode ter apenas a “versão” da globalização, não se pode correr o risco de uma visão localista. Assim, não se pode conceber uma visão simplista, ou seja, de que o global é o responsável por tudo, ou de que o local tudo pode para fazer frente às injunções externas. Há sempre um embate entre uma razão que é global advinda de um conjunto de ações gerais (planetárias), e uma razão local, decorrente das ações dos que ali vivem. Essas duas ordens se superpõem “e, num processo dialético, tanto se associam, quanto se contrariam. É nesse sentido que o lugar defronta o Mundo, mas, também, o confronta.” (SANTOS, 1996, p. 267).

Diante disso, é possível pensar alternativas que exigem por princípio o envolvimento dos sujeitos conquistando a sua cidadania e exercendo os seus direitos e deveres. Vem daí uma sugestão de Milton Santos (1996) sobre a “força do lugar”, que pode ser a possibilidade de fazer frente ao poder geral que muitas vezes sufoca os interesses locais. A força do lugar se manifesta como uma forma de resistência à hegemonia do global. Para tanto, é importante que cada sujeito reconheça o seu papel como integrante de um grupo social que pode questionar o mundo como ele se apresenta, mas que precisa entender este mundo. A partir daí a ação social do conjunto da população pode fazer a diferença. O poder local se constitui como e a partir da força do lugar.

Não há dúvida que este conceito de lugar se apresenta como um dado significativo para compreender o processo de globalização. E, além do entendimento da realidade em que se vive, o passo seguinte é agir com o exercício cidadão. O lugar aqui entendido como o município tem papel duplo na vida dos sujeitos. Encaminhar o entendimento da construção social do mundo e exercer a sua cidadania, promovendo a força do lugar.

Naturalmente, neste contexto, a escola detém um papel de suma importância para a formação cidadã, vez que cabe a ela inculcar nos educandos noções sobre direitos e deveres, ordem estatal e civil, assim como sobre as leis civis e estatais sob as quais está organizada a sociedade. É nela também que o cidadão inicia a exercitar a tolerância quanto à diversidade, passa a desenvolver sua virtude cívica e a temperar o fundamentalismo e o egoísmo. (PATEMAN, 1992). “Uma educação que tem como objetivo a autonomia do sujeito passa a municiar o aluno de instrumentos que lhe permitam pensar, ser criativo e ter informações a respeito do mundo em que vive.” (SANTOS, 1996, p. 101). Ao estudar o local em que vive, compreendendo que o município é a reprodução da sociedade brasileira num determinado lugar, o aluno

estará em condições de conhecer e exercer a crítica sobre aquela realidade.

Compreender o lugar em que vive permite ao sujeito conhecer a sua história e assimilar as coisas que ali acontecem. Cada um pode conhecer os lugares do poder. As autoridades municipais estão mais próximas, são pessoas que convivem nos vários ambientes a que tem acesso as pessoas do lugar . A sensação de que podem ser ouvidos, de que podem reclamar e reivindicar, propor, sugerir, auxiliar etc., transformam a relação entre as pessoas. “Isto resgata a questão da identidade e a dimensão de pertencimento. É fundamental, neste processo, que se busque reconhecer os vínculos afetivos que ligam as pessoas aos lugares, às paisagens e tornam significativo o seu estudo.” (SANTOS, 1996, p. 84). Afinal,

é no município que o homem nasce, vive e morre. Recebe os primeiros serviços da saúde, da educação. É no município que somos cidadãos, expressamos nossa cidadania, exercemos nossos direitos mais elementares e cumprimos nossos deveres mais essenciais. Chegou a hora, portanto, de mudar, começando a definir um novo Brasil a partir da célula básica, que é o município. Com mais recursos, com independência administrativa, alcançar-se-á uma democracia mais participativa, soluções mais rápidas e mais adequadas aos interesses dos cidadãos, e por certo haverá menos burocracia e mais controle direto sobre as ações administrativas do Poder Executivo e maior participação no Poder Legislativo. (PERIUS, 2001, p. 274).

O município, como o lugar – espaço geográfico e o lócus de poder, por estar mais próximo da sociedade – favorece a captação dos problemas nas esferas privadas e sua transferência para o cenário público. O cenário público, ou a esfera pública, pode ser descrito “como uma rede adequada para a comunicação de conteúdos, tomadas de posição e opiniões; nela os fluxos comunicacionais são filtrados e sintetizados, a ponto de se condensarem em opiniões públicas [...]”. Já a esfera privada, ou sociedade civil, tem seu núcleo institucional “formado por associações e organizações livres, não estatais e não econômicas, as quais ancoram as estruturas de comunicação da esfera pública nos componentes sociais do mundo da vida.” (HABERMAS, 1987, p. 92). Desses conceitos habermasianos, nota-se que a esfera pública tem posição central na formação da vontade coletiva, pois é o espaço do debate público, do embate dos diversos atores da sociedade civil.

O espaço público [...] permite a institucionalização das pluralidades nas sociedades civis modernas e a possibilidade de consenso mediante procedimentos comunicativos exercidos na esfera pública, fornecendo os critérios éticos de regulação dos discursos práticos. A esfera pública, enfim, é a instância geradora de decisões coletivas e legitimadora da democracia. (VIEIRA, 1999, p. 228).

Convém relacionar essa participação com o processo de empoderamento social, “no qual os indivíduos tomam posse de suas próprias vidas pela interação com outros indivíduos, gerando pensamento crítico em relação à realidade, favorecendo a construção da capacidade pessoal e social” (BAQUERO, 2005, p. 76), o que possibilita a transformação das relações sociais de poder.

Tal processo está vinculado ao capital social, por este ser “um dos catalisadores passíveis de interagir na construção de um maior empoderamento social.” (HERMANY; COSTA, 2009, p. 33). Com efeito, trata-se de uma consciência que ultrapassa a tomada de iniciativa individual de conhecimento e superação da realidade em que o indivíduo se encontra, no sentido de compreender as teias complexas de relações sociais que informam contextos políticos e econômicos mais abrangentes. Enfim, o empoderamento possibilita tanto a emancipação individual, como a consciência coletiva necessária para a superação da dependência social e da dominação política. (FERDINAND, 2010).

Para que esse empoderamento aconteça, compreendemos que o governo local é a unidade política administrativa que oferece melhores condições para a prática da participação popular⁷ na gestão da vida pública, pois “as cidades estão na linha de frente dos problemas, mas no último escalão das decisões administrativas.” (DOWBOR, 2009).

O município é “o espaço legítimo de debate público igualitário sobre o que se quer da e na sociedade – o *locus* privilegiado de impulsão à constituição de uma sociedade de direito.” (HERMANY; FRANTZ, 2009, p. 308). Espaços participativos no Âmbito da Administração Pública municipal (assim como nos demais níveis) já existem. Todavia, tais espaços precisam ser povoados. E, para essa povoação acontecer, precisamos primeiramente aprender a sermos cidadãos, e esse aprendizado inicia na escola. Já dizia Milton Santos: “a cidadania se aprende”. (SANTOS, 2007, p. 7). É o exercício da cidadania no âmbito dos municípios que vai impulsionando as práticas participativas em todos os seus níveis. Se as pessoas tomam conhecimento das oportunidades para a participação efetiva no processo de tomada de decisões, elas, provavelmente, acreditarão que a participação vale a pena.

⁷ Essa participação popular, para precisar seu conceito, trata-se de uma requalificação da participação, regida pelos critérios da equidade e justiça. Participação que interfere, interage e influencia na construção de um senso de ordem pública. TELLES, Vera. Sociedade civil, direitos e espaços públicos. In: VILLA-BÔAS, Renata (org.). *Participação popular nos governos locais*. São Paulo: Pólis, 1994. p. 52.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A globalização, como demonstrado, é um processo multifacetado e contraditório. Tem lá suas benesses que, para Milton Santos, não passam de fábulas, cujos alicerces são o dinheiro e a informação. Trata-se de uma globalitarização.

Juntamente com esse globalitarismo, surge a promessa de uma cidadania mundial. Ocorre que, em uma sociedade desigual como a nossa, onde a maioria das pessoas não se sentem cidadãs, muito menos exercem sua cidadania, não há que se falar em cidadania global. Trate-se, portanto, de um voto distante.

Contudo, construir uma cidadania mundial é possível, mas tal construção está condicionada ao exercício de uma cidadania plena local. Não há que se falar em ser cidadão do mundo sem antes ser cidadão do lugar onde vive. E a cidadania, sem dúvida, se aprende. É na escola que iniciamos o nosso aprendizado sobre como sermos cidadãos. É lá que temos as primeiras noções sobre direitos e deveres, ordem estatal e civil, sobre as leis civis e estatais que regem a sociedade. Cabe à escola o importante resgate dos valores ligados à identidade e ao pertencimento, ferramentas importantíssimas para a atuação cidadã no espaço público local.

Espera-se que a concretização de uma cidadania local seja o ponto de partida para a participação cidadã em todos os níveis, para que, finalmente, se efetive o Estado Democrático de Direito proclamado pela nossa Constituição Federal/88. Somente após essa efetivação é que poderemos iniciar a construção de uma cidadania global.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BAQUERO, Rute V. A. 2005. Empoderamento: questões conceituais e metodológicas. *Revista Debates*, Porto Alegre, v.1, p. 69-84, dez.
- BAUMAN, Zygmunt. *Em busca da política*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.
- BORJA, J.; CASTELLS, M. 1996. *Local y global: La gestión de las ciudades en la era de la información*. Madrid: Taurus.
- BRASIL. IBGE. 2010. *Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística*. Países. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/paisesat/main.php>. Acesso em: 10 fev.
- CALLAI, Helena Copetti. 2002. Estudar o lugar para compreender o mundo. In: CASTROGIOVANNI, Antonio (Org.). *Ensino de geografia: prática e textualizações no cotidiano*. Porto alegre: Mediação.
- DOWBOR, Ladislau. 2009. *A Reprodução Social*. Descentralização e participação: novas tendências. Disponível em: <http://www.dowbor.org/livros.asp>. Acesso em: 29 jul.

- FERDINAND, Cavalcanti Pereira. 2010. *O que é empoderamento?* Disponível em: <<http://www.fapepi.pi.gov.br/novafapepi/sapiencia8/artigos1.php>>. Acesso em: 01 jul.
- HERMANY, R.; COSTA, M. M. M. 2009. O empoderamento social local como pressuposto para o exercício da cidadania. In: CARVALHO, A. et al. *O mundo da cidade e a cidade no mundo: reflexões sobre o direito local*. Santa Cruz do Sul: IPR,
- HERMANY, R.; FRANTZ, D. 2009. Esfera local e cidadania: uma conseqüência da dimensão educativa. In: GORCZVSKI, Clovis (Org.). *Direitos Humanos, Educação e Sociedade*. Porto Alegre: UFRGS.
- HOUAISS, A.; VILLAR, M. 2001. *Minidicionário Houaiss da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva.
- MARSHALL, Truman H. 1967. *Cidadania, Classe Social e Status*. Rio de Janeiro: Zahar Editores.
- PATEMAN, Carole. 1992. *Participação e teoria democrática*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- PERIUS, Vergílio Frederico. 2001. *Cooperativismo e lei*. São Leopoldo: UNISINOS.
- SANTOS, Milton. 1996. *A natureza do Espaço*. São Paulo: Hucitec.
- SANTOS, Milton. 2007. *O Espaço do Cidadão*. 1 ed. São Paulo: EDUSP.
- SANTOS, Milton. 2000 a. *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*. São Paulo: Record.
- SANTOS, Milton. 2000 b. *Território e Sociedade: entrevista com Milton Santos*. Entrevistadores: Odete Seabra, Mônica de Carvalho, José Corrêa Leite. 1 ed. São Paulo: Fundação Perseu Abramo.
- TELLES, Vera. 1994. Sociedade civil, direitos e espaços públicos. In: VILLA-BÔAS, Renata (org.). *Participação popular nos governos locais*. São Paulo: Pólis.
- VIEIRA, Liszt. 1999. Cidadania e controle social. In: PEREIRA, L. C. B.; GRAU, N. C. (Orgs.). *O público não-estatal na reforma do Estado*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas.
- VIEIRA, Liszt. 2009. *Cidadania e globalização*. 9 ed. Rio de Janeiro: Record.

ABSTRACT

In Milton Santos view the phenomenon of globalization is constituted in a perverse and totalitarian globalitarism, underpinned by fables and myths. In this scenario, the author says, the places become private manifestations of all-world. Local and global intertwine and citizen of the places want to install themselves as world citizen, but the world has not as regular the places. Thus, global citizenship becomes a voting conditioning to the national realities. This article reflects on the role of place for the construction of citizenship, de-

monstrating that the school has an extremely important role in this process. It starts with the assumption that the city is a learning locus and citizenship exercise, as it contributes to the development of social empowerment and feelings such as belonging, decisive factors for participation. Its concluded that it is only thinking locally and acting globally that could achieve full citizenship, the first step to building a global citizenship. To prepare this article, were use methods of literature and qualitative research.

KEYWORDS

Citizenship. Education. Globalization. Place.

SUBMETIDO EM

Novembro de 2010

APROVADO EM

Fevereiro de 2012

Helena Copetti Callai

Graduada em Geografia, com mestrado e doutorado em Geografia pela USP-SP. Professora da UNIJUÍ - Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, onde atua no Programa de Pós Graduação em Educação nas Ciências - mestrado e doutorado. É pesquisadora com Bolsa de Produtividade em Pesquisa - CNPq.

Bruna Schlindwein Zeni

Bacharel em Direito pela UNIJUÍ – Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul. Mestre em Direitos Sociais e Políticas Públicas pela UNISC – Universidade de Santa Cruz do Sul/RS.

A SINGULARIDADE DO LUGAR: A CONSTRUÇÃO DE UM DISCURSO IDENTITÁRIO PARA O BAIRRO SANTA TEREZA.

Françoise Jean de Oliveira Souza
Karime Gonçalves Cajazeiro

RESUMO:

O presente artigo tem por objetivo analisar a influência do discurso midiático no processo de construção de um imaginário coletivo acerca de um bairro de Belo Horizonte e a reverberação deste imaginário entre os moradores da cidade.

Para tanto, tomaremos como exemplo o bairro de Santa Tereza e analisaremos o modo como os elementos simbólicos e as representações sociais, definidores da identidade local, foram se consolidando no discurso daquela comunidade.

PALAVRAS-CHAVE:

Imaginário; identidades coletivas; bairro; discursos midiáticos.

Nas cidades modernas, emergem territórios que se destacam por ostentarem fortes representações sociais. São lugares¹ que se afirmam e se notabilizam pela diferença ou pela oposição aos demais territórios, caracterizando-se pela peculiaridade dos seus modos de vida, costumes ou vocações históricas, ou ainda, pela resistência ao processo mais amplo de imposição da vida urbana – tão marcada por determinações dos valores de mercado. Esses espaços, de maneira geral, são vistos como singulares, posto que portadores de uma determinada identidade, carregada de significados históricos, simbólicos e afetivos. No Rio de Janeiro, há, por exemplo, o bairro de Santa Teresa, reconhecido “como o Montmartre carioca” ([http://pt.wikipedia.org/wiki/Santa_Tereza_\(bairro_do_Rio_de_Janeiro\)](http://pt.wikipedia.org/wiki/Santa_Tereza_(bairro_do_Rio_de_Janeiro))), devido ao grande número de artistas que possuem ateliê e residem no local ou, ainda, o bairro da Lapa, tido como o berço da boemia carioca [http://pt.wikipedia.org/wiki/Lapa_\(bairro_do_Rio_de_Janeiro\)](http://pt.wikipedia.org/wiki/Lapa_(bairro_do_Rio_de_Janeiro))). Em São Paulo, destaca-se o tradicional bairro do Bixiga, marcado pela ocupação italiana e pela presença de inúmeras cantinas (<http://pt.wikipedia.org/wiki/Bixiga>).

Em Belo Horizonte, o bairro Santa Tereza corresponde, indubitavelmente, a um destes territórios. Figurando como referência proeminente e distintiva dentro da vida cotidiana da cidade, esse bairro desempenha, atualmente, uma função aglutinadora e polarizadora para os belo-horizontinos. Isto porque os discursos que foram construídos e consolidados, ao longo dos anos, acerca do bairro acabaram por lhe conferir uma grande capacidade de evocar imagens e um conjunto de significados no imaginário coletivo.

Não por acaso, quem chega a Santa Tereza por seu principal acesso, isto é, pela Rua Hermilo Alves com Avenida do Contorno, pode ser surpreendido por uma faixa anunciando o que lhe espera: “Bem-vindos a Sta. Tereza. Lugar de gente feliz e festeira”². Poucos metros depois, quase no entroncamento da Rua Hermilo Alves com Rua Mármore, outra mensagem avisa: “Correr pra que? Você já está em Santê!”³.

¹Segundo Briggs, um dos temas da antropologia foca a questão da ‘querença’, com o intuito de analisar os processos pelos quais os indivíduos e grupos se apegam às menores porções do ambiente em que vivem e o desejo que sentem de dar-lhes um nome: “indivíduos e grupos estão sempre transformando ‘espaços’ em ‘lugares’, ‘apegando-se’ a eles através de hábito, memória, temperamento e associação” (1972:80).

² Faixa colocada por moradores do bairro durante o mês de setembro de 2010, por ocasião do aniversário do “Bar do Lacerda”, um dos tradicionais estabelecimentos comerciais de Santa Tereza.

³ Idem.

Produções discursivas como estas são corriqueiras no bairro, deixando transparecer o desejo de seus moradores em demarcar o território onde vivem, afirmando a sua alteridade a partir da reprodução dos elementos conformadores de um imaginário unívoco e homogeneizante em relação ao bairro. A valorização de algo que lhe é particular, vale ressaltar, é uma forma específica de inserção no todo.

Figura 01

Faixa instalada na Rua Hermilo Alves. Foto das autoras. Set/2010.

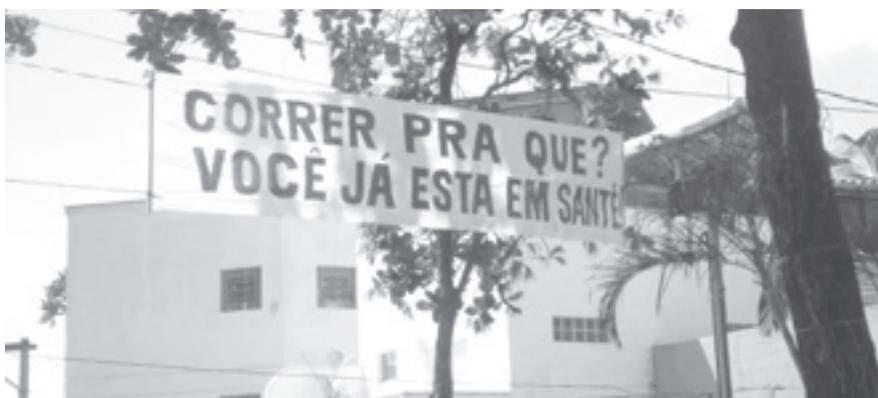


Fonte: Bairros históricos de BH – Santa Tereza – FAPEMIG; PPGCS/PUC Minas; DIPC/DPC/PBH, 2010.

Figura 02

Faixa instalada na Rua Hermilo Alves, próximo à Rua mármore.

Foto das autoras. Set/2010.



Fonte: Bairros históricos de BH – Santa Tereza – FAPEMIG; PPGCS/PUC Minas; DIPC/DPC/PBH, 2010.

Em linhas gerais, os elementos sustentadores do imaginário e da identidade do Santa Tereza ancoram-se em três representações simbólicas: a de um bairro tradicional – aqui entendido como oposição ao modo de vida moderno, no qual as relações caracterizam-se pela impessoalidade (Simmel 1979) – a de um bairro marcado por uma efervescência cultural e por uma intensa atividade boêmia. Lançando mão de signos já arraigados no seu próprio repertório imagético, os moradores de Santa Tereza procuram se afirmar no interior da metrópole, criando um confortável sentimento de pertencimento e identidade local.

A produção discursiva elaborada por um grupo de moradores do Santa Tereza, baseada nas representações acima elencadas e que reafirmam a existência de um modo de vida *sui generes* naquele bairro, acaba por gerar algo próximo ao que Benedict Anderson (2005) chamou de “comunidade imaginada”, ancorada em uma territorialidade. O compartilhamento de um imaginário comum acerca do bairro faz com que os membros dessa comunidade se reconheçam como iguais, criem laços de pertencimento, construindo e reafirmando as evidências históricas de sua distinção em relação aos demais. Com isto, desenvolvem-se sentimentos de identificação capazes de incorporar sob um discurso único pessoas que, por outros caminhos, talvez não se identificassem.

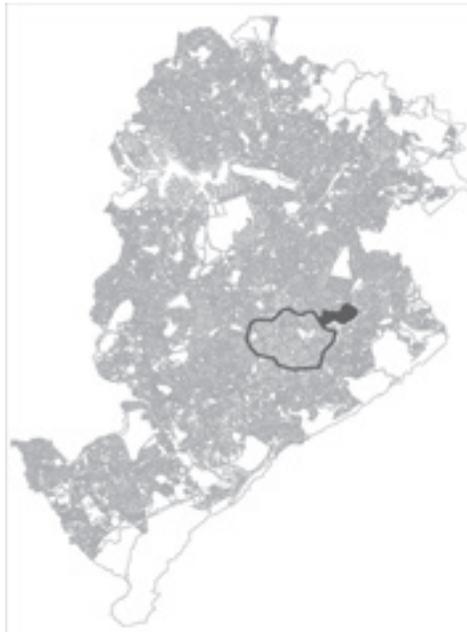
Uma identidade cultural compartilhada, no entanto, não é algo dado, tampouco é resultante da mera consolidação de hábitos e costumes, embora esteja relacionada com experiências vividas e com elementos da existência real como forma de se afirmar. As identidades também não são rígidas, estanques e atemporais. Ao contrário, elas são contingenciais e socialmente construídas através da seleção e evidenciação de determinados atributos sociais que se desdobram em símbolos. Elas são, em suma, fruto de uma produção discursiva, midiática, ritualística que resulta em tradições que se inventam e reinventam, conforme os desejos de construção social da realidade (Hobsbawn & Ranger 1984).

Partindo do princípio de que as identidades coletivas são fruto de um processo histórico e social, o presente texto tem por objetivo analisar o modo como os elementos simbólicos definidores da identidade local foram se consolidando no discurso dos habitantes do bairro Santa Tereza. Para tanto, analisaremos a influência do discurso midiático e do movimento comunitário chamado “Salve Santa Tereza” no processo de construção de um imaginário coletivo, ancorado em uma territorialidade, bem como a reverberação deste imaginário na fala de alguns moradores da capital mineira.

O bairro Santa Tereza consiste numa das ocupações mais antigas da cidade. Localizado na área pericentral de Belo Horizonte, encontra-se na porção norte da Avenida do Contorno, apartado do centro da cidade por extensas barreiras físicas – a linha férrea e o ribeirão Arrudas. Originalmente ocupado por segmentos populares, o bairro passou por um processo de valorização do solo urbano a partir do final dos anos 1990. Todavia, no censo de 2000, Santa Tereza encontra-se classificado como bairro de classe alta, com renda média mensal do chefe do domicílio igual ou maior a 8,5 salários mínimos e menor que 14,5 salários mínimos⁴. A despeito do processo de valorização imobiliária, o bairro mantém preservado um significativo número de edificações que remontam às primeiras décadas da cidade, constituindo-se em uma área de proteção ao patrimônio cultural da cidade.

Mapa 01

Belo Horizonte: localização do bairro Santa Tereza.



Fonte: Bairros históricos de BH – Santa Tereza – FAPEMIG; PPGCS/PUC Minas; DIPC/DPC/PBH, 2010.

⁴ Censo 2000: IPEAD – Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas, Administrativas e Contábeis de Minas Gerais.

Segundo o previsto no plano urbanístico de Belo Horizonte⁵, a área que hoje conforma o bairro era formada por grande parte da 7ª seção suburbana e por parte da antiga colônia agrícola Américo Werneck ⁶. Nos primórdios de sua formação, a comunidade que lá se instalou era formada basicamente de agricultores e de pedreiros, carpinteiros e pintores, muitos dos quais eram imigrantes europeus que foram atraídos pela oferta de trabalho na construção da nova capital. Em 1898, já haviam sido contabilizados 118 moradores, distribuídos em 23 famílias. Com o crescimento deste número, a ex-colônia agrícola Américo Werneck foi emancipada, em 1912, sendo incorporada, finalmente, à zona suburbana da Capital. Com isto, a região ganhou os primeiros contornos do que viria a se constituir no bairro Santa Tereza (Prefeitura de Belo Horizonte 2010).

Com a emancipação da ex-colônia agrícola, a prefeitura de Belo Horizonte intentou uma política de controle do processo de ocupação da região que deveria se sujeitar às normas atinentes ao uso e à ocupação do solo, ficando sob a responsabilidade da prefeitura a construção de ruas e praças. Para tanto, o bairro recebeu o seu primeiro parcelamento e estabeleceu-se que nenhuma construção poderia ali ser feita sem licença prévia da municipalidade que forneceria, gratuitamente, plantas e alvarás aos que fossem construir suas casas. Segundo o relatório do prefeito Flávio dos Santos, referente aos anos de 1922 e 1924, no chamado “bairro dos imigrantes” foram abertas 28 novas ruas, com 60 quarteirões e 1215 lotes. Estes últimos, por sua vez, estavam sendo concedidos gratuitamente ou alienados a funcionários e empregados estaduais e federais, a oficiais e praças da força pública e a operários (Gomes 19-); delatando, assim, o perfil popular dos seus primeiros moradores.

Nos anos de 1930, o bairro já possuía um bom comércio com profissionais liberais e vários tipos de serviços oferecidos à comunidade. A rua principal já era a Mármore, onde se encontravam padarias, açougues, bares, salões de barbeiros,

⁵ Importante destacar que Belo Horizonte foi uma cidade planejada, tendo sido construída entre 1894 e 1897, para abrigar a nova capital de Minas Gerais, no contexto da proclamação da República.

⁶ O plano urbanístico de Belo Horizonte classificou a cidade em três zonas: urbana, suburbana e rural. Na zona urbana, circundada pela Avenida do Contorno, antiga Avenida 17 de Dezembro, seriam edificadas as principais instituições da Capital. Envolvendo esta zona havia a zona suburbana que, ocupando terrenos mais acidentados, teve seu traçado adaptado à topografia, e suas quadras e lotes maiores e em formato irregular, cortados por ruas mais estreitas. A zona rural, localizada ao redor da zona suburbana, era destinada a sítios que produziriam os produtos agrícolas que abasteceriam a capital.

sapatarias de concertos e tinturarias, muito comuns naquele tempo, e vários outros serviços. Em 1937, foi inaugurado um dos espaços que muito contribuiu para o desenvolvimento de suas características culturais. Trata-se da Praça Duque de Caxias, principal centro das atividades da comunidade e do comércio local. Esta praça situa-se em ponto central no bairro e por ela passam duas vias importantes na região: Ruas Salinas e Mármore. Estas funcionam como vias integradoras do bairro no sentido longitudinal, sendo a praça é um ponto de referência no meio destes dois caminhos. Com a sua implantação, começou a surgir em seu entorno imediato, um significativo comércio local, tornando-se principal ponto de encontro dos moradores e palco de inúmeras manifestações cívicas e culturais. Também, em função do seu ponto privilegiado, erigiu-se ali a igreja do bairro que, não obstante os demorados 31 anos de sua edificação (entre 1931 e 1962), tornou-se uma das principais referências do Santa Tereza. Praça e igreja tornaram-se, por conseguinte, ícones identitários do bairro; e o lugar de sua centralidade.

Figura 03

Praça Duque de Caxias com a Igreja de Santa Tereza ao fundo.



Fonte: Bairros históricos de BH – Santa Tereza – FAPEMIG; PPGCS/PUC Minas; DIPC/DPC/PBH, 2010.

Figura 04
Praça Duque de Caxias.



Fonte: Bairros históricos de BH – Santa Tereza – FAPEMIG; PPGCS/PUC Minas; DIPC/DPC/PBH, 2010.

Paralelamente às melhorias urbanas, as atividades esportivas e culturais foram tornando-se cada vez mais intensas, com a formação de times de futebol, de clubes recreativos, grupos teatrais e blocos carnavalescos. Em 1925, fundou-se o time de futebol “Santa Cruz”; em 1927, o “Santa Tereza Esporte Clube” e, em 1928, o “Paraguassú”. Estas associações não se limitavam ao futebol, já que em suas sedes ocorriam confraternizações, danças, bailes e apresentações teatrais. Em 1932 foi criado o “Clube Teatral e Recreativo de Santa Tereza”, importante espaço responsável pela organização de diversos eventos sociais e atividades culturais. Ainda em 1932, surgiu o bloco carnavalesco “Não rapo nada”, o mais antigo da região, tendo permanecido até 1981, inspirando o surgimento de outros blocos no bairro, como o “Inocentes de Santa Tereza”, “Galãs Mirins”, o “Unidos de Santa Tereza” e a “Banda Santa”. Ao longo dos anos, surgiram também associações exclusivas para danças e carnaval, como o “Clube Estrela” e o “Clube Tajurá”, localizados na Rua Mármore (Santa Tereza 1991). E assim, ao longo dos anos, o Bairro Santa Tereza foi sendo, gradativamente, associado às práticas culturais, até se tornar uma região representada como um lugar de grande efervescência cultural.

A construção de uma imagem do bairro associada à cultura foi potencializada, por volta dos anos de 1970, pela eclosão do movimento musical que ficou internacionalmente conhecido como Clube da Esquina e que nasceu do encontro de jovens

músicos na esquina das Ruas Paraisópolis e Divinópolis. Do Santa Tereza, despontaram também duas outras bandas musicais que ficaram nacionalmente famosas – o Sepultura, na década de 1980, e o Skank, na década de 1990 – e que em muito ajudaram a projetar o bairro no circuito cultural da cidade de Belo Horizonte.

O processo de construção e consolidação de uma identidade do bairro, compartilhada pelos moradores do Santa Tereza, contou, ao longo dos anos, com a importante colaboração da mídia, sobretudo, a escrita. Afinal, a palavra dá concretude e materialidade às idéias e ao repertório simbólico já presente no imaginário daquela comunidade. De maneira fluída, a mídia e a realidade relacionam-se, numa via de mão dupla, influenciando-se e transformando-se mutuamente.

A importância da imprensa local pode ser mensurada a partir da análise de dois dos principais jornais que circulam pelo bairro, ao longo dos últimos 20 anos, a saber, o *Santa Theresa* e o *Santa Tereza Notícias*⁷. Por meio destes impressos, é possível perceber a constante reiteração dos principais elementos simbólicos relacionados ao bairro, visando apresentar Santa Tereza como um território diferenciado no interior da cidade, tal como se depreende do subtítulo presente no jornal *Santa Theresa*, da edição nº 22, de junho de 1995: “Bairro de Santa Thereza, o melhor para se viver em Belo Horizonte, mantém suas tradições”. O mesmo pode ser apreendido do artigo abaixo, que reforça a ideia de que o bairro mantém uma tradição de fortes relações de vizinhança:

O bairro de Santa Tereza é próximo do centro comercial, tem arborização, tranqüilidade, segurança e os moradores mais antigos se não são parentes são amigos e bons vizinhos. É por este motivo que lutamos pela preservação do bairro em todos os seus aspectos, principalmente arquitetônico, cultural e tradicional para que possamos entrar no ano 2000 como uma comunidade modelo porque seus moradores se preocupam com a qualidade de vida de suas famílias e de todos os vizinhos (Santa Theresa Dezembro/1998: 1).

Ao longo dos anos, a imprensa do bairro também foi reforçando a ideia de que o Santa Tereza constitui-se em um lugar de forte manifestação cultural e boêmia. Não por acaso, os eventos culturais sempre tiveram lugar de destaque nas chamadas

⁷ O Jornal *Santa Theresa* foi editado mensalmente entre 1989 e 1999, pelo jornalista Luis Góes, morador do bairro e um dos mais destacados estudiosos de sua história. Já o jornal *Santa Tereza Notícias*, editado mensalmente pelo morador do bairro, Cássio Drummond, começou a ser publicado em 2003 e encontra-se ainda em circulação. Ambos os jornais circularam exclusivamente no bairro e arredores. Para a elaboração do presente estudo, foram consultados 26 exemplares não seriados do *Santa Theresa* e 21 exemplares, também não seriados, do *Santa Tereza Notícias*.

de primeira página dos jornais: “Carnaval agita Santa Tereza” (Santa Tereza Notícias Fevereiro/2007: 1), “Festival gastronômico movimentava Santa Tereza” (Santa Tereza Notícias Abril/2007: 1), “Eventos promovem cultura em Santa Tereza” (Santa Tereza Notícias Junho /2007: 1) “A incorrigível e saudável boemia de Santa Tereza” (Santa Tereza Notícias Março/2003: 1), “Santa Tereza é, tradicionalmente, um bairro cultural, que reúne arte e música, ponto de encontro de muitas personalidades” (Santa Tereza Notícias Setembro/2004: 7).

Ressalta-se que os discursos midiáticos assumem maior autoridade e capacidade de convencimento quando lançam mão de elementos que guardam uma relação direta com a história. Afinal, a história atua como instrumento legitimador dos símbolos e das referências que se deseja reforçar, na medida em que “comprova” a sua autenticidade e sua antiguidade, estabelecendo uma espécie de genealogia. Esta última, ao enfatizar a ideia de continuidade a partir da percepção de uma origem comum, torna-se um poderoso instrumento de construção e fortalecimento de uma unidade (Simões 2010: 80).

A ideia de um bairro familiar e com fortes relações de vizinhança, por exemplo, é frequentemente fortalecida pela mídia do bairro que sempre guarda um espaço em suas páginas para contar um pouco da história dos seus moradores mais antigos. Ao trazer à tona a história das personalidades pioneiras na ocupação do bairro, cria-se a sensação de continuidade com o passado, ao mesmo tempo em que aproxima os moradores, tratando-os como pertencentes a uma mesma e grande “família”.

Figura 05

Ilustração publicada no jornal Santa Theresa, que evidencia as “famílias tradicionais” do bairro.



Fonte: Jornal *Santa Theresa* Junho/1995: 8

Da mesma forma, a ideia de que o bairro atua como com berço de grandes manifestações culturais é sempre respaldada por meio da valorização e do relembrar da história do Santa Tereza. Frequentemente, são publicados artigos que exaltam a história dos clubes, das agremiações e dos blocos carnavalescos criados no bairro, estabelecendo, tal como citado anteriormente, uma sensação de continuidade entre o presente e o passado. O desejo de valorizar este passado, tido por “momento fundador” de uma tradição, pode ser depreendido de trechos de reportagens, tais como a apresentada a seguir, que conta a história do bloco carnavalesco “Não Rapo Nada”, criado em 1933: “uma das mais antigas tradições de nossa comunidade são os blocos carnavalescos. (...) a nova geração de Santa Tereza talvez nem tenha ouvido falar desta agremiação que foi uma das mais concorridas e marcou época em nossa região” (Jornal de Santa Tereza. Novembro/1989: 2).

Figura 06

Bloco do “Eu não Rapo Nada”, no carnaval de 1966, desfilando na Avenida Afonso Pena.



Fonte: Jornal de *Santa Tereza* Novembro/1989: 2

Particularmente importante para a legitimação da imagem boêmia e cultural do bairro são os artigos que, constantemente, lançam mão da memória do Clube da Esquina e de outros grupos musicais surgidos no bairro, ainda que estas manifestações culturais tenham ocorrido em um contexto histórico específico e de maneira pontual:

O Bairro de Santa Tereza além de ter história e tradição é conhecida por sua cultura em todos os campos da arte. Muito antes do “sepultura”, contemporâneo do “Clube da Esquina” e do atual sucesso do Skank, os garotos da comunidade sempre trilharam o

caminho da música. O bairro foi o berço de diversos grupos de rock. Um desses, o conjunto, “Paladinos”, do final da década de 1960, era formado por garotos da comunidade (...) (Jornal Santa Theresa Março/1999: 3).

Figura 07

Foto do antigo grupo musical “Os Paladinos”.



Fonte: Jornal *Santa Theresa* Março/1999: 3

Por fim, é importante observar que a imprensa do bairro, mais do que somente rememorar os movimentos culturais desenvolvidos em Santa Tereza, atribuindo a estes a função de legitimar as tradições do bairro, procura valorizar a sua importância para a histórica cultural da cidade como um todo:

Santa Tereza é um bairro tradicionalmente conhecido por sua contribuição para o cenário cultural belo-horizontino. O bairro, além de revelar diversos artistas para todo o país, constantemente é palco de atrações, como peças de teatro, shows musicais e exhibições de filmes. As apresentações artísticas realizadas nas praças de Santa Tereza são de grande importância para manterem-se vivos os principais atrativos do bairro: o tão famoso “clima de cidade de interior” e a sua importância para a cultura de Belo Horizonte” (Santa Tereza Notícias Julho de 2006: 2).

Narrativas como as descritas acima têm a importante função de demarcar o lugar do bairro no contexto geral da cidade. Neste sentido, mais do que simplesmente valorizar as tradições de Santa Tereza, é importante colocá-las em um lugar de destaque em relação aos “outros”, aos demais territórios, fortalecendo, ainda mais, o seu caráter *sui generis* e, por extensão, a sua capacidade de gerar sentimentos de pertencimento.

Assim, embora não tenhamos feito uma abordagem exaustiva das fontes impressas; e, tampouco possamos afirmar que elas sejam representativas de todos os pontos de vista sobre o bairro, é possível inferir que este material, ao circular periodicamente pela comunidade, reafirmando e compartilhando um repertório de signos e imagens já disponíveis no imaginário de seus leitores, tornou-se elemento importante na consolidação das representações relativas ao local. Afinal, os veículos de comunicação agem como “um plebiscito diário”, para utilizar de empréstimo a expressão cunhada por Ernest Renan (1997), servindo para atualizar e legitimar, cotidianamente, os elementos promotores da identidade coletiva e dos laços de pertencimento, referendando os elementos que distinguem uma comunidade das “outras”. Este “plebiscito” também possui uma função pedagógica e mobilizadora, visto que potencializa a capacidade de organização da comunidade em prol do bem comum.

O MOVIMENTO “SALVE SANTA TEREZA” E A CONSOLIDAÇÃO DE UMA IDENTIDADE COLETIVA

Além dos discursos midiáticos que foram sendo elaborados sobre o bairro ao longo do tempo, é importante considerar um acontecimento que, de maneira particular, atuou como elemento catalisador do processo de construção de uma identidade coletiva entre os moradores de Santa Tereza. Trata-se do movimento “Salve Santa Tereza”, criado em 1996.

Até meados dos anos de 1970, o Santa Tereza era considerado um bairro distante do Centro de Belo Horizonte, muito embora se localize muito próximo ao perímetro da Avenida do Contorno. Esta impressão de distanciamento é explicada pela situação de isolamento em que o bairro permaneceu em função da sua situação geográfica e das dificuldades de comunicação viária com o restante da cidade. Segundo Baggio (2005), foi o relativo isolamento que o bairro experimentou durante muitas décadas; que permitiu com que o mesmo preservasse maior parte de suas características sócio-espaciais ao longo do tempo. É válido lembrar que o Santa Tereza encontra-se apartado da cidade por duas grandes barreiras, a saber, o vale do Ribeirão Arrudas e a linha férrea. Para aquele autor, “a constituição de Santa Tereza deu-se de modo a manter, por várias décadas, um relativo distanciamento das influ-

ências do moderno e dos seus signos” (Baggio 2005: 168), fato que estaria na base da formação de uma cultura de resistência às transformações. Desde o início de formação do bairro que o acesso a ele é dado pelas Ruas Hermilo Alves e Pouso Alegre. Isto fez com que a região ficasse geograficamente isolada. Contribuiu também como fator de proteção do bairro contra os impactos da substituição imobiliária, a sua condição no âmbito do sistema viário, haja vista que este não se configura como local de passagem, não estando perpassado por grandes redes arteriais de circulação. Isto porque, o bairro sempre ofereceu dificuldades de penetração, com uma topografia acidentada, condição que contribuiu para que, por muito tempo, ficasse à margem dos grandes investimentos imobiliários.

Todavia, na década de 1990, o cenário anteriormente descrito viu-se ameaçado pelas forças da “modernização” impostas pelo urbanismo oficial que, não raramente, desconhece ou ignora os valores e as categorias atribuídos a um espaço por seus habitantes⁸. Naqueles anos, o bairro tornou-se, pela primeira vez, objeto de grandes obras, como a construção, em 1992, do viaduto que passa sobre a Avenida dos Andradas, ligando Santa Tereza a Santa Efigênia e à construção da estação de metrô, inaugurada no ano seguinte. Com estas obras, o bairro tornou-se mais atrativo ao mercado imobiliário tornando-se, por conseguinte, uma zona preferencial de expansão pericentral. Em 1995, o bairro foi incluído nos estudos para o novo plano diretor de Belo Horizonte, como Zona de Adensamento Preferencial (ZAP), o que induzia a ocupação residencial multifamiliar vertical e os grandes empreendimentos imobiliários.

Diante desse contexto, alguns moradores de Santa Tereza, vendo-se na iminência da descaracterização da ambiência peculiar do bairro, mobilizaram-se a fim de resistir à imposição do padrão de ocupação estabelecido pela lei municipal. Assim, em meados de 1996, surgia o movimento comunitário “Salve Santa Tereza”, que tinha como objetivo garantir a preservação das características por eles consideradas como primordiais do bairro. Em linhas gerais, o movimento questionava os impactos que o adensamento urbano poderia causar na qualidade de vida de seus moradores, já então acostumados a um “conceito” diferente de habitar. Este “conceito”, por conseguinte, seria expresso mais claramente no material panfletário elaborado

⁸ As cidades, vale lembrar, não são objetos idealizáveis abstratamente. Ao contrário, são concretizações de modelos culturais, de processos históricos e de conflitos e conjugações que se desenrolam ao longo do tempo. Ver: Voguel, Arno e Mello, Marco Antônio da Silva. 1980. Quando a Rua Vira Casa: A Apropriação de Espaços de Uso Coletivo em um Centro de Bairro. RJ: FINEP/IBAM.

pelo movimento para ser entregue à população local a fim de despertá-la para a mobilização. Deixando claro o que seria, de fato, importante para aquela comunidade, os panfletos apelavam, sobretudo, para preservação das tradicionais referências associadas ao bairro, isto é, o clima interiorano, a cultura e a boemia: “O que fazer para que nosso bairro tenha cada vez mais clima de ponto de encontro cultural de BH, esse jeito de cidade do interior que encanta a todo o mundo, essa gente amiga que adora bater um papo?” (Movimento Salve Santa Tereza 1996). Para reforçar os seus argumentos preservacionistas, o movimento também não abriu mão de utilizar a história como elemento legitimador. Assim, suas publicações lembravam que: “moramos em um bairro tradicional e acolhedor. As famílias descendentes dos imigrantes italianos e espanhóis dão um colorido especial, personalizando, assim, o nosso bairro” (Movimento Salve Santa Tereza 1996). A resistência do Movimento aos planos oficiais de renovação urbana constituiu, assim, um caso claro de produção dramática de identidade social.

Como resultado do Movimento Salve Santa Tereza, a Câmara Municipal acabou por aprovar o artigo 83 da Lei 7.166/96 de Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo, que transformou o bairro Santa Tereza em uma ADE (Área de Diretrizes Especiais), a fim de evitar as transformações que adviriam da especulação imobiliária. Segundo entrevistas realizadas por Westin (1998) junto à população do bairro, em um momento imediatamente posterior à aprovação desta Lei, depreende-se das falas a consciência da diferença do Santa Tereza em relação às outras regiões da cidade, definidas como o contra-modelo do espaço ideal para se viver, marcadas, principalmente, pela impossibilidade do encontro. Muito frequentemente, os moradores expressaram a preocupação em não fazer do Santa Tereza “uma outra Savassi”⁹, ou um local “sem personalidade” (Westin 1998).

Todavia, tal como destacado por Westin (1998: 77-78), o movimento “Salve Santa Tereza” foi uma iniciativa de poucas pessoas. Este, no entanto, acabou recebendo, num prazo curto de tempo, a adesão de grande número de moradores do bairro. Isso porque o discurso preservacionista dos líderes do movimento ancorava-se em elementos há muito presentes no imaginário daquela comunidade, coincidindo com os desejos individuais nem sempre explicitados coletivamente. Consequentemente, a população do bairro acabou assumindo o movimento como seu. Tem-se,

⁹ A região da Savassi, localizada próxima ao centro de Belo Horizonte, firmou-se, ao longo do tempo, como centro comercial sofisticado, transformando-se, mais tarde, em *point* da juventude e de grande concentração de bares e restaurantes. A grande valorização imobiliária da região vem promovendo a consolidação da ocupação vertical.

assim, o momento culminante do despertar da consciência da alteridade.

O movimento “Salve Santa Tereza” corroborou e consolidou um conjunto de crenças acerca do bairro, catalisando o processo de construção de sua identidade coletiva. Este evento exemplifica bem um fenômeno de formalização e ritualização que Hobsbawn e Ranger (1984) tão bem definiram como o de “invenção das tradições”. A expressão “invenção das tradições” é utilizada em sentido amplo, mas bem definido, incluindo tanto as tradições propriamente inventadas, quanto àquelas que surgem repentinamente e da mesma forma se estabelecem, permanecendo tal como as outras, como se sua origem fosse remota, ainda que durem relativamente pouco. Esse conjunto de práticas de natureza ritual ou simbólica teriam por objetivo incorporar determinados valores e comportamentos definidos por meio da repetição em um processo de continuidade em relação ao passado, via de regra, um passado histórico apropriado. Com isto, obtém-se, dentre outras coisas, uma expressiva coesão social.

Esta coesão, por sua vez, mostrou-se fundamental para a luta em prol da preservação do Santa Tereza. Afinal, foi a partir do momento em que os moradores se reconheceram como um grupo que possui vivências, tradições e valores em comum, que eles puderam, também, reconhecer objetivos em comum. As experiências e valores atribuídos ao passado, nesse sentido, dão importante sustentabilidade aos projetos do futuro.

Frente ao exposto, percebe-se que o que era uma mera compreensão dos moradores do Santa Tereza sobre um modo de vida “em si”, baseado na ideia de tradição, cultura e boemia, ao ganhar consciência de suas particularidades, torna-se um discurso “para si”. O que antes era uma apreensão subjetiva acerca de um conjunto de valores e referências culturais, expressos de maneira pouco sistematizada, torna-se, através do discurso midiático e do Movimento “Salve Santa Tereza”, uma identidade fortemente compartilhada. A força desta identidade e deste discurso “para si” fez-se sentir através da sua oficialização pelo poder público que aprovou a ADE do bairro com base no princípio de que o Santa Tereza guarda “características específicas” que demandam “políticas de intervenção e parâmetros urbanísticos e fiscais diferenciados” (Prefeitura de Belo Horizonte 1996).

A AUTO-IMAGEM DO BAIRRO PELA FALA DE SEUS MORADORES.

Os elementos simbólicos constitutivos da identidade do Santa Tereza, reforçados pelo movimento “Salve Santa Tereza” e pelos discursos midiáticos, foram largamente apropriados pelos moradores do bairro. A análise das entrevistas realizadas com estes moradores nos permite demonstrar o quão enraizadas em seu imaginário

encontram-se as representações de Santa Tereza como um bairro tradicional, boêmio e cultural.

As entrevistas que subsidiaram a elaboração do presente estudo foram realizadas em duas etapas. Na primeira delas, foram realizadas entrevistas semiestruturadas com 72 moradores do bairro, escolhidos de maneira aleatória entre três regiões do bairro¹⁰. O perfil dos entrevistados nesta etapa abarcou duas faixas etárias principais, a saber, jovens com idade até 29 anos – 20,83% - e idosos na faixa etária de 60 a 74 anos – 34,72% das entrevistas. Em relação à ocupação atual, 36,11% são aposentados, seguidos por 12,50% que se declararam como “do lar”. Registra-se que esse perfil, com uma grande concentração de jovens e idosos e de aposentados e donas de casa, decorre do horário de realização das entrevistas, feitos no período de segunda à sexta, durante o horário comercial.

Em um segundo momento, buscou-se aprofundar os dados levantados na primeira etapa através da realização de entrevistas abertas. O critério para seleção dos entrevistados se pautou na necessidade de nuançar os discursos identificados na primeira fase da pesquisa que apontavam para a caracterização de Santa Tereza a partir de três elementos principais: cultura, boemia e tradição. Frente a essa informação, optamos por direcionar as entrevistas abertas para moradores do bairro que, de algum modo, se envolvem com as atividades culturais/tradicionais locais, no intuito de contrapor suas falas aos discursos evidenciados até então. Para isso, foram escolhidos seis moradores, a saber: 02 músicos, 01 artista plástico, 01 comerciante tradicional e 01 dono de estúdio de gravação. Além disso, foi entrevistado o jornalista; Luiz Góes, reconhecido estudioso da história de Santa Tereza e que também participou ativamente do movimento “Salve Santa Tereza” na década de 1990. Vale demarcar que a opção por “representantes” do setor cultural/tradicional justifica-se pelo fato de que, supostamente, é a presença desse setor em

¹⁰ A área contemplada pelo estudo partiu do perímetro de proteção delimitado pela legislação urbanística municipal – a Área de Diretrizes Especiais de Santa Tereza. Dentro desta mancha, buscamos identificar áreas que reunissem características relativas ao uso, apropriação e representação simbólica capaz de configurar territórios diferenciados dentro do bairro. Assim, a partir de um exercício de percepção urbana, evidenciou-se a ocorrência de três destes territórios, nos quais aplicamos os questionários, e outros três que foram excluídos do estudo por apresentarem uma ambiência de transição entre Santa Tereza e os bairros da Floresta e Horto. As áreas nas quais foram aplicados os questionários foram denominadas de “área boêmio/comercial”, “entorno do Mercado” e “residencial sul”.

Santa Tereza que mantém ativa a associação do bairro ao tripé cultura/boemia/tradição¹¹.

Os dados levantados na primeira etapa do estudo revelam que 54% dos entrevistados vincularam a imagem do Santa Tereza a adjetivos que, em linhas gerais, sintetizam a ideia de “tradição”, “clima interiorano” e “fortes relações de vizinhança”. Outros 28% associaram o bairro a um lugar de cultura e boêmia, enquanto 21% dos entrevistados fizeram referência à tranquilidade, característica esta que também pode ser associada ao caráter interiorano atribuído ao lugar. Os discursos que sustentam a identidade coletiva do bairro perpassam, portanto, pela associação dos três elementos – cultura, boemia e tradição – elementos estes que servem de afirmação do sentimento de alteridade da população local em relação aos outros espaços da cidade.

Esta distinção, por sua vez, ajuda a reforçar os laços afetivos dos moradores com o bairro. Não por acaso, 69,5% dos entrevistados, ao serem perguntados se pretendem se mudar do Santa Tereza, são veementes ao afirmarem que não: “só vou para o Cemitério do Bonfim. Vou para lá depois de morrer” ou ainda, “Só para o cemitério da Saudade”. Mesmo quando há alguma intenção de mudança, Santa Tereza é tomada como referência para a escolha do novo bairro, como se percebe das expressões a seguir: “Esplanada, por ser uma continuação de Santa Tereza”; “Horto, porque é perto de Santa Tereza”; “Jaraguá, tem semelhança com Santa Tereza na questão da vizinhança”; “Nova Floresta ou Bairro da Graça porque são mais parecidos com Santa Tereza”; “Iria para o interior porque não moraria em outro bairro daqui que não fosse Santa Tereza”.

As mesmas observações puderam ser constatadas nas entrevistas abertas. A maioria dos entrevistados considera que o Santa Tereza se difere dos demais bairros da cidade pela tradição. Esta, segundo os relatos, vincula-se aos laços de sociabilidade presentes no bairro que lembram o modo de vida das cidades interioranas. Essa condição é sustentada, de acordo com os depoimentos, pela presença das famílias “tradicionais” que moram no bairro há mais de trinta anos (L.G., jornalista). Esse fato faria com que houvesse relacionamento próximo en-

¹¹ De acordo com Briggs (1972), os relatos verbais e visuais produzidos pelos artistas, escritores e cineastas possuem papel central no estabelecimento das “identidades” cidadinas, no sentido de que “nenhuma cidade ou paisagem é realmente rica, a não ser que tenha sido impregnada de certo misticismo pelas mãos do escritor ou de pintor ou pela sua associação a grandes eventos” (Naipaul *apud* Briggs 1972: 85).

tre vizinhos e práticas cotidianas em que é possível, por exemplo, a troca de cortesias: “onde você encontra um lugar em que o vizinho faz um bolo e vem aqui me oferecer?” (K. dono de estúdio de gravação). Já outro entrevistado, em relação às relações com seus vizinhos, relata que “a vizinhança é gente boa, tem gente antiga, tem gente boa, facilita a gente a convivência” (J.R., comerciante). Outras expressões muito utilizadas para qualificar os modos de vida no bairro foram: “Essa aura de interior”, “bairro mais antigo, de famílias tradicionais”, “um bairro com clima de cidade interiorana”, ou ainda, “[Santa Tereza] é o bairro mais mineiro de Belo Horizonte”.

A aura interiorana também constitui elemento de diferenciação para aqueles que há pouco residem no lugar. Segundo alguns entrevistados, esse clima diferenciado constitui fator de atração de novos moradores para o bairro, que, mesmo não possuindo laços familiares no local, buscam viver no Santa Tereza pelo modo de vida que ele propicia. No entendimento desses entrevistados, o bairro oferece, ainda, relativa segurança em relação a outros espaços da cidade, ao mesmo tempo em que possibilita relações sociais mais próximas. Segundo R. (cantora), o Santa Tereza possui “algo puxando, puxando, que nem ímã”, o que explicaria suas motivações para ir morar no bairro, há cerca de um ano. Para ela, o “ímã” que atrai pessoas para o bairro é formado pelo sentimento de “comunidade”, de “família” e pela “música” que ele representa.

Segundo o relato de outro entrevistado, a condição interiorana verificada no Santa Tereza passa também pelo fato de que no bairro, há ainda a ocupação predominante de casas. Para ele, “a questão da casa é muito ligada à tradição” (M. músico), expressão que revela sua leitura sobre a paisagem local: a presença de casas constitui um dos atributos que confere ao lugar a “atmosfera” tradicional, onde todos se conhecem, como uma grande família.

As falas acima denunciam que, para os moradores do bairro, o modo de viver “interiorano” está intimamente associado à forma como se estabelecem as suas relações de vizinhança. No caso ora analisado, a categoria “vizinho” é entendida como algo mais do que uma continuidade no espaço do *habitat*. Ela é vista como uma “comunidade moral”, isto é, um grupo de pessoas que reconhecem “um conjunto de expectativas e obrigações mútuas” (Vogel & Mello 1980: 84), numa relação de reciprocidade e troca. É esse entendimento que faz com que pessoas “de fora”, tais como a entrevistada R. (cantora), mudem-se para Santa Tereza em busca do acolhimento e proteção supostamente oferecidos por aquela comunidade.

Ainda em relação aos laços de sociabilidade local, vale registrar que algumas entrevistas revelaram a existência de um sentimento comunitário voltado para

a ação em prol do bairro. Além da organização da população local em torno do movimento “Salve Santa Tereza” na década de 1990 (L.G., jornalista), foi feita referência à ação cotidiana que reivindica melhorias para o bairro:

Todo mundo se conhece, todo mundo fica em torno de uma mesma atenção, voltada pra coisa de organizar, está todo mundo cobrando do governador, da região que controla aqui, a Regional. Então todo mundo está sempre cobrando alguma coisa, seja no próprio jornal do bairro, que é um jornal muito bacana (A.F., artista plástico).

Outra faceta da identidade local se expressa, segundo as entrevistas realizadas, na conjugação entre boêmia e cultura. O Santa Tereza apresenta-se, nas palavras de um dos entrevistados, como um “um celeiro cultural”. Não por acaso, ao serem questionados sobre a pessoa mais importante do bairro, Lô Borges e o Clube da Esquina foram os mais citados –13 vezes cada –, Milton Nascimento foi citado 07 vezes e o grupo Sepultura foi lembrado 05 vezes.

Para um dos entrevistados, os movimentos culturais do Santa Tereza, em seus processos de constituição, se diferenciaram dos demais existentes na cidade pelo fato de que a organização dos eventos culturais locais decorria da intensa participação da comunidade:

“[...] na realidade, os moradores, os antigos moradores, sempre tiveram isso também de, não vou dizer de boemia, mas de confraternização, de música, de arte e de cultura. [Os movimentos culturais do bairro] reuniam vizinhos, amigos, parentes, pai, irmão, filho, cunhado. Tinha 50, 60 pessoas. Promoviam peças teatrais, teatro, viajavam para outros lugares para levar isso [...]Mas eu acho que a nossa característica eram pessoas da família, era um negócio assim, uma confraternização bem familiar, bem mais legal” (L.G., jornalista).

Além das práticas sociais ancoradas nos movimentos culturais, as entrevistas revelaram que o Santa Tereza respira um “ar cultural”. Isso porque, segundo os relatos, há um número considerável de artistas vivendo e frequentando o local.

Embora não seja possível, no âmbito deste estudo, mensurar a presença da classe artística no bairro, fato é que se tornou recorrente a representação do Santa Tereza como um lugar que acolhe e atrai representantes das artes. De acordo com M. (músico), os artistas moradores do Santa Tereza acabam atraindo outros artistas para frequentá-lo, interessados em aproveitar a “energia diferente”:

[...] já vi amigo falar de... de uma energia diferente, mas não sei como falar, não tem como você descrever isso [...] já vi vários amigos, do meio da arte, falando assim ‘Santa Tereza é uma delícia, Santa Tereza é uma delícia, então vamos pro Santa Tereza’, e resolve. Ou então, ‘onde nós vamos? Vamos no Santa Tereza, que lá já tá garantido’.

Talvez seja esse conjunto: da geografia mesmo, espaço, de reunião de bares, muitos bares, em cada esquina tem um barzinho diferente. E isso, talvez, já criou uma procura do setor, assim, não sei, o pessoal já tá mais ou menos direcionado (...).” (M., músico).

Para esse mesmo entrevistado, “cultura”, juntamente com tranquilidade, boa vizinhança e amigos, seria a representação do Santa Tereza. Nesse caso, a vivência da “cultura” decorre das práticas sociais locais, pois, de acordo com seu depoimento, ele, que é um artista do meio musical, consegue andar pelo bairro e encontrar com outros artistas, possibilidade esta de encontro social que favorece a instituição de uma “atmosfera particularizada”. Ainda de acordo com outro entrevistado, o Santa Tereza “é o bairro com maior número de músicos por metro quadrado” (K., dono de estúdio) entendimento este que o levou a escolher o bairro para montar seu negócio.

Outra entrevistada, quando instigada a falar o que lhe vinha à mente quando pensava no Santa Tereza, revela que, para ela, o bairro é “música, cultura, tudo!” (R., cantora). Ela ainda acrescenta que o bairro também representa “a família”, pois revela que no lugar moram seus colegas. R. registrou, ainda, que além dela, outros quatro colegas músicos, que integram o grupo musical formado por músicos brasileiros, colombianos e cubanos, do qual ela participa, moram em Santa Tereza.

Tradição, boêmia e cultura afirmam-se na fala dos moradores como os elementos simbólicos que, para eles, melhor definem os modos de vida em Santa Tereza. Vale ressaltar que tais falas demonstram uma grande semelhança com o discurso que, ao longo dos anos, foi propagado pela imprensa local do bairro e que serviu de subsídio para as reivindicações apresentadas pelo movimento “Salva Santa Tereza”. Percebe-se, no caso ora analisado, a existência de uma relação de circularidade na qual a mídia lança mão de elementos já presentes no imaginário coletivo, difundindo-os e, mesmo, exacerbando-os. Os moradores do bairro, por sua vez, absorvem, reproduzem e, por vezes, resignificam os discursos midiáticos. Com este processo, tem-se uma “naturalização” do conteúdo dos discursos, que passam a ser tomados pelos que deles se apropriam, como uma expressão verdadeira e unívoca da realidade.

Naturalmente, existem muitos elementos presentes nos discursos acerca do bairro que encontram, em maior ou menor proporção, eco na realidade, mostrando-se presentes na vivência cotidiana dos moradores do Santa Tereza. A correlação direta entre o bairro e o ambiente interiorano, por exemplo, encontra respaldo no conjunto arquitetônico do Santa Tereza, possuidor de um relativo grau de homogeneidade que preserva características da ocupação primeira da zona pericentral de Belo Horizonte. Assim, o arruamento, contrariamente ao traçado adotado na

zona urbana, foi adaptado às condições do relevo local, apresentando quarteirões subdivididos em lotes com frente estreita e considerável profundidade. Esse tipo de desenho urbano se apresentou propício a uma forma de ocupação frequente no bairro, que aglutina linearmente, em um único lote, diversas moradias: normalmente, a primeira voltada para a via; e as demais, de caráter mais modesto, construídas nos fundos dos terrenos. A existência de vários núcleos familiares em um mesmo lote pode ser, por sua vez, um fator de favorecimento da aproximação entre os vizinhos. Além disso, há ainda um considerável número de edificações implantadas no alinhamento das vias, diminuindo a sensação de distanciamento entre o espaço público e privado. Esse modelo de ocupação, além de remeter a um tipo de organização espacial mais frequente em cidades antigas ou interioranas, certamente, cria a sensação de haver uma maior aproximação entre as ocupantes das habitações e os pedestres.

Portanto, ao observarmos a ambiência do Santa Tereza, as formas de apropriação dos seus espaços públicos, bem como as relações de vizinhança estabelecidas, percebemos que lá, não há uma completa rigidez relacional entre as esferas da rua e da casa. A rua, no limite, é o lugar onde se dão as relações formais, contratuais e de impessoalidade, mediadas pela lei. Já a casa, também no limite, é o domínio da pessoalização, da informalidade e das relações mútuas que regem esse mundo de pessoas (Vogel & Mello 1980: 70). Todavia, as calçadas, as praças, os bares e o comércio de Santa Tereza guardam exemplos de como a rua pode comportar relações de substância e de intimidade. Em tais espaços do bairro, as relações de formalidade são relativizadas e parcialmente suspensas. Em Santa Tereza, por vezes, a rua pode, também, virar casa.

Não é por acaso que, frequentemente, são feitas referências a um grande número de idosos residindo no Santa Tereza, muito embora os dados censitários desmintam esta impressão. Não só o bairro não apresenta uma população idosa, como ostenta uma média de idade significativamente baixa (Westin 1998). Essa percepção distorcida do perfil etário do bairro pode ser um reflexo do peculiar espaço de convivência oferecido por Santa Tereza, espaço este capaz de garantir aos diferentes elementos daquela comunidade, e, particularmente aos mais idosos, um “lugar ao sol” e até mesmo uma visibilidade que, em geral, lhe é roubada nos outros territórios da cidade moderna.

Além disso, a capacidade de os moradores se organizarem em associações comunitárias – como a Associação do bairro, criada em 1983 e atuante ainda nos dias de hoje – ou de se mobilizarem em prol de algum objetivo – como se deu em 1996, com o “movimento Salve Santa Tereza”, ou quando, em 2008, os moradores se uniram para rechaçar a proposta da prefeitura de transformar o Mercado Distri-

tal de Santa Tereza em posto da Guarda Municipal¹² - não deixa de ser um indício de que aquela comunidade mantém-se agregada o bastante para iniciar um diálogo e organizar, quando necessário, as suas demandas coletivas. Afinal, a convivência mais próxima, por vezes íntima, de seus moradores, se não elimina o dissenso e as disputas, facilita as negociações e as constantes reelaborações daquilo que entendem ser o bem comum.

Por outro lado, é impossível não notar, também, as dissonâncias existentes entre as falas e a realidade observável. É nítida, por exemplo, a existência de um processo recente de modificação da paisagem física do bairro, processo esse que não foi espontaneamente destacado pelos moradores na maioria das entrevistas. A des-caracterização de algumas edificações mais antigas e a substituição da ocupação de casas por prédios de três pavimentos (permitidos pela ADE)¹³ traz, em tese, consequências no modo como os moradores se relacionam entre si e com o espaço do bairro. Afinal, demolir casas, “significa muito mais do que desfazer abrigos. Significa, às vezes, derrubar um modo de vida” (Vogel & Mello 1980: 40). Por exemplo, quanto maior o número de edificações multifamiliares, maior o adensamento populacional, o aumento do tráfego de veículos e a dificuldade do contato mais próximo entre os moradores.

As consequências elencadas, todavia, foram pouco observadas pelos entrevistados. Ou seja, o processo de transformação do espaço edificado ainda não foi sistematicamente percebido pelos moradores como um fator de modificação das relações estabelecidas. Ao que parece, o discurso instituído e compartilhado pelos moradores acerca de uma relação de vizinhança e de uma ambiência interiorana é forte suficientemente a ponto de dificultar ou maquiara as percepções sobre a realidade física do espaço.

Também significativa é a constatação de supostas incoerências entre o recor-

¹² O Mercado Distrital de Santa Tereza funcionou até o ano de 2007, quando os comerciantes ainda em atividade foram retirados do espaço. O argumento para a remoção foi o de que o imóvel estava ocioso e dava prejuízo. Após o encerramento das atividades, o mercado ficou abandonado, sendo objeto de proposta da prefeitura. Em 2008, a população se mobilizou contra a transformação do local em sede da Guarda Municipal. O plebiscito popular, realizado no mesmo ano, apontou que 90,3% das pessoas eram contra a proposta.

¹³ Esse fenômeno foi observado na pesquisa intitulada “Bairros históricos de BH – Santa Tereza” financiada pela FAPEMIG e desenvolvida pelo Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da PUCMinas em parceria com a Diretoria de Patrimônio Cultural da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, durante o ano de 2010.

rente discurso relativo aos laços de vizinhança que uniriam os moradores do bairro, conformando um modo de vida diferenciado em relação à cidade, e as opiniões emitidas pelos entrevistados quando perguntados sobre determinadas características dos moradores. Para 80% do total dos entrevistados, os moradores do bairro seriam pouco ou mais ou menos solidários. Ademais, para 86%, os habitantes de Santa Tereza seriam individualistas, adjetivo este que não combina com uma comunidade que, constantemente, se afirma como sendo fortemente marcada pela personalidade das relações. Por fim, parece-nos contraditória a constatação de que 52% dos entrevistados consideram os moradores do bairro pouco festivos, posto que o bairro é retratado como um dos mais boêmios da cidade, além de ser, efetivamente, palco de inúmeros eventos culturais.

Respostas como estas, levam-nos a perguntar se haveria uma incoerência ou contradição entre o que se é e o que se deseja ser. Além disso, poderíamos nos questionar se as respostas dadas pelos entrevistados não denunciariam uma cobrança mútua dos moradores do bairro no sentido de exigir que seus vizinhos se comportem como uma verdadeira comunidade moral, tal como fora estabelecido tacitamente pelo código classificatório, o *script*, criado por eles próprios para se definirem como iguais. Trata-se, sem dúvida, de importantes questionamentos que poderiam ser abordados em futuras pesquisas.

Quadro 01

Caracterização dos moradores do bairro.

Caracterização dos moradores do bairro						
Características	Muito	Mais ou menos	Pouco	NS/NA	NR	Total
Trabalhadores	50	12	7	3	0	72
Religiosos	62	7	1	2	0	72
Conservadores/Tradicionais	22	28	18	3	1	72
Alegres	56	9	5	2	0	72
Solidários	14	29	26	2	1	72
Festivos	16	12	38	6	0	72
Jovens	61	7	3	1	0	72
Individualistas	62	7	1	2	0	72
Modernos	57	10	3	2	0	72
Total	400	121	102	23	2	648

Fonte: Bairros históricos de BH – Santa Tereza – FAPEMIG; PPGCS/PUC Minas; DIPC/DPC/PBH, 2010.

Por ora, o presente estudo não visa avaliar em que medida os elementos constitutivos da identidade do Santa Tereza são, verdadeiramente, respaldados na realidade do bairro. A ideia de “verdade” e a busca por uma coerência são pouco frutíferas a uma discussão relativa às representações coletivas. Afinal, o limite entre o que “se é” e o que “se deseja ser”, entre a representação discursiva e a realidade, é tênue, impreciso e nebuloso. O que pretendemos, antes, é demonstrar a força das lutas simbólicas e a sua capacidade de forjar uma fala única, de estabelecer classificações percebidas como naturais, ao preço de negligenciar as diferenças, as dissonâncias e os conflitos.

APONTAMENTOS FINAIS: A MERCANTILIZAÇÃO DA TRADIÇÃO

Os discursos construídos para o Santa Tereza, analisados neste artigo, acabaram por extrapolar as fronteiras do bairro, sendo, ao longo do tempo, apropriados por um número maior de belo-horizontinos. Um exemplo disso pode ser verificado nas entrevistas realizadas com os moradores dos bairros Floresta, Lagoinha e Bonfim¹⁴. Ao serem perguntados sobre o que Santa Tereza representa para eles, 36% utilizaram expressões positivas para caracterizar suas impressões sobre o bairro, tais como “bom”, “excelente”, “lindo”, “famoso”, “ótimo”, “perfeito”, “maravilhoso”, “acolhedor” e “muito bom”. A segunda representação mais significativa foi a relativa ao bairro como tradicional – 22% -, seguido da boemia com 18% e da cultura com 10%. Somente 3% dos entrevistados manifestaram percepções negativas, e 8,6% disseram não conhecer Santa Tereza. Os demais – 8,4% - fizeram referência a aspectos muito variados, dificultando seu agrupamento.

A afirmação de uma imagem positiva de Santa Tereza, ou ainda, a sua associação à boemia, à tradição e à cultura entre os moradores de outras regiões da cidade, também foi corroborada pela mídia de circulação mais ampla, isto é, não restrita ao bairro. Por exemplo, ao lançarmos o nome do bairro nos sites de busca disponíveis na internet, encontramos uma enormidade de textos jornalísticos, publicitários e de *blogs* que, num discurso orquestrado, reafirmam, de maneira quase estereotipada, as qualidades que fazem de Santa Tereza um lugar

¹⁴ Essas entrevistas fazem parte da pesquisa “Bairros históricos de BH” financiada pela FAPEMIG e desenvolvida pelo Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da PUC-Minas em parceria com a Diretoria de Patrimônio Cultural da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, durante o ano de 2010.

especial na cidade, como se depreende do artigo abaixo, intitulado “Santa Tereza sinônimo de boemia”:

(...) Belo Horizonte detém o título de “capital nacional dos bares”. Em todas as regiões da cidade podemos encontrar belos exemplares com saborosos tira-gostos e cerveja gelada, dupla fundamental em um bom boteco, mas um lugar em especial se destaca no cenário “botequeiro” de BH: o bairro de Santa Tereza. Localizado na região Leste de Belo Horizonte, o bairro é famoso pela boemia, seus bares e por ser o berço de grandes ídolos da música brasileira (Magalhães 2008).

O mesmo repertório de símbolos e referências pode ser observado no artigo abaixo, intitulado “O Charme de Santa Tereza”:

Há quem diga que a felicidade mora lá. E se por acaso você esbarrar com ela, provavelmente estará em um dos bares ou restaurantes, saboreando belo prato e, claro, aquela cerveja bem gelada. Assim é o bairro de Santa Tereza, em Belo Horizonte, importante berço de movimentos culturais como o Clube da Esquina, e tradicional reduto de uma boemia mineira descompromissada e ávida por viver a vida. Diante disso, a [Revista] Encontro fez um passeio pelas esquinas do bairro para tentar descobrir o que a Santê (para os íntimos) tem que os outros não têm (Campos 2009).

Ademais, percebe-se que há uma relativa cumplicidade entre a mídia jornalística e determinado grupo de moradores do bairro e, em particular, os comerciantes, beneficiados com o aumento da frequência de clientes oriundos de outras regiões da cidade e, mesmo, de outras cidades. Não por acaso, alguns dos moradores por nós entrevistados nos revelaram que o número de bares em Santa Tereza e de seus frequentadores têm crescido, de maneira particularmente rápida, nos últimos cinco anos. Portanto, um dos efeitos da construção e consolidação de uma identidade para o bairro foi a sua ascensão comercial como patrimônio histórico e cultural da cidade. Cada vez mais o bairro recebe frequentadores e visitantes que buscam mais do que os seus bares. Buscam, sobretudo, uma boemia e uma cultura supostamente vivenciada de maneira “tradicional, “autêntica”, “antiga”. Os modos de vida interioranos, a boemia e a cultura, nesse contexto, passam a ser, ao mesmo tempo, vividos e encenados tanto pelos moradores do Santa Tereza, como pelos “de fora” que por lá transitam. Afinal, “a própria cidade, enquanto cenário, se encarrega de desenvolver nos indivíduos talentos específicos resultantes do hábito, do costume, da educação e das trocas que encontram lugar nos mais variados meios urbanos” (Simões 2010: 170). No caso do Santa Tereza, os seus “talentos específicos” foram associados à tradição, boemia e cultura e, paralelamente, valorizados como potencial fonte de exploração

econômica¹⁵. Em suma, a tradição torna-se uma categoria turística que produz um diferencial abalizado pelo tempo, concedendo ao Santa Tereza; um atrativo econômico inigualável no interior da cidade moderna.

Portanto, se por um lado, as vivências cotidianas compartilhadas pelos moradores acabaram por forjar um discurso unívoco sobre o bairro, por outro, percebemos que os discursos mostram-se grandemente capazes de moldar a realidade social. Afinal, como bem nos lembra Bourdieu, as representações, ao direcionarem as interpretações acerca do mundo, acabam por transformar este mesmo mundo (Ortiz 2003).

Isto explica, por exemplo, porque outros bairros de Belo Horizonte, possuidores de características semelhantes às do Santa Tereza, isto é, uma ambiência interiorana e uma forte relação de vizinhança, convivendo com um grande número de bares e espaços de sociabilidade, não assumiram a mesma projeção no imaginário coletivo da capital mineira. Esses bairros, ainda que possuidores de características que lhe são peculiares e mesmo; de um sentimento de identidade, por razões diversas, não construíram um forte discurso “para si”, não acumularam um capital simbólico, isto é, “um capital com base cognitiva apoiado sobre o conhecimento e o reconhecimento” (Bourdieu 1997: 150) capaz de afirmá-los em meio às inúmeras representações que delimitam os territórios da cidade.

¹⁵ Exemplo similar de como a tradição torna-se um atrativo turístico pode ser observado na trajetória histórica da Vila Mimosa, antiga zona de prostituição carioca. Após passar por uma “renovação urbana”, que levou à remoção dos seus antigos e indesejados habitantes, o local perdeu a sua identidade, necessitando ser reinventado. Para reestruturar a Vila Mimosa, as cafetinas se organizaram e se instalaram em outro local onde se buscou construir “um novo conceito de zona”, embora amparado em uma genealogia com a antiga Vila. Requalificada e modernizada, a nova Vila atualizou o passado, tornando-se “uma grife” da lendária zona do baixo meretrício, ou ainda, uma cidade cenográfica onde se desenrola a “teatralização da prostituição”, atraindo inúmeros turistas e numerosos moradores da zona sul do Rio de Janeiro. Ver: Simões, Soraya Silveira. Vila Mimosa. 2010. Etnografia da cidade cenográfica da prostituição carioca. Niterói: UFF.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANDERSON, Benedict. 2005. *Comunidades Imaginadas: reflexões sobre a origem e a expansão do nacionalismo*. Lisboa: Edições 70.
- BAGGIO, Ulysses da Cunha. 2005. *A Luminosidade do Lugar: circunscrições intersticiais do uso de espaço em Belo Horizonte: apropriação e territorialidade no bairro de Santa Tereza*. 2005. 221 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.
- Bairros Históricos de Belo Horizonte: Patrimônio Cultural e Modos de vida – Santa Tereza – FAPEMIG; PPGCS/PUC Minas; DIPC/DPC/Prefeitura de Belo Horizonte, 2010.
- BIXIGA. In: WIKIPÉDIA. 2010. Disponível em: <<http://pt.wikipedia.org/wiki/Bixiga>>. Acesso em: set.
- BOURDIEU, Pierre. 1997. *A Miséria do Mundo*. Rio de Janeiro: Vozes.
- BRIGGS, Ada. 1972. O conceito de Lugar. In *A Humanização do Meio Ambiente*. Simpósio do Instituto Smithsonian. São Paulo: Cultura.
- CAMPOS, Rafael. 2010. O charme de Santa Tereza. Revista Encontro, Belo Horizonte, n. 102, 30 de novembro de 2009. Disponível em: <<http://www.revistaencontro.com.br/edicao/102/0-charme-de-santa-tereza>>. Acesso em: set.
- GOMES, Otávio Nogueira. 19-. Monografia da História do Bairro de Santa Tereza: I Concurso de Monografias de História de Bairros da Região Leste de Belo Horizonte. Brochura.
- HOBBSAWM, Eric & RANGER, Terence (orgs.). 1984. *A invenção das tradições*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- IPEAD - Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas, Administrativas e Contábeis de Minas Gerais. Censo 2000.
- JORNAL DE SANTA TEREZA, Belo Horizonte, nov. 1989
- LAPA. In: WIKIPÉDIA. 2010. Disponível em: <[http://pt.wikipedia.org/wiki/Lapa_\(bairro_do_Rio_de_Janeiro\)](http://pt.wikipedia.org/wiki/Lapa_(bairro_do_Rio_de_Janeiro))>. Acesso em: set.
- MAGALHÃES, Evaldo. 2008. Santa Tereza: sinônimo de boemia. In: *Jornalismo On Line*. Belo Horizonte. Disponível em: http://www.evaldomagalhaes.jor.br/parabolik/index.php?option=com_content&task=view&id=260&Itemid=50. Acesso em: set. 2010.
- MOVIMENTO SALVE SANTA TEREZA. 1996. Um abraço em Santa Tereza. Belo Horizonte: Movimento Salve Santa Tereza.
- ORTIZ, Renato. 2003. *A Sociologia de Pierre Bourdieu*. São Paulo: Editora Olho D'água.
- PREFEITURA DE BELO HORIZONTE/PBH. 2010. Diretoria de Patrimônio Cultural. Dossiê de Tombamento: Rua Tenente Freitas, 261. Belo Horizonte: DIPC/FMC.
- PREFEITURA DE BELO HORIZONTE/PBH. 1996. Lei n.º 7165/96 de 27 de agosto de 1996: Institui o Plano Diretor do Município de Belo Horizonte. Belo Horizonte: PBH.
- RENAN, Ernest. 1997. *O que é uma nação?* Rio de Janeiro: UERJ.

- REVISTA ENCONTRO. 2010. O Charme de Santa Tereza. Belo Horizonte: Revista Encontro, 102. Disponível em: <http://www.revistaencontro.com.br/edicao/102/o-charme-de-santa-tereza>. Consultado em setembro de 2010.
- SANTA TEREZA. 1991. A Praça: Edição Comemorativa da Reinauguração da Praça de Santa Tereza. Belo Horizonte:PBH.
- SANTA THERESA. 1998. Belo Horizonte: Luis Góes, 66.
- SANTA THERESA. 1999. Belo Horizonte: Luis Góes, 69.
- SANTA TEREZA. In: WIKIPÉDIA. Disponível em: <[http://pt.wikipedia.org/wiki/Santa_Tereza_\(bairro_do_Rio_de_Janeiro\)](http://pt.wikipedia.org/wiki/Santa_Tereza_(bairro_do_Rio_de_Janeiro))>. Acesso em: set. 2010.
- SANTA TEREZA NOTÍCIAS. 2007. Belo Horizonte: Cássio Drummond, 52.
- SANTA TEREZA NOTÍCIAS. 2007. Belo Horizonte: Cássio Drummond, 54.
- SANTA TEREZA NOTÍCIAS. 2007. Belo Horizonte: Cássio Drummond, 56.
- SANTA TEREZA NOTÍCIAS. 2003. Belo Horizonte: Cássio Drummond, 5.
- SANTA TEREZA NOTÍCIAS. 2004. Belo Horizonte: Cássio Drummond, 23.
- SANTA TEREZA NOTÍCIAS. 2006. Belo Horizonte: Cássio Drummond, 45.
- SIMMEL, George. A metrópole e a vida mental. In: 1979. VELHO, Otávio G. (org.). *O fenômeno Urbano*. Rio de Janeiro: Zahar.
- SIMÕES, Soraya Silveira. 2010. *Vila Mimosas*: etnografia da cidade cenográfica da prostituição carioca. Niterói: UFF.
- VOGUEL, Arno e MELLO, Marco Antônio da Silva. 1980. *Quando a Rua Vira Casa*: A Apropriação de Espaços de Uso Coletivo em um Centro de Bairro. RJ: FINEP/IBAM.
- WESTIN, Vera Lúcia Costa. 1998. Santa Tereza na construção cotidiana da diferença: um estudo sobre interações comunicativas e apropriação simbólica no espaço urbano: um bairro da Belo Horizonte do final do século. 1998. 146 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação Social) - UFMG, Departamento de Comunicação Social, Belo Horizonte.
- Françoise Jean de Oliveira Souza: Doutora em História pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro e Chefe da Divisão de Pesquisa, Inventário e Documentação da Diretoria de Patrimônio Cultural da Prefeitura de Belo Horizonte. Contato: francoisejean76@yahoo.com.br
- Karime Gonçalves Cajazeiro: Mestre em Ciências Sociais pela PUC-MG e arquiteta urbanista da Diretoria de Patrimônio Cultural da Prefeitura de Belo Horizonte. Contato: karimegoncalves@yahoo.com.br

ABSTRACT :

This Article aims to analyze the influence of media discourse in the construction of a collective imagination about a district of Belo Horizonte and reverberation of imagination among city residents. To this end, we take as an example the district of Santa Tereza and examine how the symbolic elements and the social representations which define the local identity have been consolidated in the discourse of that community.

KEYWORDS

Imaginary; collective identities; neighborhood; media discourse.

SUBMETIDO EM

Fevereiro de 2011

APROVADO EM

Fevereiro de 2012

Françoise Jean de Oliveira Souza

Doutora em História pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro e Chefe da Divisão de Pesquisa, Inventário e Documentação da Diretoria de Patrimônio Cultural da Prefeitura de Belo Horizonte.

Karime Gonçalves Cajazeiro

Mestre em Ciências Sociais pela PUC-MG e arquiteta urbanista da Diretoria de Patrimônio Cultural da Prefeitura de Belo Horizonte.

RITUAIS DA CONTEMPORANEIDADE. UM ENSAIO SÓCIO-ANTROPOLÓGICO ACERCA DAS TATUAGENS, PIERCINGS E OUTRAS MODIFICAÇÕES CORPORAIS.

Fabiana Maria Gama Pereira

RESUMO

Este trabalho enfoca determinados fenômenos relacionados à estética das tatuagens, *piercings* e intervenções corporais consideradas radicais, aqui incluídas as escarificações epidérmicas, os implantes subcutâneos, as suspensões corporais, etc. No Ocidente, as marcas e os ritos corporais por muito tempo estiveram associados ao exotismo dos povos “primitivos” e, posteriormente, serviram de inspiração aos movimentos de vanguarda, dando origem a *body art*, a qual influenciou nos anos 60 os movimentos de “contracultura”, especialmente aqueles relacionados às estéticas *hippies* e *punk*. Com a comunicação em rede e a velocidade de informação tecnológi-

ca, as estéticas e ritos relacionados a esses movimentos sociais se internacionalizaram, o uso da *internet* facilitou e abriu canais de comunicação diversos, além disso, motivou a migração das pessoas envolvidas com tais práticas aos grandes centros urbanos, onde se comercializam e se consomem produtos e serviços destinados ao corpo e suas modificações. Enquanto a tatuagem e o *piercing* estão vinculados a um importante modismo, veiculado na mídia e ligado a um mercado de consumo, as técnicas consideradas radicais encontram-se à margem do cânone de beleza estética e mesmo assim não deixam de reunir novos adeptos.

PALAVRAS-CHAVE:

Tatuagem; *piercing*; modificações corporais; antropologia do corpo; migrações

Este artigo é fruto de algumas reflexões desenvolvidas durante a construção de uma Tese de Doutorado em Antropologia que se baseou, entre outras coisas, numa análise dos fenômenos socioculturais ligados a determinadas práticas das transformações corporais, orientadas por uma dimensão estética e estilo de vida considerados alternativos. O desejo de alterar a própria aparência física está presente em diferentes sociedades e culturas desde a mais remota antiguidade. São vários os vestígios encontrados de povos que adornavam e modificavam seus corpos com pinturas, tatuagens, escarificações e até trepanações carneais. Há inclusive dados de múmias encontradas com tatuagens no corpo, assim como povos que furavam o nariz com troncos de madeiras há cerca de 4.500 anos (Lautman 1994: 45). Heródoto já falava das marcas corporais entre os Tracios como símbolo de distinção de hierarquia social, e Marco Polo descreveu traçados na pele que faziam os habitantes de Laos e Birmânia como sinal de elegância (Pancorbo 2006: 21).

A palavra “tatuagem” que vem do inglês *tattoo* se originou do contato do Europeu com povos do Taiti, que usavam a onomatopeia *tatau* para se referirem ao barulho provocado pela ação do tatuador ao trabalhar na pele. O instrumento utilizado era um buril (cabo de madeira em que era fixado um osso de pássaro, pedaço de madrepérola, dente de peixe ou dentes humanos afiados) - um bastonete, espécie de pequeno martelo utilizado para fazer penetrar o buril sobre a pele que ainda são usados até hoje. A tinta era a de cor preta retirada do caroço do *Bancoule tiairi* queimado e pulverizado, e o pó era misturado com a água. Quando injetada na pele, adquiria uma coloração azul. Para que as feridas cicatrizassem usava-se uma planta aromática (*Ahi tutu*). O tatuador, considerado um sacerdote, dispunha de muitos modelos de formas e trabalhava com cuidado a pessoa que ia se tatuar. Segundo a lenda, este povo crê que a origem desta prática seja divina, estando a marca reservada a homens e mulheres de classes superiores (Tournier 1998: 54-57).

Apesar da atração do europeu por esses hábitos e costumes, pode-se constatar o quanto foram condenados por missionários, que os classificaram como profanador do corpo, gerando uma dissolvência ou desaparecimento dos mesmos em muitas populações que os cultivavam. No início do século XIX, sob forte influência das teorias de Lombroso e de seus seguidores, passou a haver uma relação direta do hábito das marcas corporais com os costumes “primitivos”, gerando uma estigmatização social em relação ao portador do signo corporal, que era qualificado como “delinquente”. Posteriormente, a Psicologia do início do século XX associaria o signo corporal a um tipo de desordem de personalidade, teoria posteriormente desacreditada.

Mas, ao mesmo tempo em que se construía um estigma relacionado à marca

na epiderme, em alguns contextos artísticos pessoas se reapropriavam de estéticas e ritos das culturas “primitivas” e os utilizava em performances, cuja ideia principal era a de usar o corpo como elemento intrínseco à obra de arte, dando origem à *body art*. Além disso, a partir da segunda metade do século XX, observou-se um significativo interesse por parte de grupos sociais urbanos em relação a alguns padrões estéticos oriundos de culturas tradicionais, os quais foram elaborados a partir de outras perspectivas. Resta salientar que tais padrões estéticos conheceram uma notável recepção, sobretudo nos anos 60 e nas décadas seguintes, entre os partidários dos movimentos de “contracultura”. Nesse contexto, o exotismo despertou uma forte sedução, sendo expresso através de formas estéticas variadas, muitas vezes reinterpretando rituais oriundos de diferentes origens não ocidentais.

No campo das representações corporais, destacam-se em particular as chamadas modificações do corpo, influenciadas pelo movimento denominado de *moderns primitivism*. Tal perspectiva foi orientada por um ideal estético não ocidentalizado, que buscou integrar práticas e rituais de sociedades tradicionais, consideradas exóticas, em contextos urbanos, conforme já se referiu (Christian Klesse, 2000: 113). Entre essas formas de expressões estético-corporais destacam-se, inicialmente, os chamados *tattoos* e *piercings*. Por volta da década de 60 surgem também os primeiros rituais de suspensão, sobretudo nos Estados Unidos. É importante salientar que tais inclinações esteticizantes aplicadas ao corpo emergiram em décadas posteriores, apenas em alguns contextos urbanos, sobretudo em Londres, Nova Iorque e São Francisco.

Com o chamado processo de mundialização da economia e de internacionalização da cultura, paralelamente ao advento da informática, começaram a surgir os primeiros *sites* na *Internet* que divulgavam informações diversas sobre o campo de transformação corporal, chegando com força a diferentes centros urbanos, como foi o caso do Brasil e da Espanha. É importante ressaltar que a tatuagem e o *piercing* já tinham sido incorporados ao mercado alguns anos antes, inclusive nos dois países aqui referidos. Já as modificações mais extremas, somente a partir do final da década de 90 é que começaram a reunir adeptos nestes locais.

RITUAIS DA CONTEMPORANEIDADE: TRAJETÓRIAS ETNOGRÁFICAS

Como se sabe, atualmente é grande o número de pessoas que recorrem às técnicas mais diversas para retardarem o envelhecimento, emagrecerem ou ficarem mais bonitas, de acordo com a investigação realizada pela autora em sua Dissertação de Mestrado, intitulada “Através do Espelho. Um Ensaio Etnográfico sobre as Representações do Corpo Feminino entre Mulheres de Camada Média Alta do Recife”, a cirurgia plástica, o *lifting*, o botox, os cremes anti-idade e muitos outros serviços

passaram a ser um tipo de consumo quase que obrigatório para uma camada média e alta da população que se preocupa com os cuidados corporais, tanto para homens quanto mulheres. No entanto, com o desdobramento das pesquisas durante o Doutorado, pôde-se também observar que concomitante com esse mercado voltado para o consumo de padrões estéticos hegemônicos, havia também indivíduos que por razões diversas buscavam um caminho “alternativo”, quanto ao gosto e escolha de suas preferências estéticas. São pessoas com estilos de vida que se orientam, entre outras opções, por certas práticas corporais, como as tatuagens, os *piercings*, incisões na pele, implantes no corpo, abertura na língua, distensão do pênis, além de outras intervenções.

Para tanto, contemplou-se como objeto de investigação grupos de indivíduos que encontram na prática da tatuagem, do *piercing* e nas intervenções corporais consideradas radicais o principal meio de expressão e um importante canal de comunicação. Na última categoria – a das intervenções radicais – se incluem: a perfuração e a introdução de objetos na boca, nariz, pênis, vagina, orelhas e outras regiões. Além de mutilações e experimentações diversas que, em alguns casos, chegam a pôr em risco a integridade física do próprio indivíduo¹.

Nas últimas décadas, com o avanço das novas tecnologias, o corpo passou a ser também encarado como algo mutante, passível de transformações experimentais, mudando radicalmente a antiga concepção de objeto imutável e, portanto, inviolável. Manifestações dessa natureza são facilmente observadas nas sociedades contemporâneas ocidentais, até as mutações de efeitos estéticos às mais diferenciadas sobre o corpo.

A cultura do *body building* se fundamenta na concepção de beleza e forma física e, nos últimos anos, se incorporaram a essa peculiar forma de manifestação cultural a *body art* e a *body modification*, as quais utilizam técnicas que variam desde a tatuagem e o *piercing*, até às mais extremas realizadas através de bisturis e ganchos, entre outros instrumentos de corte. Alguns dos adeptos transformam completamente a imagem, fazendo disso um estilo de vida (Goldemberg 2002: 125).

Durante a 1ª Convenção Internacional de Tatuagem e *Body Piercing* de Recife, realizada em 2003, houve oportunidade de a autora se iniciar nesse universo, chamando a atenção, em especial, à diversidade entre gerações e estilos estéticos que se misturavam naquele cenário; cenário que parecia ser indicativo de uma mudan-

¹ A palavra “mutilar” é utilizada pelo seu significado semântico que, segundo o Dicionário Aurélio, indica: “cortar ou destruir qualquer parte de”. Ao longo do artigo, o termo aparecerá nos momentos necessários em que houver menção a alguma prática que se relacione com o significado acima expresso.

ça significativa no campo da harmonia das representações corporais. A partir desse primeiro contato, buscou-se pouco a pouco uma inserção nos estúdios de tatuagem e *body piercing*, estabelecendo vínculos com técnicos e eventuais usuários.

Alguns circuitos urbanos na cidade do Recife, no Nordeste do Brasil, permitiram uma maior intimidade com algumas pessoas, posteriormente complementada com as observações nos Bairros da Boa Vista e de Boa Viagem, onde há uma maior concentração de estúdios especializados nessas técnicas. Em Boa Viagem, foi possível frequentar o *body art* (estúdio de modificação corporal), o qual, além de ser um local especializado nas tradicionais técnicas da tatuagem e do *piercing*, também se volta às inovações da *body modificacion*, ou seja, ali são realizadas intervenções consideradas por alguns de seus frequentadores como “radicais”, haja vista não se tratar apenas de fazer um desenho no braço ou um “furinho no nariz”, mas de práticas ou experiências que demandam intervenções extremas, por exemplo, as escarificações².

A esse respeito Featherstone (2000: 22) utiliza o termo *body modificacion* para se referir a uma longa lista de práticas que inclui *piercing*, tatuagem, *branding*, *cutting*, *binding*, implantes para alterar a aparência corporal. A lista pode se estender e incluir também o chamado *body building*, a estética anoréxica, nas quais a superfície do corpo não é diretamente alterada com instrumentos de corte, pois neste caso é modificado por meio de exercícios e dietas.

A partir do momento em que se começa a trabalhar nos estúdios, os técnicos (tatuadores, *piercers*, práticos da suspensão e modificadores corporais) passam a se conhecer formando uma rede de contatos³. Através deles, foi possível perceber que,

² O termo “escarificação” é utilizado para a técnica que requer o uso de um bisturi para cortar a pele e modelá-la de acordo com o desejo do cliente.

³ *Tatuadores*: definem-se como técnicos ou especialistas em pigmentação da pele, enfatizando geralmente o labor artístico, criativo e artesanal com que tratam suas realizações. *Piercers*: São técnicos cuja principal atividade é perfurar a pele e introduzir objetos decorativos geralmente guiados por experimentos estéticos. *Práticos da suspensão*: São aquelas pessoas que realizam suspensões corporais, isto é, práticas através das quais o corpo do indivíduo é sustentado pelo revestimento cutâneo - a pele - através de ganchos de ferro. A prática pode ser apreciada apenas por um grupo de iniciados ou vista, de forma teatralizada, por uma plateia. *Modificadores do corpo*: dentro dessa categoria estão incluídos aqueles que realizam e experimentam práticas de modificações corporais consideradas radicais, tais como: escarificação cutânea, implantes subcutâneos, mutilações parciais em diversas partes do corpo, entre outras, seja por intervenções estéticas, seja com o intuito de alterar partes da anatomia humana, bem como proporcionar sensações através do confronto com a dor.

em se comparando a outros circuitos internacionais na Europa e nos Estados Unidos, o pequeno universo local restava ainda incipiente, conforme alertavam, com frequência, os interlocutores no Recife. Com o fenômeno da comunicação em rede, muitos dos tatuadores e *piercers* recifenses mantinham contatos com outros técnicos e adeptos via *Internet*, em diferentes países, o que reforça a internacionalização de tais práticas. Além disso, tanto técnicos como clientes exprimiam o desejo de se estabelecerem em algum centro urbano importante no que se refere a essas manifestações.

Neste sentido, a mobilidade extraterritorial é bastante comum, faz parte do estilo de vida dos que lidam com o universo em questão. Muitos saem de Recife e migram para outros centros urbanos como São Paulo e Rio de Janeiro. Havendo oportunidade, nutrem a expectativa de irem à Europa. A Espanha despontou em função das inúmeras alusões como uma referência entre os praticantes do Recife. Despontou, de igual forma, na pesquisadora o interesse em observar de perto um ambiente similar ou um país considerado pelos grupos contactados como diferenciado. Através da *Internet* houve a possibilidade de se comunicar com alguns técnicos radicados em Madri. Assim sendo, e contando com uma bolsa de investigação da Alban e posteriormente da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), foi possível ir à Espanha para efetuar a pesquisa durante um ano. A atração destes brasileiros por tal país também se explicava por outros motivos: a relativa facilidade de entrar sem necessidade de um visto, a subida do euro, a semelhança entre o casteliano e o português e, principalmente, pelo fato de haver, nesta época, boas perspectivas de trabalho para imigrantes⁴.

Chegando a Madri, restabeleceram-se alguns desses contatos e, através deles, formou-se uma rede via *Internet*. Era frequente a menção à Calle Montera como uma rua onde se poderia encontrar um grande número de estúdios de tatuagens. Realmente, nesta rua central de Madri, há uma significativa concentração de estabelecimentos especializados em tatuagem e *body piercing*, mas, misturados no mesmo cenário, estão bingos, *sex shops* e lugares de prostituição. A rua, que já fora um espaço cultural muito bem frequentado por artistas, escritores e humanistas em geral é atualmente ponto de prostituição e dos chamados “drogaditos”. Iniciados os contatos nesses estúdios, alguns informantes recomendaram também aqueles localizados nas imediações de *Embajadores*, pois, apesar de serem locais voltados à modificação corporal, existiam diferenças importantes nos tipos de estabelecimentos especializa-

⁴O trabalho de campo na Espanha foi realizado em 2005. Nesta época ainda não se falava em crise econômica na Europa e era grande o número de imigrantes que tentavam entrar nos países com o objetivo de melhorar de vida.

dos. Nesta cidade, a indústria das modificações corporais move um comércio importante. É grande o número de ateliês de tatuagens e *body piercing* espalhados pelo centro, muitas vezes administrados por pequenos empresários que se preocupam em fazer um grande *marketing* através de investimentos em publicidade e propaganda veiculadas em cartões de visitas, revistas especializadas e *sites* de *Internet*.

Diferentemente de Recife, em Madri há mais visibilidade no que se refere a algumas práticas de modificações corporais consideradas extremas. É comum em alguns ambientes, como discotecas e bares, a presença de modificadores corporais que, em meio a uma plateia, dramatizam seus corpos. Durante a representação, diversos conteúdos se combinam: a música, a iluminação, o cenário, a indumentária, a maquiagem, etc. Apesar de se tratarem de ambientes poluídos e sujos, considerados por muitos como inadequados para estas práticas, os adeptos não medem esforços em suas apresentações e fazem o que for necessário para chamar a atenção do público, bem como para chocar, sem se preocuparem com infecções ou possíveis danos corporais. Assim como num ritual mais reservado, trata-se também de uma manifestação simbólica, por meio do corpo que se diferencia pelo seu caráter público e mais teatralizado, configurando-se enquanto um tipo de performance.

Mesmo em se tratando de um processo completamente informal, inclusive considerado ilegal e ilícito pelos órgãos de saúde pública, o que chama a atenção em algumas destas práticas são os riscos que as envolvem, embora não pareça haver qualquer receio por parte de quem se submeta ou execute tais procedimentos, mas, ao contrário, o próprio risco e a ousadia parecem ser estimulantes para tais intervenções, como comenta um informante na Espanha:

“Eu boto implante, eu costuro olho, boca, o que me pedirem, não tem problema, eu sei onde não se pode fazer, tem veias no corpo, por exemplo, essa aqui da cabeça (aponta para a testa), que se tocar a pessoa morre na hora, é fatal. Eu admiro quem tem coragem de fazer isso, é muito risco, mas tu sabe, são os riscos, a adrenalina que faz a gente ter vontade dessas coisas.... (risos)”.

III. O NOVO CAMPO DAS MODIFICAÇÕES CORPORAIS EM RECIFE E MADRI: RITUAIS E ESTILOS DE VIDA CONTEMPORÂNEOS

Durante a pesquisa de campo em Recife e em Madri, foi possível comprovar que os atores sociais compartilhavam alguns valores que pareciam se integrar a um estilo de vida com muitas características em comum. Apesar de serem grupos distintos, inclusive de países diferentes, se podia perceber que a motivação que os levava a se identificarem era antes de qualquer coisa a estética, que para a maioria era também um estilo de vida. Era ela que movia este universo e, por meio dela, se

estabelecia uma identidade, tanto individualmente quanto em grupo. Para entender a expansão e disseminação desses fenômenos em diferentes grupos e contextos urbanos, aparentemente tão díspares como Recife e Madri, contarei fragmentos das estórias de vida de dois atores sociais (um brasileiro e um espanhol) que fazem uso das modificações corporais mais extremas⁵.

Como a maioria dos interlocutores, Pablo (espanhol) e Vagner (brasileiro) se conheceram através da *Internet*. Vagner, por exemplo, faz uso de *piercings* desde os 16 anos de idade, de maneira que, atualmente, já com 32 anos, não se reconhece mais sem tais adornos, que passaram a representar um prolongamento do seu corpo. O que mais lhe atrai é o aspecto estético e sensual daquele que o porta, no entanto reconhece não ter sido fácil assumir este tipo de visual, já que, para ele, implicou muita renúncia, principalmente por ter que romper com a família. Passou grande parte de sua trajetória numa cidade do interior de Minas Gerais onde as pessoas eram bastante conservadoras. Curiosamente, lá havia um rapaz que trabalhava com tatuagens e *piercings*, tendo aprendido com ele a perfurar. Aos poucos foi modificando completamente a aparência do seu corpo, inicialmente, escondido dos pais, mas, à medida que o tempo foi passando, as marcas se tornaram visíveis.

A partir de então passou a ser completamente discriminado em sua cidade, inclusive pela própria família que desconfiava que ele fosse um “drogado”. Era comum que seu quarto fosse revistado nos momentos em que se ausentava. As brigas e os desentendimentos passaram a ser uma constante. Aos 25 anos de idade, saiu de Minas Gerais e foi para Recife trabalhar em um estúdio de tatuagens, desde então não tem mais contato com a família que desconhece completamente o que ele faz. Não se arrepende e se sente realizado com o estilo de vida que escolheu, pois se não tivesse feito esta opção não seria ele mesmo, teria que assumir uma outra identidade. Além da estética, com a experiência dos *piercings*, Vagner foi descobrindo o quanto o ato da perfuração corporal o estimulava. A partir desta descoberta, foi sentindo necessidade de ir mais além, passando a se pendurar por ganchos de ferro, podendo sentir o que significava desafiar os próprios limites do corpo.

A primeira vez que viu uma suspensão corporal tinha 10 anos de idade, quando assistiu ao filme “Um Homem Chamado Cavalo”. A história, que retrata o ritual a que se submete um homem para fazer parte de uma tribo, não saiu mais de sua memória. Apesar de ter se chocado com o que presenciara na infância, anos mais tarde se tornou uma pessoa de referência no Recife em matéria de suspensão. Com

⁵ Para proteger a identidade dos investigados, serão utilizados nomes fictícios.

a experiência que foi acumulando, passou a se sentir cada vez mais seguro, experimentando novas posições e atingindo *recordes* no Brasil, sendo atualmente capaz de ficar horas pendurado pela pele. Em seu último aniversário se presenteou com um *o-kee-pa* que para ele é umas das suspensões corporais mais doloridas, incômodas e arriscadas, pela possibilidade de faltar ar ou de que os pulmões se contraíam. Segundo o interlocutor, a sensação de prazer foi tão intensa que o sacrifício, a dor e o próprio risco foram recompensados⁶.

Numa das vezes que se pendurou chamou a atenção de todos que o assistiam pelo seu semblante. Contrariamente ao que muitos imaginavam, ao invés de dor, transmitia muito prazer através daquela experiência. De tão incorporado à vivência, parecia estar numa espécie de transe, como se estivesse fora da realidade por alguns instantes. Nos momentos em que voltava a si, dizia: “*Não me tirem daqui não!!!*”.

Ao ser questionado sobre sua sensação naquele instante, revelava: “... *um momento especial, agora... só de êxtase, muito prazer. Felicidade total. É como um orgasmo, nem sei.*”..... “*Não, é diferente... é uma maravilha, você não imagina como. É algo indescritível que palavras não dizem a sensação que você sente... é muito... (suspiro) prazer. Dor não to sentindo nenhuma agora mesmo... a dor some totalmente, você sente assim, puxando a pele, mas não ta doendo, não ta incomodando em nada*”.

Assim como Vagner, o espanhol de 20 anos, Pablo, vem investindo no ofício de *piercer* e de “modificador corporal”. Desde então tem transformado progressivamente sua aparência com tatuagens, *piercings*, escarificações e implantes, que são, para ele, primeiramente, signos de estética. Mas, além disso, o interlocutor também tem realizado algumas intervenções em seu corpo com o objetivo de controlar seus pensamentos, como ele mesmo coloca:

“*Eu conheço quatro ou cinco pessoas que entendem da escarificação, não conheço muito mais, não é que pensem como eu, mas que compreendem. Tu me entendes se eu vou cortar uma perna? Não te parece estranho? Todo mundo é assim, ninguém entende, ninguém compreende*”... “*Cada coisa que faço utilizo o interior do cérebro, desenvolvo coisas que as pessoas não desenvolvem, quando tu estudas desenvolves uma parte da tua cabeça, tem gente que não estuda, não desenvolve, então eu ao fazer isto, desenvolvo*”.

Na medida em que o interlocutor tem se aprofundando nessas práticas, vem

⁶ O termo *O-Kee-Paa* se incorporou ao ocidente para se referir a um tipo de posição da suspensão corporal em que os adeptos se penduram verticalmente pelo peito através de dois ganchos de ferro.

descobrimo o quanto o ato da perfuração corporal, seja nele mesmo ou em terceiros, o acalma e o tranquiliza. Sem entender, passou a sentir muitas vezes necessidade de furar seu próprio corpo, sobretudo nos momentos em que se sente ansioso ou frustrado. Conta, por exemplo, que certa vez foi abandonado por uma ex-namorada com quem tinha muita confiança: *“Quando eu e L. nos separamos, senti vontade de me perfurar o tempo todo, era um desespero. Furei meu rosto e os meus dois mamilos... também retirei alguns piercings do meu corpo”*.

Pablo foi se dando conta de que por meio deste ato conseguia controlar sua mente, como ele mesmo explica: *“... cada vez que me escarifico, cada vez que faço um piercing, eu me coloco à prova, conheço minha mente um pouco melhor, até onde eu posso chegar, até onde não, cada vez posso me controlar um pouco mais. Em cada escarificação feita eu vou notando, na verdade são sensações super estranhas pela descarga de adrenalina... eu fico muito estranho, eu me sinto muito bem. Eu fico feliz, é como fazer pointing, acabas viciando, cada tempo tens que fazer uma”*.

As tatuagens, os piercings, as escarificações, as suspensões corporais, etc passaram a ter um significado bastante importante para o interlocutor que tem se sentido cada vez mais estimulado em praticá-las. Nos momentos em que está cortando a pele, se concentra bastante naquele ato que envolve ao mesmo tempo muita adrenalina, pois qualquer erro pode ser muito perigoso: *“Tem gente que coloca anestésico, usa comprimidos, aguenta... eu não. Busco o resultado final, gosto muito, mas sobretudo isso sabe, é como me colocar em prova, eu sempre necessito me colocar a prova, porque quanto mais vou aprendendo das reações do corpo, vou dando conta, cada vez mais que a dor... que não existe, que tu crias sozinho, se tua cabeça não cria, não existe dor”*.

A partir destes relatos, pode-se considerar que tais práticas também podem ser interpretadas como releituras de rituais presentes em outras culturas que, por sua vez, passam a ter significados distintos nas sociedades ocidentais. A literatura antropológica sobre rituais é bastante abrangente. Em contato com outras culturas, muitos autores analisaram a importância e os diferentes significados que possuem as marcas corporais, os derramamentos de sangue, os rituais e a própria dor tanto para o indivíduo que está sofrendo como para o grupo, como coloca Durkheim (2003: 331-332).

(...) O culto negativo não pode se desenvolver sem fazer sofrer. A dor é uma condição necessária dele. Assim, acabou-se por considerá-la como constituindo ela mesma uma espécie de rito; viu-se na dor um estado de graça que é preciso buscar e suscitar, mesmo artificialmente, por causa dos poderes e privilégios que confere tanto quanto os sistemas de interdições, dos quais ela é o elemento natural.

Tanto no caso de Vagner como no de Pablo, a prática de rituais num contexto urbano tem relação com a visibilidade, reconhecimento e aquisição de status dentro do grupo. Segundo eles, muitos não estão preparados e acabam passando uma imagem distorcida de algumas práticas, sobretudo, de agressividade e violência, distorcendo o seu verdadeiro sentido e significados.

Como se pode constatar, os ritos outrora praticados e com outros significados culturais estão se difundindo nos grandes centros urbanos e encontrando uma expansão notável. Com o advento da modernidade, novas formas de entender os significados dos ritos são instaurados nas sociedades complexas, em que estes se destacam do sagrado sem perder sua eficácia. Os ritos sem mitos se multiplicam no cotidiano, na música, dança, esporte e nas performances como manifestações simbólicas presentes nas ações que se caracterizam pelo aspecto lúdico, o jogo interacional e a corporalidade em ação (Rivière, 1997: 45).

Segundo Maffesoli (1987: 87), o ressurgimento de certas práticas é uma maneira de expressão de solidariedade. A emoção coletiva torna os indivíduos solidários uns com os outros. Uma das características dessa ligação afetiva é o desenvolvimento de rituais, cuja função é reafirmar o sentimento que um dado grupo tem de si mesmo. Para o autor, quando nos identificamos com uma atividade em grupo experimentamos com prazer os seus rituais.

Já na visão de Segalen (2005: 91), os ritos não morrem na modernidade, mas se recriam a partir de performances que se distinguem das sociedades tradicionais, por não estarem associadas ao caráter religioso. Os ritos contemporâneos, tais como as mutilações do corpo, em que o centro é a dor física, podem pertencer à mesma ideia de sacrifício, mas, contrariamente aos grandes ritos africanos, esses ritos falam pouco sobre si mesmos.

(...) São ações que não reivindicam um pensamento religioso, uma relação com o sagrado, no entanto, devido às pulsões emotivas que acionam, as formas morfológicas que assumem e a sua capacidade de simbolizar, atribuímos a elas o qualificativo de ritual com todos os efeitos que lhe são associados.

Durante a investigação de campo, foi possível encontrar alguns pontos de divergência e de semelhança entre os ritos praticados nas sociedades ditas tradicionais e a suspensão realizada num contexto urbano. Enquanto rituais, ambos possuem uma eficácia simbólica, podendo a suspensão ser, em certos casos, comparada aos ritos de passagem, na medida em que ela é capaz de proporcionar tanto o ingresso e o pertencimento do indivíduo ao grupo, quanto uma mudança de status provocada por intermédio de uma prova física, equivalente à legitimação perante o grupo. Os ritos e as modificações corporais praticados num contexto urbano adquirem outros

sentidos na medida em que não se estabelecem enquanto um ritual religioso.

Além disso, a prática do ritual, seja num contexto moderno ou tradicional, é igualmente significativa para a plateia que assiste. Mas, apesar das diferenças, existem alguns pontos em comum. Tanto nos contextos tradicionais quanto modernos há uma importância coletiva. No momento em que o grupo compartilha do ritual, algumas pessoas podem sofrer os seus efeitos. Ao mesmo tempo, não deixa de ter uma eficácia individual, já que funciona para algumas pessoas como um dispositivo que serve para dar vazão aos conflitos pessoais.

No contexto de alguns dos atores sociais contemplados na pesquisa, o que parece estar em jogo é a busca por sensações assim como a adesão a um tipo de estética. Na opinião de Vagner, o que está levando as pessoas a praticarem suspensões, escarificações ou implantes é a necessidade de serem vistas, olhadas e reconhecidas, como se dá com uma tatuagem ou um *piercing*. A diferença, segundo ele, é que estas práticas são novidades e têm atraído aquelas pessoas que buscam algo mais original que a própria *tattoo*, colocando a esse respeito:

“... todo ato do ser humano é voltado para a visibilidade, o eu existo”..... “... as pessoas que fazem trabalhos mais extremos de agressividade até os mais simples são pelos mesmos motivos: visibilidade”..... “... os alargamentos que a gente faz hoje em dia, o de orelha, coisas trazidas pelos índios, então só os índios tinham aquilo dali, daqui a um tempo, ta todo mundo aumentando o lábio, não tem índio aumentando o lábio? Então a sociedade vai querer também!!! Pra vê se fica bonito não! Pra vê se chama mais a atenção da sociedade”..... “... eu faço pela beleza, eu achei que ficava estético, não bonito, mas estético. Estético pra mim é uma coisa e bonito é outra. Se eu pudesse eu ampliava o canino. Eu já vi implante do cara botar de uma vez cinco bolas na cabeça, pô eu achei interessante aquilo ali, ficou parecendo um E. T.”.

A partir destas considerações, pode-se comprovar que, na contemporaneidade, determinadas formas de modificações corporais, sobretudo a tatuagem e o *piercing*, se tornaram mais um tipo de prática estética, uma *decoración del cuerpo* semelhante a qualquer outra, por exemplo, os cosméticos e os produtos de beleza de uma forma geral. O que antes era um signo que servia para demarcar uma diferença parece ser hoje um complemento para o visual que serve, entre outras coisas, para dar um toque de sensualidade e beleza.

Como foi visto, muitos dos clientes que frequentam os estúdios de tatuagem e *body piercing* vão com o objetivo de realçarem seus corpos. Mediante as suas demandas de consumo, há todo um acervo de produtos e serviços que são oferecidos com o objetivo de que satisfaçam seus desejos. Mas ao mesmo tempo em que muitos dos clientes estão fazendo uso dos serviços estéticos para realçarem seus corpos, ou-

tros também têm recorrido aos estúdios numa busca por resultados completamente distintos do que se considera como padrão de beleza no tempo contemporâneo. Trata-se de um tipo de estética que chama a atenção porque quebra completamente com os padrões sociais de beleza da contemporaneidade. Mas, como foi visto no discurso de Vagner, não é a beleza que se busca, a intenção daquele que faz a sua opção estética é se diferenciar.

Como se sabe, há um forte controle da sociedade que estabelece que uma boa ordem social indica que o diferente deve ficar às margens, pois quanto mais se estigmatizam os diferentes, mais se reafirmam os normais. As pessoas que fazem a opção por estas intervenções extremas são muitas vezes discriminadas por quebrar completamente com alguns padrões ocidentais, permanecendo nas margens sociais, vinculadas a grupos *undergrounds* e, em certos casos, a meios artísticos. Na contemporaneidade, em alguns contextos, ainda se marginalizam as pessoas que não possuem determinados atributos físicos; vive-se numa época em que a imagem corporal tem uma primazia que sobrepassa o próprio sujeito enquanto ser humano.

A pesar de já haver atualmente uma maior aceitação da tatuagem e do *piercing*, em alguns contextos ainda há um olhar de estranhamento da sociedade com relação às estéticas que fogem aos padrões sociais vigentes e a um estilo de vida alternativo. Contrariamente ao que se pode imaginar, fazer esse tipo de opção não é fácil, implica muita renúncia social. Mesmo entre as pessoas do meio, muitas famílias não aceitam, conforme coloca o tatuador P.:

“...a única pessoa que pode ter tatuagem na minha família sou eu porque eu trabalho com isso” “Meu pai que tem uma cabecinha um pouquinho melhor, abriu, expandiu mais a cabeça, liberou!!!! Minha mãe tá liberando também”..... “mas em matéria de ter tatuagem em minha família, só eu, ninguém pode ter”..... “minha irmã tem uma tatuagem, acho que há uns... quase oito anos, meu pai não sabe. Eu fiz e ela disse: ‘não conta não’, tá bom, vou guardar segredo.... meu pai já vê como profissão, minha mãe não”..... “Ela diz: ‘meu filho é lindo, mas se não fosse as tatuagens ainda era mais bonito ainda’ (risos)”.

Pode-se então concluir que as diversas formas de modificação corporal desde a tatuagem, *piercing* até à escarificação e os implantes estão cada vez mais adquirindo visibilidade social. Os meios de comunicação de massa e a *Internet* abriram espaços a este tipo de estética, que ultrapassou as fronteiras locais, internacionalizando-se, atraindo cada vez mais um público eclético e diversificado. O corpo riscado, rasgado, perfurado ou pendurado passa a ser a marca do indivíduo, seu emblema pessoal, sua fronteira e aquilo que o distingue dos outros. Nos desenhos, adornos, escarificações, a pessoa constrói sua identidade, seja como tatuador, *piercer*, modificador corporal, prático da suspensão ou adepto.

Dentro do grupo contemplado, havia aqueles que procuravam desenhos pequenos para realçar as formas corporais, por estética, beleza e moda; outros, por identificação com um artista ou com um grupo musical; e alguns, para render homenagem a alguém, etc. Também havia aqueles que buscavam uma estética do feio e do monstruoso, marcando uma diferenciação de um padrão hegemônico. Pode-se dizer; que a marca no corpo também permite sair do anonimato, se destacar da indiferença social, já que convém se tornar visível para não passar despercebido e para existir aos olhos dos outros. Através do corpo vivido como superfície de escrita, as pessoas também inscrevem suas recordações que servem como memórias, ritualizam suas vivências e passagens da vida.

Neste sentido, pode-se afirmar que na contemporaneidade a intervenção no corpo possui infinitos significados. Pode ser marca de memória, de identidade, de diferenciação social, de experiência subjetiva, etc., sendo fundamental entender tal fenômeno tanto do ponto de vista da sociedade, quanto da relação que o indivíduo estabelece com seu corpo, visto que é por meio das tatuagens, *piercings*, suspensões, escarificações ou implantes que estão encontrando meios tanto para criarem uma identidade pautada na estética quanto estão se exprimindo e se expressando para a sociedade.

As intervenções corporais, quando vivenciadas pelos grupos pesquisados, adquirem dimensões ideológicas diferentes daquelas dos *hippies* dos anos 60. É importante também assinalar que a tatuagem, o *piercing* e outras práticas mais radicais, além do enfoque estético e subjetivo, estão também vinculados a um certo modismo atual, veiculado através da mídia, de imagens na rede, revistas, catálogos, etc. Tudo isso permite gerar um mercado de produtos especializados e de técnicos que realizam e divulgam seus trabalhos por meio de pequenas empresas.

Pode-se dizer que, em alguns contextos, corpo tornou-se um objeto maleável, sempre possível de remanejamento, passível de intervenções artificiais. Enquanto que nas sociedades tradicionais era visto como parte da natureza e suas modificações estavam relacionadas ao campo dos rituais; nas sociedades complexas alguns indivíduos se tornaram responsáveis pelo *design* de seus próprios corpos, recriando outras formas ritualísticas, orientadas por padrões estéticos que procuram reinterpretar tanto manifestações já consagradas pelas culturas tradicionais – aquelas consideradas “exóticas” – quanto pela criação de novas e experimentais linguagens estéticas contemporâneas, calcadas na espetacularização e visibilidade midiática (Le Breton 2004: 23).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- CLASTERS, P. 2004. *A Sociedade Contra o Estado*. São Paulo: Cosac & Naify.
- DURKHEIM, Émile. 2003. *As Formas Elementares da Vida Religiosa: O Sistema Totêmico na Austrália*. São Paulo: Martins Fontes
- KLESSE, Christian. 2000. 'Modern Primitivism': Non-Mainstream. Body modification and Racialized Representation. In: FEATHERSTONE, Mike (Ed). 2000. *Body Modification*. London : Sage.
- FEATHERSTONE, Mike (Ed). 2000. *Body Modification*. London : Sage.
- GOLDENBERG, M. (org). 2002. *Nu e Vestido: Dez Antropólogos Revelam a Cultura do Corpo Carioca*. Rio de Janeiro: Record.
- LE BRETON, D. 2004. *Sinais de Identidade: Tatuagens, Piercings e Outras Marcas Corporais*. Lisboa: Miosótis.
- LAUTMAN, Victoria. 1994. *The New Tattoo*. New York: Abbeville Press.
- MAFFESOLI, Michel. 1987. *O Tempo das Tribos: O Declínio do Individualismo nas Sociedades de Massa*. Rio de Janeiro: Forense Universitária.
- _____. 2007. *Tatuagens, Piercings e Outras Intervenções Corporais. Aproximações Interetnográficas entre Recife e Madri*. Recife: Tese de Doutorado em Antropologia, PPGA-UFPE.
- _____. 2002. *Através do Espelho. Um Ensaio Etnográfico sobre as Representações do Corpo Feminino entre Mulheres de Camada Média Alta do Recife*. Recife: Dissertação de Mestrado em Antropologia, PPGA-UFPE.
- PANCORBO, L. 2006. *Abecedario de antropología*. Madrid: Siglo XXI.
- RIVIÈRE, Claude. 1997. *Os Ritos Profanos*. Petrópolis: Vozes. 1997.
- SEGALEN, Martine. 2005. *Ritos y Rituales Contemporáneos*. Madrid: Alianza Editorial.
- TOURNIER, Michel. 1998. *Tahiti Tatoos*. Milão: Taschen.
- Universidade Federal de Pernambuco
Doutora em antropologia
Principais publicações:
- PEREIRA, F. 2008. "Vivo en España pero Soy "Brasileiro" con Orgullo. Una Etnografía de la Actual Inmigración Brasileña en España desde el Punto de Vista de una Asociación de Inmigrantes". In: Angel espina (Ed.). *Antropología Aplicada en Iberoamérica*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco: 624-632-
- _____. 2007. "El Otro Brasil: Los Nuevos Inmigrantes Brasileños que viven en España y la Importancia del Fenómeno Asociativo Contemporáneo". In: Romel Jurado Vargas (Org.). *El Discurso Político de los Inmigrantes*. Madrid: AESCO: 207-217.
- _____. 2005. "Juventude e Corpo: Novas Estéticas Alternativas". in: ALVIM, R.,

QUEIROZ, T.; FERREIRA, E. (Orgs). *Jovens e Juventudes*. João Pessoa: Editora Universitária: 131-141.

_____. 2004. "O Corpo Jovem e o Medo do Envelhecimento". in: ALVIM, R., QUEIROZ, T.; FERREIRA, E. (Orgs). (Re) Construções da Juventude. *Cultura e Representações Contemporâneas*. João Pessoa: Editora Universitária: 73-85.

_____. 2004. "O Corpo Educado e a Busca da Eterna Juventude no Nordeste do Brasil". In: Águeda Rodríguez Cruz (Coord). *Cuestiones sobre Educación y Familia en España y América Latina*. Salamanca: I.I.A.C y L.: 107-127

_____. 2003. "O Culto ao Corpo e a Busca da Eterna Juventude". *CAOS Revista Eletrônica de Ciências Sociais*, n. 5: 101-116

atropologa_36@hotmail.com

ABSTRACT

This study focuses on certain socio-cultural phenomena related to the aesthetic of tattoos, body piercing, and so-called extreme body modifications, which include scarification, subdermal implants, body suspension, and the like. In the West, body markings and rites were, for a long time, associated with the exoticism of “primitive” peoples, and later, served as inspiration for avant-garde movements, giving rise to body art, which in the nineteen seventies influenced the “counter-culture” movements, especially those related to the hippie and punk aesthetics. With communication via the Internet, and the speed of technological information, the aesthet-

ics and rites related to these social movements have become internationalized. The use of the Internet has facilitated and opened a number of communication channels, as well as prompting the migration of people involved in these practices, to the major urban centers, where products and services focusing on the body, and body modifications, are commercialized and consumed. While tattoos and body piercing are part of a major trend, which is conveyed by the media and has its own consumer market, the techniques which are considered extreme are outside the widely-accepted canons of beauty, yet, they always manage to attract new followers.

KEY WORDS:

Tattooing; piercing; body modification; body anthropology; migration

SUBMETIDO EM

Fevereiro de 2009

APROVADO EM

Dezembro de 2011

Fabiana Maria Gama Pereira

Doutora em antropologia pela Universidad de Salamanca e pela Universidade Federal de Pernambuco, e pós-doutoranda na Universidade Federal de Pernambuco

IMPLANTANDO GRANDES INDÚSTRIAS NO RIO DE JANEIRO: UM ESTUDO DE CASO DOS PROJETOS DA UTE DE SEPETIBA E DA THYSSENKRUPP CSA

Rodrigo Nuñez Viégas

RESUMO

O presente artigo propõe uma reflexão sobre a relação de conflito e tensão estabelecida entre empresas que intentam se instalar em uma determinada localidade e as comunidades lá residentes, tendo como campo de disputa discursos sobre o meio ambiente, sobre as formas de utilização dos recursos materiais e humanos e suas consequências. Para tanto, um conjunto de lutas sociais envolvendo dois casos de conflitos relativos a projetos de implementação de atividade industrial - o “Projeto da Usina Ter-

melétrica (UTE) de Sepetiba”, no município de Itaguaí/RJ, e o “Projeto da ThyssenKrupp Companhia Siderúrgica do Atlântico (TKCSA)”, no bairro de Santa Cruz, município do Rio de Janeiro/RJ - é aqui analisado como um momento no qual se encontram em jogo as condições e estratégias de apropriação, material e simbólica, de determinadas bases de recursos naturais pelos atores em meio ao conflito, cada qual com possibilidades diferenciadas sobre o mundo material e simbólico.

PALAVRAS - CHAVE

Projetos de instalação de grandes atividades industriais; luta material e simbólica; estratégias de atores em conflitos; Rio de Janeiro.

As questões ambientais integram o processo mais geral de surgimento de agendas tornadas públicas pela ação de indivíduos e grupos (Giddens 2000; Fuks 2001). Na esteira da construção de uma nova questão social, de uma nova questão pública, velhos problemas que não eram lidos como ambientais, passam a assumir essa conotação e a fazer parte de um discurso que integra um novo campo, o campo ambiental (Leite Lopes 2004). A publicização de tais questões vem sendo promovida por diversos setores da sociedade, associando-se a um processo de construção de risco e de enunciação de princípios de justiça expressos em denúncias junto a órgãos ambientais, defesa civil, polícia, prefeituras, Ministério Público etc.

Segundo denúncias registradas em órgãos ambientais do Estado, assim como no Ministério Público Estadual, certas áreas são objeto de uma concentração de práticas nocivas ao meio ambiente e à saúde humana. Os moradores dessas áreas convivem ao mesmo tempo com depósitos de resíduos tóxicos, solos contaminados, ausência de abastecimento de água, baixos índices de arborização, riscos associados a enchentes, lixões, pedreiras, poluição industrial do ar e da água, destacando-se, no presente artigo, a poluição da baía de Sepetiba, em função da alta concentração de metais pesados, fruto do despejo de rejeitos das indústrias situadas no Distrito Industrial de Santa Cruz e em Itaguaí. A partir desse quadro, têm-se produzidos movimentos envolvidos na elaboração de pautas reivindicatórias frente à implementação de projetos tidos como potencialmente causadores de risco e perigo. Os principais atores desses movimentos contestatórios são associações de moradores residentes nos locais em questão, associações de pescadores e entidades ambientalistas.

O propósito deste estudo é discutir a questão ambiental numa perspectiva que considere o papel estruturante das representações e esquemas classificatórios na construção do mundo social. Para tanto, um conjunto de lutas sociais envolvendo dois casos de conflito relativos a projetos de implementação de atividade industrial - o “Projeto da Usina Termelétrica (UTE) de Sepetiba”, no município de Itaguaí/RJ, e o “Projeto da ThyssenKrupp Companhia Siderúrgica do Atlântico (TKCSA)”, no bairro de Santa Cruz, município do Rio de Janeiro/RJ - é aqui analisado como um momento no qual se encontram em questão as condições e as estratégias de apropriação material e simbólica de determinadas bases de recursos naturais pelos atores em meio ao conflito, cada qual com possibilidades diferenciadas sobre o mundo material e simbólico. De uma maneira geral, objetivou-se aqui identificar as estratégias de ação empregadas pelas partes em litígio e pelo poder público dentro do jogo de disputas políticas, econômicas e sociais que têm como pano de fundo o meio ambiente da região da baía de Sepetiba, Rio de Janeiro.

A escolha por esses dois casos de conflito se deu levando em conta alguns elementos fundamentais: 1) a similaridade do tema em questão - ambos são “projetos de implementação de empreendimentos”, ou seja, não são indústrias já instaladas e em atividade produtiva, mas sim em diferentes estágios com vista a se instalarem, que encontraram resistência por parte de atores que se viram ameaçados com o risco a ser produzido em função das futuras atividades de tais empreendimentos¹; 2) a proximidade territorial - o município de Itaguaí e bairro de Santa Cruz, município do Rio de Janeiro, são territórios fronteiriços e ambos localizam-se na região da baía de Sepetiba; 3) os atores sociais que representam os movimentos contestatórios são basicamente os mesmos nos dois conflitos, formados por moradores, pescadores, ambientalistas etc. envolvidos em lutas na defesa da região da baía de Sepetiba.

Diante da proximidade cronológica entre o conflito envolvendo o Projeto da Usina Termelétrica (UTE) de Sepetiba - que teve seu desfecho no ano de 2002, quatro anos antes do início do Projeto da ThyssenKrupp Companhia Siderúrgica do Atlântico (TKCSA), que se encontra ainda em andamento, o que evoca uma memória recente - são investigadas as estratégias dos atores sociais contestadores com o intuito de demonstrar o uso de um “repertório de ações” (Tilly 1993), apreendidos do primeiro conflito, e sendo posto em prática no segundo. Nesse sentido, no trabalho de análise dos dois casos, busca-se, em específico, pesquisar se houve reconfiguração ou não de suas estratégias de ação.

Similar esforço de investigação é realizado com relação à TKCSA, no sentido de trazer para a análise o processo de aprendizagem que a mesma teve com a história do conflito envolvendo a UTE de Sepetiba e suas influências nas estratégias de ação da companhia.

A pesquisa foi produzida a partir de trabalho de campo realizado nos anos de 2006 e 2007. Como fontes primárias, foram realizadas entrevistas roteirizadas abrangendo diversos segmentos sociais partícipes das disputas: técnicos de órgãos públicos, como a Secretaria Municipal de Meio Ambiente; representantes de organizações não-governamentais; representantes de associações de pescadores e moradores; e profissionais técnicos-científicos e/ou jurídicos envolvidos em questões de litígio ambiental.

Como fontes secundárias, foram usados documentos oficiais concernentes

¹ Cabe ressaltar, para fins de esclarecimento, que a argumentação teórica produzida sobre os projetos de implementação da UTE de Sepetiba e da TKCSA, refere-se aos dados colhidos e fatos observados até o final do ano de 2007, momento de encerramento da pesquisa de campo. Portanto, o estudo se detém a um período anterior a qualquer tipo de instalação efetiva das unidades industriais, estando as mesmas em diferentes estágios com vistas a se instalarem.

aos projetos: EIA/RIMA dos empreendimentos; processos no Ministério Público; pareceres técnicos de órgãos ambientais etc.; e material publicado em órgãos de imprensa local, regional e nacional.

O artigo está organizado em três partes. Na primeira, são apresentados os dois casos de conflito objeto de pesquisa: os casos envolvendo o “Projeto da Usina Termelétrica (UTE) de Sepetiba” e o “Projeto da ThyssenKrupp Companhia Siderúrgica do Atlântico (TKCSA)”. Nessa parte, conta-se com a descrição geral de ambos os empreendimentos, assim como com a caracterização física, política, social e econômica dos locais escolhidos para implantação dos mesmos.

Na segunda parte, evidenciam-se a descrição da atuação e as estratégias dos principais atores sociais envolvidos nos conflitos, separadas em quatro eixos temáticos: o processo de publicização - as Audiências Públicas; a ação do Ministério Público - emissão de pareceres técnicos; a posição dos órgãos ambientais, prefeituras e governo do Estado; e a reação da população - as manifestações públicas.

Na terceira parte, são apresentados a análise dos conflitos e os resultados principais da pesquisa. Nela, os objetivos da pesquisa são reafirmados e a abordagem metodológica é caracterizada. A conclusão, por sua vez, visa apresentar sinteticamente as principais reflexões deste trabalho.

DESCRIÇÃO GERAL DOS EMPREENDIMENTOS

O projeto da Usina Termelétrica (UTE) de Sepetiba consistiria na implantação de uma usina termelétrica para produção de energia elétrica, utilizando carvão mineral importado e com potência final líquida de 1250 Mw, conectada ao Sistema Interligado da Região Sudeste do Brasil. A usina seria uma planta de grande porte, cobrindo uma área de 48 hectares pertencente à Cia. Docas do Rio de Janeiro, na região do retroporto² entre o rio Caçã e o Canal do Martins (que desembocam na baía de Sepetiba), dentro do Complexo Portuário e Industrial de Sepetiba - município de Itaguaí, Estado do Rio de Janeiro. De acordo com a licitação realizada pela ANEEL, eram responsáveis pelo empreendimento as empresas Inepar Energia S/A (com sede em Curitiba/PR), Enelpower do Brazil Ltda (multinacional italiana) e Eletrobrás. Com custo de 830 milhões de dólares, sua justificativa econômica era logística, pois o porto de Sepetiba receberia o carvão mineral importado destinado à térmica em um pátio da Cia. Siderúrgica Nacional, que opera com 50% de sua capacidade (Rosa; Costa 2001). Tomando como referência as dimensões tanto físicas quanto produtivas

² Área onde se armazena e administra os produtos (cargas) que chegam ao porto.

vas, a UTE de Sepetiba se tornaria uma das maiores plantas termoeletricas do pais. O projeto de tal usina se deu no periodo compreendido entre os anos de 1999 e 2002, respectivamente o ano de entrada com pedido de Licença Prévia junto a então FEE-MA³ e o ano de suspensão de tal licença.

Já o projeto da ThyssenKrupp Companhia Siderúrgica do Atlântico (TKCSA) - consórcio formado pelo grupo alemão ThyssenKrupp Steel (TKS) e pela brasileira Companhia Vale do Rio Doce (CVRD) - prevê a construção de uma usina siderúrgica e um terminal portuário às margens da Baía de Sepetiba, que inclui a construção de uma Ponte de Acesso de 3,8 Km e um Píer de 700 m que será destinado ao recebimento de carvão importado. Esse carvão será o principal combustível do alto forno que produzirá o ferro-gusa. Segundo a empresa, os gases do alto-forno e da aciaria (que transforma o ferro-gusa em aço, ainda em estado líquido), assim como o vapor da coqueria serão transformados em energia elétrica numa usina termelétrica, que fará parte do processo siderúrgico e que alimentará a própria usina. Com implantação prevista para o Distrito Industrial de Santa Cruz, contando com financiamento do BNDES de R\$ 1,5 bilhão, a TKCSA pretende produzir placas de aço para a exportação – principalmente para Europa e América do Norte – e terá capacidade para produzir 4,8 milhões de toneladas de placas de aço por ano. O terreno destinado para o empreendimento terá uma área de 900 hectares (9 milhões de m²) e terá como limites a baía de Sepetiba, o canal de São Francisco, o canal do Guandu e a Avenida João XXIII. Orçada em cerca de R\$ 6,2 bilhões (US\$ 3,6 bilhões), duas obras serão necessárias para a implantação da usina e do terminal portuário: dragagem e aterro.

O projeto prevê a dragagem de 20 milhões de metros cúbicos do fundo da baía de Sepetiba e será utilizada para que o canal de acesso ao terminal portuário e a bacia de evolução (área de manobra das embarcações) alcancem a profundidade de 17 m. A dragagem também vai fornecer areia para o terreno onde será implantada a usina. Entretanto, esse material dragado está contaminado por metais pesados, o que exige uma solução por parte da companhia para que não haja a possibilidade de revolver e contaminar as águas da baía com esse material, que, até então, encontra-

³ FEEMA era o nome do órgão ambiental estadual à época, que hoje se denomina Instituto Estadual do Ambiente (INEA), instalado em 12 de janeiro de 2009, e que unifica a ação dos três órgãos ambientais vinculados à Secretaria de Estado do Ambiente (SEA): a Fundação Estadual de Engenharia e Meio Ambiente (FEEMA), a Superintendência Estadual de Rios e Lagoas (SERLA) e o Instituto Estadual de Florestas (IEF).

-se sedimentado. A tecnologia escolhida pela companhia para resolver esse impasse foi a de CDF – *Confined Disposal Facility* (ADC – Área de Disposição Confinada), que consiste na construção de cavas no fundo da bacia de evolução onde será despejado o material dragado e, em seguida, coberto com argila (também retirada pelo processo de dragagem das camadas mais fundas da baía). Tal projeto teve seu início em meados de 2005, ano de entrada com pedido de Licença Prévia (LP) junto à FEEMA.

CARACTERÍSTICAS DOS LOCAIS ESCOLHIDOS PARA A IMPLANTAÇÃO DOS EMPREENDIMENTOS

O município de Itaguaí, local escolhido para implantação da Usina Termelétrica (UTE) de Sepetiba, situa-se na região sul-fluminense, a 70 km do centro da capital do Estado do Rio de Janeiro. O mesmo compreende uma área de unidade territorial de 272 Km², com uma população estimada em 91.551 habitantes (IBGE 2007), possuindo os seguintes limites geográficos: ao norte, o município de Seropédica; ao sul, a Baía de Sepetiba; ao leste, a Baixada Fluminense; a oeste, Mangaratiba; e a nordeste, Rio Claro e Pirai.

Município sede do Porto de Sepetiba e vizinho da maior área industrial da capital (Santa Cruz), Itaguaí é considerado o município de maior potencial industrial da Região Metropolitana, localizando-se em um entorno geoeconômico dos mais importantes do país, o qual abrange as cidades do Rio de Janeiro, São Paulo, Belo Horizonte e Vitória. Tal município foi escolhido para sediar a ZPE (Zona de Processamento de Exportação) do Estado. Ou seja, um Distrito Industrial cercado e alfandegado, aberto às indústrias que se destinam ao mercado internacional, funcionando como uma área de livre comércio com o exterior. A região reúne empresas como a CSN II (Cia. Siderúrgica Nacional) e a NUCLEP (Central Nuclear de Equipamentos Pesados). Tais empresas e outras mais sediadas no município contam com o auxílio de uma lei municipal de Itaguaí, datada de 1993, que isenta, por dez anos, o pagamento de taxas de obra, Habite-se e IPTU para qualquer empresa que gerar mais de 30 empregados. Já o bairro de Santa Cruz, local escolhido para implantação da ThyssenKrupp Companhia Siderúrgica do Atlântico (TKCSA), situa-se na zona oeste do Município do Rio de Janeiro. É um bairro com população estimada em 191.836 habitantes (IBGE 2007), distribuídas numa área de 12.504,43 Km², vizinho ao município de Itaguaí e aos bairros de Campo Grande, Paciência, Sepetiba e Guaratiba. O bairro ocupa a 119ª posição entre os 126 bairros e distritos do Rio de Janeiro no ranking do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) do município, possui uma população de baixa

renda⁴ e sofre de deficiências infraestruturais e falta de investimento em políticas públicas.

Cortado pela estrada de ferro Central do Brasil, o bairro de Santa Cruz possui uma paisagem bastante diversificada, com áreas rurais, comerciais e residenciais. Porém, o bairro destaca-se pela grande concentração de indústrias, o que faz do mesmo uma Zona Industrial. Nessa região, estão localizados dois importantes distritos industriais, o de Paciência e o de Palmares, onde se encontram, em pleno funcionamento, a Casa da Moeda do Brasil, a FCC S/A - Fábrica Carioca de Catalisadores, a COSIGUA (Companhia Siderúrgica da Guanabara), a VALESUL Alumínio S.A, a White Martins, a Glasurit, a Continac, a Latasa etc. Vale ressaltar que o Porto de Sepetiba, localizado em Itaguaí, foi concebido para escoar a carga da produção do Distrito Industrial de Santa Cruz.

Apesar de todos esses empreendimentos, que para muitos viriam a representar o verdadeiro elemento propulsor para o desenvolvimento econômico e social do município e do Estado do Rio de Janeiro em geral, proporcionando, entre outras vantagens, uma significativa expansão da oferta de empregos e aumento de qualidade de vida para população, vemos que, nas últimas décadas, tais distritos industriais vêm passando por uma sobreposição de agressões ambientais como: lançamento de poluentes no ar e na água; ausência ou precariedade do sistema de fornecimento do saneamento básico, levando conseqüentemente seu lançamento *in natura* em rios que deságuam na baía de Sepetiba; presença de sítios contaminados, remanescentes de fábricas desativadas, além dos sucessivos descartes de resíduos tóxicos em locais clandestinos.

OS PROJETOS E SEUS QUESTIONAMENTOS

O PROCESSO DE PUBLICIZAÇÃO: AS AUDIÊNCIAS PÚBLICAS

O projeto da Usina Termelétrica (UTE) de Sepetiba tornou-se público numa audiência pública realizada no dia 11 de maio de 2001, no Teatro Municipal de Itaguaí, dando prosseguimento ao processo de licenciamento ambiental realizado junto à FEEMA. Tal audiência, entretanto, não contou com divulgação necessária, de modo que a sociedade local tivesse conhecimento de sua realização. A re-

⁴ A renda *per capita* da população do bairro de Santa Cruz é R\$ 206,23, em contraste com a renda do bairro da Gávea, primeira no ranking, de R\$ 2139,56. A renda domiciliar *per capita* média do 1º quinto mais pobre de Santa Cruz é de R\$ 27,62. Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE - Censo Demográfico 2007.

duzida participação da população fez com que entidades civis organizadas locais⁵ se mobilizassem e enviassem ofícios a instituições públicas denunciando o fato. Junto à pauta de reivindicações, foram requeridas novas audiências públicas do modo como exige a legislação (Resolução CONAMA 01/86 e art. da Lei Estadual nº 1356/88).

Cerca de cinco anos depois da UTE de Sepetiba, o projeto da ThyssenKrupp Companhia Siderúrgica do Atlântico (TKCSA) trouxe um histórico bem diferente de publicidade. A falta de planejamento da primeira usina nesse âmbito em nada se compara à estratégia de visibilidade pública propositalmente adotada pela segunda. Isto porque a TKCSA contratou, logo de início, uma empresa de consultoria⁶ que ficou responsável pela divulgação e esclarecimento sobre seu projeto junto à população existente na área de influência da usina siderúrgica e do porto a serem construídos. Antes, durante e depois das três audiências públicas realizadas, essa empresa contratada promoveu reuniões em clubes, auditórios, sedes de associações de pescadores e moradores nos municípios do Rio de Janeiro, Itaguaí, Mangaratiba e Seropédica, apresentando o projeto - um processo que recebeu o nome de “diálogo social”. Além disso, a empresa enviou cópias do seu EIA/RIMA, ainda no ano de 2005, a cada prefeitura dos municípios que faziam parte da área de influência da implantação da companhia: Rio de Janeiro, Itaguaí, Mangaratiba e Seropédica.

As três audiências públicas realizadas pela TKCSA ocorreram na mesma semana de maio de 2006, cada uma em um local diferente: a primeira, em Santa Cruz, município do Rio de Janeiro; a segunda, no município de Itaguaí; e a terceira, no município de Mangaratiba. Fizeram parte da Mesa Diretora o Subsecretário da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico – SEDE-RJ, que presidiu a mesa, representantes da FEEMA, da TKCSA e das empresas de consultoria – ERM e Ecologus – que elaboraram, respectivamente, os Estudos de Impacto Ambiental (EIA) e os Relatórios (RIMA) da usina siderúrgica e do terminal portuário da TKCSA⁷.

⁵ Comissão de Ética e Cidadania e a Associação dos Pescadores da Ilha da Madeira (APLIM).

⁶ Em seu site, tal consultoria afirma ser responsável por um trabalho de “diálogo social”, caracterizado pelo desenvolvimento de métodos e práticas de relacionamento com partes interessadas, que contempla desde procedimentos de mapeamento e identificação de percepções até técnicas de mediação de conflitos. Em sua relação de clientes, encontra-se, além da TKCSA, Baosteel CSV, Petrobrás, Veracel, Shell, Klabin, Governo do Estado do Rio de Janeiro, Prefeitura Municipal de Angra dos Reis, entre outros.

⁷ Maiores considerações acerca das audiências públicas serão tratadas mais adiante no texto.

Em período ulterior a realização das audiências públicas da TKCSA, foi encaminhado um documento de denúncia a um procurador da 2ª Regional do Ministério Público Federal, no dia 25 de maio de 2006, por um grupo de entidades da sociedade civil: a Colônia de Pescadores Z-14 da Pedra de Guaratiba, a Associação dos Barqueiros de Itacuruçá (ABIT) e o Grupo de Defesa Ambiental e Social de Itacuruçá (ONG-GDASI). As várias denúncias que constavam no documento foram minuciosamente descritas e separadas por tema, sob a forma de capítulos. No capítulo I, “a audiência”, o grupo acusava a companhia de estrategicamente ter realizado audiências de longa duração, em locais em que o transporte público cessava suas atividades bem antes do término das audiências, com o intuito de esvaziá-las. Na parte do que foi chamada de “sabatina dos empreendedores por parte da sociedade”, acusa-se a TKCSA de ter direcionado as perguntas que colocariam a empresa em situação difícil diante dos presentes para o fim da audiência, quando a mesma já se encontrava muito esvaziada. No capítulo II, “da censura”, acusa-se o presidente da mesa de agir de forma pouco democrática, dando mais direito de voz a perguntas, respostas e pareceres que enalteciam a presença da companhia. Além disso, alega-se que foi negada a leitura do parecer técnico elaborado pelo MPE que contestava o EIA da companhia por parte de um grupo da comunidade, desligando-se os microfones, bem como que houve intimidação física, por parte dos seguranças contratados, aos que tentaram fazê-la.

A AÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO: EMISSÃO DE PARECERES TÉCNICOS

O Ministério Público Estadual realizou vistoria no local que abrigaria a Usina Termelétrica (UTE) de Sepetiba e emitiu seu parecer técnico em 21 de junho de 2001 (Procedimento Administrativo nº 05/2001). Neste, os técnicos chamaram a atenção para a possibilidade de dispersão de particulado de carvão na atmosfera por ação dos ventos provenientes do empilhamento e armazenamento, visto que, segundo o RIMA, o carvão seria armazenado a céu aberto. Tal dispersão poderia ocasionar, na flora, redução da atividade fotossintética, e, na fauna, acumulação de resíduos sobre a derme e sobre a saúde pulmonar das comunidades humanas, assim como possibilidades de aumento de contaminação da biota marinha dos arredores, promovendo uma perda da qualidade dos produtos da pesca (siris, peixes, camarões etc.). Em virtude da ação dos ventos sobre o carvão armazenado, afirmaram os técnicos que seu pó atingiria: a comunidade pesqueira da Ilha da Madeira; a comunidade existente às margens do rio Mazomba, situada a aproximadamente 500 metros do local da implantação do armazenamento; e o centro urbano de Itaguaí. Todos esses encontravam-se na área de influência direta do empreendimento.

Em função do resultado do exame do local, os peritos elencaram algumas exigências a serem cumpridas pelo empreendedor como requisitos para concessão de licença de instalação (LI) e para a concessão da licença de operação (LO). Para LI, exigiu-se, dentre outros requisitos, realização de nova audiência pública e construção de galpões para abrigar o carvão a ser utilizado na usina.

Assim como o projeto da Usina Termelétrica (UTE) de Sepetiba, o projeto da ThyssenKrupp Companhia Siderúrgica do Atlântico (TKCSA) também teve seu Estudo de Impacto Ambiental analisado por técnicos do Ministério Público Estadual. O EIA/RIMA da companhia chegou às mãos do MPE de Angra dos Reis por intermédio da prefeitura de Mangaratiba, que o enviou para esse ministério, pois não tinha condições técnicas de analisá-lo. Dessa forma, em 20 de dezembro de 2005, foi emitido parecer técnico pericial (Processo MPF-PRRJ 1.30.012.000035/2006-19) no qual foram questionados vários pontos do referido projeto. A análise dos peritos destacou vários desacordos em relação à proteção, preservação e conservação das Áreas de Preservação Permanente (APP), constatando-se problemas em relação às Faixas Marginais de Proteção (FMP) de rios, canais e brejos (áreas alagadas), bem como na proposição de supressão de manguezal.

No que tange à questão da dragagem e construção e operação do terminal portuário, ressalta-se que tais atividades implicam na criação de uma Zona de Exclusão de Pesca, a qual promoveria a redução de áreas disponíveis para pesca, fato que é considerado pelos peritos como importante para criação de uma proposta de “compensação pela exclusão da atividade pesqueira”. Destaca-se que não há propostas de medidas mitigadoras e compensatórias, conforme preconiza a legislação ambiental, problema considerado como essencial pelos técnicos, devendo, segundo eles, “ser obrigatoriamente complementado antes de qualquer liberação de LP - Licença Prévia”.

A POSIÇÃO DOS ÓRGÃOS AMBIENTAIS, PREFEITURAS E DO GOVERNO ESTADO

Mesmo diante das primeiras contestações de entidades como a Comissão de Ética e Cidadania de Itaguaí, a APLIM, o Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural (COMDERI) e um representante do legislativo em relação ao projeto da Usina Termelétrica (UTE) de Sepetiba, a Prefeitura Municipal de Itaguaí, juntamente com o governo do Estado do Rio de Janeiro – representado pelo Secretário de Meio Ambiente –, no dia 18 de maio de 2001, firmaram um “Protocolo de Intenções referente à implantação da Termelétrica de Sepetiba” com a Inepar Energia e a Enelpower. Esse documento foi destinado “a ser incorporado aos autos do processo licitatório, representando os verdadeiros anseios da sociedade organizada [...] para dotar

este município das condições necessárias ao desenvolvimento autossustentável em decorrência da instalação da Usina, evitando prejuízos à qualidade de vida do povo itaguaiense”.

Em uma reunião em que estiveram presentes representantes do Ministério Público, FEEMA, Comissão Estadual de Controle Ambiental (CECA), Secretaria do Estado da Indústria Naval e Energia e empreendedor, teve-se como pauta de discussão a avaliação dos quesitos⁸ apresentados pelo parecer técnico por ocasião da vistoria *in loco* por peritos do Ministério Público. A FEEMA, entretanto, de acordo com ofício enviado ao MP, em 21 de junho de 2001, julgou ser “desnecessário” o esclarecimento complementar dos quesitos, como foi solicitado. Ainda diante de tal solicitação, a Secretaria de Estado de Meio Ambiente determinou, em 26 de junho de 2001, que a FEEMA expedisse a Licença Prévia para a implantação da Termelétrica de Sepetiba.

A Prefeitura de Itaguaí que, assim como Estado, tinha grande interesse na implantação da usina, solicitou à Câmara de Vereadores do município, em 02 de julho de 2001, uma convocação de sessão extraordinária no intuito de pôr em voga uma “ementa modificativa” no artigo 305 da Lei Orgânica Municipal. Tal artigo decreta que “a instalação e a operação de atividade efetiva e potencialmente causadora de alteração significativa no meio ambiente estarão condicionadas à aprovação, por plebiscito, mediante convocação pelo poder legislativo, inclusive por iniciativa de 5% do eleitorado nos termos do Art. 14º da Constituição Federal”. A busca pela modificação do artigo tinha a intenção de excluir a necessidade de plebiscito, de modo a condicionar a aprovação do tipo de atividade mencionada somente aos órgãos técnicos estaduais de meio ambiente. A modificação da ementa acrescentava também um parágrafo único que estabelecia que o projeto deveria ser submetido à Prefeitura, que manifestaria sua aprovação ou não por meio das Secretarias de Urbanismo e de Agricultura e Meio Ambiente.

O mesmo interesse da prefeitura de Itaguaí e do Estado do Rio pela implantação de um empreendimento como de uma usina termelétrica no seu território, em meados do ano de 2001, encontra-se presente na Prefeitura e Estado do Rio de Janeiro, no que tange à instalação da ThyssenKrupp Companhia Siderúrgica do Atlântico (TKCSA) no distrito de Santa Cruz.

Para que a companhia se instalasse no Rio de Janeiro, o governo estadual abriu mão do equivalente a US\$ 150 milhões em ICMS da TKCSA. Segundo docu-

⁸ Os quesitos elaborados pelos técnicos do Ministério Público consistem em argüições pertinentes à matéria em causa, envolvendo questões técnicas a serem elucidadas pelos órgãos públicos competentes e a empresa envolvida.

mento da TKCSA, enviado à FEEMA, no dia 06 de abril de 2006, o terreno em que a companhia pretende instalar sua usina siderúrgica também foi adquirido do governo do Estado, mediante condição de que o próprio Estado providenciasse a realocação dos integrantes do Movimento Sem Terra (MST) que lá estavam instalados⁹.

Outro órgão ambiental, a Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Urbano (SEMADUR), em 10 de maio de 2006, se pronunciou somente no que tange ao processo de convocação e divulgação para a Audiência Pública (art. 2º da Deliberação CECA nº. 4.662/06 e art. 6º da Lei Estadual nº 1.356/88), manifestando o cumprimento do empreendedor em relação ao mesmo. O IBAMA não apresentou nenhum parecer técnico e nem se manifestou com relação ao projeto.

A REAÇÃO DA POPULAÇÃO: AS MANIFESTAÇÕES PÚBLICAS

A Comissão de Ética e Cidadania de Itaguaí realizou, em 09 de junho de 2001, um primeiro seminário-protesto com o objetivo de informar segmentos ampliados da população do município sobre os impactos da usina termelétrica projetada para a região. Esse seminário trazia o tema “Cidadania e participação. Usina a carvão. Sim ou não? Por quê?”.

Após a obtenção de maiores informações sobre o projeto de uma termelétrica¹⁰ e a proposta de ementa modificativa da Lei Orgânica Municipal por parte de iniciativa do Prefeito, os integrantes da Comissão de Ética e Cidadania de Itaguaí iniciaram um movimento para o recolhimento de assinaturas para um abaixo-assinado com pedido para realização do plebiscito em relação à UTE de Sepetiba. No dia 05

⁹ O Instituto de Terras e Cartografia do Estado do Rio de Janeiro (ITERJ) foi responsável pela transferência de 74 famílias para áreas compradas pelo Governo Estadual no município de Nova Iguaçu, Baixada Fluminense, Rio de Janeiro. O processo de negociação foi longo e adverso. De um lado, havia a pressão do Governo para que a transferência fosse realizada o quanto antes; de outro, as famílias exigiam o reassentamento em outra área com dimensão e condições agrônômicas favoráveis ao desenvolvimento agrícola, bem como indenização pelas plantações e investimentos realizados no antigo acampamento. Depois de mais de um ano de negociações, o Governo adquiriu as áreas para o reassentamento e concordou com o pagamento da indenização, a ser realizado em parcelas.

¹⁰ Informações foram colhidas sobre o uso do carvão mineral por intermédio de um membro do legislativo local que, com assessoria independente de especialistas ligados a ONG internacional (Greenpeace), visitaram uma usina termelétrica a carvão em Capivari de Baixo (SC) e realizaram um vídeo na localidade. As informações obtidas e o vídeo gravado foram divulgados junto à população de Itaguaí, o que permitiu uma maior conscientização sobre o projeto, bem como suscitou novos questionamentos em relação ao empreendimento.

de julho de 2001, dia de comemoração oficial do aniversário da cidade de Itaguaí, foi realizado um protesto com cerca de 300 manifestantes, que trajavam roupas pretas e tinham os rostos pintados a carvão. Em suas mãos, traziam faixas e cartazes com os dizeres: “Termelétrica a Carvão Não”, “Usina a Carvão, Itaguaí vai virar Cubatão” etc.

Mais outras quatro manifestações públicas ocorreram em julho desse mesmo ano: no dia 09, manifestantes da Comissão ocuparam o plenário da Câmara Municipal de Itaguaí, na tentativa de impedir a modificação da Lei Orgânica; no dia 14, membros da Comissão e do Partido dos Trabalhadores (PT) de Itaguaí compareceram ao MPF de Volta Redonda para prestar declarações e se manifestar sobre a usina; no dia 17, a Comissão estabeleceu as bases de uma manifestação contra a usina em frente à sede da FEEMA, no município do Rio de Janeiro, pedindo o cancelamento da licença da termelétrica. Nessa ocasião, foi levado um grande mamulengo: uma caveira com capa e foice de cerca de 2 metros de altura, simbolizando a imagem da morte. No chão, os manifestantes empilharam sacos de carvão vegetal em frente da escadaria de entrada para instituição; e no dia 19, manifestantes, novamente trajando roupas pretas, mas agora com a boca amarrada, ocuparam outra vez o plenário da Câmara Municipal na segunda tentativa de reunião para modificação da Lei Orgânica. O ato das bocas amarradas realizado pelos manifestantes simbolizava o pouco caso da Câmara para com o abaixo-assinado enviado no dia anterior para esta última pelas entidades organizadas. Este abaixo-assinado reuniu 4.106 assinaturas, número que ultrapassava os 5% do eleitorado exigido pelo art. 305 da Lei Orgânica Municipal para requerer a convocação do plebiscito sobre a instalação da usina no município. Tal documento foi encaminhado também para o Ministério Público de Volta Redonda no mesmo dia 18.

No dia 30 de agosto de 2001, foi realizada ainda manifestação em frente à Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro (ALERJ), no centro do Rio de Janeiro. Os manifestantes, como no caso das manifestações anteriores, trajaram preto e levaram cartazes de protestos, panfletos explicativos para entregar aos transeuntes, assim como o mamulengo da caveira e o carvão.

A soma de todos esses acontecimentos fez com que as entidades contestadoras do projeto da Termelétrica apelassem judicialmente junto ao Ministério Público Estadual de Volta Redonda, através do ingresso de uma Ação Civil Pública (Processo nº: 2002.5101002120-1) em que se questionava a legalidade de LP (nº 056/2001) concedida pela CECA, em 02 de agosto de 2001. Outro apelo jurídico foi feito pela Associação dos Pescadores da Ilha da Madeira - APLIM, no dia 06 de agosto, ao ingressar com um mandato de segurança com pedido de liminar de efeito suspensivo da LP concedida à usina pela FEEMA, que determinava a realização de audiência pública de acordo com a legislação vigente. Tal pedido de liminar visava obrigar o poder executivo local a realizar o plebiscito de acordo com o art. 305 da Lei Orgânica.

Com o passar do tempo, e com apoio de entidades públicas e privadas como a ALERJ, o PT, o CREA-RJ e a COOPE/UFRJ (que, a pedido das entidades que ingressaram com a Ação Civil elaborou uma análise crítica do EIA do projeto da termelétrica, questionando vários aspectos energéticos, ambientais e tecnológicos), as manifestações foram encontrando novos aliados, como exemplo de um senador federal e até de um senador do Partido Verde na Itália, que fez uma interpelação formal ao seu governo solicitando informações sobre quais as iniciativas que o governo italiano pretendia adotar para impedir um desastre ambiental no Brasil, do qual participava uma multinacional italiana (Enelpower). Isso fez com que o conflito ganhasse maior visibilidade e chegasse ao conhecimento de deputados federais, do presidente do IBAMA e do Ministro do Meio Ambiente, por meio de audiências em que a Comissão realizou com os últimos, quando se apresentou e distribuiu cópias de um dossiê das irregularidades relativas à UTE de Sepetiba.

Após sucessivas denúncias e manifestações da Comissão de Ética e Cidadania, juntamente com outras entidades, o MPE se reuniu com o MPF, que concluiu que a supressão do art. 305 da Lei Orgânica do Município era inconstitucional. Em seguida, a 24ª Vara da Justiça Federal no Rio de Janeiro, em 15 de abril de 2002, expediu uma liminar que suspendeu o processo de licenciamento ambiental pela FEEMA para a instalação da UTE de Sepetiba, até que fosse realizado plebiscito no município de Itaguaí, como determina a legislação (Resolução CONAMA 01/86).

Mediante pareceres técnicos da COPPE/UFRJ e da FEEMA, juntamente com parecer da SEMADS, em 23 de julho de 2002, o empreendimento teve a licença de operação revista e anulada pela CECA. A SEMADS, no início de agosto de 2002, emitiu um parecer de sua assessoria jurídica que apresentou um resumo de todas as irregularidades do processo de licenciamento da usina e que veio a melhor fundamentar a anulação do licenciamento: apresentou o descumprimento de várias exigências legais no plano federal (a região de Itaguaí está compreendida em uma APP, a encosta da Mata Atlântica) e municipal (a autorização do município e a falta de realização de plebiscito).

As manifestações públicas contra o projeto da TKCSA, sob a forma de passeatas e protestos públicos, ocorreram em menor quantidade quando comparadas às manifestações contra a UTE de Sepetiba¹¹.

¹¹ Vale ressaltar que até o encerramento da pesquisa as manifestações públicas contra o projeto da TKCSA (especificamente passeatas e protestos públicos) ocorreram em menor quantidade quanto se comparadas às manifestações contra a UTE de Sepetiba. Nos dias de hoje, após a instalação e início das operações da TKCSA, tais tipos de manifestação tomaram grande vulto, principalmente em razão dos problemas ambientais que companhia vem causando.

As primeiras manifestações foram duas “barqueatas” pelas águas da baía realizadas em duas etapas do processo de instalação da companhia - uma primeira, no dia 07 de maio de 2006, pouco antes da realização das audiências públicas; e outra, em 25 de setembro de 2006. Nessas barqueatas, que foram seguidas de protestos na Ilha da Madeira, pescadores da região, juntamente com outras entidades civis, exigiam a realização mais detalhada de estudos do impacto ambiental e a adoção de medidas que afastem qualquer risco de uma nova catástrofe ambiental na baía de Sepetiba por parte da TKCSA¹². Tais entidades foram responsáveis também pela organização de pequenos atos de protesto repetidos a cada edição das Audiências Públicas na entrada dos locais de realização das últimas, ocasiões em que foram exibidas faixas com os dizeres: “Atenção moradores de Sepetiba: a TKCSA irá lançar toneladas de lixo químico na baía”.

O Fórum de Meio Ambiente foi responsável também pela organização de um protesto realizado em frente à sede do BNDES, no centro do município do Rio de Janeiro, no dia 28 de março de 2007, por ocasião do encontro de representantes dos grupos sociais atingidos pelo empreendimento com a diretoria do banco. Nesse protesto, os manifestantes levaram um carro de som, faixas e cartazes, bem como redes de pesca velhas e rasgadas por equipamentos e dragas da TKCSA, logo após esta ter dado início ao processo de dragagem da baía.

Esse encontro com a diretoria do BNDES, seguido do ato público, trouxe uma maior visibilidade para o movimento de contestação, uma vez que foram veiculadas matérias em alguns jornais relatando o ocorrido.

Outra forma de manifestação realizada pelo Fórum foi o envio de documentos de denúncia aos órgãos públicos. A primeira manifestação deste tipo se deu por conta do envio de um documento, no dia 15 de maio de 2006, à FEEMA, à Procuradoria Geral da República e ao Ministério Público Estadual de Angra dos Reis, Nova Iguaçu e o da cidade do Rio de Janeiro, em que se protestava contra o anúncio da TKCSA, ao final da terceira e última audiência pública, de que os representantes dos órgãos ambientais (FEEMA, CECA e SEMADUR) disponibilizariam o conteúdo das três Atas ao público interessado somente depois de ultrapassados 10 dias dessa audi-

¹² Estiveram presentes nesses protestos representantes de associações de pescadores, como a APLIM, a APAIM, a ABIT e a Colônia de Pescadores de Pedra de Guaratiba, assim como um novo protagonista na defesa da região de Sepetiba e zona oeste do Rio de Janeiro, que reúne remanescentes do conflito envolvendo a UTE de Sepetiba, como ambientalistas, membros do Sindicato dos Professores (SEPE) e da Comissão de Ética e Cidadania de Itaguaí, assim como outros grupos ecológicos e lideranças comunitárias: o Fórum de Meio Ambiente e Qualidade de Vida da Zona Oeste e da Baía de Sepetiba.

ência. A entidade argumentava na denúncia que tal iniciativa prejudicava a comunidade, pois a legislação em vigor (Resolução CONAMA 01/86 e Lei Estadual 1356/88) fixa o prazo de 10 dias úteis após as audiências para que a sociedade civil apresente seus comentários, críticas e sugestões aos órgãos ambientais sobre o EIA/RIMA aos órgãos ambientais. Sem a posse das Atas até o final deste período estipulado por lei, a comunidade interessada não teria direito de participação no processo, o que, segundo o Fórum, “desrespeita os princípios da Transparência e da Participação Popular previstos em processos de licenciamento de elevado risco e potencial poluidor como os projetados pela TKCSA”.

Em outro documento do Fórum, enviado novamente em 25 de maio de 2006 a FEEMA, à Procuradoria Geral da República e ao Ministério Público Estadual de Angra dos Reis, Nova Iguaçu e o da cidade do Rio de Janeiro, com adição de novos destinatários - a Ministra do Meio Ambiente, o Superintendente Regional e o Presidente do IBAMA -, elaborou-se uma grande coletânea das denúncias até então realizadas contra o projeto da TKCSA, abrangendo desde os primeiros questionamentos presentes na Ação Civil movida pela APLIM, passando pela denúncia da ABIT e outros junto a 2ª Regional do MPF, até o último documento elaborado pelo Fórum. Tais denúncias, bem como o material existente no MPE de Angra dos Reis (inclusive seu parecer técnico do EIA/RIMA da TKCSA), foram apensados a um processo já existente no Ministério Público Federal (PR/RJ nº 1.30.012.000035/2006-19), aberto em 10 de janeiro de 2006, em função do envio pela ThyssenKrupp Companhia Siderúrgica do Atlântico (TKCSA) do seu EIA/RIMA para este ministério.

ANÁLISE DOS CONFLITOS

PARCERIAS ENTRE CAPITAIS NACIONAIS E ESTRANGEIROS

Ambos os projetos são exemplos de uma tendência que vem ocorrendo nos últimos anos de entrada de empresas e grupos multinacionais no Brasil por meio do estabelecimento de parcerias com empresas nacionais. No caso da UTE de Sepetiba, tal processo se deu mediante consórcio entre a Enelpower (multinacional italiana) e as empresas brasileiras Inepar Energia S/A e Eletrobrás; e, no caso da ThyssenKrupp Companhia Siderúrgica do Atlântico, por meio de consórcio entre o grupo industrial alemão ThyssenKrupp Steel (TKS), que possui 90% das ações da companhia, e a brasileira Companhia Vale do Rio Doce (CVRD), donatária dos outros 10%. A intenção por parte dessas empresas estrangeiras de se instalarem no Brasil foi e é vista tanto por especialistas quanto pela população como uma estratégia de fugir das

restrições ambientais impostas pelos seus países de origem. De acordo com Rosa e Costa (2001), um dos autores do parecer técnico solicitado pelo MPE sobre o EIA/RIMA da UTE de Sepetiba:

A UTE teria emissões de óxidos de nitrogênio na faixa de 600-650 mg/m³, o que seria inferior ao limite de 700 mg/m³ recomendado pelo Banco Mundial. No entanto, na Itália, país sede da empresa responsável pela engenharia do projeto (Enelpower), o limite de emissão para novas usinas é de 200 mg/m³. Ou seja, se o projeto da UTE de Sepetiba fosse apresentado na Itália, não seria aprovado por não cumprir as normas de emissão do país.

Com relação à TKCSA, alega o entrevistado:

[...] um projeto como este (TKCSA) vem de empresas estrangeiras e geralmente são projetos obsoletos que são propostas de tecnologias que às vezes não são aceitas em lugar nenhum do mundo, mas como nós somos países periféricos, nós somos o quintal deles, aceitamos (membro do Fórum, setembro 2006).

Um interessante estudo realizado por Guedes (2003) faz uma avaliação crítica da dicotomia país de origem/país de operação no plano dos discursos e práticas ambientais de empresas transnacionais (ETN) no Brasil, chamando a atenção para a natureza retórica (como sugerido por Dryzek 1997 e George 1994) de afirmações das matrizes, presentes nos relatórios e políticas ambientais corporativos (referindo-se à “elevada preocupação ambiental”, à “implementação uniforme entre as subsidiárias” e ao “comprometimento além dos requerimentos legais” etc.) e que acabam por não serem integralmente traduzidos em práticas (isto é, formalizados) nas subsidiárias brasileiras. Em outras palavras, a preocupação ambiental das ETN não corresponde às ações, no sentido da integração total de questões ambientais na estratégia de negócio. A elevada preocupação ambiental, por meio de declarações retóricas ou mesmo pelo estabelecimento de políticas ambientais corporativas, não é seguida de ações ou mudanças de comportamento mediante a implementação das políticas da corporação. A autora cita, em particular, o caso da GlaxoSmithKline (GSK) – que possui sua sede mundial no Reino Unido e uma sede regional no Rio de Janeiro, Brasil – como sendo um exemplo de uma política ambiental corporativa ambiciosa e de práticas incipientes no que é uma unidade de negócios marginal na América do Sul.

As escolhas dos locais para implantação de seus projetos não ocorreram de forma aleatória. Tanto o projeto de construção de uma Usina Termelétrica a Carvão planejado pelo consórcio Enelpower, Inepar Energia S/A e Eletrobrás, quanto o projeto de construção de Usina Siderúrgica pela ThyssenKrupp e a Companhia Vale do Rio Doce intentaram se instalar em outros locais antes da região da baía de Sepetiba. Uma das razões que motivaram a escolha de outros locais para implantarem seus projetos foi, dentre outros fatores, a presença de resistência popular ou ainda a presença de uma atuação mais rigorosa por parte de órgãos ambientais.

Os empreendedores da Termelétrica a Carvão tinham como primeira opção o Estado do Paraná, onde já existia a sede da Inepar Energia S/A. Entretanto, em função da existência de uma série de usinas termelétricas no Sul do país que possuíam um histórico de agressões ambientais e que já vinham sofrendo pressão por parte da população e dos órgãos ambientais competentes, tal opção foi descartada. De acordo com Gomes, Ferreira, Albuquerque, Süffert (1998), dentre alguns dos problemas ocorridos na região sul, listam-se: projetos de gaseificação mal conduzidos (caso da já extinta CRN; da Indústria Cerâmica Catarinense; da Petrobrás etc.); problemas de controle de emissão de particulados provenientes de processos desordenados de combustão das usinas termoelétricas da CEEE, em Candiota; passivos ambientais como o da Indústria Carboquímica Catarinense (ICC) etc.

Já o projeto de construção de Usina Siderúrgica pela ThyssenKrupp e a Companhia Vale do Rio Doce foi o terceiro a anunciar o interesse em instalar uma unidade no Pólo Siderúrgico de São Luís, no Maranhão, juntamente com as multinacionais Baostel (China) e Pasço (Coréia do Sul). Tal notícia foi veiculada em vários jornais do estado ainda em meados de 2004. Porém, a construção desse Pólo Siderúrgico vinha sofrendo intensas contestações populares, nas quais participavam desde pescadores e agricultores que residem no local da planta industrial ou na zona de influência do pólo siderúrgico, até estudantes da Universidade Federal do Maranhão (UFMA). Um dos grandes motivos dos protestos era que, para construção desse Pólo, seria preciso deslocar 14.400 pessoas, ou seja, 3.500 famílias de 12 comunidades (Sant'Ana Júnior; Silva 2010: 160). Este foi um fator importante para a mudança de escolha da TKCSA para o outro local que tinha em vista: o Distrito Industrial de Santa Cruz, no Rio de Janeiro.

Em todo esse processo de constante mobilidade que se instaura, a problemática ambiental e a problemática social, criadas pela flexibilização e internacionalização do capital, estão estreitamente ligadas, uma vez que, por um lado, as normas sociais e ambientais das localidades que cedem às pressões empresariais acabam por serem revogadas, adequadas, atenuadas ou burladas e, por outro, os movimentos sociais tendem a perder parte

de sua base de apoio, acusados que são de fazer exigências que dificultam a vinda de capitais com sua suposta dinamização da renda e do emprego. A abertura dos mercados permitiu, assim, aos capitais, atuarem diretamente como agentes políticos, buscando alterar, por sua influência, políticas ambientais, assim como trabalhistas, urbanísticas e outras. A mobilidade dos agentes econômicos que são mais móveis – no caso, as grandes empresas – acarreta como um de seus efeitos e com rapidez e facilidade paralisantes o desmonte do estado de bem-estar implantado ao longo de nada menos que cinco décadas (Bernstein 1988). A perspectiva de compromisso com a solidariedade coletiva que se cobrava dos detentores do capital – o dever social da contribuição distributiva – desvanece. Se aqui a instalação torna-se “inconveniente”, transfere-se a linha de produção para qualquer lugar do mundo, desde que o custo seja menor (Ahmad 2002)¹³. Se a forma de remuneração do trabalho for um sistema de quase escravidão, tanto melhor. O resultado de todo esse processo foi que, além de aumentarem as taxas de desemprego, ampliou-se a precarização das condições em que se dão as relações trabalhistas (Moretto e Pochmann 2002).

Segundo Boltanski e Chiapello (2002), o processo de flexibilização almeja proporcionar mais mobilidade às megaempresas. É justamente essa mobilidade que garante o lucro no capitalismo de economia informacional. A mobilidade¹⁴ de alguns atores é a causa da exclusão¹⁵ e, conseqüentemente, da pobreza daqueles atores que

¹³ Ahmad, lembrando a tendência constitutiva do capitalismo em transnacionalizar-se, chama a atenção para o descompasso entre a cada vez mais excessiva mobilidade do capital em contrapartida de uma cada vez mais “imobilidade relativa do trabalho”, isto é, de uma crescente localização do valor da remuneração da mão de obra. Enquanto o capital quer ser remunerado em qualquer país pelo índice mais elevado do planeta, o preço da mão de obra é determinado localmente. Este teórico, inclusive, chama a atenção para o conteúdo “altamente ideológico” do termo globalização, listando suas diversas acepções (Ahmad 2002: 111).

¹⁴ Por mobilidade, entenda-se a capacidade de deslocamento dentro da sociedade globalizada, o que só é possível para os que estão conectados em rede e que são suficientemente leves ou modulares para literalmente se transferirem para outros espaços físicos. Como exemplos, podem ser destacados os mercados financeiros, que estão no topo dessa pirâmide e as multinacionais (Boltanski e Chiapello 2002b: 13).

¹⁵ De acordo com Boltanski e Chiapello (2002b), por “exclusão” não se pode entender simplesmente “exploração”. Seria uma simplificação errônea do termo, pois o explorado, mesmo que de maneira precária, está conectado à rede. Querer compreender esse novo capitalismo à luz da “luta de classes” seria tentar ofuscar a realidade, pois o termo “excluído” engloba uma diversidade de atores. Na acepção do conceito, significa dizer “desconectado”. Socialmente, o termo “excluído” designa todos aqueles que são deixados à margem, sem representação de classe, enfim, dentro da lógica do novo capitalismo, uma população “sobrante”, pois não produz e não consome para e de ninguém.

não possuem essa mesma mobilidade. Podem ser esses atores os indivíduos, as nações, os fornecedores, os comerciantes, enfim, qualquer outro coletivo.

Se a mobilidade no mundo atual é sinônimo de lucro, os menos conectados são a razão da grandeza dos que conseguiram se globalizar. Isso se deve ao fato de que os menos conectados não têm o reconhecimento de sua importância no processo produtivo: não há uma divisão justa da riqueza. Sua contribuição na geração de valores acumulados não recebe a remuneração devida, porque, em inúmeras outras regiões do planeta, existem atores querendo se conectar e, para isso, fazem concessões cada vez mais vantajosas para as multinacionais, tornando os laços que os prendem à rede mais efêmeros.

Este instrumento de subordinação política próprio à acumulação em sua forma flexível – a mobilidade espacial dos capitais – é também tratado por Bauman (2000) em sua discussão sobre o processo de transformação do que ele denomina de modernidade sólida ou clássica para a modernidade líquida ou fluida. Segundo o autor, a primeira era marcada pela presença de um “capitalismo pesado” sendo este último obcecado por volume, tamanho e por fronteiras. Nesse estágio, o fordismo era a autoconsciência da sociedade, sendo o mesmo marcado pelo capital, administração e trabalho condenados a ficarem juntos por muito tempo, amarrados pela combinação de fábricas enormes, maquinaria pesada, força-de-trabalho maciça.

Já a presente versão liquefeita, fluida, dispersa, espalhada e desregulada da modernidade anuncia o advento do capitalismo leve e flutuante, marcado pelo desengajamento e enfraquecimento dos laços que prendem o capital ao trabalho. Se se manter juntos era uma questão de acordo recíproco e de mútua dependência, o desengajamento é unilateral: um dos lados da configuração adquiriu uma autonomia que talvez tenha desejado secretamente, mas que nunca havia manifestado seriamente antes. Numa medida nunca alcançada na realidade pelos senhores de outrora, o capital rompeu sua dependência em relação ao trabalho com uma nova liberdade de movimentos, impensados no passado.

Para autores como Harvey (1989) e Giddens (1990, 2000), a mobilidade espacial dos capitais é encarada como um fenômeno sociológico de compressão do espaço e tempo implícito ao processo de globalização. Harvey argumenta que a ordenação simbólica do espaço e do tempo gera o cenário para as experiências pelas quais aprendemos o que somos e onde estamos na sociedade. A organização do espaço define relações, não apenas entre atividades, coisas e conceitos, mas também entre pessoas. A liberdade do capital em mover-se por todo o mundo daria à burguesia internacional, sua proprietária, uma vantagem decisiva sobre a massa dos trabalhadores cujos movimentos são restritos através dos controles de migração e dos custos de mudança. Como o espaço, o tempo também representa uma fonte de

valor e poder. As empresas capitalistas calculariam os custos de produção em termos do tempo necessário para fazer as coisas, e o trabalho é submetido a uma constante pressão para reduzir o tempo de realizar uma determinada tarefa. Portanto, essa compressão do espaço e do tempo, possível pelas transformações tecnológicas do mundo contemporâneo, daria um poder crescente para o capital globalizado, em oposição aos trabalhadores, com menor poder de ação global, e em muitos casos aprisionados na localidade. A antinomia entre a ação global e reação local pode levar a resultados inesperados: para Harvey há indicações que a compressão do espaço-tempo tem estimulado o localismo e o nacionalismo mais intensamente que o internacionalismo.

A CHANTAGEM LOCACIONAL

O processo de enfraquecimento dos atores sociais menos móveis e de chantagem locacional dos capitais junto às agências políticas, ou seja, a pressão exercida pelas grandes corporações sobre os rumos da política econômica sob a ameaça que fazem de retirar do país os seus investimentos, foi um fator preponderante para que o estado do Rio de Janeiro, assim como as prefeituras do município de Itaguaí e do Rio de Janeiro manifestassem, desde o início, total apoio a ambos os projetos. Além de inúmeras isenções fiscais recebidas por esses empreendimentos por parte do governo do Estado, destaca-se o empenho da Prefeitura de Itaguaí, juntamente com a Câmara de Vereadores do município, para que fosse instalada a UTE de Sepetiba, empenho este que envolveu a firmação de um “Protocolo de Intenções referente à implantação da Termelétrica de Sepetiba” com a Inepar Energia e a Enelpower, bem como a manobra política de tentar pôr em voga uma “ementa modificativa” no artigo 305 da Lei Orgânica Municipal que exigia a realização de plebiscito junto à população quando em caso de possível instalação e operação de atividade efetiva e potencialmente causadora de alteração significativa no meio ambiente.

Outro fator relevante nesse processo de chantagem locacional diz respeito às promessas de geração de emprego junto às comunidades locais feitas pelos empreendedores de ambos os projetos. Tal tipo de chantagem é fortalecido especialmente em locais como o município de Itaguaí e o distrito industrial de Santa Cruz, onde a renda média da população é bastante abaixo da média das macro-regiões circundantes – Região Metropolitana –, onde existe um mercado de trabalho pequeno, altamente concentrado no setor terciário, com reduzida taxa de crescimento. A análise dos casos nesse tocante aponta para outro diferencial nas ações da TKCSA, quando comparadas as da UTE de Sepetiba.

O discurso sobre geração de emprego disseminado por ocasião do projeto de implantação da termelétrica a carvão prometia a geração de 4.600 vagas durante

a fase de construção do empreendimento e 300 vagas na fase de operação do empreendimento. Contudo, esse discurso foi sendo questionado a partir do momento em que população tomou consciência de que um projeto desse exige mão-de-obra especializada para seu processo de operação, mão-de-obra esta inexistente no local. Dessa forma, a contratação de pessoas da região dar-se-ia somente na fase de implantação da termelétrica, mas não na fase de operação. Em entrevista realizada em dezembro de 2002, um membro da Comissão de Ética e Cidadania salienta o fato:

O que é que essa usina ia trazer pra cá? Eles falam em “emprego”, “geração de renda”[...] mas pra quem? Só se for de mão-de-obra na construção [...] Depois? Só vem gente de fora! E só fica mesmo a poluição. E aqui já tem a Ingá, a CSN, a COSIGUA, a Casa da Moeda, a Suvinil, a usina de Santa Cruz.

O projeto da TKCSA tem como meta a contratação de cerca de 3.500 trabalhadores (2.300 diretos + 1.200 terceirizados). Dos 2.300 diretos, 1.500 a 1.700 serão da área operacional, que necessitam de treinamento técnico qualificado, específico para cada fase do processo desse tipo de siderurgia. Outros 500 ou 600 serão da área administrativa.

As promessas de geração de emprego por parte da TKCSA, entretanto, adquiriram uma nova roupagem ao prometer investimentos em capacitação e qualificação da mão-de-obra do local previsto para sua implantação. Afirmam os empreendedores, em ofício enviado no dia 06 de abril de 2006 para a FEEMA, que o projeto visa um processo de treinamento, realizado pelo SENAI, que vai adaptar seus cursos à necessidade de formação profissional da TKCSA e realizar divulgação e recrutamento na região de Santa Cruz e entorno. Essas informações foram divulgadas nas reuniões promovidas pela empresa de divulgação do projeto da TKCSA para as comunidades da área de influência da empresa.

Todavia, neste mesmo documento, salienta a companhia que “o compromisso da TKCSA é de dar prioridade à contratação de mão-de-obra local, mas não há como garantir as contratações uma vez que os aspectos técnicos (capacitação) obrigatoriamente terão que ser atendidos”. Alega-se ainda que “as pessoas treinadas e não aproveitadas nos quadros da TKCSA ficam com maior potencial de serem absorvidas pelo mercado da região”.

Mesmo adotando esta estratégia de comprometimento de geração de emprego local, ainda há muita relutância e questionamento por parte da população sobre essa questão. Alguns exemplos disso foram relatados nas entrevistas:

Quando uma empresa desse porte vai se instalar, ela gera emprego na fundação, a mão-de-obra operária. Depois de construída tem os técnicos, os engenheiros etc., e nós sabemos a realidade ainda da região: nós ainda não temos mão-de-obra qualificada. Eles

(a TKCSA) disseram que iam formar mão-de-obra no SENAI aqui da região para poder preparar a população. Eu não acredito nisso. A CSN, por exemplo, quando foi privatizada demitiu muita gente. Tem muita gente já com formação siderúrgica em Volta Redonda desempregado e boa parte dessa mão-de-obra vai vir para cá. E esse pessoal que trabalhará na construção vai ficar desempregado. Isso vai aumentar a favelização de Itaguaí, vai aumentar a criminalidade, porque o cara sem emprego, sem trabalho, sem renda para sustentar a família - e eles não costumam ter 1 filho, mas 5, 7, 8 filhos - vão ter que fazer coisa errada: roubar, assaltar (pescador e membro da Associação dos Barqueiros de Itacuruçá – ABIT, setembro 2006).

A relutância e o questionamento por parte da população em relação à promessa de comprometimento de geração de emprego local intensificaram-se quando, no primeiro trimestre de 2007, a TKCSA, com a concordância da Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (Firjan), anunciou um acordo assinado com a China que prevê, além da importação de equipamentos chineses, a importação de mão-de-obra chinesa para a construção de seu complexo siderúrgico.

Os representantes da siderúrgica alemã ThyssenKrupp e da estatal China International Trust & Investment Corporation (Citic) chegaram a um acordo com o Brasil, segundo informações confirmadas pela embaixada do Brasil em Pequim, sobre a quantidade de empregados chineses que será contratada: em vez de 3 mil, serão “importados” 600, a maioria engenheiros, dizem as empresas.

Entidades como a Confederação Nacional dos Metalúrgicos da CUT (CNM/CUT) e o Clube de Engenharia buscaram interceder junto ao Ministério do Trabalho e ao Presidente do Brasil no sentido de que não fossem concedidos vistos a trabalhadores estrangeiros para esta obra. Segundo os mesmos, o Brasil já tem capacidade de montar e produzir coqueiras e possui profissionais aptos para essas funções. Até agora houve muitos casos de importação de equipamentos pelo Brasil, por serem mais baratos, mas é a primeira vez em que haveria importação de mão-de-obra, o que revela um novo aspecto da concorrência asiática.

Vale a pena lembrar que, por ocasião da privatização da Companhia Siderúrgica Nacional, no ano de 1993, demitiram-se milhares de trabalhadores. Para cortar gastos, e assim aumentar o lucro, a empresa implantou uma política de demissão em massa, deixando uma multidão de desempregados que não conseguiu ser absorvida na dinâmica da cidade de Volta Redonda, que sempre girou em torno da siderúrgica. Nos anos de 1990, quando a empresa começou a colocar seu projeto de saneamento para preparar a privatização, trabalhavam na siderúrgica 23 mil operários. Hoje, a empresa conta com 11 mil funcionários, o que significa que mais da metade do contingente de trabalhadores da empresa foi colocada na rua (Gracioli 2000). Diante

desse fato, é inegável imaginar que não haja mão-de-obra especializada disponível aqui no Brasil para uso imediato da TKCSA no processo de construção de sua siderúrgica.

A questão a ser colocada aqui é: que mudanças essas empresas causaram no mundo do trabalho? Sennett (2002) enfatiza que o trabalho em equipe, flexibilidade, mudança, inovação, risco constituem o perfil das empresas que atualmente revolucionam o capitalismo. Em especial, no que tange a flexibilidade, “pede-se aos trabalhadores que sejam ágeis, estejam abertos a mudanças em curto prazo, assumam riscos continuamente, dependam cada vez menos de leis e procedimentos formais” (Sennett 2002: 9).

Diante desses aspectos, podemos enunciar uma tipologia de trabalhadores no mundo do trabalho nestes tempos globalizados: os “conectados”, formados por trabalhadores que estão bem dotados de recursos que facilitam a mobilidade (mão-de-obra especializada, por exemplo); e os “desconectados”, com pouco ou quase nenhum recurso para acompanhar a dinâmica da mobilidade do capital, ficando presos ao território, fechados numa situação em que sofrem com a precariedade, quando não a exclusão¹⁶.

Cabe ressaltar que a condição de estar “conectado” não assegura a esse tipo de trabalhador um emprego de fato, mas sim lhe provê maiores oportunidades para obtenção desse emprego. Isso implica dizer que existe uma competição entre os “conectados”, que leva em conta os diferentes volumes de recursos (experiência, boa formação, títulos etc.) que são avaliados no mercado num regime de custo benefício: o melhor trabalhador pelo menor custo.

É sobre esse ponto de vista que se deve analisar o caso específico da decisão da TKCSA de recorrer à mão-de-obra especializada chinesa em detrimento da mão-de-obra especializada brasileira existente: o critério fica em função de preço, uma vez que a China dispõe de um enorme contingente de trabalhadores dotados de mão-de-obra especializada no campo da siderurgia passível de ser adquirida a

¹⁶ O termo exclusão aqui empregado vai ao encontro da aceção dada por Castel, que corresponde a processos de “desfiliação”, que desconectam indivíduos e grupos sociais das redes de sociabilidade e integração social articuladas ao trabalho. O trabalho, portanto, é mais que trabalho, pois em torno dele estruturam-se redes de relações que configuram formas de sociabilidade, referência de identidade e modos de reconhecimento público. Essa noção, desfiliação, é que permite apreender a dinâmica que desestabiliza relações sociais estruturadas e que afeta a todos, aí incluindo os que estão integrados nas formas regulares e estáveis de trabalho por conta do desemprego, da invalidação de suas competências diante das novas formas de gestão do trabalho engendrada por formas diversas no que hoje se convencionou chamar de flexibilização dos direitos e normas contratuais. (Castel 1998).

baixos custos. De acordo com a Confederação Nacional das Indústrias (CNI), nos últimos anos, a “explosão” da siderurgia na China foi de grandes proporções. Há 15 anos, a produção brasileira era semelhante à chinesa: 26 milhões de toneladas. Hoje, a do Brasil é de 34 milhões de toneladas, e a chinesa saltou para 300 milhões. No bojo desse salto chinês em sua produção siderúrgica, vários centros de formação, capacitação e assessoria foram construídos para atender à demanda de mão-de-obra especializada para esse setor, o que explica o grande contingente de trabalhadores especializados.

O processo de chantagem locacional pelo qual as grandes empresas passaram a procurar obter vantagens fiscais e regulatórias como condição necessária para a alocação de seus investimentos também pode ser visto em ambos os conflitos no tocante à atuação dos órgãos ambientais. Sob esse viés, destaca-se a pouca e por vezes omissa atuação dos mesmos diante das manifestações, denúncias e ofícios enviados por diversas entidades civis e até mesmo pelo Ministério Público. Um fato em especial chama a atenção nos dois projetos: a atuação da Fundação Estadual de Engenharia do Meio Ambiente – FEEMA que, mesmo diante de pareceres técnicos emitidos pelo Ministério Público Estadual que questionavam veementemente diversos pontos dos EIA/RIMAs dos dois empreendimentos, levou, ao fim e ao cabo, o processo de licenciamento até a concessão de Licença Prévia para ambos. Esse tipo de atuação dos órgãos ambientais criou um sentimento de descrença, de descrédito por parte da população da região da baía de Sepetiba para com esses órgãos. Isso ficou evidente em diversas entrevistas:

A posição da FEEMA é clara e evidente: são comprados, vendidos. Aquilo é um balcão de venda de licença ambiental (morador de Itaguaí, membro da Associação de Moradores, Agricultores e Produtores da Raiz da Serra, agosto 2006).

Eu acho que tanto a FEEMA quanto o IBAMA não olham aquilo que eles teriam que olhar; eles olham talvez o que o Estado ou a prefeitura estejam interessados. E você sabe que as autoridades não têm preocupação com o setor ambiental. Aí se cria o órgão FEEMA. A FEEMA é para defender o meio ambiente, foi feita para isso, mas não faz. Ela está defendendo os interesses do Estado. Isso todos os dois (morador de Campo Grande, membro do Fórum e ex-membro da Comissão de Ética e Cidadania, agosto, 2006).

A MEMÓRIA DOS CONFLITOS E O REPERTÓRIO DE AÇÕES COLETIVAS

A proximidade cronológica do conflito envolvendo o Projeto da Usina Termelétrica (UTE) de Sepetiba, que teve seu desfecho quatro anos antes do início do

Projeto da ThyssenKrupp Companhia Siderúrgica do Atlântico (TKCSA), é um fator determinante para análise da forma com que os empreendedores da TKCSA deram início e prosseguimento aos seus projetos, bem como às manifestações dos atores contestadores.

Quando aqui é dada importância à cronologia dos conflitos, intenta-se resgatar outro importante elemento: a memória dos conflitos.

Resgatar o passado, rememorar, é uma operação intelectual que se complexifica, posto que implica sempre lembrar-se de algo que envolve outra ou várias pessoas. Para que se possa reconstruir e também datar um acontecimento, é preciso que o fato em si tenha importância não somente para o outro, mas para aquele que é convidado a rememorar. Neste sentido, a memória é um fenômeno construído coletiva e socialmente. O processo de construção de memórias pressupõe escolhas entre os fatos do passado que, por uma razão ou outra, um determinado grupo considera que devam ser lembrados/rememorados (Pollack 1992).

Em se tratando da memória dos atores contestadores, seria incorreto desenvolver um estudo que tratasse unicamente da memória trazida do conflito com a Usina Termelétrica (UTE) de Sepetiba como base para uma análise das ações desses mesmos atores frente à ThyssenKrupp Companhia Siderúrgica do Atlântico (TKCSA). Dessa forma, teve-se sempre em mente que, juntamente com os fatos rememorados a partir do conflito com a UTE de Sepetiba, fatos importantes relativos a outros tipos de conflitos de um passado mais remoto também são rememorados. Diz-se isso, pois nunca é demais ressaltar que a região da baía de Sepetiba há décadas é palco de conflitos envolvendo grandes empresas ambientalmente agressoras, como a fábrica de zinco Companhia Mercantil e Industrial Ingá, a Casa da Moeda, o Grupo Gerdau, a Cosigua, a Látex Lengruber, a Metalúrgica AGT e Quimisa Galvanização, entre outras. Tal rememoração foi encontrada em uma série de entrevistas sobre a TKCSA e a UTE de Sepetiba, por exemplo:

Mas desta forma com que está se seguindo... sem chance nenhuma! Nós temos já um problema com relação a Ingá aqui na nossa região, temos um problema seríssimo com relação à zona industrial de Santa Cruz, que polui a nossa baía, fora o esgoto que vem da zona oeste. Basicamente o pescador hoje aqui da baía de Sepetiba vive do turismo, porque a pesca está muito baixa, está muito ruim, muito difícil. Há um preconceito com o pescado da baía de Sepetiba; o pessoal não compra o pescado daqui (morador de Itaguaí, membro da Associação de moradores, agricultores e produtores da Raiz da Serra, agosto 2006).

No entanto, mesmo tendo em vista a importância da memória de fatos conflitantes ocorridos na região, optou-se aqui por um recorte analítico específico levando

em conta alguns elementos fundamentais: (1) a similaridade do tema em questão: ambos são projetos de Implementação de empreendimentos que encontraram resistência por parte de atores que se viram ameaçados pelos mesmos; (2) ambos dizem respeito a conflitos radicados na região da baía de Sepetiba; (3) os atores sociais que representam os movimentos contestatórios são basicamente os mesmos nos dois conflitos.

Juntando a esses elementos supracitados a questão da proximidade cronológica do conflito envolvendo o Projeto da Usina Termelétrica (UTE) de Sepetiba e o conflito do Projeto da ThyssenKrupp Companhia Siderúrgica do Atlântico (TKCSA), pôde-se constatar o uso de um “repertório de ações” depreendidos do primeiro conflito e sendo posto em prática no segundo por parte dos atores contestadores.

Segundo Tilly (1993), repertórios são criações culturais aprendidas, mas elas não descendem de uma filosofia abstrata ou ganham forma como resultado de propaganda política: eles emergem da luta. Repertórios de ação coletiva designam não performances individuais, mas meios de interação entre pares ou grandes grupos de atores: um conjunto limitado de esquemas que são aprendidos, compartilhados e postos em prática através de um processo relativamente deliberado de escolha. Repertórios funcionam como caixas de ferramentas (*tool kit*) às quais os agentes recorrem seletivamente, conforme suas necessidades de compreender certas situações e de definir linhas de ação.

A experiência do caso da UTE de Sepetiba deixou sua marca em toda a região da baía de Sepetiba. O município de Itaguaí foi palco de inúmeras passeatas e protestos contra a termelétrica a carvão que reuniram moradores tanto do próprio município quanto moradores de áreas vizinhas, como Pedra de Guaratiba, Santa Cruz e Campo Grande (bairros do município do Rio de Janeiro), bem como de municípios como Mangaratiba, Seropédica e Itacuruçá. A história desse conflito ficou escrita nas páginas das cartas de denúncia, nos ofícios dos órgãos ambientais estaduais e federais, nos documentos públicos da prefeitura, da Câmara de Vereadores, dos Ministérios Públicos Estadual e Federal etc.

A demonstração mais evidente do uso de repertórios de ações nas estratégias de ação das entidades contestadoras do projeto da ThyssenKrupp Companhia Siderúrgica do Atlântico foi a escolha do caminho judicial para dar início às contestações. Segundo um entrevistado que acompanhou o processo:

A iniciativa foi a seguinte: a APLIM, junto com o ambientalista X e com o advogado Y, entrou com uma Ação Civil Pública contestando a questão do CDF, mas não contestando a instalação da siderúrgica. Isso tinha uma conotação estratégica, porque se fosse contestar tudo de uma vez poderia ser que a Ação fosse indeferida logo de cara (pescador e membro da Associação dos Barqueiros de Itacuruçá – ABIT, setembro 2006).

Essa iniciativa contra o projeto da TKCSA de certa forma inverte a sequência de fatos referentes ao processo de contestação ao projeto da UTE de Sepetiba que, desencadeado pela falta de ampla convocação e divulgação de sua audiência pública, teve como primeiras iniciativas, por parte das entidades locais, o envio de ofícios para órgãos ambientais e ao poder executivo local, solicitando novas audiências públicas a fim de dirimir as dúvidas existentes. Tais iniciativas, todavia, de início, não obtiveram resposta alguma. Esse processo de contestação foi ganhando visibilidade através de sucessivas manifestações, passeatas-protesto e foram contando como apoio de uma série de atores (CREA/RJ, COPPE/UFRJ, Partido dos Trabalhadores, Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural – COMDER etc.) que fizeram com que, ao final do processo, se ingressasse com uma Ação Civil Pública junto ao Ministério Público Estadual, seguido de pedido de mandado de segurança, movido pela APLIM, com pedido de liminar de efeito suspensivo da Licença Prévia concedida à usina.

A busca por um apoio do Ministério Público, mediante denúncia, vem reforçar esse processo de contestação ao projeto da TKCSA no âmbito jurídico. Por mais que durante esse processo tenham sido enviadas várias denúncias para órgãos ambientais dos mais diversos, muita ênfase tem sido dada a uma estratégia jurídico-legal de luta contra o projeto da TKCSA. Como foi salientado anteriormente, as manifestações públicas contra o projeto da TKCSA, sob a forma de passeatas e protestos públicos, vêm ocorrendo em menor quantidade se comparadas às manifestações contra a UTE de Sepetiba. A busca pela institucionalização do conflito ambiental pela via jurídica por parte dos agentes contestadores da TKCSA de certa forma descende da escolha pela linha de ação utilizada na luta contra a UTE de Sepetiba que proporcionou o maior ganho para seus contestadores: a avaliação do MPE/MPF acerca da inconstitucionalidade da supressão do art. 305 da Lei Orgânica do Município; e a suspensão do processo de licenciamento ambiental pela FEEMA pelo juiz da 24ª Vara da Justiça Federal no Rio de Janeiro.

Segundo as palavras de um membro do Fórum de Meio Ambiente:

A primeira coisa que nós fazemos é essa. Nós sabemos que via institucional é o mais complicado, mas é o que mais funciona. Porque se você só vai protestar, vai para rua fazer passeata e faz denúncia no jornal não resolve. Nós temos, infelizmente, que ir também pelas vias institucionais. [...] Então, nós vamos procurar o MPE, o MPF; mandar ofícios pedindo esclarecimentos, contestando o modo como foi levado aquele projeto, de que forma ele chegou até nós; dizer que a população não foi consultada antes, foi só depois [...] Aí nós ficamos com aquela pendenga: marca audiência, nós temos que ir; aquilo que nós colocamos como um pedido de informação, vira um processo.

Daí você tem que acompanhar o processo; ele tem um número e você tem que estar acompanhando. O que nós temos feito por enquanto é isso, além da mobilização e da informação (setembro 2006).

O CONFLITO E A PERCEPÇÃO DE RISCO

A teoria culturalista dos riscos, formulada a partir da contribuição da antropóloga Mary Douglas e colegas (Douglas 1985; Douglas e Wildavsky 1982; Wildavsky 1991) caracteriza-se pela ênfase no caráter cultural de todas as definições de risco, o que leva à diluição das diferenças entre leigos e peritos junto com uma diferenciação de uma pluralidade de racionalidades dos atores sociais na forma de lidar com os riscos. Estudos que seguem tal perspectiva teórica sugerem que o risco somente adquire significado em oposição a outros elementos que intervêm na sua construção e a partir da sua relação com o contexto cultural. O mais importante, então, não seria o risco em si, mas sim as percepções da situação de risco, as quais envolvem interpretações, avaliações e julgamentos em dois níveis: o subjetivo e o intersubjetivo.

Essas reflexões conduziram a abordar a percepção do risco como pertencente a uma dimensão cultural simbólica. A percepção do risco, as ideias sobre prevenção e as ações empreendidas são considerados fenômenos culturalmente construídos e culturalmente interpretados.

O uso de um repertório simbólico de elementos a partir dos quais os atores contestadores da UTE de Sepetiba passaram a exprimir suas reivindicações durante os protestos, tais como o uso da imagem da caveira da morte, o ato de trajar roupas pretas, pintar os rostos com carvão e amarrarem suas próprias bocas, bem como a ação dos atores contestadores da TKCSA de estender enormes redes de pesca velhas rasgadas por equipamentos e dragas da TKCSA são exemplos dessa percepção de uma “situação de risco”.

A dimensão histórica da perspectiva cultural de risco de Wiedermann¹⁷, que

¹⁷ Para Wiedermann (1993), a percepção de risco é baseada principalmente em imagens e crenças. Em uma menor extensão, a percepção de risco tem raízes na experiência anterior como, por exemplo, acidentes que um motorista já teve, o conhecimento de desastres anteriores e a relação com informações ou facilidade sobre a probabilidade de um avião cair. Deve-se levar em conta que a percepção de risco é baseada em diferentes “backgrounds” de conhecimento. Nesse sentido, a percepção de risco é definida como sendo a habilidade de interpretar uma situação de potencial dano à saúde ou à vida da pessoa, ou de terceiros, baseada em experiências anteriores e sua extrapolação para um momento futuro. Esta habilidade varia de uma vaga opinião a uma firme convicção (Wiedermann 1993: 38-9).

procura levar em consideração as “experiências anteriores”, é altamente profícua quando trazida para análise dos conflitos envolvendo a UTE de Sepetiba e a TKCSA. Os atores contestadores de ambos os projetos demonstram que suas percepções de risco estão condicionadas às experiências de risco produzidas por ocasião de agressões ambientais já sofridas, fruto de certas atividades produtivas da região. É em razão de se encontrarem em um espaço territorial dinâmico de formulação de esquemas classificatórios, no qual ideias como “predatório”, “poluição”, “degradação” já foram colocadas anteriormente e lhes foram dadas sentido dentro de inúmeros casos de conflitos ambientais que os antecederam, que esses atores constroem sua percepção de risco à luz das imagens de risco trazidas pela experiência com a Ingá Mercantil, a Docas etc.

Vai se tirar a lama contaminada, que já vem da Ingá Mercantil e do próprio Porto de Sepetiba, e vai se enterrar dentro da baía, através do CDF. Eles já sabem que a própria DOCAS junto com a Vale do Rio Doce foram condenadas a tirar o material que colocaram no centro da baía. E eles (TKCSA) dizem que vão colocar, que é uma tecnologia diferenciada, vai aterrar tudo com argila. Mas qualquer leigo sabe que as correntes marítimas vão mexer com o fundo do mar, não resta dúvida nenhuma (pescador e membro da Associação dos Barqueiros de Itacuruçá – ABIT, novembro 2006).

O PROCESSO DE APRENDIZAGEM DA TKCSA COM O CONFLITO ENVOLVENDO A UTE DE SEPETIBA

A história do conflito envolvendo a UTE de Sepetiba também influenciou as estratégias de ação da TKCSA.

O primeiro sinal dessa influência nas ações da TKCSA deu-se por conta da maneira com que a companhia conduziu seu processo de publicização, de visibilidade social. Ao invés de repetir o mal-sucedido exemplo de relações públicas da termelétrica a carvão, que realizou sua audiência pública sem a ampla divulgação necessária junto aos setores da sociedade, a TKCSA iniciou a divulgação de seu projeto muito antes da realização de suas audiências públicas. A companhia contratou uma empresa que ficou responsável pela apresentação do projeto e interlocução com toda a população residente nas áreas de influência da companhia, determinadas no EIA – Rio de Janeiro, Itaguaí, Magaratiba e Seropédica. Esta empresa promoveu um trabalho que eles mesmos denominaram “diálogo social” antes, durante e depois da realização das audiências públicas.

Anos antes da apresentação formal do projeto, essa empresa ficou responsável pelo levantamento de informações sobre a área, seu perfil socioeconômico e seu histórico de conflitos, dentre outras coisas. A partir daí começaram a estabelecer

contato com pessoas envolvidas com questões da região.

A companhia realizou suas três audiências em conformidade com as exigências legais. O modo com que foram executadas as audiências, entretanto, foi alvo de crítica e descontentamento. Alegações de manipulação na condução da audiência estiveram presentes tanto em denúncias formalizadas por grupos locais e dirigidas para órgãos públicos como no relato de todos os entrevistados.

Então, você via na primeira hora, na primeira hora e meia do questionamento, que as perguntas eram só perguntas daqueles que se interessavam pela implantação da TKC-SA: ‘quantos empregos vão gerar’ etc. A mesma pergunta era respondida 20 vezes com a delicadeza, com a maior naturalidade. Só que quando chegou 21h30 da noite, antes mesmo de muitas perguntas serem respondidas, muita gente [...] foi indo embora, indo embora. Aí só tinha meia dúzia de gatos pingados quando começaram a aparecer as perguntas mais contestadoras, em que a sociedade deveria estar presente para escutar e não escutou (pescador e membro da Associação dos Barqueiros de Itacuruçá – ABIT, outubro 2006).

Outro aspecto amplamente questionado por ocasião das entrevistas foi o uso de uma linguagem técnica, erudita, por parte dos representantes da companhia, na maioria das vezes, incompreensível para grande parte da população presente nas audiências.

A preocupação legal, por exigir o uso de uma linguagem acessível, encontra-se definida no que diz respeito à feita do Relatório de Impacto Ambiental – RIMA, do qual é exigido dos empreendedores do projeto a apresentação dos resultados obtidos com a análise dos estudos técnicos e científicos de avaliação de impacto ambiental que compõem o EIA, em linguagem objetiva e acessível à comunidade em geral. O Relatório de Impacto Ambiental – RIMA deve refletir as conclusões desse estudo com linguagem clara, de modo que se possam entender precisamente as possíveis consequências ambientais do empreendimento ou atividade e suas alternativas e também comparar suas vantagens e desvantagens (Resolução CONAMA 01/86).

Richardson; Sherman; Gismondi (1993) chamam atenção para o uso da linguagem, tomando como objeto os embates travados em processos de audiências públicas. Neste tipo de situação, os arranjos discursivos apresentados expõem, cada qual, uma dada compreensão do mundo, situando-se, por trás das variações da linguagem, diferenças de poder no interior do campo. De acordo com os autores, depoimentos de especialistas podem ser estrategicamente utilizados para persuasão ideológica, mistificando desigualdades sociais, na tentativa de ganhar o consentimento daqueles sobre os quais o poder é exercido. Na discussão ambiental, são recortes classificatórios que estão em jogo, estando aí incorporada, portanto, a dimensão cul-

tural, sem descuidar de campos nos quais se configuram outros elementos de poder. Discursos são construídos e reconstruídos no processo de (re) definição das relações e do próprio campo de forças.

Dentre os depoimentos, encontra-se sobre o assunto:

[...] mas quando a pergunta, que nós fizemos várias, tinha um caráter contestador em relação à empresa, eles respondiam aquilo de forma tão técnica e tão sisuda que acho que até engenheiro, biólogo tinham que parar para analisar a resposta que eles davam totalmente confusa, evasiva, e olhando para tua cara com cara feia. Era algo viciado mesmo, feito para não dar satisfação à sociedade do que estava sendo feito (pescador e membro da Associação dos Barqueiros de Itacuruçá – ABIT, setembro 2006).

E por isso nosso povo, mesmo que as lideranças se esclareçam e vão e reúnam essas pessoas para a TKCSA vir e apresentar o projeto, essas pessoas não entendem o que eles estão falando, é uma linguagem técnica (presidente da Associação dos Moradores do bairro Jardim América, Itaguaí e membro da Comissão de Ética e Cidadania, agosto 2006).

O uso de uma linguagem técnico-científica pode ser tomado com um exemplo de estratégia por parte da TKCSA de legitimar/afirmar suas proposições frente, principalmente, aos atores contestadores de seu projeto para, daí, dentro do campo de forças estabelecido no conflito, fortalecer sua posição dominante, uma vez que detém o maior volume de capital.

A noção de “poder simbólico” elaborado por Bourdieu (1989, 1994) para explicar essa forma de dominação parte da ideia de que todas as relações sociais são mediatizadas pela linguagem. A desigualdade nas condições de acesso à linguagem e ao controle das formas impostas da boa e bela linguagem constitui um dos fatores de discriminação mais importantes entre os que exercem e os que são submetidos ao poder simbólico – e ao poder em geral no que ele tem necessariamente de simbólico.

Dentro dos conflitos envolvendo recursos naturais, os dominantes no campo de disputa privilegiam estrategicamente a associação entre a problemática ambiental e uma realidade passível de ser contornada pela consagração de técnicas de menor impacto ambiental. Definido o elemento central em uma problemática ambiental, o grupo apresenta alternativas de seu domínio, embasadas na ciência, para contorná-lo, visando garantir, assim, que sua legitimidade/autoridade no discurso técnico-científico não seja abalada. A evolução discursiva permite, portanto, o fortalecer de uma ciência tecnicista, a principal arma dos representantes do “modelo desenvolvimentista” no campo ambiental. Em oposição, os dominados no campo,

ao abordarem a problemática ambiental, tentam exaltar uma ciência dotada de interesses, não neutra.

CONCLUSÃO

A presente pesquisa propôs uma reflexão sobre uma das questões principais muitas vezes envolvidas na implantação de grandes empreendimentos industriais: a relação de conflito e tensão estabelecida entre as empresas e as comunidades residentes no território. Pesquisou-se o processo de construção das diferentes estratégias dos atores em meio ao conflito, cada qual com seus diferentes volumes de capitais materiais e simbólicos e, por conseguinte, com possibilidades diferenciadas sobre o mundo material e simbólico (acesso, uso, apropriação, distribuição e controle sobre os territórios e sobre o conjunto de recursos materiais e simbólicos).

No que diz respeito aos empreendimentos industriais, uma das principais intenções foi demonstrar os projetos da UTE de Sepetiba e da ThyssenKrupp Companhia Siderúrgica do Atlântico (TKCSA) como exemplos do processo de entrada de empresas e grupos multinacionais no Brasil por meio do estabelecimento de parcerias com empresas nacionais, o que viria a ser uma estratégia de fugir das restrições ambientais impostas pelos seus países de origem. Além de constituir uma esquiva de leis ambientais mais rigorosas, essa mudança de local altera também a postura da atitude das empresas, pois a natureza retórica das afirmações das matrizes, presentes nos relatórios e políticas ambientais corporativas, acaba por não ser integralmente traduzida em práticas nas subsidiárias brasileiras.

A escolha dos locais para implantação de seus projetos ocorreu de forma a evitar a presença de resistência popular ou uma atuação mais rigorosa por parte de órgãos ambientais. Além disso, tais grandes empresas passaram a procurar obter vantagens fiscais e regulatórias como condição necessária para a alocação de seus investimentos, arguindo a sua capacidade de gerar empregos e receitas para os governos locais. O meio básico adotado é o do que tem sido chamado de chantagem locacional.

No caso específico da TKCSA, pretendeu-se demonstrar aqui que a história do conflito envolvendo a UTE de Sepetiba influenciou as estratégias de ação da TKCSA principalmente no seu processo de publicização, de visibilidade social, contando com a atuação de uma empresa contratada que ficou responsável pela apresentação do projeto e interlocução com toda a população residente nas áreas de influência da companhia, determinadas no EIA. Esta estratégia de recorrer a empresas especializadas no uso de metodologias de resolução de conflitos ambientais tem sido uma tô-

nica entre as grandes empresas internacionais e vem cada vez mais sendo utilizadas por grandes empresas como a Petrobrás, Votorantin etc. O grande objetivo dessas empresas é promover rapidez e efetividade de resultados; redução de desgaste emocional e de custo financeiro; redução de duração e reincidência dos litígios; facilitação da comunicação e promoção de ambientes cooperativos.

As audiências públicas da TKCSA foram realizadas em conformidade com as exigências legais, porém, a forma como foram conduzidas deu margem para que houvesse especulações de manipulação. Todas tiveram longa duração, o que provocou um esvaziamento do plenário antes do seu término. E as exposições dos representantes da companhia foram proferidas em linguagem muito técnica, de modo que foi incompreensível para grande parcela dos entrevistados que estiveram presentes.

No que tange aos atores contestadores, buscou-se aqui evidenciar o uso de repertórios de ações, depreendidas do conflito envolvendo a UTE de Sepetiba, sendo postas em práticas nas estratégias de ação das entidades contestadoras do projeto da ThyssenKrupp Companhia Siderúrgica do Atlântico. A demonstração mais evidente desta premissa foi a escolha pelo caminho judicial para dar início às contestações. Essa iniciativa contra o projeto da TKCSA inverteu a sequência de fatos referentes ao processo de contestação ao projeto da UTE de Sepetiba, que teve como primeiras iniciativas o envio de ofícios para órgãos ambientais e ao poder executivo local, concomitantemente com a realização de manifestações públicas de protesto.

As manifestações públicas contra o projeto da TKCSA, sob a forma de passeatas e protestos públicos, ocorreram em menor quantidade quando comparadas às manifestações contra a UTE de Sepetiba. A busca pela institucionalização do conflito ambiental pela via jurídica por parte dos agentes contestadores da TKCSA de certa forma descende da escolha pela linha de ação utilizada na luta contra a UTE de Sepetiba que proporcionou o maior ganho para seus contestadores.

É de suma importância ressaltar que os atores contestadores de ambos os projetos demonstraram que suas percepções de risco para com a instalação da UTE de Sepetiba e da TKCSA foram condicionadas pelas experiências de risco produzidas por ocasião de agressões ambientais já sofridas com atividades produtivas de indústrias da região, como a Ingá Mercantil, a Docas etc. Ideias como “predatório”, “poluição”, “degradação” já foram colocadas anteriormente e lhes foram dadas sentido. Movidos por essas experiências pregressas, tais atores se empenharam contra os projetos de instalação de empreendimentos aqui analisados, no anseio de evitar que tais indústrias se instalem na região.

No tocante às estratégias dos órgãos ambientais, destacou-se a pouca e por vezes omissa atuação dos mesmos diante das manifestações, denúncias e ofícios enviados por diversas entidades civis e até mesmo pelo Ministério Público em ambos

os casos de conflito. O resultado disso foi o crescimento de um sentimento de descrença dos moradores e pescadores da baía de Sepetiba para com os órgãos públicos, muitas vezes vistos pelos entrevistados como “inoperantes” e “corruptos”. De certo, esse sentimento tem crescido bastante nos dias de hoje e associa-se a um problema estrutural de enfraquecimento das capacidades de controle ambiental por parte das agências públicas – a insuficiência das atividades de fiscalização e de vistoria dos empreendimentos licenciados (Achselrad, 2004: 8) – o que acaba por reforçar mais uma vez a escolha pela via judicial por parte dos atores contestadores.

Finalmente, ressalta-se que o estudo da dinâmica conflitual envolvendo os projetos da UTE de Sepetiba e da TKCSA aqui realizado constituiu um esforço pontual na busca por uma caracterização das lutas políticas que têm como pano de fundo o meio ambiente da região da baía de Sepetiba, que, como pudemos ver anteriormente, vem sofrendo ao longo de décadas inúmeras agressões ambientais que, gradativamente, vem destruindo um dos ecossistemas mais ricos do Estado do Rio de Janeiro e contribuindo substancialmente para a diminuição da qualidade de vida da população.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ACHSELRAD, Henri. 2004. “De ‘bota-foras’ e ‘zonas de sacrifício’ – um panorama dos conflitos ambientais no Estado do Rio de Janeiro”. In: H. Achselrad (org.). *Conflito social e meio ambiente no Estado do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Relume Dumará: 7-18.
- AHMAD, Aijaz. 2002. *Linhagens do presente*. São Paulo: Boitempo.
- BAUMAN, Zygmunt. 2000. *Modernidade Líquida*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.
- BERNSTEIN, Serge. 1988. “A Cultura Política”. In: J.P. Rioux; J.F. Sirinelli (orgs.). *Para uma história cultural*. Lisboa: Estampa.
- BOLTANSKI, Luc.; CHIAPELLO, Ève. 2002. *El nuevo espíritu del capitalismo*. Madrid: Akal.
- _____. 2002b. “A mobilidade que exclui”. *BOLETIM. CEPAT INFORMA*, ano 8, n. 92: 13-31.
- BOURDIEU, Pierre. 1989. *O Poder Simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- _____. 1994. *Raison Pratique*. Paris: Éditions du Seuil.
- BRASIL. 1986. Ministério do Meio Ambiente. Resolução CONAMA nº 001, de 23 de janeiro de 1986. *Diário Oficial da União, Brasília, DF, 17 de fevereiro de 1986, Seção 1: 2548-2549*.
- CASTEL, Robert. 1998. *As metamorfoses da questão social*. Petrópolis: Vozes.
- CIC - Centro para Inovação e Competitividade. Disponível em: <www.cic.org.br>. Acesso em: 22 de fevereiro de 2007.
- DOUGLAS, Mary. 1985. *Risk acceptability according to the Social Sciences*. Russell New York: Sage Foundation.
- DOUGLAS, Mary & WILDAVSKY, Aaron. 1982. *Risk And Culture: An essay on the selection of*

- technical and environmental dangers. Berkeley: University of California Press.
- DRYZEK, John. 1997. *The Politics of the Earth: Environmental discourses*. New York: Oxford University Press.
- FUKS, Mario. 2001. *Conflitos Ambientais no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ.
- GEORGE, Jim. 1994. *Discourses of Global Politics: A Critical (Re)Introduction of International Relations*. Boulder: Lynne Rienner Publishers.
- GIDDENS, Anthony. 1990. *The Consequences of Modernity*. Cambridge: Polity Press.
- _____. *Mundo em descontrolo*. 2000. Rio de Janeiro: Ed. Record.
- GOMES, Aramis; FERREIRA, José; ALBUQUERQUE, Luiz; SÜFFERT, Telmo. 1998. “Carvão fóssil”. *Estudos Avançados*, v. 12, n. 33: 89-106.
- GRACIOLLI, Edilson. 2000. “Fundo Sindicato dos Metalúrgicos de Volta Redonda: uma experiência de pesquisa”. *Cad. AEL*, v. 7, n. 12/13: 49-71.
- GUEDES, Ana Lúcia. 2003. “Empresas transnacionais e questões ambientais: a abordagem do realismo crítico”. *Revista de Sociologia e Política*, n.20: 25-42.
- GUERRA, Antônio José Teixeira; GUERRA, Antônio Teixeira. 2005. *Novo dicionário geológico-geomorfológico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- HARVEY, David. 1989. *The Condition of Postmodernity*. Oxford: Basil Blackwell.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA ESTATÍSTICA/IBGE. 2007. *Censo Demográfico 2007*.
- LEITE LOPES, José Sérgio. 2004. “A ambientalização dos conflitos em Volta Redonda”. In: H. Acelrad (org.). *Conflitos Ambientais no Brasil*. Rio de Janeiro: Relume Dumará: 217-243.
- MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. Promotoria de Justiça de Tutela Coletiva do Núcleo Volta Redonda. Ação Civil Pública nº 2002.5101002120-1. Disponível em: <<http://www.mp.rj.gov.br>>.
- MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL. Procuradoria da República no Estado do Rio de Janeiro. Inquérito Civil nº 1.30.012.000035/2006-19. Disponível em: <<http://www.pgr.mpf.gov.br/>>.
- MORETTO, Amilton; POCHMANN, Marcio. 2002. “Reforma Trabalhista: a experiência internacional e o caso brasileiro”. *Cadernos Adenauer*, v.3, n. 2: 70-73.
- POLLACK, Michael. 1992. “Memória e Identidade Social”. *Estudos Históricos*, v.5, n.10: 200-212.
- RICHARDSON, Mary; SHERMAN, Joan; GISMONDI, Michael. 1993. *Winning Back the Words: Confronting Experts in an Environmental Public Hearing*. Toronto: Garamond.
- RIO DE JANEIRO. 1988. Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro. Lei nº 1356, de 03 de outubro de 1988. Disponível em: <<http://www.alerj.rj.gov.br>>.
- _____. 2006. Deliberação CECA nº 4.662, de 07 de abril de 2006. Disponível em: <<http://www.rj.gov.br/web/sea>>.
- ROSA, Luis Pinguelli; COSTA, Márcio. 2001. “UTE de Sepetiba – Avaliação Preliminar sobre o

- empreendimento”. Parecer técnico. COPPE/UFRJ.
- SANT’ANA JÚNIOR, H. A.; SILVA, Sislene Costa da. 2010. “Conflitos Sócio-Ambientais e Estratégias de Defesa do Território”. Revista Pós Ciências Sociais, v.7, n.13: 159 -172.
- SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE. Comissão Estadual de Controle Ambiental. Licença Prévia nº 056/2001, de 02 de agosto de 2001. Disponível em: <<http://www.rj.gov.br/web/sea>>.
- SENNETT, Richard. 2002. A corrosão do caráter. Rio de Janeiro: Record.
- TILLY, Charles. 1993. “Contentious repertoires in Great Britain, 1758-1834”. Social Science History, v.17, n. 2: 253-280.
- WIEDERMANN, Peter. 1993. Introduction risk perception and communication, Arbeiten Zur Risiko Kommunikation. Heft 38 Jülich - April (mimeo).
- WILDAVSKY, Aaron. 1991. “Public Policy”. In: Bernard D. Davis (org.). The Genetic Revolution: Scientific Prospects And Public Perceptions. Baltimore: The Johns Hopkins University Press: 47-59.

ABSTRACT

The present paper aims to ponder about the relation of conflict and tension between companies that intent to set up their industrial plants in certain locations and communities that live in those locations. It creates a scenario of dispute where figure discourses about the environment and likewise about the manners of use of material and human resources and its consequences. Here, a set of social struggles evolving two cases of conflict in regards to the setting up of new industrial

projects (the Sepetiba's Thermoelectrical Plant Project, in the municipal district of Itaguaí, Rio de Janeiro, and the TKCSA's Steel Metallurgy Plant Project, in Santa Cruz, a neighborhood of the municipal district of Rio de Janeiro) is analyzed as a moment in which conditions of material and symbolical appropriations of certain natural resources by the actors in conflict are in play, each one with differentiated possibilities over the material and symbolic world.

KEYWORDS

Projects for installation of new large industrial facilities; material and symbolical struggles; strategies of actors involved in conflicts; Rio de Janeiro.

SUBMETIDO EM

Janeiro de 2011

APROVADO EM

Fevereiro de 2012

Rodrigo Nuñez Viégas

Sociólogo. Mestre em Sociologia e Antropologia (UFRJ) e Doutorando em Planejamento Urbano e Regional (UFRJ).

O PAPEL DO CONSELHO NACIONAL DAS CIDADES E DA CONFERÊNCIA NACIONAL DAS CIDADES NA DELIBERAÇÃO PÚBLICA NO BRASIL

Juliano Geraldi

O autor agradece os comentários realizados pelo Prof. Dr. Leonardo Avritzer, da Universidade Federal de Minas Gerais, e pelos pareceristas desta revista.

RESUMO

O artigo objetiva compreender a natureza da deliberação pública na política urbana nacional de forma a efetivar a gestão democrática das cidades. Ao analisar, a partir da categoria de desenho institucional interativo, como a participação e a deliberação operam com o sistema estabelecido no Brasil – notadamente aquele vinculado ao Conselho Nacional das Cidades e à Conferência Nacional das Cidades – o artigo estabelece três proposições sobre o seu funcionamento: (i) o sis-

tema é altamente dependente da vontade política; (ii) o desenho institucional estabelece formas de representação que privilegiam uma organização da Sociedade Civil em redes hierárquicas temáticas e territorialmente definidas; (iii) o desenho institucional torna o sistema nacional de gestão democrática mais participativo que deliberativo. Ao final, conclui-se uma hipótese sobre a relação entre capacidade democratizante e efetividade na definição das políticas públicas.

PALAVRAS-CHAVE

deliberação pública; desenho institucional interativo; política urbana nacional; Conselho Nacional das Cidades; Conferência Nacional das Cidades.

Com a promulgação da Constituição de 1988, o Brasil tem assistido à criação de diversas instituições que têm como objetivo a promoção da participação do cidadão na elaboração e implantação de políticas públicas de diversas áreas. Estas instituições criam um sistema de gestão democrática que garante uma maior eficiência na gestão da *res publica*: isto torna a esfera pública permeável aos interesses dos indivíduos, auxiliando a consolidação da democracia. A inclusão dos indivíduos no processo de decisão deve ter como resultado a promoção de políticas públicas integradas às demandas sociais institucionalizadas nos espaços de deliberação. Dessa forma, torna-se importante entender como o processo de deliberação é construído nas instituições que promovem a participação.

O presente artigo tem como campo empírico de avaliação a deliberação pública sobre a política urbana nacional até o ano de 2010, extrapolando o recorte normalmente feito municipalmente na análise das políticas urbanas. Apesar da municipalização das decisões sobre a política urbana (principalmente com o planejamento urbano), a concentração do poder orçamentário de investimento no nível nacional e a influência que tem sobre os outros entes da federação tornam a União uma escala primordial para compreender a participação cidadã na implantação de políticas públicas que objetivam um espaço urbano mais justo. Entender como a deliberação pública é definida pelo sistema de gestão democrática da política urbana nacional é, também, entender como a república brasileira garante a efetividade do Direito à Cidade.

O argumento central da análise é de que o Direito à Cidade não pode ser efetivado apenas sob o mote da participação popular, mas a forma como a participação atua dentro do Estado no processo decisional é ponto fulcral para a eficiência das políticas urbanas nacionais e a construção democrática da cidadania. Para tal, na primeira parte, analisaremos como a relação entre espaço urbano e democracia institucionalizou no Brasil um sistema de gestão democrática identificado pelo Conselho Nacional das Cidades e pela Conferência Nacional das Cidades. Na segunda parte, iremos compreender como a teoria democrática trabalha com a institucionalização da participação e da deliberação na definição de políticas públicas para estabelecer um marco analítico em torno das instituições. Por último, o ensaio apresentará a análise do desenho institucional, levando em conta o contexto da sua inserção e o impacto das deliberações na elaboração da política urbana nacional.

O projeto de racionalidade como estratégia de classe transformou as cidades em um espaço segregacionista (Lefebvre 1991). Isto fez com que o processo de urbanização, no Brasil, tivesse como resultado um espaço urbano definido por um alto grau de desigualdade social. A desigualdade possui várias dimensões – física, social, cultural, econômica, política – que se traduzem por um acesso diferenciado dos indivíduos a determinadas formas de vivenciar a cidadania. Na América Latina, a apropriação do solo por determinados segmentos e a construção, por parte do Estado, de infraestrutura para reformas estéticas e higienistas, fez com que a população mais pobre fosse obrigada a viver em áreas periféricas sem a existência da infraestrutura adequada (Saule Jr. 2008).

Os assentamentos informais provenientes do processo de exclusão urbana não são apenas uma desigualdade física, a ser denotada pela falta de infraestrutura ou pelo alto custo de transporte até as áreas centrais: a falta de uma série de equipamentos sociais e de poder político por parte dos habitantes destas áreas para influenciar as políticas públicas que regulam o uso do espaço irá consolidar, por sua vez, uma construção precária da cidadania. Esta precariedade é visível, também, na relação jurídica existente entre o indivíduo e a moradia. De um lado, a cidade formal, em acordo com os ordenamentos urbanísticos; do outro, uma cidade informal, onde a precariedade jurídica da posse da terra traz, subjacente, uma precariedade da moradia e do acesso aos serviços e oportunidades no uso dos bens da cidade (*Idem*). Assim posto, a democratização do espaço público torna-se uma importante estratégia para que os indivíduos sejam sujeitos da construção de um espaço urbano com justiça social através do rompimento dos privilégios no acesso à cidade. Para politizar a questão urbana com objetivo de garantir o acesso equitativo ao espaço urbano e assegurar a gestão democrática das cidades como forma de construção da cidadania é que surge a ideia de Direito à Cidade (Silva 1991).

No Brasil, a luta pela democratização da gestão do espaço público converge com a luta pela democratização do país na década de 1980. O Movimento Popular pela Reforma Urbana, posteriormente denominado de Movimento Nacional pela Reforma Urbana e hoje conhecido como Fórum Nacional de Reforma Urbana (FNUR), é criado no início da década de 1980 por diversas entidades, ONG's e movimentos sociais urbanos que já vinham debatendo a necessidade de politizar o planejamento urbano e a reprodução do espaço.

O FNUR tinha como objetivo levar à Assembleia Constituinte uma emenda popular que desse aparato jurídico constitucional à luta pela Reforma Urbana e pelo Direito à Cidade no Brasil. Isto era possível, pois a Assembleia Constituinte aprovou,

no regimento de elaboração da Carta Magna de 1988, a possibilidade de apresentação de emendas populares através do instrumento de iniciativas populares legislativas. A Emenda Popular da Reforma Urbana agregou cerca de 150.000 assinaturas e foi defendida na Comissão de Sistematização da Constituinte pela arquiteta Ermínia Maricato (Silva 1991). A emenda deu origem ao capítulo *Da Política Urbana*, tendo como principal conquista a vinculação do direito de propriedade à sua função social. Caberia, então, ao Plano Diretor Municipal, operacionalizar a função social da propriedade nos contextos específicos de cada cidade. O Plano Diretor foi uma inclusão do denominado *Centrão*, bloco de deputados conversadores que relegaram à esfera municipal o debate de implementação da função social da propriedade como forma de postergá-lo (Avritzer 2007a).

Após treze anos da promulgação da Constituição, a aprovação da Lei nº 10.257/2001, conhecida como Estatuto das Cidades, trouxe novo fôlego à gestão democrática ao regulamentar os artigos 182 e 183 da Carta Magna. O Estatuto define a gestão democrática das cidades, no item II do artigo 2º, como uma das diretrizes gerais para se efetivar as funções sociais da cidade e da propriedade urbana:

Art. 2º. A política urbana tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e da propriedade urbana, mediante as seguintes diretrizes gerais: [...]

II – gestão democrática por meio da participação da população e de associações representativas dos vários segmentos da comunidade na formulação, execução e acompanhamento de planos, programas e projetos de desenvolvimento urbano.

O controle social também está presente no artigo 4º, vinculando a implementação dos instrumentos da política urbana à participação da sociedade. No artigo 40, a participação torna-se obrigatória durante o processo de elaboração e fiscalização do Plano Diretor. Porém, é o Capítulo IV – *Da Gestão Democrática da Cidade* que traz, em seus três artigos (arts. 43, 44 e 45), a definição concreta dos instrumentos de gestão democrática, valendo, aqui, a citação dos instrumentos criados no art. 43:

- I – órgãos colegiados de política urbana, nos níveis nacional, estadual e municipal;
- II – debates, audiências e consultas públicas;
- III – conferências sobre assuntos de interesse urbano, nos níveis nacional, estadual e municipal; e
- IV – iniciativa popular de projeto de lei e de planos, programas e projetos de desenvolvimento urbano.

Torna-se interessante a análise dos instrumentos de participação que são criados no nível nacional, notadamente os órgãos colegiados e as conferências sobre assuntos de interesse urbano. O aparato jurídico de um sistema nacional de gestão democrática do espaço urbano começou a se consolidar ainda em 2001, com a edição da Medida Provisória nº 2.220/2001. Este diploma legal, além de dispor sobre a concessão de uso especial – importante instrumento para a regularização fundiária em áreas públicas – criou também o Conselho Nacional de Desenvolvimento Urbano. Porém, o governo do presidente Fernando Henrique Cardoso (PSDB, 1995-2002) terminou sem a regulamentação do conselho.

Em 2003, com a eleição do presidente Lula (PT, 2003-2010), ocorreu um aumento significativo da participação no nível nacional apoiado pela consolidação de um sistema que integra Conselhos Nacionais e a realização de Conferências (Avritzer 2009a). Na área da política urbana, a criação do Ministério das Cidades é ponto fulcral para dar lastro à política nacional e uma implantação mais efetiva do Estatuto das Cidades. O Ministério realizou a 1ª Conferência Nacional das Cidades em outubro de 2003, precedida das conferências municipais e estaduais. A Conferência deu início ao debate sobre a Política Nacional de Desenvolvimento Urbano e teve como principal deliberação a estruturação e composição do Conselho Nacional das Cidades (Ministério das Cidades 2003). O Conselho foi regulamentado um ano depois, através do Decreto nº 5.031/2004, dando posse aos conselheiros eleitos durante a 1ª Conferência.

Com o Decreto nº 5.790/2006 – que revogou o primeiro decreto – algumas alterações foram introduzidas. O Conselho teve o número de vagas ampliado (de 71 para 86 membros), mas manteve a mesma proporção entre Estado e Sociedade Civil (43% e 57%, respectivamente). Os mandatos também foram ampliados de dois para três anos. Às competências, foram incluídos o incentivo para a criação e estruturação dos conselhos sobre desenvolvimento urbano nos Estados e Municípios, a proposta de mecanismos de articulação entre os programas governamentais de desenvolvimento urbano que utilizem recursos federais, a eleição de membros do Conselho Gestor do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social (lei de iniciativa popular promulgada em 2004, após 11 anos de tramitação no Congresso Nacional) e a convocação e a organização das Conferências Nacionais das Cidades.

A vinculação entre Conferência e Conselho fica explícita ao identificarmos todo um capítulo exclusivamente dedicado à Conferência. Além de a convocação partir do Conselho (anteriormente era realizada pelo Ministério das Cidades), definiu-se a realização das Conferências a cada três anos para coincidir com as eleições do Conselho, a qual deve ser realizada durante a própria Conferência (este já era o procedimento padrão para a eleição, mas a vinculação não existia no decreto

de 2004). Atualmente, os 86 membros do Conselho estão divididos por segmentos, conforme mostra a Tabela 1 (em anexo, é possível observar a relação das entidades que compõem a gestão 2008-2010):

Tabela 1
Composição do Conselho Nacional das Cidades por segmento

Segmento	Número de representantes titulares
Poder Público Federal	16
Poder Público Estadual	09
Poder Público Municipal	12
Movimentos Sociais	23
Entidades Empresariais	08
Entidades de Trabalhadores	08
Entidades Profissionais, Acadêmicas e de Pesquisa	06
Organizações Não Governamentais	04
Total	86

Fonte: Decreto nº 5.790/2006.

A cada representação titular compete também uma representação suplente. Esta suplência não é uma posição apenas formal. Como é possível observar no Regimento Interno do Conselho, apesar de não ter direito a voto no Plenário, o suplente possui direito à voz nas reuniões – mesmo na presença do titular – e participa dos Comitês Técnicos. Os Comitês têm a finalidade de subsidiar os debates e apresentam-se em número de quatro: habitação; saneamento ambiental; trânsito, transporte e mobilidade urbana; e planejamento e gestão do solo urbano. As decisões são tomadas por maioria absoluta e apresentam-se em forma de resoluções como descritas a seguir:

- Resoluções nº 01 a 34: até a 6ª Reunião (julho de 2005), o Conselho não tipificava suas resoluções. Estas primeiras resoluções versam principalmente sobre a organização do Conselho, apoio ao Ministério das Cidades junto aos Poderes do Estado (legislativo, executivo e judiciário nacionais) onde existiam debates sobre interesses concernentes à pasta ministerial, organização da Conferência das Cidades e recomendações sobre a elaboração dos Planos Diretores Municipais. A partir da 7ª Reunião (setembro de 2005), o Conselho procedeu à tipificação das resoluções conforme segue.

- Resolução Normativa: relativa à regulamentação e normatização das ações do Conselho. Em número de dez, estas resoluções versam sobre a modificação do re-

gimento interno do Conselho, procedimentos de eleição dos conselheiros (tanto para o Conselho das Cidades como para o Conselho Gestor do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social) e aprovação do regimento das Conferências das Cidades.

- Resolução Administrativa: relativa aos atos administrativos internos do Conselho, as vinte resoluções existentes versam, principalmente, sobre a constituição de Grupos de Trabalho e os seus representantes (inclusive a representação do Conselho em Grupos de Trabalhos de outros Poderes do Estado), assim como sobre os encaminhamentos provenientes destes grupos.

- Resolução Recomendada: relativa aos atos do Ministério das Cidades e outras unidades administrativas. As 87 resoluções versam, na sua maioria, sobre recomendações ao próprio Ministério das Cidades e sobre a sua atuação enquanto pasta ministerial, assim como recomenda a interpolação do Ministério junto aos outros Poderes do Estado para que se faça valer a posição do Conselho.

A participação de uma grande quantidade de indivíduos nos vários níveis em que a Conferência é realizada (Tabela 2) e a vinculação das suas propostas como diretrizes para a atuação do Conselho tornam o sistema um *momentum continuum*. Realizado pelos três entes da federação, em alguns Estados são promovidas, também, as Conferências Regionais, para agregar o debate entre municípios de uma mesma região.

Tabela 2

Conferências realizadas e participantes por etapas da Conferência

	Conferências realizadas	Participantes
1ª Conferência		
Etapas Municipal	3.457*	s/d
Etapas Estadual	27	s/d
Etapas Nacional	1	2.095
2ª Conferência		
Etapas Municipal	s/d	s/d
Etapas Estadual	27	s/d
Etapas Nacional	1	2.230
3ª Conferência		
Etapas Municipal	3.277*	143.207
Etapas Estadual	27	16.151
Etapas Nacional	1	2.513

Fonte: Ministério das Cidades, 2010.

Nota: Dados trabalhados pelo autor.

s/d = sem dados

* = inclui os municípios que participaram apenas de etapas regionais

As etapas da conferência servem para definir os delegados que irão participar da etapa posterior, estabelecer as propostas que serão encaminhadas e eleger os conselheiros nos Estados e Municípios que os possuem. A esquematização deste processo pode ser observada na Figura 1. A figura representa uma situação ideal na relação entre Conselho e Conferência, porém existem casos em que Municípios e Estados elegem seus conselheiros em processos desvinculados das respectivas Conferências. Mesmo não havendo dados suficientes para elaborarmos uma análise sobre a influência desta desvinculação no âmbito nacional do sistema Conferência/Conselho, podemos especular que a separação entre Conselho e Conferência é dependente do ambiente político quando da instituição dos Conselhos Municipais e Estaduais ou da sua adequação ao Estatuto das Cidades, visto que alguns entes da federação já possuíam conselhos sobre política urbana anteriores ao sistema nacional. É bom deixar claro que ambiente político não é entendido aqui estritamente como um ambiente local, mas em relação a outras escalas de poder, de tal forma que a relação entre entidades regionais e nacionais ou a atuação de entidades nacionais nos contextos regionais não podem ser relegadas a um plano secundário.

Figura 1

Fluxograma da Conferência Nacional das Cidades



Fonte: Elaboração própria.

A definição dos delegados é realizada pelos próprios segmentos, sendo que estes possuem autonomia para a forma de decisão, desde que respeitado o número de delegados definido para a próxima etapa. As propostas aprovadas – sempre divididas entre os eixos de discussão preestabelecidos – são enviadas para uma comissão de sistematização, a qual funciona sob a coordenação da etapa posterior e tem o objetivo de sistematizar as propostas definidas pelas etapas anteriores. É o resultado desta sistematização que é colocado em debate durante a etapa posterior da Conferência. Uma vez composto o Conselho Nacional das Cidades, uma das suas funções é estabelecer os eixos de discussão para a próxima conferência. Para a eleição do Conselho Nacional, o Poder Público Federal tem as vagas definidas pelo Decreto nº 5.790/2006, enquanto o Poder Público Estadual realiza um rodízio entre os Governos Estaduais que é regulamentado pelo mesmo decreto. Para as outras vagas, o sistema de escolha é prerrogativa de cada segmento, o que pode significar um sistema de eleição direta, um consenso pela divisão das vagas e/ou a definição de critérios para o estabelecimento dos candidatos.

INSTITUIÇÕES PARTICIPATIVAS E PROCESSO DELIBERATIVO

Para criarmos um marco analítico sobre o sistema Conferência/Conselho, faz-se necessário discorrermos sobre os conceitos nos quais o sistema está apoiado dentro da teoria democrática, ou seja, a participação e a deliberação. O objetivo é formar um entendimento sobre a legitimidade do processo decisório dentro da proposta feita por Avritzer (2008) na análise de desenhos participativos, quais sejam: a capacidade democratizante e a efetividade na determinação das políticas públicas.

A teorização sobre a democracia participativa é inicialmente relevante nos estudos de Carole Pateman, Crawford Macpherson e Nicos Poulantzas. Tendo sua base nos escritos de Rousseau – ao não aceitarem uma divisão rígida entre Estado e Sociedade, e sim, a instituição de uma sociedade política através de um único contrato social – esses autores acreditam que as instituições representativas e os governos não devem ser considerados entidades em si, mas sim como meios de realização da vontade dos cidadãos através de uma maior identificação entre governantes e governados (Nobre 2004). Todos esses autores, ao realizarem seus estudos, deferem uma crítica à democracia liberal representativa. Do enfrentamento desta crítica surge a concepção hegemônica de democracia, a qual foi se configurando, de acordo com Santos e Avritzer (2003), como democracia enquanto forma, e não como substância, uma crescente valorização do papel da burocracia na vida democrática e a suposta inevitabilidade da representação nas democracias de grande escala.

Para Pateman (1970), a função pedagógica da participação política e o caráter

fundamental da história são basilares para o fortalecimento da responsabilidade e da autoestima do indivíduo. A partir da maior clareza sobre os resultados obtidos, o indivíduo seria, através do tempo, cada vez mais confiante na sua atuação e, por sua vez, politicamente eficaz. A participação teria como função questionar a inexistência de um reconhecimento real dos direitos formais nas relações entre as classes sociais ao enfatizar a própria inexistência da igualdade e liberdade dos indivíduos nas democracias liberais. Dessa forma, Pateman extrapola a figura do Estado como local da participação, visto que os indivíduos passam a maior parte de seu tempo em relações laborais. Para a autora, uma democracia participativa só seria possível com uma sociedade participativa.

O entendimento de Pateman sobre a necessidade de uma sociedade participativa é, de certa forma, corroborado por Macpherson (1978). Em seu livro *A Democracia Liberal*, a ideia central é a existência de uma combinação entre partidos competitivos e mecanismos de democracia direta. A proposta funcionaria através de um sistema piramidal com democracia direta na base e democracia por delegação através de conselhos que iriam das cidades até um conselho nacional – sistema este, para o autor, perfeitamente adaptável à democracia representativa. Porém, para que tal acontecesse, Macpherson acreditava na mudança de consciência dos indivíduos – visto a apatia provocada pela estrutura de classes ao restringir a ação dos indivíduos através da desigualdade socioeconômica – a qual aconteceria exatamente com a participação política. Desta forma, o indivíduo trocaria sua aceção consumista de serviços por uma de caráter realizador e de exercício das suas próprias capacidades.

Poulantzas (1980), por sua vez, caracteriza-se por uma proposta de transição ao socialismo através da tomada de poder pela via democrática. O autor sustentava a necessidade de ampliação dos espaços de participação com a atuação dos indivíduos no interior do Estado como forma de transformação. A mudança dos centros de poder traria consigo um processo de ruptura efetiva nas relações de classe em favor das classes populares. O que está no cerne da proposta de Poulantzas é a sua concepção de Estado enquanto relação de forças traduzida na materialidade dos instrumentos do Estado. Apoiados em organizações exteriores ao Estado, os indivíduos que operassem dentro dele poderiam, através do tempo, modificar as relações de força para transformar o Estado.

Os três autores deixam transparecer a necessidade de extrapolar o Estado como forma de levar a democracia ao seu limite, a necessidade de conciliar os institutos da democracia representativa com a democracia participativa e a superação das desigualdades materiais como forma de alcançar a igualdade formal. Em síntese, o que os autores defendem é que com um aumento da participação dos indivíduos nas instituições democráticas seria possível tornar mais coesa a relação entre Socie-

dade Política e Sociedade Civil e, também, tornar o Estado mais suscetível ao controle das suas decisões. Porém, quando assim o faz, a teoria de democracia participativa ainda mantém o pressuposto de que as preferências dos indivíduos e grupos sociais são dadas, cabendo ao julgo democrático encontrar a melhor forma de agregar estas preferências (Pereira 2007). O que queremos colocar aqui é que a participação, por si só, não é suficiente para a construção da democracia. Ao deixar de fora o debate sobre a formação das preferências, deixa-se de fora, também, a compreensão da formação das próprias políticas que são resultado destas interações.

É nesse contexto que ganha relevância o conceito de deliberação. A proposta da democracia deliberativa é a de um processo decisional que tem o entendimento de que a democracia se funda mais em uma lógica transformativa do que em uma lógica agregativa (Elster 1998). As preferências são formadas e transformadas durante a discussão pública, da qual devem participar todos aqueles que serão afetados pelas decisões. A decisão coletiva deve ser resultado da justificação racional da argumentação, a qual deve ser construída a partir de uma base comum e compartilhada de informação e conhecimento. Isto não significa que os indivíduos devam convergir para um consenso de valores, estratégias e perspectivas, mas que encontrem razões que possam ser aceitas na ação coletiva (Fung e Wright 2003).

O ideal deliberativo é baseado na teoria comunicativa de Habermas (1997: 23), na qual “processos e pressupostos comunicativos da formação democrática da opinião e da vontade funcionam como a comporta mais importante para a racionalização discursiva das decisões de um governo e de uma administração vinculados ao direito e à lei.” Para o autor, é o fluxo comunicacional entre formação pública da vontade, decisões institucionalizadas e deliberações legislativas que garante a transformação de poder produzido comunicavelmente em poder aplicável administrativamente. O conceito de esfera pública é central para a compreensão da teoria comunicativa. Formada especificamente por essas interações comunicativas, a esfera pública não é definida por um lugar institucional específico, mas em função da sua racionalidade comunicativa em detrimento da racionalidade instrumental do Estado e do mercado. Por sua vez, a racionalidade estabelecida pela justificação pública deve ser resultado da radicalização da generalização, na qual a sua aprovação é ao mesmo tempo de todos e de cada um (Habermas 2002). Para que isso ocorra, é necessário, segundo o autor, que a fonte da ação comunicativa esteja ancorada sobre procedimentos de formação democrática da opinião e da vontade.

O que está em jogo na teoria deliberativa é a legitimidade dos processos democráticos enquanto respeito aos procedimentos de deliberação a partir da formação da opinião e da vontade. A democracia deliberativa baseia-se na justificação do poder político através da argumentação pública livre entre cidadãos iguais, porém,

cabe a estes cidadãos partilharem o compromisso pela resolução dos problemas através do raciocínio público e considerarem suas instituições como legítimas por estabelecerem o quadro para a deliberação pública livre (Cohen 1997). Baseado nos estudos de Cohen (1989) sobre os postulados ideais dos procedimentos e condições que legitimam as deliberações democráticas, Habermas (1997: 29-30) sintetiza as ideias deste autor em sete pontos, cuja transcrição é válida:

a) As deliberações realizam-se de forma argumentativa, portanto, através da troca regulada de informações e argumentos entre as partes, que recolhem e examinam criticamente propostas. b) As deliberações são inclusivas e públicas. Em princípio, ninguém deve ser excluído, pois todos os possíveis interessados nas decisões têm iguais chances de acesso e de participação. c) As deliberações são livres de coerções externas. Os participantes são soberanos na medida em que estão submetidos apenas aos pressupostos da comunicação e às regras do procedimento argumentativo. d) As deliberações também são livres de coerções internas que poderiam colocar em risco a situação de igualdade dos participantes. Cada um tem as mesmas chances de ser ouvido, de apresentar temas, de dar contribuições, de fazer propostas e de criticar. Tomadas de posição em termos de sim/não são movidas exclusivamente pela forma não coativa do melhor argumento. e) As deliberações em geral visam a um acordo motivado racionalmente e podem, em princípio, ser desenvolvidas sem restrições ou retomadas a qualquer momento. Todavia, as deliberações políticas têm que ser concluídas, levando em conta uma decisão da maioria. Devido ao seu nexó interno com uma prática deliberativa, a regra da maioria fortalece a suposição de que a opinião falível da maioria pode continuar valendo como base racional de uma prática racional até o momento em que a minoria consiga convencer a maioria do contrário. f) As deliberações políticas abrangem todas as matérias passíveis de regulação, tendo em vista o interesse simétrico de todos. Isso não significa, porém, que certos temas e objetos, tradicionalmente tidos como de natureza *privada*, não possam, em princípio, ser submetidos à discussão. São especialmente relevantes, do ponto de vista *público*, questões referentes à distribuição desigual das fontes das quais depende a percepção concreta dos direitos iguais de comunicação e de participação. g) Deliberações políticas incluem também interpretações de necessidades e a transformação de preferências e enfoques pré-políticas. E a força consensual dos argumentos não se apoia somente num acordo sobre valores, formado previamente em tradições e formas de vida comuns. [grifos no original]

O que está presente na proposta de Cohen é a tentativa de operacionalizar a teoria deliberativa ao reconhecer que as proposições teóricas ocorrem dentro de instituições políticas, ou seja, a participação e a deliberação não são institutos

abstratos. Nesse contexto, a instituição torna-se um elemento central, pois é nela que ocorre a participação e a deliberação. Isto só é possível visto que a instituição insere a Sociedade Civil no interior do sistema político, ajuda a restabelecer as questões de base da Sociedade Política e muda o debate sobre a estrutura institucional (Avritzer 2009b).

O que se pretende ao reconhecer as formas de institucionalização da deliberação pública é caracterizar aquilo que Avritzer (*Idem*) denomina de instituições participativas: formas diferenciadas de incorporação de cidadãos e associações da Sociedade Civil na deliberação sobre políticas. Para o autor, a partir da década de 1990, a teoria elitista de democracia e as teorias sobre movimentos sociais não conseguem explicar o florescimento de instituições participativas na América Latina e na Europa do Leste, fazendo-se necessário o aparecimento de uma nova teoria. As instituições participativas desenvolvem quatro pressupostos: operação pela representação e participação, transformações de características voluntárias da sociedade civil em formas de organização política permanentes, interação entre partidos políticos e atores estatais, e relevância da estrutura institucional para a efetividade deliberativa.

Além de trazer a prática democrática para dentro das instituições políticas, como já havia feito Cohen, Avritzer é categórico ao afirmar, na conclusão de seus estudos, que o sucesso da instituição não depende somente do seu desenho, mas também do contexto no qual está inserida. É possível observar esta proposta quando o autor (Avritzer 2008) diferencia as instituições participativas em três variáveis: iniciativa na proposição do desenho, organização da Sociedade Civil na área em questão e vontade política do governo em implementar a participação. Dessa forma, para que a análise do sistema Conferência/Conselho não o considere como uma instituição isolada, usaremos a categoria de análise de desenho institucional interativo (*Idem*), no sentido de fazer transparecer a maneira como se articulam desenho institucional, organização da Sociedade Civil e vontade política na implantação do desenho. De forma subsidiária, nossa análise utilizará também as formas de combinação entre democracia participativa e democracia representativa, quais sejam: coexistência e complementaridade (Santos e Avritzer 2003). Como coexistência, os autores entendem a convivência entre as diferentes formas procedimentais, organizações administrativas e desenhos institucionais – supondo, primordialmente, uma coexistência vertical entre formas representativas em nível nacional e formas participativas em nível local. Como complementaridade, entendem uma articulação mais profunda que pressupõe o reconhecimento pelo Estado em substituir parte do processo de representação e deliberação por formas procedimentais de participação.

Para a realização das análises sobre os procedimentos estabelecidos no Conselho e na Conferência Nacional das Cidades, utilizamos pesquisa documental e pesquisa de campo. A pesquisa documental teve como base as atas das reuniões do Conselho com as quais procedemos à análise de conteúdo. O objetivo foi o de identificar debates realizados sobre a relação do Conselho com o governo nacional no estabelecimento do campo de influência da instituição participativa no processo deliberativo das políticas urbanas nacionais.

Para a pesquisa de campo, durante a 4^a Conferência Nacional das Cidades, em 2010, utilizamos observação simples – “em que o pesquisador, permanecendo alheio à comunidade, grupo ou situação que pretende estudar, observa de maneira espontânea os fatos que aí ocorrem” (Gil 1995: 105) preocupando-se em observar os sujeitos, o cenário e o comportamento social – com especial atenção ao segmento ONG’s. Participamos, também, das 2^a e 3^a Conferências Nacionais, 2005 e 2007, enquanto delegado do segmento ONG’s e Poder Público Estadual respectivamente. Estas participações nos auxiliaram a ter uma visão mais profunda do processo e contribuíram para a estruturação da observação que realizamos na 4^a Conferência. Nas etapas municipal e estadual, acompanhamos a Conferência Municipal de Curitiba (Estado do Paraná) e a Conferência Estadual do Paraná.

A análise teve como resultado três proposições sobre a participação e deliberação na política urbana brasileira: (i) o sistema é altamente dependente da vontade política; (ii) o desenho institucional estabelece formas de representação que privilegiam uma organização da Sociedade Civil em redes hierárquicas temática e territorialmente definidas; e (iii) o desenho institucional torna o sistema nacional de gestão democrática mais participativo que deliberativo. Estas proposições seguem dois pressupostos provenientes da relação entre a democracia participativa e a democracia representativa no sistema Conferência/Conselho: não existe uma relação de complementaridade entre o sistema e os outros Poderes do Estado porque não há, por parte do governo, um posicionamento para abrir mão do poder decisional em detrimento dos espaços participativos; também não se pode dizer que exista uma coexistência vertical com participação no nível local e representação no nível nacional, mas sim, uma coexistência horizontal, onde espaços de participação encontram-se tanto no nível local quanto no nacional.

A primeira proposição demonstra o pragmatismo necessário na análise das experiências de participação no contexto brasileiro atual. Apesar da mobilização de milhares de pessoas em milhares de municípios, a existência do sistema está baseada na relação entre um governo com grande característica participativa e a pressão por

parte de uma rede de organizações, o Fórum Nacional da Reforma Urbana (FNRU). Por mais que o Estatuto das Cidades estabeleça a participação na definição das políticas públicas como uma das diretrizes da política urbana, de nada adianta o seu caráter deliberativo e consultivo se a finalidade do Conselho, em acordo com o Decreto nº 5.790/2006, é unicamente a de *estudar e propor diretrizes* para a Política Nacional de Desenvolvimento Urbano.

O esvaziamento do Conselho por parte do próprio governo é mostra do distanciamento entre o Conselho e o Ministério das Cidades durante os últimos anos. Ao reclamarem do frequente não comparecimento dos conselheiros do Poder Público Federal nas reuniões do Conselho e a falta de condições operacionais, os conselheiros presentes na 23ª reunião, em 2009, relataram a falta de centralidade do próprio Conselho na definição das políticas urbanas (Ministério das Cidades 2009a: 2):

Foi concluído que o problema que antecede a todos os outros é o esvaziamento da pauta política do Ministério, pois as questões da habitação, saneamento e mobilidade vêm há algum tempo, sendo decididas na Casa Civil, o que indica que as políticas públicas nestas áreas não são encaradas como políticas de Estado e sim programas de governo.

Com o impacto sobre as decisões da política urbana diminuídos, o governo tem estimulado um posicionamento de não requerer consultas ao Conselho para o estabelecimento de grandes programas, como é o caso do Plano de Aceleração do Crescimento (PAC, nos seus matizes habitação e saneamento) e Minha Casa Minha Vida (MCMV). Estes programas foram lançados sem qualquer posicionamento por parte Conselho, como é possível observar no ocorrido durante a 20ª reunião do Conselho em 2009 (Ministério das Cidades 2009b). Após longo debate acerca propriamente do não debate do programa MCMV junto ao Conselho e de sua desvinculação do Plano Nacional de Habitação, os conselheiros aprovaram a elaboração de uma resolução que apresentasse à Presidência da República as suas considerações sobre o programa.

No momento dedicado às aprovações de resolução, o Secretário Executivo – que tinha auxiliado na redação da resolução – pronunciou o impedimento do Conselho em enviar recomendações à Medida Provisória que iria estabelecer o MCMV (transformado posteriormente na Lei nº 11.977/2009), pois o Ministério das Cidades era signatário da mesma (*Idem*). Em outras palavras: o Ministério já havia se pronunciado para a Casa Civil sobre o assunto, mas sem consultar o Conselho.

Em resposta, o Conselho definiu um eixo de debate específico na 4ª Conferência para discutir a relação entre esses programas e os espaços de participação. Durante a Conferência, na reunião do segmento ONG's, um conselheiro nacional

disse haver uma “incoerência” do governo com o Conselho, devido ao fato de colocar os programas MCMV e PAC em debate somente após os seus lançamentos. E continuou: “o governo tem um ritmo que nem sempre quer submeter à sociedade.”

É interessante levar em consideração que o Ministério das Cidades, no segundo governo Lula (2007-2010), foi dirigido por um ministro ligado ao Partido Progressista, e não mais pelo próprio Partido dos Trabalhadores como fora no primeiro governo (2003-2006). Nesta ocasião, o Ministério implantou o sistema Conferência/Conselho com o auxílio de lideranças do FNRU que possuíam articulações históricas com o Partido dos Trabalhadores. A arquiteta Raquel Rolnik é um exemplo: considerada uma liderança do FNRU e tendo feito parte da delegação do Partido dos Trabalhadores na Assembleia Constituinte (Avritzer, 2007a), participou do quadro diretivo da pasta ministerial. Com a troca dos ministros no segundo governo, muitas pessoas que transitavam entre FNRU e PT deixaram de fazer parte do Ministério.

A segunda proposição – o desenho institucional estabelece formas de representação que privilegiam uma organização da Sociedade Civil em redes hierárquicas temática e territorialmente definidas – é resultado da centralidade que uma determinada forma de organização da Sociedade Civil teve no estabelecimento do sistema Conferência/Conselho. As formas de participação nos níveis municipais e estaduais acabam por se vincularem àquelas estabelecidas no sistema nacional, assim como reproduzem a forma de representação dentro dele. Isto para garantir que, mesmo tendo a eleição de propostas e delegados de baixo para cima (apesar da definição de textos base e eixos de discussão ser feita pelo Conselho Nacional), ao chegar ao nível nacional, é possível que a relação entre governo e determinadas organizações da Sociedade Civil não tenha sido desfeita. Quando o sistema foi criado, estabeleceu-se uma forma de representação na qual o governo consegue manter as entidades com as quais está acostumado a dialogar, como é o caso da relação entre PT e FNRU.

Foram identificadas, na eleição para delegados, duas justificações: a abrangência territorial e a abrangência temática. Pudemos observar, na etapa municipal, uma grande quantidade de entidades de abrangência local. Ao nos deslocarmos às etapas posteriores, a justificação da abrangência territorial começou a ficar mais frequente. Dois argumentos eram repetidos pelos participantes para se referendarem como possíveis delegados para as etapas posteriores: uma entidade de caráter estadual possuiria maior legitimidade de estar em uma Conferência estadual do que uma entidade local (e assim por diante nas etapas posteriores) – em alusão a um entendimento de que quanto maior a abrangência da entidade, maior é a justificação do argumento para que ela seja eleita à próxima etapa – e o caráter temático da entidade (ligado às questões urbanas).

Quanto à abrangência temática, na etapa municipal, foi possível identificar

entidades que não possuíam sua atividade exclusivamente ligada às políticas urbanas, mas ali estavam por possuírem grande atuação no contexto municipal. Ao nos deslocarmos às etapas posteriores, o argumento da abrangência temática aparece com maior frequência. Quanto mais a atuação de uma entidade converge com o temário das políticas urbanas, maior é o poder de argumentação para que ela seja eleita à próxima etapa ou faça parte do Conselho.

Porém, não são apenas as abrangências territoriais e temáticas que servem de argumento; outro, nem sempre público, mas visível, são as relações intra-entidades, ou seja, a forma como as entidades se organizam entre si dentro dos segmentos. Esta organização não nasce diretamente nas reuniões dos segmentos e, às vezes, sequer durante a Conferência, mas antes dela: em todas as etapas foi possível observar conversas antes e depois das reuniões entre entidades que já possuíam articulação anterior para acertarem entre si os candidatos a delegado e conselheiro, e a distribuição dos votos.

As redes de entidades nem sempre se apresentam como tal. Normalmente cada entidade apresenta-se como autônoma, mas possui uma atuação muito ligada à rede da qual participa compartilhando os votos entre si. Como os delegados e os conselheiros são eleitos, além dos critérios que o segmento pode definir – pois tem autonomia para isso – as redes de relações sociais podem auxiliar uma determinada entidade em ser eleita. Se uma determinada pessoa representa uma entidade, a qual, por sua vez, possui atuação na área temática da política urbana, abrangência compatível com o nível da conferência e relacionamento prévio com outras entidades que também participam da conferência, maior é a possibilidade desta entidade ser eleita. A forma de representação aqui estabelecida é aquela descrita por Avritzer (2007b) como representação por afinidade, na qual a relação com o representado se dá pela experiência com o tema e a forma de legitimidade se dá pela finalidade e pelo processo.

Para a eleição de conselheiro nacional do segmento ONG's, na 4ª Conferência, os então atuais conselheiros apresentaram os critérios para a definição dos candidatos que vêm sendo debatidos desde a 1ª Conferência: o caráter nacional da entidade, os candidatos e eleitos devem articular redes, diversidade regional, diversidade temática (entendida como a adequação das entidades com os quatro Comitês Técnicos do Conselho – planejamento urbano, mobilidade, saneamento e moradia), 50% dos conselheiros eleitos de mulheres e uma vaga para afrodescendente. Muitos conselheiros e delegados defenderam os princípios do rodízio entre as entidades (o que não proíbe o rodízio entre entidades de uma mesma rede) e a continuidade (visto que não seria produtivo ao segmento ter todos os conselheiros novatos na função).

O que se observou entre os participantes da Conferência e, principalmente,

entre os eleitos para o Conselho no nível nacional é uma convergência entre entidades de abrangência nacional, com atuação em política urbana, e participantes de redes entre entidades de diversos segmentos. A relação destas entidades com as entidades que já fazem parte do Conselho também pode interferir no processo eleitoral. As entidades do Conselho Nacional podem definir delegados para a etapa nacional, sem precisarem passar pelas outras etapas; somados os delegados que são eleitos nas etapas anteriores, algumas entidades conseguem formar maiorias dentro da etapa nacional. A maior frente é a capitaneada pelo FNRU.

Não é de se espantar que 57% dos representantes titulares e suplentes dos segmentos da Sociedade Civil (referentes às duas últimas gestões, 2005-2007 e 2008-2010), estejam diretamente vinculados ao FNRU (ver lista de conselheiros da gestão 2008-2010 com destaque para os membros do FNRU em anexo). Denota-se, ainda, que todas as 22 vagas titulares e 22 suplentes no segmento dos movimentos sociais são ocupadas por apenas quatro entidades: todas elas se encaixam nos critérios que acabamos de descrever – inclusive como participantes da direção nacional do FNRU. Tendo sido um dos principais responsáveis pelo estabelecimento do sistema Conferência/Conselho e tendo o procedimento representativo consolidado a forma como o FNRU se organiza, o desenho institucional acaba por confirmar a centralidade do FNRU no debate das políticas urbanas nacionais dentro da Sociedade Civil.

A terceira proposição – o desenho institucional torna o sistema nacional de gestão democrática mais participativo que deliberativo – deve ser entendida à luz da teoria deliberativa. Tornar o sistema de gestão democrático mais participativo que deliberativo significa que o desenho institucional ainda é centrado na agregação de preferências, relegando a um segundo plano a troca de razões públicas. A conferência torna-se uma forma de agregar as preferências já existentes – muito próxima do sistema piramidal proposto por Macpherson. O principal argumento que sustenta esta proposição está centrado na ideia do que é uma conferência e para quê serve. A sistemática da Conferência das Cidades é fulcral neste sentido. No ano anterior à Conferência, o Conselho Nacional elege o tema, o lema e os eixos de debate em acordo com os pontos que acredita ser necessário discutir. É realizado também um texto base que coloca os questionamentos que devem ser levados em consideração em cada um dos eixos de debate.

As Conferências Municipais devem definir hierarquicamente propostas por eixo para enviarem à Conferência Estadual tendo como base o texto enviado pelo Conselho Nacional. Estas propostas devem versar sempre sobre o caráter nacional da política e são sistematizadas a partir da frequência com que aparecem nas diversas Conferências que formam a etapa antecessora. Isto torna o trabalho de sistematização um dos mais importantes da Conferência e que é realizado por entidades que

fazem parte da Comissão Organizadora da etapa em questão. Em todas as etapas acompanhadas foram observadas reclamações sobre o trabalho de sistematização, principalmente recorrente à mudança de redação das propostas originais e junção de propostas contraditórias. Como exemplo, na 4ª Conferência Nacional, a Comissão de Sistematização precisou dar esclarecimentos sobre a suposta supressão de propostas da Conferência Estadual do Rio de Janeiro depois que delegados do Estado apresentaram, em plenária e nas salas de debate, veemente reclamação dos trabalhos de sistematização.

A partir da etapa estadual, o debate concentra-se na conferência do trabalho de sistematização e na eleição novamente de propostas prioritárias para enviar à Conferência Nacional. Ao proceder desta forma, a conferência restringe a troca de razões e a construção de uma base de informações compartilhada, pois, ao invés de exporem suas justificações e argumentos, os participantes partem do texto base e de suas preferências preestabelecidas, tendo como resultado a agregação de maiorias como forma de transpassar as propostas de uma etapa para outra. É comum observar as entidades que fazem parte de redes ou que possuam elevado número de delegados elegerem propostas específicas que devem ser aprovadas desde a etapa municipal. Este procedimento, com o qual tivemos contato durante nossa observação, ocorre através de reuniões preparatórias das entidades que, após elegerem suas prioridades, enviam comunicados às entidades com que possuem contato nas diversas regiões do país e distribuem manifestos contendo as propostas prioritárias para os demais participantes durante as Conferências.

Além da forma como as propostas são definidas, um pequeno adendo deve ser feito com relação aos participantes. Como a forma de participação é restrita por entidades – ou seja, a Conferência é um espaço para a Sociedade Civil organizada, não sendo aceitos cidadãos fora de suas associações – observa-se um comportamento corporativista por parte dos grandes grupos. Nas etapas predecessoras, onde associações de caráter nacional começam a possuir maior peso devido ao número de delegados eleitos nas etapas anteriores, observamos aquilo definido por Cohen como coerções internas. Os delegados são levados a votarem em acordo com o que suas lideranças determinam. Isto é feito com as lideranças se posicionando à frente da plenária e levantando ou não seus crachás – forma de votação estabelecida – sendo que os delegados participantes da mesma entidade devem respeitar esta determinação e colocarem-se da mesma forma durante a votação. As entidades estabelecem inclusive delimitações espaciais na plenária, observável pela cor da camiseta que portam e que identificam as entidades. Apesar de respeitarem a racionalidade de sua associação, a forma como procedem evita a exposição e a troca pública de razões, visto que as grandes associações sempre formarão maiorias.

CONCLUSÕES

Para nossa conclusão final, retomamos aqui os critérios estabelecidos por Avritzer (2008) para a análise de desenhos participativos: a capacidade democratizante e a efetividade na determinação das políticas públicas. As três proposições apresentadas em nossa análise servem-nos de guia para que possamos compreender como o sistema de gestão democrática instituído pela Conferência Nacional das Cidades e pelo Conselho Nacional das Cidades pode auxiliar na deliberação pública sobre a política urbana nacional.

Talvez o principal parâmetro seja a excessiva dependência da vontade política em fazer o sistema funcionar. A organização social e o desenho institucional de nada valem se o resultado desta interação não surtir a influência necessária no governo. Se tomarmos as condições analisadas, os dois pressupostos de análise acabam por se relacionar de uma forma muito pragmática: quanto maior a capacidade democratizante, menor a efetividade na definição das políticas públicas. Tendo a Conferência um caráter mais participativo que o Conselho, ela ainda está muito distante de estabelecer uma relação de complementaridade. Porém, isto não significa que o Conselho seja um órgão de grande influência, o que fica notório na sua incapacidade de influenciar os programas de maior vulto do governo.

Conferência e Conselho, ao invés de propiciarem um procedimento deliberativo na definição das políticas urbanas, agem consoantes à determinação de um ambiente propício ao Estado que pode utilizar estes espaços como justificação das suas argumentações: uma vez estabelecido um espaço de participação, pressupõem-se que todas as ações estatais estiveram sob o julgo deste espaço e, por sua vez, possuem a legitimidade social que se espera ter.

Apesar de ter empoderado um determinado tipo de organização social – a qual, pela sua história, possui fortes argumentos para estar na posição atual – a sua relação com o sistema e, conseqüentemente, com o governo, põe em questão os rumos do próprio sistema. Isto nos abre uma nova frente de pesquisa que leve em consideração as relações entre Sociedade Civil e Sociedade Política mais do que a recorrente relação entre Sociedade e Estado. Em outra conjuntura governo/sociedade, como funcionarão Conferência e Conselho se, mesmo em uma conjuntura favorável, é possível observar o esvaziamento político do sistema? Tendo sido pautado por esta relação entre desenho e sociedade e, tendo ficado refém da vontade política, terá o sistema sido acolhido pelos outros níveis de governo e outras conjunturas governo/sociedade a ponto de manter a constante construção da densidade participativa a qual se propõem?

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AVRITZER, Leonardo. 2000. “Teoria democrática e deliberação pública”. *Lua Nova*, n. 49: 25-46.
- AVRITZER, Leonardo. 2007a. *Urban Reform, Participation and the Right to the City in Brazil*. Brighton: Institute of Development Studies. (IDS Research Paper)
- AVRITZER, Leonardo. 2007b. “Sociedade Civil, Instituições Participativas e Representação: da autorização à legitimidade da ação”. *Dados*, v. 50, n. 3: 443-464.
- AVRITZER, Leonardo. 2008. “Instituições participativas e desenho institucional: algumas considerações sobre a variação da participação no Brasil democrático”. *Opinião Pública*, v. 14, n. 1: 43-64.
- AVRITZER, Leonardo. 2009a. “Politiche partecipative del governo Lula”. *Quale Stato*, v. 1, n. 2: 319-350.
- AVRITZER, Leonardo. 2009b. *Participatory Institutions in Democratic Brazil*. Whashington: Baltimore: Woodrow Wilson Center Press, John Hopkins University Press.
- AVRITZER, Leonardo; PEREIRA, Maria de Lourdes D. 2005. “Democracia, participação e instituições híbridas”. *Teoria & Sociedade*, número especial: 14-39.
- BRASIL. 2001. Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências. *Diário Oficial da União – Seção 1 – Poder Legislativo*, Edição nº 133 de 11/07/2001.
- BRASIL. 2001. Medida Provisória nº 2.220 de 04 de setembro de 2001, Dispõe sobre a concessão de uso especial de que trata o § 10 do art. 183 da Constituição, cria o Conselho Nacional de Desenvolvimento Urbano – CNDU e dá outras providências. *Diário Oficial da União – Seção 1 – Atos do Poder Executivo*, Edição nº 171-E de 05/09/2001.
- BRASIL. 2004. Decreto nº 5.031, de 02 de abril de 2004, Dispõe sobre a composição, estruturação, competências e funcionamento do Conselho das Cidades, e dá outras providências. *Diário Oficial da União – Seção 1 – Atos do Poder Executivo*, Edição nº 65 de 05/04/2004.
- BRASIL. 2006. Decreto nº 5.790, de 25 de maio de 2006, Dispõe sobre a composição, estruturação, competências e funcionamento do Conselho das Cidades – ConCidades, e dá outras providências. *Diário Oficial da União – Seção 1 – Atos do Poder Executivo*, Edição nº 100 de 26/05/2006.
- COHEN, Joshua. 1997. “Procedure and Substance in Deliberative Democracy”. In: J. Bohman; W. Rehg (orgs.). *Deliberative democracy: essays on reason and politics*. Cambridge: MIT Press: 407-438.
- COHEN, Joshua. 1989. “Deliberation and Democratic Legitimacy”. In: A. Hamlin; P. Pettit (orgs.). *The Good Polity. Normative Analysis of the State*. Oxford: Blackwell Publishing: 17-34.
- ELSTER, Jon. 1998. *Deliberative Democracy*. Cambridge: Harvard University Press.
- FUNG, Archon; WRIGHT, Erik O. 2003. “Thinking about empowered participatory governan-

- ce”. In: A. Fung; E. O. Wright (orgs.). *Deepening Democracy: institutional innovations in empowered participatory governance*. London: New York: Verso: 3-42.
- GIL, Antonio Carlos. 1995. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. São Paulo: Atlas.
- HABERMAS, Jürgen. 2002. *A inclusão do outro: estudos de teoria política*. São Paulo: Edições Loyola.
- HABERMAS, Jürgen. 1997. *Direito e Democracia: entre facticidade e validade, volume II*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro.
- LEFEBVRE, Henri. 1991. *O Direito à Cidade*. São Paulo: Moraes.
- MACPHERSON, Crawford B. 1978. *A Democracia Liberal: origens e evoluções*. Rio de Janeiro: Zahar.
- MINISTÉRIO DAS CIDADES. 2003. *Resoluções da 1ª Conferência Nacional das Cidades*. Brasília: Ministério das Cidades.
- MINISTÉRIO DAS CIDADES. 2009a. *Ata da 23ª Reunião Ordinária do Conselho das Cidades*. Brasília: Ministério das Cidades: Conselho Nacional das Cidades.
- MINISTÉRIO DAS CIDADES. 2009b. *Ata da 20ª Reunião Ordinária do Conselho das Cidades*. Brasília: Ministério das Cidades: Conselho Nacional das Cidades.
- MINISTÉRIO DAS CIDADES. 2008. *Regimento Interno do Conselho Nacional das Cidades, Homologado pela Resolução Normativa nº 02, de 08 de junho de 2006, e alterado pela Resolução Normativa nº 07, de 02 de abril de 2008*. Brasília: Ministério das Cidades: Conselho Nacional das Cidades.
- NOBRE, Marcos. 2004. “Participação e deliberação na teoria democrática: uma introdução”. In: V. S. Coelho; M. Nobre (orgs.). *Participação e deliberação: teoria democrática e experiências institucionais no Brasil contemporâneo*. São Paulo: Editora 34: 21-40.
- PATEMAN, Carole. 1970. *Participation and Democratic Theory*. Cambridge: Cambridge University Press.
- PEREIRA, Marcus A. G. 2007. “Modelos democráticos deliberativos e participativos – similitudes, diferenças e desafios”. In: E. Dagnino; L. Tatagiba (orgs.). *Democracia, sociedade civil e participação*. Chapecó: Argos: 421-452.
- POULANTZAS, Nicos. 1980. *O Estado, o Poder, o Socialismo*. Rio de Janeiro: Edições Graal.
- SANTOS, Boaventura de S.; AVRITZER, Leonardo. 2003. “Introdução: para ampliar o cânone democrático”. In: B. S. Santos (org.). *Democratizar a democracia: os caminhos da democracia participativa*. Porto: Edições Afrontamento: 35-69.
- SAULE JR., Nelson. 2008. “El Derecho a la Ciudad como respuesta estratégica a la exclusión social y a la segregación espacial”. In: R. Cymbalista (org.). *Desafíos de la construcción democrática en Brasil: el derecho a la ciudad*. São Paulo: Instituto Pólis: Fundação Ford: 39-82.
- SILVA, Ana A. da. 1991. *Reforma urbana e o direito à cidade*. São Paulo: Instituto Polis.

ANEXO

Composição do Conselho Nacional das Cidades, gestão 2008-2010, com destaque para os membros da coordenação do Fórum Nacional para Reforma Urbana (em negrito)

Poder Público Federal	
Titular	Suplente
Ministério das Cidades	Ministério das Cidades
Ministério das Cidades	Ministério das Cidades
Ministério das Cidades	Ministério das Cidades
Casa Civil da Presidência da República	Casa Civil da Presidência da República
Ministério da Cultura	Ministério da Cultura
Ministério da Saúde	Ministério da Saúde
Ministério da Integração Nacional	Ministério da Integração Nacional
Ministério do Turismo	Ministério do Turismo
Ministério da Fazenda	Ministério da Fazenda
Ministério do Meio Ambiente	Ministério do Meio Ambiente
Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão	Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
Ministério do Trabalho e Emprego	Ministério do Trabalho e Emprego
Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome	Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
Ministério da Ciência e Tecnologia	Ministério da Ciência e Tecnologia
Secretaria de Relações Institucionais	Secretaria de Relações Institucionais
Caixa Econômica Federal	Caixa Econômica Federal

Poder Público Estadual

Todos os Estados possuem acento, respeitando o critério de rodízio entre 3 Estados a cada reunião (um titular, um suplente e um observador), perfazendo 09 representantes titulares, além da participação, como observadores, do Fórum Nacional de Secretários de Habitação e Desenvolvimento Urbano, União Nacional dos Legislativos Estaduais e Fórum Nacional dos Secretários Estaduais de Saneamento.

Poder Público Municipal	
Titular	Suplente
Confederação Nacional de Municípios - CNM	Frente Nacional de Prefeitos - FNP
Confederação Nacional de Municípios - CNM	Frente Nacional de Prefeitos - FNP
Confederação Nacional de Municípios - CNM	Frente Nacional de Prefeitos - FNP
Frente Nacional de Prefeitos - FNP	Confederação Nacional de Municípios - CNM
Frente Nacional de Prefeitos - FNP	Frente Nacional de Prefeitos - FNP
Associação Brasileira de COHAB's - ABC	Associação Brasileira de COHAB's - ABC
Fórum Nacional de Secretários e Dirigentes de Transporte Urbano e Trânsito - FNSDTUT	Fórum Nacional de Secretários e Dirigentes de Transporte Urbano e Trânsito - FNSDTUT
Associação Nacional dos Serviços Municipais de Saneamento - ASSEMAE	Associação Nacional dos Serviços Municipais de Saneamento - ASSEMAE
Frente Nacional de Vereadores pela Reforma Urbana - FRENAVRU	Frente Nacional de Vereadores pela Reforma Urbana - FRENAVRU
Frente Nacional de Vereadores pela Reforma Urbana - FRENAVRU	Frente Nacional de Vereadores pela Reforma Urbana - FRENAVRU
União dos Vereadores do Brasil - UVB	União dos Vereadores do Brasil - UVB
União dos Vereadores do Brasil - UVB	União dos Vereadores do Brasil - UVB

Movimento Popular	
Titular	Suplente
Central de Movimentos Populares - CMP	Central de Movimentos Populares - CMP
Central de Movimentos Populares - CMP	Central de Movimentos Populares - CMP
Central de Movimentos Populares - CMP	Central de Movimentos Populares - CMP
Central de Movimentos Populares - CMP	Central de Movimentos Populares - CMP
Confederação Nacional de Associações de Moradores - CONAM	Confederação Nacional de Associações de Moradores - CONAM
Confederação Nacional de Associações de Moradores - CONAM	Confederação Nacional de Associações de Moradores - CONAM
Confederação Nacional de Associações de Moradores - CONAM	Confederação Nacional de Associações de Moradores - CONAM
Confederação Nacional de Associações de Moradores - CONAM	Confederação Nacional de Associações de Moradores - CONAM
Confederação Nacional de Associações de Moradores - CONAM	Confederação Nacional de Associações de Moradores - CONAM

Confederação Nacional de Associações de Moradores - CONAM

Confederação Nacional de Associações de Moradores - CONAM

Confederação Nacional de Associações de Moradores - CONAM

Movimento Nacional de Luta pela Moradia - MNLM

União Nacional por Moradia Popular - UNMP

Confederação Nacional de Associações de Moradores - CONAM

Confederação Nacional de Associações de Moradores - CONAM

Movimento Nacional de Luta pela Moradia - MNLM

União Nacional por Moradia Popular - UNMP

Trabalhadores	
Titular	Suplente
Central Única dos Trabalhadores - CUT	Força Sindical
Federação Nacional dos Arquitetos e Urbanistas - FNA	Federação Nacional dos Arquitetos e Urbanistas - FNA
Federação Intersindical de Engenheiros- FISENGE	Central Única dos Trabalhadores - CUT
Federação Nacional dos Urbanitários - FNU	Federação Nacional dos Urbanitários - FNU
Federação Nacional de Associações de Pessoal da Caixa - FENAE	Central Única dos Trabalhadores - CUT
Confederação Nacional dos Trabalhadores do Transporte - CNTT	Confederação Nacional dos Trabalhadores do Transporte - CNTT
Federação Nacional dos Metroviários - FENAMETRO	Confederação Nacional dos Trabalhadores do Transporte - CNTT
Federação Nacional dos Engenheiros - FNE	Confederação Nacional de Trabalhadores nas Indústrias da Construção e da Madeira - CONTICOM
Empresários	
Titular	Suplente
Câmara Brasileira da Indústria da Construção - CBIC	Associação Brasileira das Concessionárias Privadas de Serviços Públicos de Água e Esgoto - ABCON
Confederação Nacional do Comércio de bens, serviços e turismo - CNC	Federação Nacional das Empresas de Compra e Venda, Locação e Administração de Imóveis e dos Edifícios em Condomínios Residenciais e Comerciais - FESECOVI

Associação Brasileira de Cimento Portland - ABCP	Associação Brasileira dos Fabricantes de Materiais e Equipamentos para Saneamento - ASFAMAS
Confederação Nacional da Indústria - CNI	Associação Nacional dos Comerciantes de Material de Construção - ANAMACO
Câmara Brasileira da Indústria da Construção - CBIC	Confederação das Associações Comerciais e Empresariais do Brasil - CACB
Confederação Nacional das Instituições Financeiras - CNF	Associação Brasileira das Entidades de Crédito Imobiliário e Poupança - ABECIP
Confederação Nacional do Transporte - CNT	Associação Nacional das Empresas de Transporte Urbano - ANTU
Organização das Cooperativas Brasileiras - OCB	Movimento Nacional de Micro e Pequena Empresa - MONAMPE

Entidades Profissionais, Acadêmicas e de Pesquisa

Titular	Suplente
Instituto de Arquitetos do Brasil - IAB	Associação Nacional dos Engenheiros e Arquitetos da CAIXA - ANEAC
Associação Nacional de Pós- Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional - ANPUR	Associação Nacional dos Transportes Públicos - ANTP
Associação dos Geógrafos Brasileiros - AGB	Associação Nacional de Pesquisa e Ensino em Transporte - ANPET
Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental - ABES	Associação Nacional de Tecnologia do Ambiente Construído - ANTAC
Associação Brasileira de Ensino Arquitetura e Urbanismo - ABEA	Associação Brasileira de Ensino de Engenharia - ABENGE

Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia - CONFEA	Conselho Federal de Corretores de Imóveis - COFECI
Organizações Não Governamentais	
Titular	Suplente
Centro pelo Direito à Moradia contra Despejos - COHRE	Cearah Periferia - CEARAH
Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional - FASE	Vida Brasil
Centro de Educação e Assessoria Popular - CEAP	Instituto de Estudos, Formação e Assessoria em Políticas Sociais - Instituto POLIS
Centro Dom Helder Câmara de Estudos e Ação Social - CENDHEC	Fundação Bento Rubião

Fonte: Ministério das Cidades, 2010; FNRU, 2010 (www.forumreformaurbana.org.br)

Nota: Durante a 4ª Conferência Nacional das Cidades, realizada em maio de 2010, foram eleitos os conselheiros para a 3ª gestão que cumprirão o mandato 2011-2013.

ABSTRACT

The paper aims to understand the nature of the public deliberation in national urban policy so as to effect the democratic management of cities. By analyzing, using the category of interactive institutional design, how participation and deliberation operate the system established in Brazil – notably the National Council of Cities and the National Conference of Cities – the paper argues three propositions on its functioning: (i) the system is highly

dependent on political will; (ii) the institutional design establishes forms of representation that privilege a hierarchical thematic and territorial network organization of Civil Society; (iii) the institutional design makes the national system of democratic management more participatory than deliberative. In the end, we conclude a hypothesis about the relationship between the democratic capacity and the effectiveness in public policymaking.

KEY WORDS

public deliberation; interactive institutional design; national urban policy; National Council of Cities; National Conference of Cities.

SUBMETIDO EM

Novembro de 2010

APROVADO EM

Dezembro de 2011

Juliano Geraldi

Arquiteto e Urbanista, doutorando em Democracia no Século XXI (Universidade de Coimbra), colaborador do People`s Observatory – Observatório da Participação, Inovação e Poderes Locais do Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra.

O PODER CONSTITUINTE E O PARADOXO DA SOBERANIA LIMITADA

Alexandre Araújo Costa

RESUMO

O constitucionalismo conduz à paradoxal admissão de uma soberania popular que precisa ser absoluta (para fundamentar a validade da constituição) e ao mesmo tempo limitada (para respeitar a validade da constituição). Esse paradoxo da soberania limitada tem sido evidenciado por pensadores políticos e jurídicos ao longo da última década, e o *poder constituinte* é uma das principais categorias a partir das quais o constitucionalismo enfrenta essa questão.

O presente artigo trata das relações existentes entre o poder constituinte e o paradoxo demo-

crático, e para isso (1) realiza uma investigação arqueológica acerca de como foi possível que a teoria política desenvolvesse essa construção paradoxal, (2) explica o modo como a teoria política elaborou a noção de *poder constituinte* para enfrentar algumas decorrências desse paradoxo, (3) mostra como essa categoria foi incorporada pelo constitucionalismo liberal e faz uma análise da teoria liberal do poder constituinte, bem como (4) mostra como as críticas democráticas contemporâneas dessa categoria conduzem a uma identificação entre poder constituinte e soberania popular.

PALAVRAS-CHAVE

Poder constituinte

Soberania

Constitucionalismo

Paradoxo democrático

Parece que sim, pois as teorias democráticas tendem a reconhecer o princípio da soberania popular, inscrito em nossa Constituição sob a forma canônica de que *todo poder emana do povo*. Por outro lado, a dogmática constitucional entende que, ao estabelecer uma constituição, o povo se compromete a exercer sua soberania apenas de forma indireta, por meio de instituições que operam de acordo com os procedimentos definidos na própria lei fundamental. Assim, o único ato soberano do povo seria abdicar de sua soberania, atribuindo poder constituinte a um grupo de representantes responsável por instituir um governo de poderes limitados. Nessa perspectiva, típica do constitucionalismo, até mesmo uma manifestação unânime dos cidadãos brasileiros seria percebida como ilegítima para estabelecer quaisquer direitos e obrigações.

Isso ocorre porque instituir uma constituição significa estabelecer que todas as instituições de um Estado são submetidas a uma lei que define a organização e os limites do poder estatal. Tal norma não pode ser modificada pelas autoridades estatais porque seria absurdo admitir que uma instituição constituída alterasse o fundamento de sua própria autoridade. Se todas as regras presentes no texto constitucional pudessem ser alteradas pelo poder legislativo, então não haveria constituição, dado que o legislativo seria soberano. Essa soberania legislativa não seria uma categoria nova na filosofia política, pois ela foi defendida pelos teóricos modernos anteriores ao movimento constitucionalista, como Locke e Rousseau.

Utilizando os conceitos desenvolvidos pelos contratualistas, podemos afirmar que as constituições nasceram quando, no século XVIII, o poder legislativo abdicou da sua própria soberania por meio do estabelecimento de leis que previam um sistema de poderes divididos e limitados. Esse procedimento permitiu que se substituísse a *soberania legislativa* pela *supremacia da constituição*, embora a própria legitimidade constitucional fosse justificada com base na ideia de *soberania popular*.

Tal combinação de *constituição soberana* e *povo soberano* é paradoxal, na medida em que se reivindica para cada um desses elementos um atributo que desde Bodin é entendido como constitutivo da própria noção de soberania: a ausência de limites (1992: 8). A incompatibilidade entre esses dois elementos tem sido evidenciada por pensadores contemporâneos tanto da política quanto do direito. Essa é a tensão que Michelman chamou em 1999 de *paradoxo da democracia constitucional* (Chueri e Godoy 2010: 159), que Chantal Mouffe identificou como o *paradoxo democrático* (2000: 3) e que Loughlin e Walker identificaram como o *paradoxo do constitucionalismo* (2007: 1).

Embora a admissão explícita desse paradoxo seja nova, o diagnóstico da

tensão remonta ao fim do século XVIII, quando o abade Sieyès formulou a noção de *poder constituinte*, com a qual buscou equacionar as tensões existentes entre a *soberania popular* e a *constituição* (1997: 97). Desde então, as referências a um poder constituinte cresceram, e esta se tornou a principal categoria teórica com que se tenta anular o referido paradoxo, mediante a sustentação de que o povo permanece soberano mesmo sob a vigência de uma constituição. Todavia, é duvidosa a consistência teórica dessa articulação entre o poder ilimitado do povo e a autoridade ilimitada da constituição.

A única forma de evitar que essa dupla soberania conduza a aporias seria mostrar que existe uma *identidade necessária* entre esses dois termos, o que afastaria a necessidade de resolver eventuais colisões entre os interesses populares e as regras constitucionais. Tal identidade, porém, não passa de um postulado teórico, visto que os interesses efetivos dos indivíduos e grupos sociais podem colidir com a regulação constitucional, tal como tem ocorrido em vários países árabes ao longo deste ano de 2011. O constitucionalismo realiza essa milagrosa identificação afirmando que o *povo* é o autor da constituição e que, portanto, somente o próprio texto constitucional pode ser entendido como manifestação legítima da soberania popular. Tal perspectiva nega a legitimidade de qualquer atuação política que não seja mediada pelas instituições definidas pelo texto constitucional, fazendo com que a soberania popular seja ao mesmo tempo *fundante* da constituição e *limitada* por ela.

O constitucionalismo conduz à paradoxal admissão de uma soberania popular que precisa ser absoluta (para fundamentar a validade da constituição) e ao mesmo tempo limitada (para respeitar a validade da constituição). O presente artigo tem como objetivo realizar uma investigação arqueológica acerca de como foi possível que a teoria política desenvolvesse essa construção aporética e do modo como a elaboração da categoria de *poder constituinte* representa uma tentativa de anular o paradoxo do constitucionalismo democrático.

Arqueologia do paradoxo da soberania limitada

O caráter *absoluto* da soberania política entrou em crise desde que, no século XVII, as reflexões de Locke sobre a Revolução Inglesa apontaram para a necessidade de uma restrição aos poderes do Estado. Locke defendia que o *legislativo* era o poder supremo em toda sociedade civil, “ao qual todos os outros estão e devem estar subordinados” (1994: 173). Supremo, todavia, não significava absoluto, na medida em que até mesmo os legisladores precisavam observar as exigentes determinações de um direito natural que não impunha apenas o respeito à vida e à propriedade, mas também determinava que o governo deveria ser exercido por meio de leis permanentes,

conhecidas do povo e aplicadas por juízes imparciais (1994: 70). Tal como os demais teóricos do século XVII, Locke somente imaginou que o poder legislativo podia ser limitado por uma lei natural, e não por uma lei positiva (Gough 1994: 28).

A possibilidade de um direito positivo *supraestatal* limitar o poder legislativo foi uma invenção do constitucionalismo do século XVIII, inspirado pela tese de Montesquieu de que apenas poderes moderados eram compatíveis com a liberdade (1992: 132). Mas como seria possível restringir o poder soberano, sendo que a sua autoridade foi entendida ao longo da modernidade justamente como um poder que não encontrava limites no direito positivo? Uma *soberania limitada* parecia uma contradição, em termos e, de fato, a exigência de poderes políticos limitados implicou redefinir o próprio conceito de soberania, que sofreu uma deflação. No Espírito das Leis, por exemplo, Montesquieu usou frequentemente o termo *soberania* para se referir ao mero *poder de governar*. Essa categoria não designava uma autoridade absoluta, mas indicava apenas o atributo que caracterizava os governantes, podendo caber tanto ao povo (nas democracias), como a uma parte do povo (nas aristocracias) ou a um monarca (1992: 42).

Essa concepção de uma soberania moderada teve uma importância singular nas revoluções burguesas, pois inspirou sistemas de organização política que buscaram suplantar as dificuldades típicas dos regimes que concentravam todos os poderes do Estado nas mãos do monarca. Porém, apesar de sua inquestionável influência na modelagem das instituições políticas do século XVIII, tal perspectiva conduziu a filosofia política a paradoxos que já eram bem conhecidos desde que a filosofia grega estabeleceu a ideia de que o poder político precisava sempre de uma justificação racional.

No discurso da filosofia política, um poder somente se considera legítimo quando ele tem uma fundamentação adequada, o que levou os filósofos políticos antigos e modernos a desenvolver complexos discursos de legitimação. Esses discursos não podem apelar para a ideia de um poder político válido *em si*, pois toda autoridade deve ter por base uma autoridade que lhe é superior. Assim, admitir a existência de uma autoridade política implica pressupor que ela seja dotada de um poder fundamentado, que, por sua vez, precisa de outro fundamento e assim por diante, o que tende a nos conduzir a uma cadeia infinita de validade. Como uma cadeia infinita parece absurda, torna-se necessário quebrá-la em algum momento, o que leva à admissão de que deve existir um poder cuja validade não depende de fundamento. Tanto para os antigos quanto para os modernos, esse poder *fundante e não fundado*, esse primeiro motor imóvel da legitimidade política, era a própria *natureza*, pois cabia às sociedades humanas conformar-se aos ditames naturais percebidos pela nossa razão.

Enquanto essa concepção jusnaturalista se relaciona com o *fundamento* do poder político, a noção de soberania é uma elaboração teórica para lidar com a sua *estrutura*. O que Bodin chamou de soberania foi o mais alto poder de comando (1992: 1), referindo-se à própria capacidade de se fazer obedecido, e não ao direito de exercer o governo. *Soberania* é um conceito que designa um atributo dos governantes que exercem autoridade de forma ilimitada e perpétua, independentemente do discurso legitimador que justifica tal poder. O poder soberano se afirma como a autoridade mais alta em uma determinada esfera de governo, pois ele não reconhece existência de qualquer autoridade política que lhe seja superior. Todavia, a própria soberania não podia ser vista como o último elo na cadeia de validade, pois até mesmo o poder soberano precisava ser justificado por meio de uma referência ao direito natural.

Essa noção de soberania ganhou espaço ao longo da Idade Moderna, na medida em que o poder político se tornou centralizado nas mãos dos monarcas. Assim, ela tem uma forte vinculação com a consolidação do absolutismo, ou seja, de governos em que a autoridade monárquica centralizada suplantou as várias ordens intermediárias de poder que caracterizaram o período medieval. Ao conferir uma justificativa moderna para o poder absoluto dos Estados nacionais, Hobbes apontou que a transição do Estado de Natureza para o Estado de Sociedade implicava necessariamente a criação de uma autoridade soberana, ou seja, limitada apenas pelo direito natural.

Essa noção está presente em todas as teorias contratualistas, que ligam ao soberano político o poder de estabelecer o direito positivo que organiza uma sociedade política. Nesse sentido, as várias perspectivas contratualistas apresentam-se como teorias da *soberania*: o poder político que elas articulam, a partir do contrato social, é sempre um poder absoluto, embora a sua titularidade possa ser atribuída ao Estado, ao povo ou à nação. Mesmo em sua versão liberal, o contratualismo conduziu ao reconhecimento de um poder legislativo de caráter supremo, ainda que Locke considerasse que o povo detinha o poder de “destituir ou alterar o legislativo quando considerar o ato legislativo contrário à confiança que nele depositou” (1994: 219). Porém, mesmo nesse caso, o poder do povo se limitava à possibilidade de *destituir* um legislativo que se tornou ilegítimo por violar os direitos naturais que ele deveria proteger, o que não significava que o povo poderia exercer uma atividade legislativa direta.

Já em sua versão democrática, o contratualismo de Rousseau conduziu a um deslocamento da *soberania estatal* para uma *soberania popular*. Esse trânsito não implicou uma mudança na própria categoria de soberania, na medida em que a soberania do povo continuou mantendo as mesmas características absolutas da soberania estatal hobbesiana. Houve apenas o reconhecimento de que um governo exercido por magistrados escolhidos pelo povo nunca teria um caráter *soberano*,

dado que esses poderes eram decorrentes de uma delegação. Para Rousseau, soberano era apenas o poder legislativo exercido diretamente pelo povo, e esta autoridade não poderia ser restringida por qualquer lei ou autoridade (1993: 69).

Enquanto a soberania continuou a ser compreendida como um poder absoluto, ela não conduziu a paradoxos. Todavia, o constitucionalismo do século XVIII realizou uma mescla entre liberalismo e democracia, tomando de Rousseau a noção de que a *soberania popular* é absoluta, mas identificando essa soberania com o *poder supremo* de que falava Locke, que se esgotava na própria definição, ou redefinição, do poder legislativo. Esse trânsito conceitual faz uma alteração sutil, mas imensa, no sentido da própria soberania popular, que deixa de ser um *poder de autogoverno* para tornar-se um *fundamento do poder de governo*. Nas modernas democracias indiretas, o poder soberano do povo somente pode ser utilizado para nomear representantes que governem *em seu nome* e, nessa medida, servir como mecanismo para legitimar os atos das instituições políticas. Essa mudança no sentido político da soberania popular não foi operada pelos contratualistas, mas pelos constitucionalistas, que tentaram estabelecer um *governo limitado* fundado em uma *soberania ilimitada* e estruturado por uma *lei suprema*. E a fonte do paradoxo está justamente em submeter o governo a duas supremacias distintas: a do povo e a da lei.

Foi dentro desse quadro conceitual que o movimento de constitucionalização iniciado com a independência dos EUA compreendeu a si próprio. O famoso *we the people*, com que começa a Constituição dos EUA, é uma clara manifestação de que a promulgação da constituição foi vista como exercício direto da soberania popular. A Convenção da Filadélfia, que elaborou o projeto que deu origem ao texto constitucional, não foi convocada para esse fim e em momento algum se julgou investida no direito de estabelecer uma constituição. Madison, no artigo n. 40 do *Federalist Papers*, analisa essa questão de forma minuciosa, buscando mostrar que a Convenção da Filadélfia foi convocada pelos *United States in Congress assembled* com o objetivo de “*revising the Articles of Confederation, and reporting to Congress and the several legislatures such alterations and provisions therein, as shall, when agreed to in Congress, and confirmed by the States, render the federal Constitution adequate to the exigencies of government and the preservation of the Union*”. Portanto, a Convenção não poderia impor a instituição de uma Federação, mas apenas sugerir ao *povo* que adotasse a proposta realizada. Por isso, todos os que consideram que o Congresso excedeu os seus poderes ao propor uma constituição devem levar em conta que “*as the plan to be framed and proposed was to be submitted to the people themselves, the disapprobation of this supreme authority would destroy it forever; its approbation blot out antecedent errors and irregularities*”.

Porém, na medida em que o exercício dessa soberania se cristalizou em um

conjunto de regras escritas, que somente pode ser modificado segundo um sistema bastante rígido de emendas, temos que a invenção do *constitucionalismo* constitui uma proteção do texto constitucional contra a própria soberania do povo, que ficou esvaziada na medida em que não seria mais possível admitir que uma manifestação espontânea do povo fosse considerada uma manifestação de sua soberania.

A Constituição dos EUA formulou uma nova ideia de povo (o povo dos EUA, que não se confundia com o povo de cada um dos Estados Confederados) e criou um sistema por meio do qual se poderia considerar que ele manifestaria a sua vontade: o rígido sistema de emendas. Essa autolimitação original de um povo constituído pela própria constituição passou a ser *impositiva* para o próprio povo assim constituído, instituindo a noção de que a soberania somente poderia ser manifestada *na forma da lei*. Com isso, apesar de utilizar a semântica de Rousseau, a instituição de uma lei suprema que estabelece uma democracia representativa termina por esvaziar a noção original de soberania popular.

A grande invenção do constitucionalismo foi o estabelecimento de uma estratégia jurídica inovadora: a definição de normas positivas supraestatais, que derivassem diretamente do exercício soberano do povo e que, nessa medida, não fossem sujeitas à alteração pelas autoridades políticas. Depois de séculos procurando estabelecer critérios para definir uma *autoridade legítima*, surgiu uma teoria filosófica que pretendeu deixar vazio o lugar da máxima autoridade política. Estava criado o moderno *direito constitucional*: textos legislativos que estabeleciam a organização e os limites do poder do Estado e que, por isso mesmo, não poderiam ser modificados pelas próprias autoridades políticas, exceto de acordo com o difícil processo definido pelo próprio texto constitucional. No plano da lógica, evita-se o paradoxo da *soberania limitada*, pois continua sendo afirmado o caráter absoluto do poder popular. No plano prático, porém, a supremacia da constituição afastava a *soberania do povo*, pois estava escrito que somente pela letra da lei é que o povo poderia falar.

O caráter paradoxal dessa autolimitação da soberania tem sido apontado por vários filósofos políticos, tal como Chantal Mouffe, que no seu livro *The democratic paradox* afirmou que “what cannot be contestable in a liberal democracy is the idea that it is legitimate to establish limits to popular sovereignty in the name of liberty. Hence its paradoxical nature” (2000: 3-4). Nessa obra, ela questiona a tendência atual de desvincular a democracia da noção de *soberania popular*, para ligá-la apenas à vertente liberal que a identifica *democracia* com a mera presença do Estado de Direito e dos direitos humanos. Essa preocupação, tão marcante no mundo contemporâneo, não é propriamente nova, na medida em que são argumentos muito semelhantes aos de Mouffe que conduziram o abade de Sieyès a formular o conceito de *poder constituinte*.

O poder constituinte é uma categoria criada pelo abade Sieyès em 1788 com o objetivo de justificar a possibilidade de o terceiro estado realizar a convocação de uma Assembleia Nacional para redefinir a constituição francesa. Trata-se, portanto, de um conceito originalmente revolucionário, voltado a contrapor-se ao próprio constitucionalismo francês da época, segundo o qual seria impossível a qualquer um alterar a forma de governo estabelecida na constituição. Embora não houvesse uma constituição liberal escrita, o próprio Sieyès reconhece que havia uma constituição no sentido de regras que definiam a organização do governo e que nenhuma entidade governamental poderia alterá-las (1997: 97).

Assim, o poder constituinte nasceu como um argumento para legitimar a mutação constitucional, suplantando a tese constitucionalista de que a vontade da maioria não pode alterar a constituição. A tese de Sieyès deve ser compreendida em seu contexto, já que, diferentemente do que ocorre nas constituições escritas, a constituição consuetudinária da França não tinha mecanismos que possibilitassem a sua alteração por qualquer dos poderes políticos. Assim, a mutação constitucional precisava ser justificada diretamente na *soberania*, que foi lida juridicamente por Sieyès como um *poder constituinte* de titularidade da nação.

Hoje, a existência de mecanismos institucionais de mudança torna normalmente desnecessária a argumentação de Sieyès, já que boa parte das regras constitucionais pode ser alterada mediante emenda. Todavia, a questão levantada pelo abade revolucionário não perdeu sua força porque uma série de normas não pode ser modificada mediante emendas constitucionais (as ditas *cláusulas pétreas*) e porque cada vez se tornam mais comuns as tentativas de convocar assembleias restritas para promover alterações na constituição que não seguem o rito nela previsto. Essas questões atualizam o problema de Sieyès, que é o de definir em que medida as regras constitucionais existentes podem impor limites ao exercício da soberania nacional.

Essa pergunta foi enfrentada pelo abade em um panfleto no qual ele procurava responder à questão: *o que é o terceiro estado?* Essa não é uma pergunta sobre quem é o povo, entendido como a totalidade dos cidadãos, mas sobre qual é o lugar ocupado por esse conjunto de pessoas que se define por exclusão: não são nobres e não são clero. Como esclarece o próprio Sieyès, o terceiro estado é “o conjunto dos cidadãos que pertencem à ordem comum” e que, nessa medida, não tem qualquer privilégio (1997: 58).

O terceiro estado compunha a maioria dos súditos de um Estado em que não havia qualquer reconhecimento de um direito à maioria, pelo simples fato de ser maioria. O terceiro estado não tinham um espaço privilegiado na sociedade feudal,

por isso mesmo, eram os seus integrantes que desejavam reestruturar a sociedade de um modo que ela contemplasse os seus interesses. Em 1788, essa acomodação de interesses não implicava necessariamente uma exigência radical de democracia, tanto que o próprio Sieyès sintetiza sua posição nos seguintes pares de pergunta e resposta:

1ª) Que é o Terceiro Estado? Tudo.

2ª) O que tem sido ele, até agora, na ordem política? Nada.

3ª) O que é que ele pede? Ser alguma coisa. (1994: 51).

Apesar de constituir a maioria, o terceiro estado não estaria postulando uma exclusão política da nobreza e do clero, mas apenas “ter verdadeiros representantes nos Estados Gerais, ou seja, deputados oriundos de sua ordem, hábeis em interpretar sua vontade e defender seus interesses”, tendo “uma influência pelo menos igual à dos privilegiados e um número de representantes igual ao das outras duas ordens juntas” e que os votos se contassem por cabeça, e não por ordem. (1997: 63) Essa proposta acarretaria uma sensível redução dos poderes da nobreza e do clero, e Sieyès tinha consciência de que isso a tornava absolutamente inaceitável para o primeiro e o segundo estado. Então, como seria possível operar legitimamente tal modificação? É nesse ponto que o abade exerce sua criatividade jurídica e termina por formular a oposição teórica entre *poder constituinte* e *poder constituído*.

Primeiramente, ele reconheceu que a França tinha uma constituição, ou seja, uma organização do seu próprio governo, definida por leis positivas. Tal reconhecimento foi importante porque Sieyès percebia que a proposta do terceiro estado não era a de uma simples alteração legislativa, mas de uma alteração *constitucional*, na medida em que implicava uma modificação na estrutura do governo. Esse era justamente o argumento dos conservadores: as regras constitucionais precisavam ser respeitadas, dado que elas próprias é que definiam a divisão dos três estados. Por acaso, esse é o mesmo argumento utilizado por todos os ditadores do norte da África e do Oriente Médio para justificar a manutenção do seu poder face às crescentes revoltas que se acirraram na região no início de 2011. Essa utilização revelava o potencial conservador do argumento constitucional: o respeito à ordem instituída impedia as pretensões do povo de aumentar a sua representatividade.

Mas quem pode legitimamente estabelecer a constituição? “Em cada parte, a constituição não é obra do poder constituído, mas do poder constituinte” (1997: 94), cujo titular é o ente político soberano, que Sieyès identificava com a *nação*. Essa nação soberana é que delega ao governo os seus poderes, que são apenas os necessários para manter a boa ordem. A ideia de que os poderes do governo são constituídos, e portanto limitados, reforçava o argumento dos conservadores, na medida em que

“nenhuma espécie de poder delegado pode modificar nada nas condições de sua delegação” (Sieyès 1997: 94). A defesa dessa posição tendia a estabelecer a constituição política como *imutável*, na medida em que nenhum governo ou movimento popular poderia alterá-lo. Mas havia uma possibilidade em aberto: a constituição poderia ser modificada mediante uma manifestação direta da nação soberana.

A tese de Sieyès era a de que a nação não estava submetida à constituição, pois “seria ridículo supor a nação ligada pelas formalidades ou pela constituição a que ela sujeitou seus mandatários” (1997: 95). A constituição é uma norma do direito positivo, que constrange apenas os governos, mas não a própria nação que a constituiu e que, portanto, pode modificá-la a qualquer momento. Aqui, a inspiração de Rousseau permite um passo além do que seria o poder supremo do povo de Locke: a alteração constitucional poderia ocorrer em virtude de uma mudança na opinião coletiva, e não apenas em razão de uma quebra do contrato social.

O argumento de Sieyès é forte tanto no uso da categoria política de *soberania nacional*, quanto na apropriação do conceito jurídico de *representação*. Se o governo é um representante da nação, então existe aí uma espécie de procuração e quem constitui um procurador sempre pode desconstituí-lo, mesmo que o representante não tenha praticado atos ilícitos. Além disso, os poderes do procurador são sempre limitados e entre eles nunca pode estar o de alterar a própria procuração. Ao submeter o *governo* às categorias jurídicas de *representação*, tratando-o como uma espécie de procurador, ganha densidade o argumento de que seria absurdo que o governo (ou seja, os Estados Gerais) tivesse o poder de alterar a sua própria composição. E também ganha força a tese de que o *outorgante* pode alterar os limites da procuração, desde que fale em nome próprio.

Com isso, Sieyès abriu a caixa de Pandora constitucionalista: desejamos um governo limitado, mas fundamentamos essa limitação em uma soberania nacional ilimitada. Portanto, nenhuma nação “pode impor deveres a si mesma”, nenhuma constituição pode limitar a força criativa do soberano. A soberania não é o poder de destituir o tirano, mas o poder de se autorregular. Assim, quem fala *em nome da nação* tem um poder absoluto: o poder constituinte. Mas quem pode falar em nome da nação? A resposta de Sieyès foi: uma assembleia escolhida pelo povo, na qual deve ser respeitado o direito de igualdade, de tal forma que a representação se dá *por cabeça*, e não *por ordem*. Aqui vem o golpe de mestre: o poder de definir a constituição dos Estados Gerais não pode repetir a organização dos estamentos feudais, mas deve respeitar a igualdade moderna em uma eleição voltada a selecionar *representantes extraordinários* que exercerão a plenitude do *poder constituinte*.

Mas quem poderia convocar tais eleições? Quem poderia definir os critérios pelos quais seriam eleitos os representantes? Aqui a lógica de Sieyès foi sobrepujada

pelo seu engajamento, e ele respondeu a essa questão com outra pergunta: “quando a salvação da pátria é necessária para todos os cidadãos, vai-se perder tempo perguntando-se quem tem o *direito* de convocar?” (1994: 102). Até esse ponto, Sieyès seguia rigorosamente as regras do discurso jurídico: todo poder tem um titular, todo governo é limitado, o soberano atribui poderes ao governo por meio de uma relação de representação e ele pode alterar a qualquer momento esses poderes. Aqui ele rompeu o argumento porque a lógica jurídica seria reconduzida aos seus paradoxos: quem tem direito de estabelecer os modos pelos quais o soberano se manifestará? Essa é uma pergunta que transcende a lógica jurídica, baseada na oposição original entre *constituínte/constituído*. É evidente o absurdo do poder constituído ter a possibilidade de ordenar ao poder constituínte que se manifeste e de conformar essa manifestação. Assim, é incompatível com o rigor do discurso jurídico a conclusão de que “se o príncipe [...] é incompetente para decidir sobre a Constituição, não podemos dizer o mesmo quanto à provocação dessa decisão: a convocação geral”. (1994: 102).

Mas era evidente que o príncipe não convocaria uma assembleia geral voltada a diminuir os seus poderes, de modo que Sieyès propõe que o próprio Terceiro Estado, que compunha 95% da população, convocasse uma Assembleia Nacional formada por representantes excepcionais do povo, voltada a estabelecer uma nova constituição. Como os outros 5% se negariam a legitimar esse procedimento, bastaria estabelecer que as decisões deveriam ser tomadas por uma maioria que sobrepujasse também o número dos deputados que caberiam ao clero e à nobreza (1994: 111). Assim, a Assembleia Nacional, convocada pelo terceiro estado e composta por seus integrantes, poderia falar pela nação e teria um *poder ilimitado*.

Portanto, a formulação inicial de Sieyès foi uma tentativa de tornar delegável a *soberania popular*, que dentro das categorias políticas existentes não era passível de delegação. Mesmo a Constituição dos EUA tinha sido elaborada por uma Convenção (que, aliás, não havia sido convocada para essa finalidade) e somente se considerou válida na medida em que foi aprovada pelo que se entendeu considerar a *vontade soberana do povo*. O abade revolucionário precisou identificar que o *povo soberano* tem *poder constituínte*, possibilitando enxergar nesse elemento apenas uma das facetas da soberania.

Utilizando a linguagem do direito civil, que diferencia os *poderes gerais* dos *poderes especiais* que se pode conferir a um procurador, Sieyès elaborou uma concepção na qual o *poder constituínte* poderia ser conferido a uma Assembleia, a qual teria o poder de elaborar o texto constitucional sem a mediação do próprio povo. Essa operação resolve simultaneamente dois problemas. Em primeiro lugar, confere-se solidez jurídica à argumentação de que a existência de uma Constituição não pode servir como argumento legítimo para limitar a soberana vontade da nação. Em

segundo lugar, o poder de elaborar a constituição era entendido apenas como um elemento delegável da *soberania popular*, desde que essa delegação fosse realizada por meio de uma eleição com a finalidade especial de constituir uma Assembleia, cujo poder se esgotaria no momento do seu exercício.

É preciso ressaltar que o pensamento de Sieyès era comprometido com a noção liberal de governo limitado, na medida em que ele inviabilizava a constituição de um governo que se instituísse como soberano. O extraordinário poder de fazer a constituição tem um limite claro: por se esgotar no estabelecimento das regras constitucionais, ele nunca pode ser atribuído ao governo. Em nome do *poder constituinte*, não se podem fazer leis, não se podem estabelecer políticas, não se pode governar um povo. Em suma, ele não pode ser confundido com a própria soberania, que, na semântica democrática, tem como único titular o povo. Portanto, nenhum órgão governamental poderia exercer o *poder constituinte*, já que ele se anularia no momento em que próprio governo seria constituído.

Ao dar este último passo, Sieyès terminou por oferecer uma construção mais semelhante à de Locke do que à de Rousseau: o poder constituinte da Assembleia se esgota na definição da divisão dos poderes e na estruturação do Estado. O poder legislativo não poderia ser exercido como *soberania*, mas apenas como poder constituído, vez que a autoridade popular ficava restrita à nomeação de representantes para exercer o poder específico de *estabelecer* uma nova ordem jurídica. Nessa medida, a teoria do *poder constituinte* conseguia equilibrar o dogma democrático da soberania popular como o dogma liberal de que nenhum governo deve ser soberano. Assim, por mais que o poder constituinte seja inspirado na categoria democrática de soberania popular, a utilização desse conceito é inevitavelmente ligada à semântica liberal.

Soberania do povo x soberania da lei

O conceito original de Sieyès utilizava a lógica jurídica contra si própria, para justificar a alteração constitucional por meio da eleição de uma assembleia com poderes específicos para modificar a ordem constitucional. *Soberania* é um conceito político, mais do que jurídico, pois indica um poder absoluto, superior a todas as regras positivas, cuja única limitação possível seria o próprio direito natural. O poder absoluto sempre transcende o discurso jurídico, que se volta exclusivamente ao exercício de poderes limitados: onde não há limitação, não há deveres, e onde se rompe a dualidade *direito/dever*, o discurso jurídico apenas é capaz de multiplicar paradoxos.

Por isso cabia razão a Kelsen ao afirmar que o discurso jurídico somente faz sentido quando se parte da ficção de que existe uma norma fundamental, cuja existência é paradoxal justamente por romper a noção de que a validade de uma norma

exige sempre um fundamento externo a ela (2003: 215). A *validade em si* é uma noção contraditória, mas esse contrassenso é estabelecido pela simples admissão do conceito de validade, sem o qual é impossível o discurso jurídico. Na base do discurso teórico, há sempre o delírio platônico da *coisa em si*, cuja ocultação se dá por meio de uma profissão de fé ou de uma admissão da ficcionalidade.

O caminho de Sieyès é o primeiro: é evidente que a nação é *naturalmente* soberana, ou seja, ela é dotada de um poder que não exige justificação. Esse poder absoluto não pode ser limitado nem pode ser objeto de abdicação porque, como afirmava Rousseau, “o próprio povo não pode, mesmo que o quisesse, despojar-se desse direito incomunicável porque, de acordo com o pacto fundamental, a vontade geral é a única que obriga os particulares” (1993: 54). Por isso, o poder constituinte permanece intocado mesmo na vigência de uma constituição, que pode ser alterada a qualquer tempo por mediante uma manifestação da nação soberana. Porém, se esse poder é *ilimitado*, quem poderia estabelecer os modos pelo qual ele seria exercido? Como poderia uma determinada assembleia ser considerada *investida* do poder constituinte, uma vez que ela seria escolhida por certos membros do povo, segundo um procedimento determinado por alguma organização política? Nesse contexto, parece inviável a pretensão de Sieyès no sentido de que o terceiro estado poderia se autoconvocar para exercer o poder constituinte, dado que isso implicaria a admissão de que um grupo *não dotado de poder constituinte* teria a faculdade de conformar o *poder soberano*. No direito, esse é um problema paradoxal, pois a autoridade somente pode derivar da autoridade.

Na política, contudo, essa situação não é paradoxal: toda vez que haja condições políticas para que uma determinada manifestação *seja compreendida* como expressão de um poder ilimitado, estaremos frente ao poder soberano. E toda vez que é possível limitar *juridicamente* um determinado poder, não estamos face à soberania. Além disso, a soberania é entendida como um *poder e*, portanto, ela somente pode ser compreendida como *poder de alguém*. Faz parte do pensamento jurídico, que conformou a filosofia política moderna, a noção de que *todo poder tem um titular e*, portanto, pensar a soberania implica identificar quem é a autoridade soberana. Essa tendência permanece forte até em teóricos contemporâneos, como Negri, que identifica o problema do poder constituinte na identificação de “um sujeito adequado ao procedimento absoluto” (1999: 42).

O principal representante desta ideia é Carl Schmitt, que desenvolveu uma teoria constitucional que acentua o caráter absoluto da soberania. Schmitt adotou as categorias formuladas por Sieyès, especialmente a compreensão de que o poder constituinte é uma dimensão da soberania, reconhecendo inclusive que a Assembleia Constituinte é qualitativamente distinta do parlamento (Schmitt 1982: 50). Ele

notou que o problema da teoria liberal deriva da tentativa de substituir a *soberania do povo* pela *soberania das leis*, que não passa de uma ficção da linguagem jurídica. Como resume Scheuerman, “liberals refuse to concede the unavoidable limits of normativism. Nonetheless, they still must grapple with the exigencies of a political universe inconsistent with their normativistic inclinations” (1996: 306). Schmitt identificou que a teoria constitucional do Estado burguês de Direito é incapaz de lidar com o conceito de soberania porque ela parte da premissa de que a validade jurídica do texto constitucional é absoluta, um pressuposto que “no presenta otro resultado que el de dejar en la sombra una cuestión tan fundamental como la de la soberanía” (1982: 123).

Para Schmitt, o normativismo levou a teoria jurídica liberal a “dejar desatendidos, o desconocer, fenómenos esenciales de la vida constitucional” (1982: 23), que é política e não jurídica, e portanto não se explica com base em ficções. Politicamente, não faz sentido falar em uma validade absoluta de qualquer norma, inclusive das próprias constituições, visto que elas somente valem em decorrência de uma decisão. “La Constitución no es, pues, cosa absoluta, por cuanto no surge de si misma [...]. No se da a sí misma, sino que es dada por una unidad política concreta” (1982: 46).

Mas de onde vem a validade dessa decisão constitucional? Para um normativista, como Kelsen, a validade de uma ordem somente pode ter como fundamento uma norma. Por trás da autoridade suprema, é preciso supor a existência de uma norma suprema que estabelece essa própria autoridade, o que implica uma prioridade lógica do direito sobre a política. Schmitt, porém, resolve essa questão do modo oposto: ele reconhece que acima de toda norma existe uma decisão política, de tal forma que não se pode pensar uma regra sem uma autoridade que a determina. Ele reconhece que o problema de quem pode emitir a Constituição é uma questão de força e não de autoridade (1982: 97) e que “toda unidad política existente tiene su valor y su ‘razón de existencia’ no en la justicia o conveniencia de normas, sino en su existencia misma”. E completa, estabelecendo o primado ontológico da política sobre o direito: “Lo que existe como magnitud *política*, es, jurídicamente considerado, digno de existir.” (1982: 46).

Essa precedência do poder sobre a norma aparece em Schmitt como uma forma de *decisionismo*: a própria Constituição é instituída por uma *decisão política* por meio do qual uma unidade política define autonomamente a sua forma de organização (1982: 66). Nessa medida, Scheuerman aponta que a principal diferença entre a teoria de Schmitt e o constitucionalismo liberal é o fato de que a validade do direito positivo não é derivado de uma norma pretensamente legítima (a Constituição), pois a legitimidade “ultimately can refer to nothing more than the efficacy of a particular set of political power holders or decision-makers” (1996: 308).

Tal concepção, que aponta para um governo de homens e não de leis (1996: 301), é perfeitamente acoplada às perspectivas tradicionais do contratualismo, que somente são capazes de explicar devidamente o fenômeno do *governo* a partir de referências a entidades políticas dotadas de um poder absoluto. Hobbes, por exemplo, com sua lógica rigorosa e absolutamente iliberal, estabeleceu com clareza que o contrato social *instituiu* um homem ou uma assembleia como soberano na medida em que atribuiu a eles um poder que não é submetido a qualquer regra de direito positivo (1997: 144). Portanto, não faria sentido algum em Hobbes a distinção *poder constituinte/constituído*, na medida em que o poder dos governantes era ilimitado. Rousseau herdou de Hobbes esse caráter ilimitado da soberania, embora tenha deslocado a sua titularidade do *governante* para o *povo*. Nessa medida, Rousseau precisou diferenciar claramente o *soberano* (que é o povo) e o *governo*, que não passa de um ministro competente para exercer a administração. Apesar disso, na perspectiva de Rousseau, não faria sentido a distinção poder constituinte/constituído porque a legislação é uma prerrogativa do soberano e, portanto, não está sujeita a limites. Caberia ao governo apenas aplicar as leis, o que excluiria de pronto a sua legitimidade para alterar os limites de sua própria autoridade, que somente poderia ser estabelecida pelo legislador, ou seja, pelo próprio soberano, já que “o poder legislativo pertence ao povo e só pode pertencer a ele” (1993: 69).

Por mais que a noção de direito natural fosse importante para justificar a validade do contrato social tanto em Hobbes quanto em Rousseau, nas concepções desses filósofos os direitos naturais não funcionam como limites políticos ao exercício do poder soberano. Mesmo Locke, que impunha ao soberano o dever de respeitar os direitos naturais, não estabeleceu a possibilidade de que fossem instituídos *politicamente* limites jurídicos à soberania. Nenhum dos contratualistas clássicos, portanto, defendeu uma estrutura política semelhante à dos Estados de Direito contemporâneos, visto que o contrato social estabelece uma autoridade suprema, cujo caráter absoluto é necessário para que ela possa estabelecer o próprio direito positivo. Nessa medida, o legislador é sempre *legibus solutus*, justamente por ser soberano.

A noção de um legislador *não-soberano* é construída com outras bases, que remontam ao governo misto de Políbio na antiguidade, ao republicanismo de Maquiavel no renascimento e às teses modernas de Montesquieu. A noção de *soberania da lei*, e não de um conjunto de homens (povo, nação, assembleia, monarca) é uma invenção do século XVIII, que buscava um governo de leis e não de homens, que foi coroada pela inovação dos EUA em posicionar uma *constituição jurídica escrita* acima de todos os *poderes políticos*. Como sintetizou Thomas Paine “in America the law is king. For as in absolute governments the King is law, so in free countries the law ought to be King; and there ought to be no other” (1776).

Herdamos de Montesquieu a noção de que o governo legítimo deve sempre ser *moderado*, ou seja, deve ser limitado. Todo poder político absoluto, ou seja, todo poder *soberano*, tende a conduzir a formas despóticas de governo, e por isso mesmo devemos construir instituições políticas que impeçam a concentração absoluta do poder. Quem tem direito de estabelecer uma constituição desse tipo? A resposta a essa pergunta é irrelevante no contexto de Montesquieu, que não se importa com a justificação filosófica do poder, mas com a identificação de estruturas de governo capazes de promover a liberdade. O sistema político não se justifica por sua adequação a um direito natural, mas pela sua capacidade de gerar um governo moderado, onde seja possível haver cidadãos livres. “A liberdade política só existe nos governos moderados. Mas ela [...] não existe nestes senão quando ali não se abusa do poder; temos porém a experiência eterna de que todo o homem que tem em suas mãos o poder é sempre levado a abusar do mesmo; e assim irá seguindo, até que encontre algum limite” (1992: 132)

Nesse contexto, tampouco é necessário tratar da noção de poder constituinte, dado que ele não passa de uma apropriação jurídica da ideia de soberania. Assim, estamos frente a um uso da categoria de *soberania popular*, da autoridade suprema do povo para definir sua forma de organização. Em nenhum momento se supôs que essa soberania pudesse ser *delegável* a uma assembleia nem que ela se encerrasse no estabelecimento das regras constitucionais.

Até o fim do século XVIII, portanto, a ideia de poder constituinte não tinha espaço para aflorar, dado que a neutralização da soberania popular pela edição da constituição escrita torna inútil, para não dizer francamente subversiva, a ideia de que uma manifestação espontânea do povo poderia alterar as regras constitucionais. Por mais que seja possível falar que o Federalist Paper n. 40 lida com a noção de *poder constituinte*, essa é uma utilização metonímica da categoria, em que soberania popular (absoluta e indelegável) é tomada como poder constituinte (delegável a uma assembleia). Além disso, quem determinou que a aprovação de 9 estados poderia dar validade a uma constituição estabelecida sobre os cidadãos de todos os 12 estados? Quem determinou que os votantes falariam em nome do povo, por meio de assembleias organizadas pelos congressos de cada Estado? A determinação do processo por meio do qual o *povo* se faz ouvir é simultaneamente a determinação de quem é o povo e a submissão da soberania a decisões previamente tomadas pelos poderes políticos. É possível o povo falar de outro modo? Talvez não seja. Mas é curiosa a nossa capacidade de acreditar que o resultado desse procedimento possa ser compreendido como uma expressão da soberania popular. Como questionou o antifederalista Henry aos delegados da Convenção de Ratificação da Virgínia: “What right had they [in the Philadelphia Convention] to say, *We the people?* Who authorized them to

speak the language of, *We the people*, instead of, *We the states?*” (Frank 2007).

O constitucionalismo americano promoveu o deslocamento da soberania do povo para a lei, que continua presente em nosso imaginário sob o título de *supremacia da constituição*, criando assim um conceito paradoxal: a *soberania da lei*. A *soberania* de uma pessoa ou de um corpo político podia ser uma categoria injusta, mas não era paradoxal. Um poder político soberano era um poder absoluto, no plano do direito positivo, e isso é plenamente compreensível. A soberania política é uma categoria abstrata (como toda categoria), mas que se refere a uma realidade concreta: uma instituição que não admite sua subordinação a outras. Já a soberania da lei nos remete aos paradoxos do discurso jurídico, ligado ao fato de que toda lei é feita por uma autoridade. Uma lei soberana somente poderia admitir, acima dela, o direito natural. Todavia, essa ligação precisa ser mediada por uma autoridade que tenha o poder de elaborá-la, de tal forma que a soberania da norma não se sustente sem a soberania do legislador constituinte. Como pode esse poder soberano se anular no momento em que a constituição é elaborada?

Poderia Deus criar uma pedra tão grande que Ele não fosse capaz de levantá-la? Essa velha questão escolástica revela o paradoxo de todo poder ilimitado: pode ele limitar-se a si próprio? Uma vez que o povo exerça sua soberania para limitar a si próprio, criando uma *constituição* que define limites para o exercício do poder, seria essa *limitação* reversível? Sieyès enfrentou uma variação desse problema: se o povo cria uma constituição e não estabelece mecanismos de mudanças, devemos entender que ela é por isso mesmo imutável? A resposta dele foi evidentemente um *não*, com o qual ele se opôs à vertente do constitucionalismo que apresentava a constituição como uma *anulação autônoma* da soberania.

Essa foi a anulação promovida pelo constitucionalismo liberal de matriz norte-americana, que curiosamente forneceu aos conservadores franceses os argumentos necessários para afirmar que o terceiro estado não poderia alterar a constituição, ainda que se tratasse de um estamento majoritário. Assim, a formulação de Sieyès acerca de um *poder constituinte* pode ser interpretada como uma revolta contra o elemento conservador do constitucionalismo, que negava expressão direta à soberania popular.

Desde Locke, a teoria liberal somente reconhece ao povo o poder de estabelecer o poder legislativo, que seria a autoridade suprema do Estado. Com a inspiração de Montesquieu, o poder supremo foi fracionado em diferentes poderes, e o estabelecimento dessa divisão de poderes exigiu a elaboração de normas jurídicas supraestatais, as constituições. A reação de Sieyès pode ser interpretada como uma tentativa de articular esse constitucionalismo liberal a uma política revolucionária: não se tratava de uma rejeição do constitucionalismo, mas a tentativa de levar a sério o dogma da *soberania popular*, que não poderia se esgotar em um momento

passado, pois a sua perenidade era necessária para justificar a revolução. Todavia, o constitucionalismo precisava confinar esse ímpeto aos momentos revolucionários, de tal forma que promoveu uma redução da *soberania popular* ao *poder constituinte*.

A afirmação do *poder constituinte* do povo, como dimensão permanente de sua soberania, parece implicar uma negação direta da *supremacia da constituição*, o que motivou Negri a afirmar que “o poder constituinte resiste à constitucionalização” (1999: 7). Todavia, a perspectiva adotada pelo constitucionalismo liberal possibilita a articulação desses conceitos mediante o esvaziamento da soberania popular, que é reduzida a um poder episódico mediante uma teoria do poder constituinte inspirada na construção de Sieyès.

A crítica da teoria liberal do poder constituinte

A percepção dessa tensão entre *constitucionalismo* e *poder constituinte* é reiterada na primeira frase do *O poder constituinte* de Antonio Negri: “Falar de poder constituinte é falar de democracia” (1999: 7). Seguindo os passos de Negri, somos levados a concluir que falar de poder constituinte também significa contrapor-se ao constitucionalismo liberal, visto que este “é um aparato que nega o poder constituinte e a democracia” (1999: 444).

Não obstante, ao longo dos últimos duzentos anos, foi sendo construída uma teoria *liberal* do poder constituinte, que se utiliza da mesma terminologia de Sieyès, mas tem uma finalidade oposta: não se trata de liberar a potência da soberania nacional face aos limites de uma dada constituição histórica, mas de contribuir para a anulação prática da própria noção de soberania como poder *absoluto*. Na base dessa concepção está a noção de que todo poder absoluto é indesejável, ainda que seja o poder absoluto do povo. Rousseau dedicou-se com cuidado a substituir o *rei* pelo *povo no velho dito inglês the king can do no wrong*. A *volonté générale* nunca pode estar errada na medida em que ela é a própria razão. Mais fácil é admitir que nenhum procedimento pode conduzir a esta *vontade geral*, que não é a vontade da maioria nem a de todos nem a de alguma assembleia, mas apenas pode ser identificada na razão do povo e que, nessa medida, mantém-se como critério transcendental para a avaliação da legitimidade (1993: 54).

Pode o povo ser *antidemocrático*? Essa é uma pergunta curiosa, pois se *demos* significa *povo*, ela conduz a uma contradição, em termos. Não é à toa que a palavra *democracia* somente adquiriu um viés positivo em pleno século XIX, especialmente depois da obra de Tocqueville, que acentuou as virtudes igualitárias dos governos democráticos, mas acentuou também o quanto esse igualitarismo poderia trazer riscos à *liberdade*. Seguindo essa intuição, muitos autores modernos mantêm

acesa a análise das tensões latentes (e inevitáveis) entre o princípio *igualitário* da democracia e o princípio *liberal* da *liberdade*. O fato de essas duas demandas terem movido as revoluções burguesas não implica que haja uma implicação direta entre eles. Rousseau, em especial, defendeu uma versão *absoluta* da democracia. Locke defendeu um liberalismo que não precisaria ser democrático. Ao longo do século XX, esses dois elementos foram sendo gradualmente combinados, até que se consolidasse no senso comum a ideia de que “não só o liberalismo é compatível com a democracia, mas a democracia pode ser considerada como o natural desenvolvimento do Estado Liberal” (Bobbio 2000: 42).

Essa identificação é tão grande que autores como Cunningham chegam a afirmar que “quase todas as democracias ou aspirantes à democracia são tipicamente descritas, em círculos teóricos e em discursos populares, como democracias liberais” (2009: 38). Embora a maioria dos teóricos ainda tenda a explorar as convergências entre esses dois elementos, há pensadores atuais que têm explorado as tensões entre liberalismo e democracia. Atualmente, podemos destacar os trabalhos de Chantal Mouffe (2000) e Antonio Negri (1999), que partem das reflexões de Carl Schmitt para acentuar o potencial heurístico de reconhecer que a semântica democrática não é redutível à liberal. Como apontou, William Scheuerman, em um momento no qual o constitucionalismo liberal voltou a ser alvo de críticas, muitos teóricos se inspiraram na “ambitious Weimar-era critique of the fundamentals of liberal constitutionalism” (1996: 300) que Schmitt empreendeu na década de 1920, defendendo, especialmente, que “liberal institutions essentially invalidate democratic politics, making these two political approaches fundamentally incompatible with one another” (Wolin 1990: 402).

Esta perspectiva contrapõe-se à visão hegemônica que tende a identificar *Estado Democrático* com *Estado Liberal* e a qualificar como *totalitarista* (o que significa praticamente *mau em si*) todo argumento em que “os sacrossantos princípios do liberalismo não sejam glorificados” (1999: 47). Tal percepção levou Negri a realizar uma crítica minuciosa à teoria liberal do poder constituinte, cuja categoria funciona apenas como um critério para determinar os limites do poder constituído. Poder constituinte é justamente aquilo que o legislador ordinário *não tem*, o que faz com que os seus atos desbordantes das competências definidas no texto constitucional devam ser anulados por meio do controle de constitucionalidade. O *judicial review*, que talvez seja a instituição liberal mais contrária ao princípio democrático majoritário, utiliza-se recorrentemente de referências ao poder constituinte, mas apenas para dizer que ele não está ali. Enquanto o discurso democrático de Sieyès pretendia afirmar a *presença* da soberania onde os poderes constituídos se negavam a enxergá-la, o discurso liberal se utiliza dessa categoria apenas para afirmar que a

soberania do povo não pode ser utilizada como critério válido para se contrapor à soberania da constituição. Negri procedeu a uma desconstrução do mecanismo que “encerra o poder constituinte em um mecanismo jurídico” para melhor controlá-lo, mostrando com clareza que os infundáveis debates jurídicos sobre o poder constituinte não fazem senão anulá-lo, especialmente as discussões acerca da *natureza jurídica* do poder constituinte e de sua *titularidade*.

Nas análises jurídicas sobre o poder constituinte, é comum a afirmação de que ele se trata de um poder pré-jurídico, o que o coloca fora do alcance do direito positivo. Como aquilo que está fora desses limites ultrapassa as fronteiras da *dogmática jurídica*, esta deveria se calar acerca dessa categoria, visto que as normas positivas não podem regular o exercício nem a configuração do poder constituinte. Afirmações sobre esse poder deveriam fazer parte da *filosofia do direito*, e não da dogmática jurídica, pois o que está em jogo é a definição dos próprios critérios de juridicidade que podem fundar uma determinada dogmática. Alexandre Bernardino Costa identificou com razão que a dificuldade da *dogmática constitucional* em tratar do *poder constituinte* é tão grande que muitas vezes essa categoria “é apresentada por meio de metáforas como as forças da natureza, e é pouco trabalhada em termos conceituais” (2005: 9). Mas essa negação marca apenas os limites da própria linguagem dogmática, que não são enfrentados pela filosofia jurídica, na medida em que essa perspectiva pode questionar o fundamento da validade do próprio direito positivo (validade essa que é pressuposta nas perspectivas dogmáticas).

No discurso filosófico do direito, são dois os tipos de enfoque acerca do poder constituinte. De um lado, temos uma perspectiva transcendente, de matriz platônica, que compreende o *poder constituinte* como uma necessidade lógica derivada da própria noção de *poder constituído*. Essa é a posição dos que supõem a necessidade lógica da soberania como fundamento do poder, formulando a distinção *poder constituinte/constituído* para explicar que o poder político efetivo somente pode ser devidamente pensado caso se suponha a existência de um poder abstrato que lhe seja anterior. Essa é uma formulação dos filósofos, e não dos cientistas políticos (que se limitam a observar o fenômeno do poder, que é sempre *instituinte*), nem dos juristas dogmáticos. Tal visão é tributária da concepção de Sieyès, que caracterizava o *poder constituinte* como uma das dimensões da *soberania*, para afirmar que este poder não se esgota na produção de uma constituição positiva e que, portanto, o poder constituinte permanece ativo ao longo de todo o desenvolvimento político de um povo soberano. Esse caráter *perene* e *constituinte* da *soberania* foi atualizado especialmente na obra de Antonio Negri, para quem o poder constituinte é uma subjetividade coletiva, sendo que esse “sujeito constituinte nunca se submete à permanência estática e cerceadora da vida constitucional” (1999: 448).

Uma vez formulada por via dedutiva, a categoria de *poder constituinte* passou a ser utilizada para organizar um pensamento indutivo, de matriz aristotélica. Muitos juristas apropriaram-se da noção de Sieyès e passaram a “observar” que, na origem histórica de toda mutação constitucional, existia um poder político que organizava essa transformação na estrutura da organização estatal, poder esse que passou a ser denominado como constituinte. Evidentemente, não se observava um poder constituinte unificado e homogêneo, mas se interpretava a mudança constitucional *como se* ela fosse movida por um poder determinado, em uma descrição retrospectiva das mutações constitucionais.

Esse enfoque é o que domina o constitucionalismo atual, em que *poder constituinte* é o nome que se dá ao poder político que *instituiu historicamente uma constituição*. Nada mais distante da ideia de Sieyès, para quem o poder constituinte era uma face da *soberania* que toda nação tinha para determinar a sua própria constituição. Convertido de um *direito de autorregulação nacional* para um *poder que foi capaz de modificar a ordem constitucional*, o poder constituinte perdeu totalmente o seu viés revolucionário. De um *poder vivo* e atuante, capaz de redefinir os rumos de uma constituição, ele se transforma em um *poder morto*, estacionado no tempo, que aprisiona o momento legitimador de uma ordem jurídica em um início mitológico.

Esse trânsito não pode ter sua relevância minimizada: da afirmação deôntica *de que todo poder exige um fundamento*, passou-se a uma constatação fática de que *toda ruptura constitucional é motivada por um movimento social* e daí para uma apropriação jurídica da política: todo movimento social é juridicamente compreendido como o exercício de um poder. Somente essa mutação explica o fato de que o *poder constituinte* passou a ser o nome de um elemento que sempre está no *passado* das constituições: é o poder que a constituiu, e não que a (re)constitui a cada momento. É somente com este poder isolado no passado que a dogmática constitucional é capaz de lidar, afirmando, como Sanches Agesta, que “o poder constituinte não pode ser localizado pelo legislador, nem formulado pelo filósofo, porque não cabe nos livros e rompe o quadro das Constituições. Surge como o raio que atravessa a nuvem, inflama a atmosfera, fere a vítima e desaparece” (Costa 2005: 9).

Na formulação de Sieyès, era preciso que o poder constituinte da assembleia se esgotasse no momento da promulgação da constituição, mas isso significava apenas uma limitação à *autoridade do governo*, e não à *soberania do povo*. Isso ocorria porque o poder constituinte era uma das dimensões da soberania. Já na formulação liberal, terminou-se por operar uma redução da *soberania* ao *poder constituinte*, entendido como o poder por meio do qual uma determinada constituição histórica foi feita. Assim, o exercício do poder constituinte esgotava toda a manifestação pos-

sível da soberania popular, passo necessário para ceder espaço ao exercício controlado do poder político. E é nessa medida que o poder constituinte se transformou em uma categoria meramente *conservadora*.

Essa é a origem da teoria *liberal* do poder constituinte, que o converte em um mito fundador para mantê-lo afastado da prática constitucional efetiva. De um modo quase cínico, os teóricos liberais afirmam que o poder constituinte não é anulado, mas que permanece constantemente com o seu titular (o povo), muito embora a sua efetiva utilização somente ocorra nos movimentos revolucionários que causam a ruptura de uma ordem constitucional. Trata-se de um poder tão absoluto que não admite um uso institucionalizado: por ser ilimitado, ele não tem lugar em uma ordem constitucional. Assim, ele somente pode ser localizado no passado, na origem mítica de uma revolução vitoriosa.

No constitucionalismo liberal, a *soberania* do povo não é entendida como o poder de se autogovernar (pois todo governo deve ser limitado), mas simplesmente como o poder de dar a si próprio as normas fundamentais, ou seja, a constituição. Essa redução liberal da *soberania popular* ao *poder constituinte* é um dos elementos fundamentais do constitucionalismo, que com essa operação consegue afastar a validade de qualquer invocação da soberania popular como justificação legítima para a alteração da ordem constitucional. O poder constituinte, assim, fica represado no passado, no momento em que a constituição foi feita. No presente, a sua invocação é sempre considerada como inconstitucional e, portanto, inválida.

Poder constituinte ou soberania?

Os limites entre as categorias poder constituinte e soberania são tênues, e não são respeitados por vários dos pensadores que se debruçam sobre o tema. Uma abordagem muito comum é estudar as *origens* do poder constituinte fazendo uma genealogia dos conceitos variados que indicam o surgimento de uma *soberania popular* (Loughlin e Walker 2007: 27-128). Embora o poder constituinte seja uma faceta delegável da soberania, a distinção entre esses conceitos somente aparece no final do século XVIII, quando se busca um discurso capaz de justificar a legitimidade de uma constituição elaborada e promulgada por uma assembleia. Assim, a formulação de Sieyès busca sustentar a tese constitucionalista de que o *poder legislativo* não poderia regular a separação de poderes, mas ao mesmo tempo justificar a possibilidade de uma assembleia poder elaborar e *promulgar* uma constituição. Nessa construção, fortemente ligada ao liberalismo, o poder constituinte é episódico e se esgota na formulação da constituição, reforçando o padrão jusracionalista do contratualismo, o qual afirma que o único modo racional de exercer a autonomia (das

pessoas ou dos povos) é anulá-la em nome de um poder capaz de gerar segurança e proteger os direitos naturais.

Essas perspectivas integram o constitucionalismo liberal que se estratificou como concepção jurídica hegemônica na segunda metade do século XX, e cuja crítica tem sido levada a cabo por Antonio Negri e por vários outros pensadores críticos contemporâneos. A identificação dessa crítica democrática ao liberalismo fez com que James Tully cunhasse o termo *constitucionalismo democrático* (*democratic constitutionalism*), para diferenciar essa abordagem da defesa hegemônica de uma democracia constitucional (2007: 315). Essas perspectivas tendem a evidenciar o *paradoxo do constitucionalismo*, que Loughlin e Walker definem invocando a afirmação de Maistre de que o liberalismo faz do povo “um soberano que não pode exercer soberania” (2007: 1).

Todavia, essa reação democrática ao liberalismo, por mais que se utilize da categoria de *poder constituinte*, tende a anular esse conceito por meio de sua identificação com a própria *soberania popular*. O caso paradigmático dessa dissolução é a teoria de Negri, que termina por considerá-lo como uma subjetividade coletiva que se encontra além de toda limitação jurídica (1994: 182), ou seja, um sujeito coletivo *soberano*, no sentido hobbesiano da palavra. Essa identificação conduz Negri, na precisa interpretação de Lio Barshack, a dissolver a distinção entre poder constituinte e poderes constituídos, pois estes nunca se tornam independentes da permanência constante do poder democrático da multidão (2006: 219). A mesma crítica também é feita por Giorgio Agamben, ao afirmar que Negri “na sua ampla análise da fenomenologia histórica do poder constituinte, não pode encontrar em parte alguma o critério que permite isolá-lo do poder soberano” (2002: 51).

Convém ressaltar que Negri não se propõe a identificar *poder constituinte e soberania*, pois, como bem define Wilson Theodoro Filho, o que ele está disposto a chamar de soberania seria uma institucionalização do poder constituinte que anularia o seu caráter de potência (2011: 59). Porém, essa distinção implicaria uma apropriação do sentido reduzido de soberania, típico do liberalismo, que a liga ao poder de governar e, com isso, nega o seu caráter de poder ilimitado. Com isso, Negri termina ligando a soberania a um poder institucionalizado e, nessa medida, constituído. Assim, a distinção conceitual entre *poder constituinte e soberania* se manteria possível na medida em que resulta na apropriação de um sentido *liberal* de soberania limitada e de um deslocamento semântico que reconhece ao poder constituinte os atributos que Bodin atribuiu à soberania: perenidade e falta de limites. Com isso, apesar das terminologias diversas, o resultado de Negri se aproxima bastante da teoria de Agamben, que não admite a existência de um poder constituinte distinto da soberania e afirma uma perenidade da soberania, no sentido de ser um poder que pode revogar a cada momento a própria constituição (Theodoro Filho 2011: 70).

Essa negação do caráter *excepcional* do poder constituinte tem a virtude de evitar a dissolução do poder constituinte nos poderes constituídos, que é marca distintiva do constitucionalismo liberal. Todavia, Negri promove uma dissolução correlata do poder constituinte na *soberania*, o que abre espaço para uma crítica liberal no sentido de que “Negri ignores the threats to individual autonomy posed by his model of immanent constituent power and absolute democracy. He does not acknowledge any correlation between the empowerment of popular forces and the loosening of the rule of law, on the one hand, and the violation of individual liberties, on the other” (Barshack 2006: 221). E essa crítica é baseada em uma noção liberal que é sempre presente, mas raramente verbalizada: a ideia de que “the more episodic and fleeting is sovereign presence, the safer are individual autonomy and human rights” (Barshack 2006: 222).

Não há espaço no *constitucionalismo democrático* para uma noção de poder constituinte que se diferencie da ideia de soberania popular. Isso ocorre porque a categoria *poder constituinte* indica um poder que é absoluto (no sentido de não encontrar limites no direito positivo), mas não é perene, pois se esgota ao ser exercitado. Um poder constituinte que se protraí no tempo é uma distorção desse conceito, como ocorreu na ditadura militar pós-64, que repetidas vezes invocou o poder constituinte da junta militar para editar atos institucionais impostos anos depois do golpe.

Ocorre que falar de *constituição* é falar de liberalismo, pois somente os valores liberais justificam a existência de um conjunto de normas jurídicas positivas que tem autoridade superior à daquela exercida pelos agentes políticos. O Brasil, durante a ditadura militar, não tinha uma constituição vigente, pois o governo “revolucionário” se julgava imbuído de poder constituinte para realizar atos institucionais capazes de modificá-la a cada momento, inclusive com a alteração no próprio regime de separação de poderes. Uma autoridade que não se esgota na elaboração de uma constituição, passando a integrar o tempo mitológico da fundação da ordem, mas segue agindo como o *mais alto poder de governo* (Bodin 1999: 8), não é poder constituinte, mas soberano. Portanto, o *poder constituinte* é uma categoria que somente faz sentido dentro de um discurso liberal, que busca estabelecer limites para a potência criadora do povo, reduzindo a manifestação legítima da soberania a momentos episódicos ocorridos no passado, e protegendo as instituições atuais de qualquer movimento que busque atuar *em nome do povo*.

Como o senso comum dos juristas contemporâneos envolve um misto de democracia e liberalismo, não é de causar espanto que haja várias tentativas de compatibilizar essas duas perspectivas. Alexandre Bernardino Costa, por exemplo, ao tratar do tema, reconheceu a consistência dos argumentos críticos de Negri, mas

adotou, com inspiração em Habermas e Fioravanti, uma abordagem que trabalha “não uma oposição entre constitucionalismo e democracia, e sim uma tensão complementar” (2005: 193). Essa tentativa de conciliar democracia e constitucionalismo é a pedra filosofal de boa parte do constitucionalismo contemporâneo, não obstante o reconhecimento de que esta é uma tarefa tão complexa como problemática, especialmente porque ao impor uma ordem normativa a si próprio estabelece limites à soberania popular (Chueri e Godoy 2010: 160).

Uma análise dos discursos que buscam estabelecer essa compatibilização indica que eles têm muito mais de liberalismo que de democracia, na medida em que buscam justificar que é *democraticamente* necessária a aceitação dos limites liberais impostos à soberania. Chueri e Godoy, por exemplo, afirmam que existe uma “insanável e produtiva tensão entre democracia e constitucionalismo”, ressaltando tipicamente com inspiração em Habermas que “o fato de que um é constitutivo do outro” e que isso não significa “necessariamente o fim da tensão ou um certo apaziguamento ingênuo entre ambos” (Chueri e Godoy 2010: 160-168). E terminam por sustentar que a democracia só se realiza quando estão presentes “os princípios e as regras estabelecidos pela constituição. Ao mesmo tempo, a constituição só adquire um sentido perene se está situada em um ambiente radicalmente democrático”. (Chueri e Godoy 2010: 171).

Essa manifestação mostra menos o resultado de uma investigação do que as consequências de um engajamento prévio quanto aos valores de liberdade e igualdade modelados pela ideologia liberal. Assim, o argumento leva à conclusão de que os valores pressupostos como compatíveis são efetivamente compatíveis, o que configura uma petição de princípio. Esse tipo de abordagem, para além de seu dogmatismo, não leva em conta devidamente alguns elementos ressaltados por Tully ao tratar do *imperialismo da moderna democracia constitucional*, expressão que ele tomou emprestada de um artigo de 1953, em que Gallagher e Robinson buscaram esclarecer a dimensão imperialista do livre comércio, mostrando que a imposição do *free trade* operava como uma forma de manter a dominação das potências sobre os mercados emergentes, sem incidir nos custos do domínio colonial direto (2007: 315). Essa interpretação, que se incorporou ao senso comum nos últimos 50 anos, não foi devidamente explorada no que toca ao modo como a democracia constitucional desempenha um papel relevante “in dispossessing non-European peoples of popular sovereignty over their resources, labour, and markets and opening them to the informal paramouncy of the great powers and their trade companies” (2007: 316).

Essa perspectiva marxista acentua que o *constitucionalismo* é uma resposta liberal às pretensões democráticas, estabelecendo uma mítica *autolimitação soberana da soberania*, ou seja, um contrato social, que pode conduzir a resultados pro-

fundamente destoantes dos interesses da própria população. O liberalismo, ao reduzir os interesses sociais à sua própria leitura dos direitos humanos, nega a soberania popular que ele próprio invoca como base legitimadora dos textos constitucionais. Esse paradoxo não pode ser resolvido apenas com base na afirmação de que é *útil* ou *conveniente* para o interesse público a manutenção das democracias constitucionais, por serem elas a melhor forma de governo de que dispomos na contemporaneidade. Por mais que eu concorde que essa é a melhor organização estatal possível nos dias de hoje, preciso acentuar que a justificativa teórica apresentada não passa de uma mistificação racionalista.

Conclusão

O constitucionalismo liberal busca escapar do paradoxo da soberania limitada mediante a ficção de que o povo permanece soberano mesmo com o advento da constituição. Essa é uma construção idealizante, que atribui soberania a um poder que não pode ser exercitado e, com isso, termina desnaturando a noção de soberania, que deixa de designar um *poder absoluto* e passa a apresentar apenas um *fundamento absoluto* para a autoridade. Esse trânsito esvaziou o conceito de soberania, que ficou reduzido a um elemento retórico de legitimação dos poderes constituídos.

Tal esvaziamento não é reconhecido pela teoria constitucional hegemônica, que não admite a ideia de que a constituição estaria fundada em um poder fictício, e para defender a tese contrária terminou por desenvolver uma teoria do poder constituinte que permite a construção de uma curiosa narrativa: o povo tem um poder absoluto e permanente, mas que somente pode ser exercido na própria instituição do texto constitucional. Essa operação reduz a *soberania do povo* a um *poder constituinte*, que tem caráter excepcional e se esgota na elaboração do texto constitucional. Em contraposição, a autoridade para criar normas e interpretar o direito era apresentada como um poder permanente, mas limitado.

Com isso, os dois atributos fundamentais da soberania ficaram separados: *poder ilimitado* de um lado, *poder permanente* de outro. O poder do povo passou a ser entendido como absoluto, mas excepcional; enquanto o poder legislativo passou a ser entendido como perene, mas limitado por uma constituição que ele próprio não poderia modificar. Essa cisão termina por operar, no constitucionalismo, um fechamento idêntico ao que ocorreu na teologia judaica quando o Deuteronômio determinou que “nada acrescentareis às palavras que eu vos digo e nada delas tirareis” (Perelman 1999: 439). Uma vez estabelecido o fechamento do texto sagrado que determina a divisão dos poderes, consideram-se heréticas (ou seja, ilícitas) todas as tentativas de alterá-lo fora dos procedimentos formais de emenda. O resultado é que

não se reconhece aos cidadãos o direito de modificar a constituição, que é compreendida como um exercício de autolimitação da soberania do povo.

É claro que ninguém duvida que constituições sejam eventualmente alteradas por meio de revoluções, mas essa é apenas a admissão de um fato. Reconhecemos que constituições *são* modificadas, mas isso não significa de modo algum que dispomos de critérios para afirmar que certos movimentos revolucionários têm o *direito* de alterá-las. Essa percepção tende a fazer com que o senso comum dos juristas conjugue o *povo soberano* sempre no passado: foi ele quem criou a constituição vigente, mas ninguém pode falar em seu nome para mudar a ordem hegemônica. A soberania do povo torna-se uma espécie de conceito suicida: esse poder somente é exercido para anular a si próprio, mediante a delegação do poder constituinte a uma assembleia. Com isso, a legitimidade torna-se uma categoria apenas *retrospectiva*, utilizada como parte do discurso de legitimação das revoluções vencedoras.

Dessa forma, a *soberania do povo brasileiro* é entendida como a fonte do *poder constituinte*, mas o único ato soberano praticado por esse povo teria sido a delegação do seu poder à Assembleia Nacional Constituinte de 1987. É certo que a dogmática constitucional tende a afirmar que a *soberania* não se esgota na eleição dos legisladores constituintes, mas esse é um reconhecimento vazio. Assim, a soberania permanece no discurso jurídico e político apenas como *fundamento místico* da autoridade (Derrida 2007: 21) dos representantes que falam em nome do povo, mas não lhe é reconhecido qualquer papel (cri)ativo no exercício da política.

A conclusão deste trabalho é que a categoria *poder constituinte* é um elemento da semântica liberal, representando o conceito por meio do qual se opera a mistificação liberal do fundamento do poder dos estados constitucionais. Como afirma Barshack, “the unity of a corporate group consists in the unity of the law that defines and regulates it, because the group’s corporate-ancestral authority manifests itself primarily through its laws”, de modo que “the law constitutes the unity of the group to which it applies, rather than being freely endorsed by a pre-existing group” (2006: 197). O poder constituinte faz parte da mitologia liberal, que tenta localizar o tempo fundador no passado, fechando o sistema jurídico ao impedir a existência presente de um poder capaz de alterar as estruturas definidas no início.

Já na mitologia democrática, essa possibilidade permanece aberta, tal como ocorre como nas teorias de Rousseau e de Negri, em que o povo tem a possibilidade de exercer, a cada momento, um poder soberano, que o primeiro chama de *poder legislativo*, e o segundo chama de *poder constituinte*. Portanto, as tentativas contemporâneas de democratizar o constitucionalismo, por mais que operem com a categoria de poder constituinte, de fato estão reduzindo este conceito à noção de soberania popular; enquanto as tentativas contemporâneas de manter separados o poder cons-

tituinte e a soberania, por mais que se apresentem como uma forma de equilibrar democracia e liberalismo, estão operando dentro de uma semântica liberal.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AGAMBEN, Giorgio. 2002. *Homo sacer: o poder soberano e a vida nua I*. Belo Horizonte: UFMG.
- BARSHACK, Lior. 2006. "Constituent Power as Body: Outline of a Constitutional Theology". *University of Toronto Law Journal*, v. 56, n. 3: 185-222.
- BOBBIO, Norberto. 1993. *Liberalismo e Democracia*. São Paulo: Brasiliense.
- BODIN, Jean. 1992. *On sovereignty: four chapters from Six Books of the Commonwealth*. Cambridge: Cambridge University Press.
- CHUERI, Vera Karam de. GODOY, Miguel G. 2010. "Constitucionalismo e Democracia – Soberania e Poder Constituinte". *Revista Direito GV*, v. 6, n. 1: 159-164.
- COSTA, Alexandre Bernardino. 2005. *Desafios Do Poder Constituinte no Estado Democrático de Direito*. Belo Horizonte: Tese de Doutorado em Direito, UFMG.
- CRISTI, Renato. 1998. "Carl Schmitt on Sovereignty and Constituent Power". In: DYZENHAUS, David (ed.). *Law as Politics*. Durham: Duke University Press.
- DERRIDA, Jacques. 2007. *Força de Lei: O "Fundamento Místico da Autoridade"*. São Paulo: WMF Martins Fontes.
- FRANK, Jason. 2007. "Unauthorized Propositions": The Federalist Papers and Constituent Power. *Diacritics*. Project MUSE. 37.2-3: 103-120. Disponível em: <http://muse.jhu.edu.ez54.periodicos.capes.gov.br/>. Consultado em 21.1.2011.
- GOUGH, J. W. 1994. "Introdução". Em: Locke, John. *Segundo tratado sobre o governo civil*. Petrópolis: Vozes.
- KELSEN, Hans. 1986. *Teoria Geral das Normas*. Porto Alegre: Fabris.
- _____. 2003. *Teoria Pura do Direito*. São Paulo: Martins Fontes.
- LINDAHL, Hans. 2007. "Constituent Power and Reflexive Identity: Towards an Ontology of Collective Selfhood". In: LOUGHLIN, Martin. WALKER, Neil (orgs.). *The Paradox of Constitutionalism: Constituent Power and Constitutional Form*. Oxford: Oxford University Press: 9-24.
- LOCKE, John. 1994. *Segundo tratado sobre o governo civil*. Petrópolis: Vozes.
- LOUGHLIN, Martin. WALKER, Neil (orgs.). 2007. *The Paradox of Constitutionalism: Constituent Power and Constitutional Form*. Oxford: Oxford University Press.
- MADISON, James. 1788. "The Federalist n. 40: On the Powers of the Convention to Form

- a Mixed Government Examined and Sustained”. Disponível em: <http://www.constitution.org/fed/federa40.htm>. Consultado em: 2.6.2011.
- MONTESQUIEU, 1992. Do Espírito das Leis. Rio de Janeiro: Ediouro.
- MOUFFE, Chantal. 2000. The democratic paradox. London, New York: Verso.
- NEGRI, Antonio. 1999. O Poder Constituinte: ensaio sobre as alternativas da modernidade. Rio de Janeiro: DP&A.
- PAINE, Thomas. 1776. Common Sense. Disponível em: <http://goo.gl/fmwIx>. Consultado em 31.5.2011.
- PERELMAN, Chaïm. 1999. Ética e Direito. São Paulo: Martins Fontes.
- ROUSSEAU, Jean-Jacques. 1993. Do contrato social. São Paulo: Escala.
- SIEYÈS, Emmanuel Joseph. 1997. A constituinte burguesa: Qu'est-ce que le Tiers État?. Rio de Janeiro: Lumen Juris.
- SCHMITT, Carl. 1982. Teoría de la Constitución. Madrid: Alianza Editorial.
- SCHEUERMAN, William E. 1996. Carl Schmitt's Critique of Liberal Constitutionalism. *The Review of Politics*, v. 58, n. 2: 299-322
- THEODORO FILHO, Wilson R. 2010. O Abandono da Constituição: Soberania e Poder Judiciário no paradigma biopolítico. Brasília: Tese de Doutorado em Direito, UnB.
- TULLY, James. 2007. The imperialism of Modern Constitutional Democracy. In: LOUGHLIN, Martin. WALKER, Neil (orgs.). *The Paradox of Constitutionalism: Constituent Power and Constitutional Form*. Oxford: Oxford University Press: 315-338.
- WOLIN, Richard. 1990. Carl Schmitt, Political Existentialism, and the Total State. *Theory and Society*, v. 19, n. 4: 389-416

ABSTRACT

Constitutionalism leads to a paradoxical acceptance of a popular sovereignty that must be absolute (to support the validity of the constitution), while limited (to respect the validity of the constitution). This paradox of limited sovereignty has been evidenced by legal and political thinkers during the last decade, and *constituent power* is one of the major categories used by constitutionalism to face this problem.

This article discusses the relationship between the constituent power and the democratic pa-

radox, and for that it (1) conducts an archaeological investigation about how it was possible that political theory developed this paradoxical construction, (2) explains how political theory developed the notion of constituent power to face some consequences of this paradox, (3) shows how this category was included by liberal constitutionalism and analyses the liberal theory of constituent power and (4) shows how contemporary democratic criticism about this category leads to an identification between constituent power and popular sovereignty.

KEYWORDS

Constituent power

Sovereignty

Constitutionalism

Democratic paradox.

SUBMETIDO EM

Junho de 2011

APROVADO EM

Dezembro de 2011

Alexandre Araújo Costa

Mestre e Doutor em Direito pela UnB. Atualmente é professor do Instituto de Ciência Política (IPol) da UnB e coordenador do Grupo de Pesquisa em Política e Direito.

CLIVAGENS ÉTNICAS, AUTONOMIAS E ESTADO PLURINACIONAL NA BOLÍVIA: OS DESAFIOS DA NOVA CONSTITUIÇÃO

Gabriel Fernandes Rocha Guimarães

RESUMO

Este trabalho se propõe a analisar a vida política na Bolívia, tendo como eixo de análise a nova Constituição aprovada em janeiro de 2009. Ao longo do artigo, buscamos analisar as condições específicas da política boliviana no que diz respeito tanto às clivagens étnicas presentes no país, quanto à questão específica da luta por autonomia departamental, embora se dê mais atenção à questão étnica. Procuramos mostrar a forma como as demandas por auto-

nomia municipal (ligada às questões étnicas) e departamental (oriunda dos departamentos situados na região oriental do país) são incorporadas pela nova Constituição e o papel do MAS (Movimento ao Socialismo), partido de Evo Morales, nesse processo. Concluimos que a nova constituição é a mais poliárquica que o país já teve, embora as possibilidades de uma nova hegemonia fechada, apesar de ampla base popular, ainda existam.

Palavras-chave

etnicidade, descentralização, constituição, autonomias

APRESENTAÇÃO

Este artigo se propõe a analisar como a última Constituição boliviana incorporou uma série de discursos e demandas provenientes tanto dos diversos movimentos indígenas espalhados por todo o país, como dos movimentos cívico-departamentais oriundos da região oriental, sobretudo do departamento de Santa Cruz. Na introdução, apresentam-se os dados percentuais da vitória de Evo Morales e de seu partido – o MAS (Movimento ao Socialismo) – nas eleições presidenciais de 2009. Dentro desse mesmo item, analisaremos o grau de aprovação das demandas descentralizadoras pelas vias departamentais (movimento cívico-departamental); e pelas vias municipais (movimentos indígena-camponeses). Após a introdução, faremos uma recapitulação da trajetória do MAS até a última Constituição, suas origens e sua relação com os movimentos de caráter étnico. No item seguinte, esboçaremos uma comparação do caso boliviano com o caso espanhol no que se refere às clivagens étnicas e regionais e como ambos os países se constituem como estados plurinacionais. Em seguida, falaremos do desenho constitucional aprovado e; em que medida ele proporciona autonomia para os dois tipos principais de demandas estudados. Por fim, conclui-se que a Constituição de 2009, ao conferir autonomia aos municípios indígenas, assim como dar tinturas federalistas ao seu modelo unitário, é a mais polárquica da História da Bolívia, embora a democracia ainda seja uma questão em aberto, pois a Constituição é apenas um artigo genérico frente a toda complexidade de uma sociedade multiétnica.

INTRODUÇÃO

No último pleito presidencial em 2009, a Bolívia viu eleger-se, pela segunda vez, o Presidente Evo Morales Ayma, do Movimento ao Socialismo-Instrumento Político para a Soberania dos Povos (MAS-IPSP). Morales venceu em seis dos nove departamentos bolivianos, conforme quadro¹, tendo sido derrotado apenas em Beni, Pando e Santa Cruz, por Manfred Reyes-Villa, do *Plan Progreso para Bolivia-Convergencia Nacional* (PPB-CN). O triunfo do governo em Tarija e Chuquisaca fragmentou a coalizão política dos prefeitos da chamada “meia-lua” (departamentos da região oriental), amenizando parcialmente a polarização “ocidente x oriente”.

Quadro 1

Distribuição dos votos nas eleições presidenciais de 2009, por departamento, em percentual

Departamentos	Evo Morales	M. Reyes Villa	S. D. Medina	Joaquino	Outros
Beni	35	55	8	1	1
Chuquisaca	53	35	6	3	3
Cochabamba	66	27	4	1	2
La Paz	78	10	9	2	1
Oruro	78	10	7	4	1
Pando	46	49	4	1	0
Potosí	77	5	3	14	1
Santa Cruz	43	50	6	1	0
Tarija	49	40	8	2	1

Fonte: Los Tiempos, caderno B. Lunes 7. Cochabamba, Bolívia. Edición número 30. Diciembre, 2009.

Esta eleição veio somar-se à aprovação, via referendo, de dois modelos autônomos discutidos e debatidos desde o início da primeira década do século XXI e incorporados à Constituição de janeiro de 2009: as autonomias indígena-camponesas (cujas demandas provinham de movimentos étnicos e camponeses) e as cívico-departamentais (reivindicadas pelos departamentos da “meia-lua”, da região oriental do país). A autonomia departamental fora aprovada em todos os departamentos, inclusive naqueles situados fora da meia-lua, tendo o “sim” recebido 82% dos votos em Chuquisaca, 78% em Potosí, 78% em Cochabamba, 77% em La Paz e 75% em Oruro; conforme o quadro 2 (esse referendo não foi objeto de votação na meia-lua, uma vez que os quatro departamentos daquela região já haviam aprovado essa autonomia no polêmico referendo de 2006).

Quadro 2

Distribuição do “sim” e do “não” para autonomias departamentais, por departamento, em percentual

Departamentos	SIM	NÃO
Chuquisaca	82	18
Cochabamba	78	22

La Paz	77	23
Oruro	75	25
Potosí	78	22

Fonte: Los Tiempos, cuaderno B. Cochabamba, Bolivia. Edición número 30. Lunes, 7 de Diciembre de 2009.

Os departamentos que antes rechaçavam o modelo autonômico proposto pelos departamentos orientais acabaram aderindo a essa proposta. Essa mudança pode ser explicada, em parte, pelo fato de o próprio governo de Evo Morales ter recuado em suas posições iniciais de rechaço à demanda por autonomia departamental e absorvido parte das reivindicações da oposição, como uma estratégia para diminuir a tensão política desatada entre os dois polos (movimentos autonomistas étnicos e movimentos autonomistas cívico-departamentais).

Do mesmo modo, as autonomias indígena-camponesas foram aprovadas no mesmo referendo, conforme mostra o quadro 3. O texto aprovado estabelece, em seu artigo 2, que os municípios indígenas (instâncias administrativas diferenciadas dos outros municípios) têm direito a administrar-se de acordo com seus ordenamentos jurídicos próprios baseados em “usos e costumes”:

“Dada a existência pré-colonial das nações e povos indígenas originário-camponesinos e seu domínio ancestral sobre os territórios, se garante sua livre determinação no marco da unidade do Estado, que consiste em seu direito à autonomia, ao autogoverno, à sua cultura, ao reconhecimento de suas instituições e à consolidação de suas entidades territoriais, conforme a esta Constituição e à Lei.” (REPUBLICA DE BOLÍVIA, CONSTITUCIÓN DE 2009)

Quadro 3

Distribuição do “sim” e do “não” para autonomia indígena-originária, por município, em percentual

Municípios/ departamentos	SIM	NÃO
Charagua/Santa Cruz	55,7	44,3
Charazani/La Paz	100 / 86,6	0/13,4
Chayanta/Potosí	50 / 60	50/40
Chipaya/Oruro	100 / 91,9	0 / 8,1
Curahuara de Carangas/Oruro	30	70
Huacaya/Chuquisaca	50 / 53,7	50 / 46,3
Jesús de Machaca/La Paz	66 / 56,1	34 / 43,9
Pampa Aullagas/Oruro	85 / 83,7	15 / 16,3

Salinas de Garci Mendoza/Oruro	68 / 75,1	32 / 24,9
San Pedro de Totora/Oruro	74,5	25,5
Tarabuco / Chuquisaca	86 / 90,8	14 / 9,2
Villa Mojocoya / Chuquisaca	78 / 88,3	22 / 11,7

Fonte: Los Tiempos, cuaderno B. Cochabamba, Bolívia. Edição número 30. Lunes, 7 de Diciembre de 2009.¹

Dos 12 municípios onde houve votação por autonomias indígenas, 11 optaram pelo “sim”. Apenas o município Curahuara de Carangas decidiu pelo “não”, o que mostra que mesmo nas comunidades indígenas não há necessariamente consenso acerca do tema. É provável que isto se explique, em parte, porque uma parcela da população indígena originária já exposta e adaptada a padrões mais modernos e urbanos de vida considera que seus interesses estariam mais bem servidos fora do padrão autonômico. Seja como for, os dois tipos de demandas autonômicas que tencionaram a política boliviana por quase duas décadas, no final do século XX e início do século XXI, foram, finalmente, incorporados pela Constituição aprovada em janeiro de 2009. Mesmo assim, o corolário constitucional não significa o fim dos dilemas políticos na Bolívia, e a possibilidade do processo desaguar na consolidação de uma nova hegemonia fechada, mesmo que de ampla base popular, não pode ser descartada. Porém, até o momento, o alto nível de inclusão e de competição política, assim como a diversidade de interesses contemplados pela nova Constituição, abre a possibilidade do regime boliviano se aproximar de uma configuração poliárquica.

O empate verificado entre os diversos focos reivindicatórios, assim como a condução política do processo por parte do MAS, fizeram com que a exacerbada polarização que se configurou na constituinte não redundasse no seu fracasso, ou mesmo em guerra civil. A nova Constituição foi elaborada sob forte influência de grupos ligados aos movimentos autonômicos indígena-camponeses e do próprio partido que hoje dá sustentação ao governo. O MAS representa um interessante, e talvez instável, amálgama de interesses que perpassam diversas classes e esferas da sociedade boliviana, desde grupos indígenas, camponeses fortemente organizados e setores operários da mineração a intelectuais e camadas empobrecidas dos centros urbanos. Seu discurso é igualmente polifônico e abrange temas como multiculturalismo, direitos humanos, administração de recursos naturais, protecionismo contra

¹ Nas colunas do “sim” e do “não”, os números à esquerda da barra referem-se aos resultados apurados pela fonte citada. Os números à direita da barra são os fornecidos pelo Ministério de Autonomias boliviano. Quando há apenas um resultado, ele foi transmitido por essa última fonte.

o capital estrangeiro (descolonização externa), autodeterminação dos povos indígenas e camponeses (descolonização interna) e, mesmo, questões ligadas ao plantio e ao consumo da folha de coca. No artigo 5 de seu estatuto, o partido afirma reconhecer “*todas as formas de organização democrática existentes na diversidade social e cultural da Bolívia*”, e na explicitação de seus fins e objetivos, proclama sua “*adesão aos princípios multiétnicos que conformam a raiz da nacionalidade boliviana*”, além de:

“Propugnar o respeito da identidade, dos costumes, e tradições das distintas culturas e etnias nativas originárias que conformam nosso país.

Fazer cumprir a Constituição Política do Estado. Defender e fazer respeitar os Direitos Humanos e sociais.

Defesa dos recursos naturais, do patrimônio de nação do território e o meio ambiente, como fatores essenciais da soberania nacional.

Defender a Democracia, as Organizações Sindicais, Organizações indígenas, Populares e Sociais de acordo aos interesses das maiorias nacionais.” (ESTATUTO ORGÂNICO DO MAS art. 5,6: 1)”

Sob uma perspectiva de longo alcance temporal, a aprovação dos dois tipos de autonomia – departamental e indígena – pode ser vista como o desfecho de uma longa trajetória de transformações sociopolíticas, iniciadas em 1952, quando os indígenas obtiveram formalmente a cidadania, e o Oriente começou a se modernizar e demandar maior atenção do governo central. Apesar do MAS não ser um partido estritamente indígena, está amplamente ligado a seus interesses. Por isso, sua ascensão, como a do Presidente Evo Morales, representa a materialização de propostas veiculadas ainda na década de sessenta pelo movimento katarista. O MAS é também, em certo sentido, um produto do processo de urbanização e escolarização que gradualmente foi modificando a condição da população rural. Se bem que as estruturas sindicais e corporativas, verticalmente hierarquizadas e permeadas por relações clientelísticas determinaram a modalidade e os limites da cidadania conferida a esses setores pelo MNR, durante sua longa hegemonia, parcelas cada vez maiores de indígenas tiveram acesso aos serviços estatais – entre esses o sistema educacional, frequentado, até mesmo no nível universitário, por algumas das lideranças do movimento Katarista, como Felipe Quispe Huanca e Victor Hugo Cárdenas, que tiveram formação superior em História e em Sociologia e Linguística, respectivamente. Embora o MAS não seja uma organização partidária de orientação katarista, incorporou parte de seu discurso e várias de suas temáticas no atual quadro político boliviano. Conciliando a autonomia nacional frente ao “imperialismo”, uma tradicional bandeira das esquerdas, com a ideia de autonomias indígenas, conseguiu atrair um amplo e diversificado eleitorado.

Aqui, pretende-se analisar os traços descentralizantes da nova Constituição, sobretudo com relação às autonomias, assim como a trajetória e o papel do MAS no processo que culminou na sua aprovação. Após uma breve análise das clivagens étnicas e regionais, faremos uma análise mais pormenorizada da Constituição de 2009 para, finalmente, ponderar os possíveis rumos do Estado plurinacional boliviano.

A TRAJETÓRIA DO MAS ATÉ A ÚLTIMA CONSTITUIÇÃO

O Movimento ao Socialismo foi criado em 1999 por membros do movimento cocaleiro junto à Central Sindical Única dos Trabalhadores Campesinos de Bolívia (CSUTCB). A sigla MAS, que pertencia à “ala esquerda da direitista Falange Socialista Boliviana”, foi adotada apenas para garantir personalidade jurídica perante a Corte Nacional Eleitoral, com a intenção de modificá-la no futuro. O gérmen do MAS foi o movimento cocaleiro que surgiu no Chapare, Departamento de Cochabamba. A organização dos camponeses dessa zona beneficiou-se, inicialmente, da experiência de velhas lideranças sindicais que se deslocaram do Altiplano à região subtropical em virtude da crise do setor minerador nos anos oitenta. Ao longo dessa década, os produtores de coca – a mais rentável das culturas desde 1960 – organizaram-se para fazer frente à política de erradicação promovida pelo governo, sobretudo a partir da Lei 1008 que criminalizou a coca por considerá-la dentro das chamadas substâncias controladas (quadro 4). A crescente pressão dos Estados Unidos para que o governo da Bolívia controlasse a produção de coca, em aumento desde a década de 1970 devido aos altos preços da cocaína no mercado internacional, gerou expressiva reação dos sindicatos cocaleiros, sob a alegação da coca ser um cultivo tradicional, de profundo significado cultural e social e de consumo cotidiano entre a população indígena. Os produtores de coca reagiram à estratégia de guerra montada pelo governo para a erradicação do cultivo. Suas organizações foram hábeis o suficiente para conseguir apoio de vários grupos, até da Câmara de Comércio, da Igreja, Human Rights Watch, Congresso, Assembleia de Direitos Humanos e organismos internacionais.

O atual Presidente, Evo Morales, fez parte desse movimento desde seus primórdios. Nascido em uma família pobre na zona rural do departamento de Oruro, migrou, como tantos outros, da aridez do Altiplano rumo a regiões mais férteis e promissoras, até se assentar no Chapare.² A partir daí, pode-se dizer que Morales foi “crescendo” dentro das estruturas sindicais do movimento cocaleiro. Em 1985, tornou-se Secretário Geral do Sindicato San Francisco, depois de ter desempenhado

² Morales, ainda jovem, passou a fazer parte das ligas esportivas, destacando-se na prática do futebol.

a função de Secretário de Desportes durante quatro anos; em 1988 chegou a dirigir a poderosa Federação do Chapare e, finalmente, em 1996, assumiu a direção das seis federações cocaleiras do país (SILVA, 2009). Em 1997, foi eleito deputado nacional com 70% dos votos da circunscrição uninominal. Como parlamentar, Morales fez denúncias acerca da militarização do Chapare e da opressão policial sofrida pelos camponeses produtores da folha, e chegou a justificar a ação armada para responder às ações repressoras do governo.

O partido encabeçado por Morales é, no mínimo, um partido atípico, uma vez que compatibiliza interesses muito diversos entre si, apresentando, inclusive, significativas cisões internas no que se refere à sua ideologia ao seu discurso. De acordo com Fabrício Pereira da Silva, os integrantes do MAS, oriundos dos centros urbanos, o veem como um partido de esquerda tradicional, ou seja, portando um discurso político baseado na ideia de uma sociedade dividida em classes. Os integrantes do MAS provenientes do campesinato indígena, por sua vez, o enxergam como portador de um discurso centrado em traços étnico-culturais.

No campo discursivo, é possível detectar a presença de dois tipos de ideologia presentes no MAS. A primeira, um nacionalismo étnico-cultural semelhante ao populismo russo do século XIX (*narodnik*) – no qual “povo” significava fundamentalmente a comunidade camponesa originária – representado, no caso boliviano, pelo *ayllu*, a comunidade rural dotada de particularidades específicas, detentoras de valores primevos e originais da sociedade. A outra, uma ideologia de esquerda centrada na ideia de classe, distanciada de conteúdos étnicos e culturais; seu foco discursivo centra-se na classe trabalhadora e nos sindicatos urbanos. O peso relativo desses dois tipos de ideologia, junto à ideia de descolonização frente ao capital estrangeiro e ao “imperialismo” faz do discurso “masista” uma espécie de nacionalismo de esquerda heterodoxo, no qual se misturam traços e “referências marxistas, elementos nacionalistas de esquerda, dividindo espaço com uma ideologia indianista relativamente moderada” (SILVA 2009: 52). Sem dúvida, é a ênfase nas dimensões étnico-culturais que seguramente faz do MAS um partido singular, fortemente condicionado pela trajetória histórica da sociedade boliviana.

As origens do MAS estão na formação das seis federações sindicais de cocaleiros do Chapare, já mencionadas anteriormente, que deram origem, em 1992, à Coordenadora das Federações do Trópico de Chapare, a qual se tornou a principal força de oposição à Nova Política Econômica (NPE) implementada na fase das reformas neoliberais. Entretanto, as raízes mais longínquas estão na Central Sindical Única dos Trabalhadores Campesinos de Bolívia (CSUTCB). Esta organização sindical, formada em 1979, foi o principal veículo de contestação e reivindicação das manifestações identitárias do sindicalismo indígena-camponês. Como foi analisado

e discutido por Deborah J. Yashar (2005), estruturas sindicais do tipo da CSUTCB serviram como espaços políticos associativos para que as comunidades indígenas, transcendendo o âmbito de suas localidades, pudessem construir uma identidade comum. O fato de os sindicatos serem formalmente organizações de caráter moderno, mas constituídos internamente com base em estruturas tradicionais, contribuiu para a formulação de um discurso anti-homogeneizante e antielite fora dos padrões da esquerda convencional.

Nesse pano de fundo, o MAS surge da necessidade de se ter um partido político orgânico que representasse o conjunto do movimento sindical sem dele se autonomizar, dando-lhe o caráter de uma conformação política orgânica não desvinculada de suas bases sociais. Daí surge a tese do instrumento político, uma proposta oriunda da CSUTCB e dos cultivadores de coca *que consistia em fundar um tipo de “braço político” dos sindicatos campesinos.* (STEFANONI, 2005:57)

A ideia de instrumento político seria atribuída posteriormente ao próprio MAS, devido à diversidade de focos discursivos por ele articulados e ao fato de ele próprio ser, em alguma medida, produto deste tipo peculiar de organização sindical, já que acoplava estruturas sociais, em larga medida tradicionais, com instituições típicas das sociedades modernas. Ao mesmo tempo, em um quadro marcado pela convergência da crise dos partidos tradicionais, pela promulgação das leis de Participação Popular (LPP), de 1994, e de Descentralização, de 1995, o MAS tornou-se o “escoadouro” de uma pluralidade de reivindicações. As regras do código eleitoral, por sua vez, estimularam a partidarização de uma diversificada gama de movimentos reivindicatórios, incluindo aqueles trabalhistas das zonas urbanas e da mineração, e também dos movimentos indígenas (nacionalistas ou não) oriundos das distintas zonas ecológicas do território boliviano:

“Tais reformas fortaleceram a tese do instrumento político, que já estava em discussão” e teriam favorecido seu sucesso posterior (VAN COTT, 2005). Convocou-se, para março de 1995, em Santa Cruz, o Primeiro Congresso sobre Terra, Território e Instrumento Político, do qual participaram CSUTCB, Confederação Sindical de Colonizadores da Bolívia (CSCB), Federação Nacional de Mulheres Camponesas Bartolina Sisa (FNMCB-BS) e Confederação de Povos Indígenas do Oriente Boliviano (CIDOB). Nele foi aprovada a formação da Assembléia pela Soberania dos Povos (ASP), um “instrumento político dos povos originários”, que não foi aceita pela Corte Nacional Eleitoral (CNE), o que obrigou seus integrantes a participar de eleições no interior da Esquerda Unida (IU), em 1995 e 1997. Uma questão a ser feita é o porquê de se formar nesse momento expressamente um instrumento e não um partido.” (SILVA 2009: 59-60)

O ano de 2002 foi decisivo para o MAS. Nas eleições presidenciais, esse partido conseguiu alcançar o segundo lugar, com 20,94% dos votos contra 22,46%

de Sanchez de Lozada. A partir de então, o partido começa a receber uma adesão cada vez maior de setores operários urbanos, profissionais liberais e, até mesmo, de parcelas do pequeno e médio empresariado. O fortalecimento do MAS foi fruto do caráter policlassista de sua base e de um discurso no qual se destaca a crítica ao modelo neoliberal e ao imperialismo, antes do que a promoção de uma plataforma étnica. Nesse sentido, a ideologia “masista” conjuga um nacionalismo de esquerda tradicional com a revitalização daquilo que foi, “naturalmente”, o contexto cultural originário da nação: a comunidade indígena.

A partir de 2002, o MAS realizou, de forma bem mais articulada, uma conexão entre “política das ruas” e política parlamentar. A primeira passou a ser uma força de mobilização social capaz de legitimar sua atuação no segundo cenário e, ao mesmo tempo, servir como instrumento de pressão, à medida que crescia o escopo institucional do partido. Dessa forma, o MAS chegaria à presidência em 2005, com uma votação de 52% para seu candidato Evo Morales, reeleito em 2009, com um percentual ainda maior.

O MAS, articulando suas raízes indianistas, nacionalistas e classistas; foi um fator fundamental na condução e formulação da atual Constituição política, além de um instrumento de renovação no tradicional quadro partidário, incapaz de absorver os novos tipos de demandas que se intensificaram na década de 1990 e inícios do século XXI. Observa-se na Bolívia aquilo que, segundo Robert Dahl, acontece quando determinadas camadas de uma população se deparam com uma inclusão política mais alargada e com maiores oportunidades de participação na vida política nacional. A tendência, nesses casos, é que os partidos anteriormente mais relevantes percam representatividade. Trata-se, então, do deslocamento do sistema de representação política no sentido de uma maior democratização. Não se quer dizer com isso que o fortalecimento do MAS seja, por si só, o catalisador dessa tendência, mas sugerir apenas que ele cumpre um papel parecido com o descrito por Dahl em sociedades antes dominadas por aristocracias tradicionais:

“Quando o sufrágio vai além dos notáveis e de sua clientela, os velhos partidos e facções baseados principalmente nas relações sociais entre os notáveis” em laços familiares, de classe, residência, estilo de vida e tradição- são substituídos ou suplementados por partidos mais eficazes em atrair as classes médias.” (DAHL 1997: 44)

Embora; aqui não se trate necessária e estritamente da ascensão de classes médias contra uma antiga base social estamental, o MAS parece ser o resultado de uma dinâmica sociopolítica bastante semelhante. Ele é o formato partidarizado de um emaranhado de setores sociais que, como já foi dito, abarca desde o campesinato indígena tradicional até classes médias urbanas, passando por setores operários da

mineração e por camadas populares urbanas que têm como denominador comum a rejeição generalizada aos velhos partidos e a suas formas de conceber e fazer política.

Assim sendo, o MAS pode ser visto como o resultado parcial de um processo de poliarquização que tem início, na Bolívia, em 1952, como já foi dito. Dahl descreve uma poliárquia como um sistema pautado pelos eixos da liberalização e da inclusão. No que se refere à liberalização, está, basicamente, o direito à contestação pública, ou à competição na arena política. A simples contestação não tornaria um sistema político necessariamente democrático, uma vez que a competição poderia não estar aberta a todos os setores da sociedade, tornando-se um sistema de “oligarquias competitivas”. A inclusão demarcaria o direito à cidadania, às benesses oriundas do assistencialismo e seguridade social do estado e à participação em eleições e cargos públicos. O direito ao voto estaria ligado às duas dimensões teóricas. Um estado altamente inclusivo, porém fechado a qualquer contestação pública, segundo Dahl, seria uma “hegemonia inclusiva”. Tanto esta, quanto as “oligarquias competitivas” tomadas isoladamente, não confeririam a um sistema político o *status* de poliarquia, sendo que seus níveis poderiam variar amplamente de acordo com o teor da liberalização e da inclusão.

Na Bolívia, a inclusão dos setores indígenas e camponeses, e mesmo do setor trabalhista da mineração, deu-se a partir de 1952, com a criação dos sindicatos rurais, controlados verticalmente pelo estado. Porém, a participação, no sentido atribuído por Dahl, ainda levaria décadas para ser implementada, haja vista os regimes militares autoritários que se estabeleceriam no país, nos anos 60 e 70. Com a abertura política dos anos 80 e 90 e com a criação dos novos municípios rurais, setores, antes formalmente incluídos, puderam participar efetivamente da vida política, no sentido atribuído por Dahl a esse conceito, com a explicitação de demandas antes encobertas por uma posição de submissão, em função de estados autoritários. Em um sentido dahliano, pode-se dizer que a Bolívia passa de um regime de oligarquias competitivas, no período de 1884-1852, para uma hegemonia inclusiva em 1952, e desta para um regime mais próximo da poliarquia em 1985, com a reabertura democrática e, em 2009, a partir da promulgação da Constituição, que aprova demandas tanto das bases sociais do MAS quanto da oposição a ele.³

³ Pode-se dizer que o status inferiorizado das mulheres em muitas nacionalidades indígenas poderia ser um constrangimento à poliarquia em níveis municipais de governo, uma vez que a sua inclusão estaria limitada pelas leis tradicionais, chocando-se frontalmente com as leis produzidas em um estado liberal moderno. Neste sentido, o direito tradicional baseado na coletividade, antes que no indivíduo, poderiam distanciar a Bolívia de uma poliarquia plena, embora, a meu ver, o novo modelo constitucional confira a esse país o regime mais poliárquico de sua história.

Na Assembleia Constituinte, o MAS funcionou como um partido inclusivo e instrumento político mediador entre as demandas veiculadas por setores da situação e da oposição. Ao coligar-se com setores moderados das organizações indígenas e aceitar deliberar com os Comitês Cívicos Pró-Santa Cruz, o partido assumiu, em alguma medida, a condução das negociações, e conseguiu isolar as vertentes mais radicais; contribuindo, assim, para que as querelas regionais e étnicas se processassem através das “regras do jogo”. O papel desempenhado por Evo Morales, nesse processo, foi crucial:

“No despertar de sua impressionante vitória, Morales demonstrou admirável energia, comparecendo em diversas constituintes em um aparente esforço de reconciliação nacional. Ademais, ele viajou para Santa Cruz para se encontrar com o Comitê Cívico Pró-Santa Cruz, reconhecendo Santa Cruz como o motor do desenvolvimento nacional, assim como o local de nascimento do movimento por autonomia regional.” (BRUCE, 2006:1)

Ao mesmo tempo, neutralizou e enfraqueceu as organizações que promoviam projetos nos quais se abriam brechas capazes de colocar em risco a unidade do Estado boliviano. Nessa mesma linha, se explica a hostilidade ao MAS por parte do CONAMAQ, que defendia, antes do que um Estado boliviano com faces indígenas, a formação de um Estado índio:

“O fato de a fração do MAS na Assembléia Constituinte ter rejeitado a demanda da CONAMAQ de assentos reservados no Parlamento foi uma das principais razões desta organização declarar que não apóia o trabalho da Assembléia Constituinte no dia 4 de agosto de 2007. Ela se retirou da Assembléia Constituinte e baixou a Wiphala⁴ do Teatro Gran Mariscal, onde a assembléia mantinha seus encontros.” (SCHILING-VACAFLOR, vol.4: 4)

CLIVAGENS ÉTNICAS E REGIONAIS

As clivagens vigentes na sociedade e na política bolivianas são de longa data. Entretanto, foi na década de noventa que elas ganharam alcance nacional. Com o ingresso das instituições estatais no campo, vários tipos de reivindicações políticas e sociais puderam ser articulados. No ocidente, grupos indígenas, utilizando as estruturas sindicais como espaços político-associativos, arquitetaram movimentos, como o katarista, para processar reivindicações de caráter étnico e territorial. Na parte oriental, por sua vez, o crescimento econômico acirrou a luta política pela distribuição da renda gerada pela exportação de recursos naturais – petróleo e gás, sobretudo – e fortaleceu o sentimento regionalista de grupos sociais que havia tempo

vinham demandando maior autonomia. Da mesma forma, o avanço cada vez maior das empresas produtoras de soja sobre terras indígenas da região oriental provocou a reação dos grupos indígenas não andinos, ameaçados de perderem suas fontes de água e recursos naturais em geral.

O quadro político que se configurou a partir de então, assim como os tipos de conflitos, se assemelham, em alguma medida, àqueles que afetaram a vida política espanhola durante décadas. Na Espanha, também se verifica a existência de divisões étnico-regionais que tornam seu território um mosaico de nações e línguas. Na Bolívia e na Espanha, a modernização e a formação de pólos econômicos de grande dinamismo aconteceram em regiões distantes e marginalizadas do centro político, as quais, em virtude desse processo, se constituíram em plataforma para a revitalização e projeção de demandas tradicionais por maior autonomia. Na Espanha, o processo de industrialização se intensificou no País Basco e na Catalunha, regiões que historicamente reivindicavam autonomia com relação ao governo central de Madri. Na Bolívia, este processo se deu, principalmente, no Departamento de Santa Cruz, que, nas últimas décadas, tem experimentado um extraordinário crescimento econômico que o fez o mais industrializado e o de maior ingresso *per capita* do país. E foi precisamente Santa Cruz que, ao longo do século, se opôs ao centralismo de La Paz, que passou a se constituir recentemente no eixo em torno ao qual se articularam os pleitos autonomistas dos departamentos da “meia lua”.

Outro ponto em comum na história dos dois países é a tentativa de homogeneização cultural imposta pelos governos nacionais. No caso espanhol, o regime de Francisco Franco (1939-1975), ao centralizar politicamente o estado espanhol em torno de Madri, fez o possível para disseminar o *Voelkgeist*⁴ castelhano por todo o território, impondo proibições ao ensino de línguas regionais e apagando manifestações culturais, sobretudo no País Basco. Já no caso da Bolívia, o comportamento dos governos do MNR (Movimento Nacional Revolucionário) após a Revolução de 1952 foi um tanto diferente na medida em que, junto com a tentativa de promover um ethos mestiço-criollo dominante, incentivou a difusão das línguas e culturas indígenas. Como se observará mais tarde, essa pauta, um tanto modificada, continua sendo a orientação básica fixada pela Constituição de 2009.

Nos dois países, o retorno dos regimes democráticos (na Espanha, em 1975; e na Bolívia, em 1985) trouxe à tona, de forma intensa, a questão étnico-territorial. No país sul-americano, as reformas econômicas e políticas dos anos 1990 politi-

⁴ *Voelkgeist* é um termo em alemão que significa literalmente espírito do povo. É a idéia de que um determinado grupo humano possui traços culturais específicos e incomunicáveis a qualquer outro grupo humano.

zaram o meio rural de forma que o discurso katarista preexistente acoplou-se à plataforma das novas “alcaldias” (prefeituras) recentemente criadas e, da mesma forma que aconteceu na Espanha, esferas institucionais deliberativas tornaram-se palco de embates étnico-territoriais e de projeção de demandas por autonomia. Mas, enquanto no país Ibérico isto se deu entre regiões claramente delimitadas territorialmente umas das outras, na Bolívia as demandas autonômicas se articularam a partir de dois eixos que não se correspondem territorialmente: por um lado, o regional geograficamente diferenciado entre departamentos do leste e do oeste, e, por outro, o dos grupos indígenas e camponeses espalhados ao longo do país, desde o ocidente altiplânico até o oriente tropical.⁵ Isso explica, em alguma medida, por que as unidades administrativas reivindicadas pelos indígenas são os municípios, e não os departamentos. Na Espanha, a Constituição Federal de 1978, que engendrou um federalismo assimétrico, ou seja, com regiões tendo diferentes níveis de autonomia de acordo com suas necessidades específicas, foi a resposta encontrada para incorporar as reivindicações de caráter local e manter a unidade estatal. A nova Constituição boliviana, embora unitária, parece direcionar o país rumo a um sistema descentralizado via departamentos, o que será analisado mais adiante.

Bernardo Sorj, em seu livro A Democracia Inesperada (2004), mostra como a abertura política dos anos 1980, na América Latina, trouxe à tona uma ampla diversidade de discursos oriundos de grupos que se dizem minoritários (SORJ, 2004). A fragmentação ou implosão das estruturas sociais vigentes ao longo da fase nacional desenvolvimentista, ao mesmo tempo em que promoveu a individualização e atomização da vida social, teria gerado, segundo o autor, novas e complexas formas de reconstrução de identidades e grupos de interesse. Frutos dessa tendência seriam, por exemplo, a visibilidade adquirida pelo movimento negro, os movimentos pelos direitos dos homossexuais, ou grupos construídos na internet, que compartilham o mesmo gosto musical, cinematográfico ou de vestuário. O intenso processo de individualização que caracteriza as sociedades contemporâneas se traduz na formação e na recriação constantes de novos grupos de interesse, de existência efêmera e escassa relevância nos cenários nacionais mais amplos. Tais identidades, constituídas, em boa medida, a partir da intersubjetividade, expressariam a condição fluida daquilo que Zigmunt Bauman; chamou de “modernidade líquida.” (BAUMAN, 2004)

Na sociedade boliviana, parece ter acontecido algo diferente. Ao invés dessas

⁵ Deve-se lembrar de que, por causa da migração rural, existem no oriente comunidades aymarás e quéchuas relevantes, particularmente no departamento de Santa Cruz.

identidades líquidas, e sem querer negar sua existência na atual realidade social do país, o impacto da globalização, pautado na abertura político-econômica, auspiciou a explicitação de identidades culturais já previamente em curso. Tanto o discurso identitário indígena como o relativo à Nação Camba foram fenômenos anteriores à chamada globalização. Mais do que propiciar a formação de identidades de cunho pós-moderno, a recente fase de abertura econômica e de democratização política vascularizou demandas identitárias de raízes muito antigas, em especial as indígenas do Altiplano. Embora as populações indígenas já estivessem inseridas de forma bastante significativa no mundo moderno, isso não significou o enfraquecimento, mas o fortalecimento de suas tradições e formas de ordenamento jurídico e social.

Neste sentido, é válida a afirmação de José Maurício Domingues de que a etnicização da América Latina é a continuidade de processo há muito tempo em curso. Com o enfraquecimento das identidades trabalhistas e classistas, construídas em torno do sindicalismo durante o período nacional-desenvolvimentista, formas de agregação de identidades com outros vieses vieram à tona. Seu eixo de articulação não passa mais pelos centros sindicais, mas pela própria experiência de vida comunitária camponesa, o que confere aos seus movimentos grande centramento e identidade, dependendo sempre de uma participação popular permanente e vigilante (DOMINGUES, 2007). Entretanto, como afirma o autor, muitas dessas novas demandas ainda estão vinculadas a questões anteriores aos discursos étnicos:

“Ademais, é preciso considerar que muitos desses movimentos, conquanto tenham o tema da autonomia, cultural e inclusive político-administrativa, em seu centro, mantêm uma pauta bastante concreta e, por assim dizer, “materialista”: reforma agrária, políticas de sustentação aos pequenos agricultores, controle dos recursos naturais de suas regiões ou do país como um todo. Há nesse sentido uma clara continuidade entre o passado e o presente” (DOMINGUES 2007: 5)

A continuidade com o passado perpassa tanto os povos originários andinos como os cambas orientais, uma vez que as demandas da região oriental datam do século XIX. Os primeiros defendendo um etnonacionalismo coletivista; e os segundos, um nacionalismo cívico-territorial voltado mais para uma ideia de eficiência econômica emparelhada com um modo de vida específico, em particular o *cruceño*. Os povos originais do oriente, por sua vez, estão mais próximos do etnicismo que do nacionalismo. Isto porque não desejam interpenetrar seus costumes tradicionais e sua cultura com os aparelhos administrativos do estado moderno, como os grupos andinos. Querem, ao contrário, passar ao largo de estado, tendo este apenas a função de proteger suas áreas de caça, pesca e coleta da ação de fazendeiros e posseiros. O

etnicismo, sendo aí, o equivalente pré-moderno do nacionalismo (SMITH, 1986).⁶

Essa estrutura social, política e econômica que vem marcando a Bolívia já há algumas décadas corrobora a ideia de “clivagens inter cruzadas” de Robert Dahl. Em “Dilemmas of Pluralist Democracies” (1982), ele afirma que as clivagens econômicas não são, necessariamente, a principal força motriz que leva ao surgimento de conflitos entre grupos dentro de um Estado-Nação. Dahl cita vários exemplos de países como os Escandinavos, Nova Zelândia e Inglaterra, onde as divisões se dão, basicamente, através de fatores econômicos e de “classe.” (DAHL, 1982: 62-63) Estes conflitos, em geral, não são tão graves quanto aqueles gerados por clivagens étnicas, linguísticas e religiosas, sendo, na maioria dos casos, sanados nas esferas deliberativas e decisórias.

Entretanto, quando os dois tipos de clivagens se encontram interpenetrados, as dificuldades se alargam. O que Dahl diz é que a esfera econômica “reforça” a esfera étnico-cultural quando um grupo politiza suas demandas, seja desde uma posição desvantajosa ou vantajosa na estrutura econômica nacional. Assim, o sentimento de revolta decorrente da marginalização política a um grupo, pode se intensificar quando se trata de um grupo também marginalizado no sistema econômico. No sentido oposto, um grupo responsável por certo desenvolvimento econômico, mas distante das principais esferas deliberativas e decisórias, pode enxergar sua situação como duplamente agravada e intensificar suas demandas por maior autonomia.

Na Bolívia, os grupos indígena-camponeses encontravam-se na condição de excluídos, tanto no que diz respeito à participação política autônoma, isto é, fora das estruturas corporativas às quais estiveram sujeitos durante o regime nacional desenvolvimentista, como no que tange ao plano econômico, por constituir parte dos setores mais empobrecidos da população não apenas boliviana, mas latino-americana:

“Embora a situação geral tenha melhorado muito na última década do século passado, a área rural ainda estava profundamente empobrecida. Em 1999, menos de 1% das habitações rurais tinham telefone, 74% cozinhavam com fogo à lenha, dois terços não tinham bombeamento interno e apenas 58% tinham acesso à água corrente. Segundo as medidas do próprio governo, 59% da população nacional em 2001 poderiam ser considerados pobres e 24% indigentes. Nas áreas rurais, 91% era pobre e mais da metade indigente.”(KLEIN 2003 : 253)

⁶ De acordo com Anthony D. Smith, a manutenção de valores e de sentido social por cânones modernos como a historiografia, a filologia, a linguística entre outros, esboçariam o nacionalismo. O mesmo processo através de cânones não-modernos como a história oral, por exemplo, conformariam o etnicismo, equivalente pré-moderno do nacionalismo.

Por outro lado, os Departamentos da “meia-lua” são hoje o grande pólo de desenvolvimento do país, por causa de sua agroindústria modernizada e sua exploração de recursos energéticos. As reivindicações oriundas dessa região são, entretanto, muito mais antigas. Cabe lembrar, nesse sentido, que, ainda no século XIX, reivindicações de cunho federalista e descentralizadoras tinham sua base em Santa Cruz, contra as elites de La Paz, encaradas como portadoras de forte dose de “andino-centrismo”. Nesse período, não só Santa Cruz, como toda a região oriental, estava marginalizada política e economicamente.

A queda de braço entre as vertentes indígena-camponesas e cívico-departamentais, intensificada a partir do ano 2000, encontrou seu “parcial desfecho” no ano de 2009 sob a forma de uma nova Constituição. Tanto o “nacionalismo étnico-indígena” como o “nacionalismo oriental” chegaram a um ponto de equilíbrio, uma vez que nenhum dos dois detinha forças suficientes para suplantar completamente o outro. Novamente, citando Dahl, os custos da repressão se mostravam elevados para ambos os lados. O “desfecho” constitucional seria a expressão, de certa forma, desse equilíbrio. Na Assembleia Constituinte, o MAS, várias organizações indígenas e os Comitês cívicos Pró-Santa Cruz chegaram a um acordo acerca do tema das autonomias que tanto mobilizou o país que as duas formas autonômicas propostas foram aprovadas de forma relativamente satisfatória para os dois lados. Vale a pena ressaltar aqui o papel que teve a Confederação Sindical Única de Trabalhadores Camponesinos de Bolívia (CSUTCB), tanto no seu papel de representante dos interesses indígenas como no apoio que deu ao MAS, no estabelecimento de compromissos com a oposição, com o intuito de evitar a quebra do processo constitucional. A CSUTCB parece ter exercido muito mais influência nos processos constituintes que o CONAMAQ (Conselho Nacional de *Ayllus* e *Markas* do *Qullasuyu*). O último, ao defender a ideia de reconstituição do *Qullasuyu*⁷ (mais próxima do Katarismo radical) e negar diálogo com a oposição, deu tons demasiadamente separatistas aos movimentos indígenas, perdendo boa parte de sua influência para a CSUTCB, que defendia um Estado com uma face indígena; e não um estado totalmente indígena, como o CONAMAQ. Vendo-se em uma posição tão equilibrada, na qual era impossível negar a existência e reivindicações do grupo opositor, os defensores das autonomias indígenas e departamentais fortaleceram o discurso de suas camadas mais moderadas,

⁷ *Qullasuyu* foi uma antiga confederação de *ayllus* de origem pré-incaica. O *Qullasuyu* foi conquistado pelos Incas na segunda metade do século XV. No katarismo radical ele representa uma proposta de um retorno literal ao passado pré-colombiano. É considerado uma “utopia regressiva”, para alguns autores.

fazendo com que os defensores do retorno ao Qullasuyu, assim como os separatistas do Movimento Nação Camba caíssem em um certo ostracismo político, perdendo apoio, pelo menos até o momento atual, de amplas camadas populares.

Em relação ao nacionalismo indígena, pode-se dizer que o Pacto da Unidade foi uma tentativa de construção, bem sucedida em alguma medida, de uma identidade indígena mais abrangente, que não estivesse limitada a grupos indígenas específicos desta ou daquela região e que, ao mesmo tempo, deixasse espaço para a expressão das especificidades. Sob esse ângulo, a pauta hoje dominante representa, tanto uma continuidade, como um relativo distanciamento do projeto étnico do nacional-desenvolvimentismo. Em relação ao território boliviano como um todo, a identidade indígena é assim firmada, independentemente do pertencimento a um *ayllu* ou “comunidade originária” – um reconhecimento explícito da elevada exposição e participação da população indígena na sociedade moderna, bem como do sucesso da socialização nos valores da nacionalidade boliviana empreendida pela escola pública rural ao longo da fase nacional desenvolvimentista.

Esta é a ideia de nação indígena que, de acordo com Almut Schiling-Vacaflor, o CONAMAQ tentou construir junto ao pacto da unidade. Apesar de defender a reconstituição do *Qullasuyu* (modelo de organização política exclusiva dos indígenas do altiplano), Schiling-Vacaflor afirma que o CONAMAQ tentou se aproximar da CIDOB (Confederação dos Índios do Oriente Boliviano), tendo como objetivo a articulação de uma nação indígena mais ampla, uma vez que membros da própria CIDOB, assim como da APG (Assembleia dos Povos Guaranis), já haviam colocado reparos à institucionalização dos *ayllus*, afirmando que essas unidades não faziam parte da experiência dos indígenas do oriente boliviano. Até certo ponto, o projeto do CONAMAQ obteve sucessos, uma vez que o Pacto da Unidade estabeleceu que não apenas os *ayllus*, mas todas as formas organizacionais e administrativas indígenas obteriam status de “comunidade originária”, não importando a língua ou a região à qual pertenciam. Nesta medida, pode-se dizer que o nacionalismo indígena do CONAMAQ; obteve alguns êxitos significativos, ou mesmo afirmar que ele foi da mais alta importância para a consolidação de um conjunto de demandas indígenas que fosse para além do mundo andino. A CSUTCB, apesar de portar um discurso mais próximo do katarismo moderado e de dialogar com a oposição de forma mais aberta, pouco fez para se aproximar dos indígenas orientais. Dessa forma, é interessante a afirmação de Alice Soares Guimarães acerca da CSUTCB:

A CSUTCB se consolidou como uma organização marcadamente andina, e ao se relacionar com outros grupos, principalmente com os povos indígenas do oriente, não soube exercer o respeito pela diferença que tanto proclamava e reivindicava do Estado, dos partidos políticos, do movimento operário, e da sociedade como um todo. As identidades étnicas e as formas “diferenciadas de vida” e de “organização próprias” - assim

como a experiência de opressão- se restringiam aos termos em que se manifestavam para os povos andinos. (GUIMARÃES 2010 : 14)

Neste sentido, apesar de elaborar um projeto de nação étnica mais radical que a CSUTCB, tendo menos abertura para o mundo dos “não-índios” e a discursos “não étnicos”, a CONAMAQ foi de significativa importância para o estabelecimento do estado plurinacional proposto pelo Pacto da Unidade, que viria a ser reconhecido pela Constituição de 2009. Pode-se dizer que a CONAMAQ foi importante ao acoplar as demandas indígenas orientais, mas a CSUTCB manteve essas demandas ligadas àquelas de classe, uma vez que os indígenas andinos também são camponeses, consolidando as bases classistas e étnicas do MAS. O Pacto da Unidade, por sua vez, representou uma exclusividade etnonacional ao fazer a separação entre o *nós* (todos os grupos indígenas) e o *eles* (os não índios).

Entretanto, ao deparar-se com os movimentos cívico-departamentais e com o subsequente equilíbrio de forças, o Pacto da Unidade e o MAS tiveram que se abrir ao diálogo com a oposição dentro das esferas políticas deliberativas. Ademais, se o nacionalismo proposto dentro do Pacto da Unidade conseguiu estabelecer que toda forma administrativa indígena teria status de “comunidade originária”, ele não teve como assegurar um ponto crucial no fenômeno nacionalista⁸: a articulação de uma língua comum a todos os grupos existentes dentro do território nacional, utilizada dentro das estruturas modernizadas do estado e dos espaços políticos associativos, e não apenas na vida privada, ou mesmo comunitária. A necessidade política de adotar posições mais moderadas no âmbito da Assembleia Constituinte, além do pluralismo linguístico existente entre os grupos indígenas bolivianos, fez com que o projeto de nação indígena sucedâneo da nação boliviana – o próprio nome Bolívia era visto por muitos como uma imposição de um mundo social não-indígena, alienígena – desse lugar à ideia de uma nação ainda boliviana, porém, com uma face marcadamente indígena, ou melhor, com múltiplas faces indígenas.

Difícil saber os rumos que tomará o processo. Robert Dahl afirma que, quando subdivisões de índole étnico-linguística cindem uma determinada nação, de modo que dois grandes grupos se tornam antagônicos e regionalmente concentrados, os riscos para a poliarquia são enormes. Em casos como esses, para que a poliarquia se mantenha, torna-se necessária, às vezes, uma literal secessão de estados e nações. Porém, se esse tipo de clivagem se forma a partir de um mosaico de povos,

⁸ Uma vez que a proposta inicial do CONAMAQ era a reconstituição do *Qullasuyu*, ou seja, de uma estrutura administrativa exclusiva para uma nação indígena exclusiva.

ou mesmo nações, o jogo político pode convergir para um equilíbrio tal que soluções deliberadas, tomadas em esferas decisórias abertas e inclusivas, contribuam para manter a unidade⁹. Um exemplo bastante demonstrativo desse respeito é o da Índia – onde “*língua, casta e região geram uma fantástica panóplia de subculturas, cada uma das quais forma uma minoria relativamente pequena*” (DAHL 1997:121). Não obstante, as abismais diferenças entre a Índia e a Bolívia, bem como a grande quantidade de povos e línguas (em especial indígenas) também torna problemática, no país sul-americano, a construção de uma identidade indígena, uma vez que, como mostraram os atritos entre CIDOB, APG e organizações indígenas do altiplano, eles não admitem ser colocados numa configuração monolítica – fato que pode se constituir, citando Dahl, numa

“das forças da poliarquia boliviana, pois ela agora compele os líderes de cada grupo a aprender a praticar a arte da conciliação e da formação de coalizões, e evita que qualquer grupo unificado particular sequer se aproxime de um monopólio dos recursos.” (DAHL 1997:121)

Dessa maneira, é plausível que a última Constituição, assim como o atual regime político boliviano, não seja apenas o produto natural que apenas reflete com certa fidelidade o quadro cultural do país, mas os frutos de uma ação estratégica conduzida dentro de esferas deliberativas, por uma intrincada gama de atores políticos.

A CONSTITUIÇÃO DE 2009

A ideia de Constituição nos seus moldes modernos remete à vontade de uma determinada população, dentro de um determinado território, de reger-se e administrar-se tendo como base um texto escrito. A Constituição aprovada em 2009 re-

⁹Deve-se ressaltar, porém, que o caso da fragmentação da antiga Iugoslávia foi uma trágica exceção a esta ideia. Entretanto é bom lembrar que, naquele caso, as forças sociais e políticas em choque tinham um considerável acesso a recursos bélicos. Os sérvios herdaram boa parte do exército da antiga Iugoslávia, por terem ocupado posição mais central na antiga república socialista. Os eslovenos tiveram amplo suporte militar da Alemanha e da Áustria, assim como os croatas tiveram algum apoio da Itália, por identidade religiosa. Apenas os bósnios muçulmanos, pelo menos em um primeiro momento, contaram com pouco apoio, e foram justamente eles que sofreram as maiores baixas. Entre os bolivianos, tanto os *Ponchos Rojos* como a *Unión Juvenil Cruceñista*, que são os “braços armados” mais extremistas de indígenas e cívico-departamentais, respectivamente, não dispõem de recursos bélicos suficientes para iniciar um conflito armado de maiores proporções.

presenta, para o variado quadro linguístico-cultural da sociedade boliviana, a passagem de um universo pluricultural para um universo plurinacional. O primeiro artigo constitucional já deixa clara esta situação quando diz que:

“Bolívia se constitui em um Estado Unitário Social de Direito Plurinacional Comunitário, livre, independente, soberano, democrático, intercultural, descentralizado e com autonomias. A Bolívia se funda na pluralidade e no pluralismo político, econômico, jurídico, cultural e linguístico, dentro do processo integrador do país.” (REPÚBLICA DE BOLÍVIA. CONSTITUCIÓN 2009: 2)

O país é um Estado que, assim como na Espanha, não é povoado apenas por diversas culturas, mas diversas nacionalidades, de forma que a nova Constituição deve conciliar um lastro liberal moderno com formas tradicionais e comunitárias de administração, o que representa, em alguns aspectos (como o da plurinacionalidade), um rompimento com o modelo constitucional e ideológico implementado pelo MNR em 1952. Um modelo em que o elemento “classe” era o principal eixo ideológico norteador. Note-se que a definição do caráter plurinacional ocupa uma posição central no primeiro artigo constitucional. Pode-se dizer que o texto da nova *Carta Magna*, antes de ser a expressão de uma “luta pelo reconhecimento”, deflagrada por grupos e movimentos étnicos e regionais, é um arcabouço normativo que busca mitigar os conflitos decorrentes da incorporação desses grupos à vida política nacional. Na Bolívia, como também na Espanha, o que se verificou foi a intensificação de movimentos de caráter nacionalista, na medida em que as estruturas do Estado se modernizaram e passaram a abranger territórios e populações antes negligenciados. A ampliação do sistema educacional expôs vários segmentos da população que antes sequer tinham cidadania formal a um novo contexto de modernização instrumental.¹⁰

O advento do movimento katarista¹¹ (cujo cerne discursivo seria mantido também na luta contra o estado neoliberal pós 85) e a intensificação dos movimentos regionalistas da “meia-lua” são, em alguma medida, resultados desta maior presença do Estado (sobretudo nas áreas rurais). O primeiro, arquitetado por intelectuais indígenas “urbanizados”, esforçou-se para que fossem mantidos, dentro das estruturas sindicais, as línguas faladas e os costumes praticados nas comunidades rurais;

¹⁰ Por modernização instrumental me refiro à modernização das estruturas técnicas do estado, e não à “modernização ideológica”, como a chegada de valores republicanos e democráticos.

¹¹ O katarismo foi um movimento encabeçado por intelectuais indígenas “urbanizados” que defendiam a manutenção dos costumes e línguas indígenas dentro das agências burocráticas estatais.

conectando, assim, instituições rurais tradicionais às organizações estatais modernas. Ao entender o termo “povo” enquanto comunidade rural e não como massas concentradas em centros urbanos, o discurso katarista e seu sucedâneo institucional traduzido no Pacto da Unidade construíram um tipo de identidade semelhante àquela que foi defendida pelos populistas russos (*narodniks*) do século XIX. Estes viam nas comunidades rurais originárias (*obshchina*) e nas suas estruturas jurídico-deliberativas (*mir*) o fundamento cultural, social, político e econômico de sua pátria.¹² Essa forma de apelo popular, de tipo *narodnik*, aparenta ser, em certa medida, algo inédito na América Latina, onde tradicionalmente o apelo ao “povo” se direciona a densas massas urbanas (marca inconfundível dos denominados regimes populistas latino-americanos). O discurso katarista, assim, defendeu a ideia de um Estado que, embora modernizado, mantivesse os valores da antiga comunidade rural.

Os movimentos cívicos regionalistas da “meia-lua”, embora não apelem para este tipo de “comunidade original”, também defendem a ideia de fazer parte de um agrupamento social detentor de valores e cultura específicos. Em parte por isso, em parte por constituírem um pólo de desenvolvimento econômico nacional e em parte por temerem grupos supostamente de “esquerda” ocupando o poder central, os comitês cívicos esforçaram-se ao máximo para que seu modelo autonômico fosse aprovado na Assembleia Constituinte. A Constituição de 2009 dá voz a todos esses grupos e visa incorporar suas demandas, levando em conta que o termo “indígena” engloba povos e etnias que não necessariamente pertencem ao altiplano.

O traço mais marcante da nova Constituição talvez seja a conexão entre direitos universais e abstratos, centrados na ideia de indivíduo; e direitos tradicionais, comunitários, centrados na ideia do coletivo. É interessante notar que os princípios básicos da organização liberal do Estado não são negados, apenas acrescidos de outras noções de pessoa jurídica. Como aponta Mota:

“Neste sentido, as principais inovações presentes na constituição, podem ser sobremaneira sentidas no que se refere às autonomias e à livre determinação; à concepção de pessoa jurídica mais ampla do que somente individual” onde observamos explicita-

¹² Os populistas defendiam a ideia de que as comunidades camponesas eslavas não conheciam a propriedade privada. Desta forma, embora Lênin fosse contrário à ideia de manutenção das “virtudes” do *mir*; pode-se dizer que os populistas russos, em alguma medida, pavimentaram os caminhos para o socialismo Leninista, ao afirmar que a Rússia não precisaria passar pela industrialização inglesa e gerar um robusto proletariado. As bases sociais para a eliminação da propriedade privada estariam no campesinato tradicional.

mente a emergência do fenômeno que chamo de complexificação da noção de pessoa; na forte percepção de que a preservação, a forma de distribuição e os usos da Pachamama (Mãe Terra), bem como dos recursos naturais bolivianos são vistos como essenciais para o desenvolvimento integral do país; e, por fim, de uma forma democrática participativa popular ampliada.” (MOTA 2009:145)

Estas noções se materializam através da criação dos municípios indígenas, que se tornam instâncias administrativas com o mesmo *status* dos municípios não indígenas. A municipalização das “comunidades originárias” representa a descolonização interna do Estado boliviano, tema da mais alta importância na elaboração da nova Constituição. A descolonização seria, na verdade, o direito proporcionado às comunidades, ou conjunto de comunidades, de administrarem os recursos naturais circunscritos em seus territórios a partir de seu ordenamento jurídico tradicional, assim como a eleição de autoridades para cargos “públicos” de acordo com seus sistemas políticos originários. Apesar de a Constituição fornecer mais dois tipos de autonomia (regional e municipal), elas não serão objetos de análise neste estudo, devido ao fato de ele se centrar nas autonomias indígenas e departamentais.

A CONSTITUIÇÃO E AS AUTONOMIAS INDÍGENO-CAMPONESAS

O artigo 269 da Constituição, primeiro da terceira parte intitulada “Estrutura e organização territorial do Estado”, representa uma inovação face aos textos constitucionais anteriores, precisamente por incluir na configuração territorial da Bolívia, além dos departamentos, províncias e municípios, os *territórios indígenas originários campesinos*. (REPUBLICA DE BOLIVIA. CONSTITUCIÓN 2009:48) O direito à autodeterminação, ao menos nas esferas “municipais”, está assegurado aos povos indígenas, sobretudo pelo artigo 289, o qual estabelece que:

A autonomia indígena originária campesina consiste no auto-governo como exercício da livre determinação das nações e dos povos indígena-originário campesinos, cuja população compartilha território, cultura, história, línguas, e organização ou instituições jurídicas, políticas, sociais e econômicas próprias.(REPÚBLICA DE BOLIVIA. CONSTITUCIÓN 2009: 51)

As bases territoriais das autonomias *indígenas originárias campesinas*, os requisitos para a sua constituição, assim como a forma pela qual deverão ser superados possíveis conflitos de limites entre distritos municipais e o território de comunidades originárias em formação, são especificados nos seguintes artigos:

Artigo 291. I. São autonomias indígena-originárias campesinas os territórios

indígena-originário camponeses, e os municípios, e regiões que adotam tal qualidade de acordo ao estabelecido nesta Constituição e na Lei.

II. Dois ou mais povos indígena-originários camponeses poderão conformar uma só autonomia indígena-originário camponesa. (REPÚBLICA DE BOLÍVIA. CONSTITUCIÓN 2009:51)

Artigo 292. Cada autonomia indígena-originário camponesa elaborará seu Estatuto, de acordo com suas normas e procedimentos próprios, segundo a Constituição e a Lei. (REPÚBLICA DE BOLÍVIA. CONSTITUCIÓN, 2009: 51)

Artigo 293. I. A autonomia indígena baseada em territórios indígenas consolidados e naqueles em processo, uma vez consolidados, se constituirá pela vontade expressada de sua população com consulta em conformidade a suas normas e procedimentos próprios como único requisito exigível.

II. Se a conformação de uma autonomia indígena-originária camponesa afetar limites de distritos municipais, o povo ou nação indígena-originário camponesa e o governo municipal deverão acordar uma nova delimitação distrital. Se afetar limites municipais, deverá seguir-se um procedimento ante a Assembléia Legislativa Plurinacional para a sua aprovação, prévio cumprimento dos requisitos e condições particulares que assinala a Lei.

III. A Lei estabelecerá requisitos mínimos de população e outros diferenciadores para constituição de autonomia indígena-originária camponesa.

IV. Para constituir uma autonomia indígena-originária camponesa cujos territórios se encontrem em um ou mais municípios, a lei assinalará os mecanismos de articulação, coordenação e cooperação para o exercício de seu governo. (REPÚBLICA DE BOLÍVIA. CONSTITUCIÓN, 2009:52)

Artigo 296. O governo das autonomias indígena-originária camponesas se exercerá através de suas próprias normas e formas de organização, com a denominação que corresponda a cada povo, nação, ou comunidade, estabelecidas em seus estatutos e em sujeição à Constituição e à Lei. (REPÚBLICA DE BOLÍVIA. CONSTITUCIÓN 2009:52)

Enquadradas no marco constitucional, as competências das *autonomias indígenas-originárias camponesas* estão definidas no artigo 304 que, num conjunto de artigos, estabelece como exclusivas as seguintes:

1. Elaborar seu Estatuto para o exercício de sua autonomia conforme a Constituição e a Lei.
2. Definição e gestão de formas próprias de desenvolvimento econômico, social, político, organizativo e cultural, de acordo com sua identidade e visão de cada povo.
3. Gestão e administração dos recursos naturais renováveis, de acordo com a Constituição.

12. Criar e administrar taxas, patentes e contribuições especiais no âmbito de sua jurisdição de acordo com a Lei.

13. Administrar os impostos de sua competência no âmbito de sua jurisdição.

14. Elaborar, aprovar e executar seus programas de operações e seu pressuposto.

15. Planificação e gestão da ocupação territorial.

21. Participar, desenvolver e executar os mecanismos de consulta prévia, livre e informada relativos á aplicação de medidas legislativas, executivas e administrativas que os afetem.

22. Preservação do hábitat e da paisagem, conforme a seus princípios, normas e práticas culturais, tecnológicas, espaciais e históricas.

23. Desenvolvimento e exercício de suas instituições democráticas conforme a suas normas e procedimentos próprios.

II. As autonomias indígena-originário campesinas poderão exercer as seguintes competências compartilhadas:

2. Participação e controle no aproveitamento de áridos.

3. Resguardo e registro dos direitos intelectuais coletivos, referidos a conhecimentos de recursos energéticos, medicina tradicional e germoplasma, de acordo com a Lei.

4. Controle e regulação das instituições e organizações externas que desenvolvam atividades em sua jurisdição, inerentes ao desenvolvimento de sua institucionalidade, cultura, meio ambiente e patrimônio cultural.¹³

A nova Constituição atende, em boa medida, às demandas feitas pelo Pacto da Unidade que, junto ao MAS, foram colocadas na Assembleia constituinte. A administração de bens como terra, saúde e educação, além da consulta às comunidades “originárias” em caso de exploração de bens naturais dentro de sua jurisdição, são

¹³ Além disso, as autonomias indígena-originário camponesas poderão exercer as seguintes competências concorrentes:

1. *Organização, planificação e execução de planos, programas e projetos de educação, ciência tecnologia e investigação, no marco da legislação do Estado.*

2. *Conservação de recursos florestais, biodiversidade e meio ambiente.*

3. *Sistemas de irrigação, recursos hídricos, fontes de água e energia, no marco da política do Estado, ao interior de sua jurisdição.*

4. *Construção de sistemas de micro-irrigação.*

5. *Construção de caminhos vicinais e comunais.*

9. *Controle e monitoramento sócio-ambiental das atividades hidrocarboríferas e mineiras que se desenvolvam em sua jurisdição.*

10. *Sistemas de controle fiscal e administração de bens e serviços.* República de Bolívia. Constitución de 2009, p. 57 e 58.

todos direitos garantidos pela Constituição. Os acordos estabelecidos no Pacto da Unidade pelas comunidades e nações indígenas afirmavam que as autonomias indígenas deveriam fazer parte da divisão política e administrativa do país. As comunidades indígenas são uma das quatro instâncias político-administrativas do país. A possibilidade de mais de um povo indígena compor um município indígena também se tornou uma realidade. A demanda por um estado unitário plurinacional, em certa medida, também foi atendida. O interessante é que a descentralização das territorialidades étnicas e campesinas foi feita pela via cantonal/municipal, e não pela via provincial/departamental, o que pode evitar conflitos no futuro. Isso porque cada município indígena, independente de qual seja seu grupo étnico específico, pode exercer seu autogoverno em qualquer departamento. Por exemplo, um município Aymará pode se autogovernar tanto no departamento de La Paz (seu suposto lar original) ou no de Santa Cruz, para onde muitos Aymarás migraram em busca de melhores condições de vida. Como afirma Gellner, quando faz uma série de recomendações para solucionar o problema das clivagens étnicas

“Estas são as únicas recomendações gerais que se pode fazer: a preferência pela estabilidade, evitar a desestabilização sem causa considerável e sem provisão para uma passagem ordenada para um regime sucessor; afluência; centralização das maiores funções de manutenção da ordem e a cantonização das sociais; pluralismo cultural e desfeticização da terra.” (GELLNER 1997: 108)

Entretanto, as demandas das organizações indígenas foram parcialmente atendidas, uma vez que elas reclamavam um estado unitário no qual as principais instâncias descentralizadoras fossem os municípios. Isso porque as autonomias propostas pelas organizações da “meia-lua”, que visavam descentralização por via departamental, também foram aprovadas. Se o pluralismo jurídico intradepartamental vai gerar ou não conflitos de maior monta (sobretudo nos departamentos orientais, que concentram oposição ao MAS) ainda é algo que apenas o futuro dirá. A questão é que as demandas por autonomia dos povos indígenas foram, em ampla medida, atendidas; convivendo, porém, lado a lado com outras instâncias autônomicas e administrativas.

Também é verdade que o “universo” social boliviano de traços mais indígenas e tradicionais, bem como aquele de traços mais modernizados, mais *mestizo-criollo*, não formam esferas sociais separadas e estanques. Pelo contrário, elas estão altamente interpenetradas, de forma que muitos “originários” estudam ou trabalham nas cidades e localidades fora de seus municípios. Nesta medida, pode haver um choque de valores que acarrete em sérios problemas, pois as formulações modernas e liberais do que seja um indivíduo podem se chocar com as tradicionais.

A mulher, e como é interpretado seu papel na estrutura social indígena tra-

dicional, é um exemplo dos mais emblemáticos. Uma mulher originária de um município indígena, que tem algum tipo de atividade (estudo, trabalho) fora de sua comunidade, pode interpretar a maneira através da qual é vista dentro de um quadro valorativo tradicional, como atrasada, retrógrada e mesmo preconceituosa. O choque de valores, principalmente dos estratos mais jovens da população indígena com os mais velhos, pode vir a ser um grande problema, visto que novas figurações sociais podem surgir do contato entre “originários” e “não-originários”. Uma grande pluralidade de sistemas ordenadores baseados principalmente na tradição corre o risco de, no futuro, gerar espécies de pequenos enclaves que venham a colidir com a forma de ordenamento mais ampla do Estado. Assim, uma questão central que fica para o futuro é o choque entre os direitos universais e abstratos e os direitos tradicionais e comunitários, o que pode dificultar o sistema político boliviano em relação à instauração de uma poliarquia no modelo dahliano, ao menos nos níveis municipais indígenas, como foi citado acima (página 13).

A CONSTITUIÇÃO E AS AUTONOMIAS CÍVICO-DEPARTAMENTAIS

O tipo de administração proporcionado pelas autonomias departamentais é exercido sob as mesmas regras em todos os departamentos, diferentemente das autonomias indígenas. Nas últimas, cada povo “originário” ordena-se de acordo com suas respectivas tradições, que, por sua vez, variam de um grupo étnico-linguístico para outro. No caso do autonomismo oriundo dos departamentos orientais, o que mais se reivindica é a maior autonomia do departamento frente ao governo central, no que se refere à capacidade de legislar-se regionalmente.

A autonomia departamental se implementa a partir dos seguintes artigos da Constituição:

Artigo 277. O governo autônomo departamental está constituído por uma Assembléia Departamental, com faculdade deliberativa, fiscalizadora e legislativa departamental no âmbito de suas competências e por um órgão executivo. (REPÚBLICA DE BOLÍVIA. CONSTITUCIÓN 2009:49)

Artigo 278. I. A Assembléia Departamental estará composta por assembleístas departamentais, eleitas e eleitos por votação universal, direta, livre, secreta e obrigatória; e por assembleístas departamentais eleitos pelas nações e povos indígena-originário campesino, de acordo com suas próprias normas e procedimentos.

II. A Lei determinará os critérios gerais para a eleição de assembleístas departamentais, tomando em conta representação populacional, territorial, de identidade cultural e linguística quando são minorias indígena-originárias campesinas, e paridade e alternância de gênero. Os estatutos autônomicos definirão sua aplicação de acordo com

realidade e condições específicas de sua jurisdição. (REPÚBLICA DE BOLÍVIA. CONSTITUCIÓN 2009:49)

Artigo 279. O órgão executivo departamental está dirigido pela Governadora ou o Governador, em condição de máxima autoridade executiva.

Segundo o artigo 300, entre as principais competências exclusivas dos governos departamentais autônomos estão as seguintes:

Elaborar seu Estatuto de acordo com os procedimentos estabelecidos nesta Constituição e na Lei.

Iniciativa e convocatória de consultas e referendos departamentais nas matérias de sua competência.

Promoção do emprego e melhora das condições laborais, no marco das políticas nacionais.

Elaboração e execução de Planos de Ordenamento Territorial e de uso de solos, em coordenação com os planos do nível central do Estado municipal e indígena- originário campesino. (REPÚBLICA DE BOLÍVIA. CONSTITUCIÓN 2009:55)

As demandas e propostas cívico-departamentais foram apenas parcialmente atendidas, uma vez que o fortalecimento institucional do poder executivo departamental através da figura do governador¹⁴, e a instituição de um poder legislativo nessa esfera, não veio acompanhado da capacidade de controle dos recursos econômicos. Nessa área, a dependência em relação ao governo central continua sendo significativa, como pode ser constatado pela leitura dos seguintes artigos que definem o alcance da autonomia Departamental:

33. Participar em empresas de industrialização, distribuição e comercialização de hidrocarbonetos no território departamental em associação com as entidades nacionais do setor.

34. Promoção da inversão privada no departamento no marco das políticas econômicas nacionais.

35. Planificação do desenvolvimento departamental em concordância com planificação nacional.

36. Administração de seus recursos por regalias no marco do pressuposto geral da nação, os que serão transferidos automaticamente ao Tesouro Departamental.

Embora a criação dos legislativos departamentais aponte para uma possível

¹⁴Note-se que agora nos departamentos os representantes do poder executivo são os governadores, e não os antigos prefeitos indicados pelo presidente da república.

federalização, o centralismo estatal continua sendo uma característica marcante do regime boliviano. Se as esferas legislativas departamentais encaminharão, futuramente, o país rumo ao federalismo, isso é uma questão em aberto. Todavia, parece existir uma incipiente contenda entre governo central e prefeituras (ou governos departamentais). As últimas tornando-se uma espécie de “linha de resistência” contra os governos central e municipais. *O Governo tenta monopolizar as alcaldias e os serviços de saúde e educação; as prefeituras estão mais em sintonia com os comitês cívicos.* (CARTAGENA : 2007)

CONCLUSÃO

A Constituição de 2009 traz sinais de que o encaminhamento do sistema político boliviano é, no sentido de uma poliarquia, mais que de uma hegemonia fechada. Trata-se de uma etapa de um processo que começou ainda no ano de 1952, quando o MNR jogou por terra a ordem oligárquica, nacionalizou as grandes empresas mineradoras, universalizou o voto e incluiu, pelo menos formalmente, a população camponesa na esfera cidadã. Após estarem submetidos por diversos regimes corporativos e autoritários (1964-1985), os grupos indígenas reclamaram seu direito de existir, não só como cidadãos formais, mas como nações específicas. Novos partidos surgiram para preencher o “vácuo” deixado pelos partidos que dominaram a política durante a fase nacional-desenvolvimentista. O mais importante dentre eles, o MAS-IPSP.

Os interesses dos Departamentos da “meia-lua”, que por sua vez achavam-se marginalizados da estrutura centralista do Estado e do “nacionalismo andino”, foram contemplados, em alguma medida, pela nova Constituição, através do atendimento de suas demandas autonômicas, sobretudo nas áreas política e cultural. O enfraquecimento da *core nation* boliviana, ou seja, das elites *criollas* dos departamentos altiplânicos e dos vales, levou ao atrofimento dos partidos tradicionalmente ancorados nessa plataforma. A nova Constituição, ao aprovar as duas formas de autonomia em questão e dar à Bolívia um status de estado plurinacional, e não apenas multicultural, colocou o país no caminho de um regime poliárquico. Do ponto de vista político, o governo de Evo Morales conseguiu neutralizar os grupos mais radicais à esquerda e à direita, de modo que a Constituição exprimisse as demandas das vertentes mais moderadas. Por outro lado, o reconhecimento das autonomias indígenas camponesas é, sempre, definido pela Constituição no marco do Estado boliviano.

É sintomático, nesse sentido, que, com relação aos idiomas falados na Bolívia, a nova *Carta Magna*, ao mesmo tempo em que reconheça o pluralismo lingüís-

tico e a variedade de idiomas como oficiais, deixe claro que, quaisquer que sejam os idiomas característicos de cada Departamento, o castelhano deve ser necessariamente comum a todos eles:

II. O Governo plurinacional e os governos departamentais devem utilizar ao menos dois idiomas oficiais. Um deles deve ser o castelhano, e o outro se decidirá levando em conta o uso, a conveniência, as circunstâncias, as necessidades e preferências da população em sua totalidade ou do território em questão. Os demais governos autônomos devem utilizar os idiomas próprios de seu território, e um deles deve ser o castelhano. (REPÚBLICA DE BOLÍVIA. CONSTITUCIÓN 2009:2)

O castelhano, antes um mecanismo de imposição do discurso *mestizo-criollo* homogeneizante, agora se torna um veículo de comunicação entre duas ou mais nacionalidades indígenas incomunicáveis entre si por suas línguas originárias; o que, certamente, assegura a consolidação de uma identidade nacional comum.

Embora a Bolívia permaneça, constitucionalmente, um Estado unitário, certamente acusa importantes traços federativos, em função da existência das esferas executiva e legislativa no nível departamental, além da Carta Constitucional reconhecer a legitimidade dos modos de se fazer justiça por parte das comunidades indígenas, segundo usos e costumes. O fato de as comunidades indígenas serem órgãos de consulta, no que se refere à utilização de recursos naturais em suas jurisdições, proporciona, ao regime, traços consensuais, que são típicos de regimes federativos, de acordo com Arend Lijphart (1999). Ou seja, não importa qual a coalizão partidária que ocupa o Executivo e a maioria nos legislativos nacionais, os municípios indígenas sempre poderão barrar projetos que firam os interesses de suas nacionalidades. A descentralização alcançada no nível departamental, junto com as autonomias indígenas, parece encaminhar o sistema político para um corolário mais próximo do federativo. Mas tudo isso se encontra, ainda, em aberto, uma vez que a Constituição, não obstante sua extensão, ainda é uma peça normativa genérica, cujos objetivos gerais, para serem alcançados, dependem de leis ordinárias que surgirão do parlamento, o qual deve situar o próximo ciclo de polêmicas e embates políticos.

Tendo em vista que o poder central compartilha várias competências com os departamentos e municípios indígenas e que os dois últimos preservam uma esfera de autonomia, por ora, a descentralização política, nos níveis municipal-indígena e departamental, estaria de acordo com um regime federalista, na perspectiva de Alfred Stepan, pelo equilíbrio que auspiciam entre o poder central, as regiões e os municípios. Nesse sentido, cabe lembrar as observações desse autor quando afirma que,

“se as subunidades não têm na teoria e na prática pelo menos uma área significativa de implementação de políticas onde sejam relativamente autônomas vis-à-vis o centro, então o sistema político é de fato centralizado. Mas, se o centro não tem uma área, ou áreas onde seja relativamente autônomo para implementar políticas, o sistema político não é um sistema federal, mas uma confederação, ou mesmo uma aliança.” (STEPAN, 2004:18)

Com base nessa afirmação, poder-se-ia argumentar que o sistema político boliviano definido pela Constituição de 2009 cumpre função semelhante ao que o autor denomina de *holding together federations*, caracterizadas por descentralizar e conceder autonomia a subunidades políticas para manter sua territorialidade original intacta. Isso ocorre particularmente em Estado onde há a presença de movimentos étnicos e nacionalistas que, por um determinado motivo, em algum momento, cogitam a ideia de secessão. Foi exatamente o que aconteceu na Bolívia nos últimos vinte anos. Assim, apesar de manter o sistema político unitário, a Constituição revela traços marcadamente federativos.

O sistema político boliviano atual é, certamente, o mais poliárquico dentre todos os que o precederam, assemelhando-se, em alguns aspectos, ao sistema federalista espanhol. A Espanha, como discutido anteriormente, também teve que lidar com problemas de ordem étnico-regional e com o problema linguístico. Seu atual sistema político também reconhece comunidades autônomas, sendo que as tradicionais nacionalidades históricas, os bascos, os catalães e os galegos, influenciaram a luta por autonomia de outras regiões, particularmente a Andaluzia, após a morte de Francisco Franco. Seu federalismo é assimétrico, concedendo padrões diferenciados de autonomia a cada região, de acordo com suas necessidades específicas.¹⁵ De forma parecida, os povos indígenas na Bolívia são comunidades indígenas e “originárias” e possuem municípios diferenciados próprios.

Apesar de a Bolívia não ser formalmente uma federação, pode-se dizer que há uma assimetria *sui generis* na relação do centro com os municípios indígenas autônomos, uma vez que cada povo ou nação indígena se rege e direciona suas demandas ao poder central de acordo com seus próprios usos e costumes. Em relação a isso, também, existe uma semelhança entre espanhóis e bolivianos. Nos dois casos, cria-se o que pode ser visto como identidade dual, uma nacionalidade composta, ou combinada. Na Espanha, o sistema de comunidades autônomas aparenta suavizar os problemas da pluralidade vividos pela nação:

¹⁵ País Basco e Navarra possuem autonomias diferenciadas.

Porcentagens que concernentes à autodeterminação pelos espanhóis no período de 1990-1993 indicam que entre um terço e um quarto de todos os espanhóis expressaram uma identidade singular a respeito de outras dimensões estatal/nacionais e ou local/etnoterritorial (apenas espanhol, ou apenas andaluza, basco, catalão, castelhano, etc.). Em contrapartida, um grau de identidade dual foi expressa por entre dois terços e três quartos do total dos cidadãos espanhóis (mais andaluz, basco, catalão, castelhano, etc., do que...; igualmente andaluza, basco, catalão, castelhano, etc., e espanhol; e mais espanhol do que andaluz, basco, catalão, castelhano, etc.).(MORENO : 11)

Só o futuro nos dirá se a Constituição boliviana tornar-se-á um instrumento político para que nesse país se promova a formação de uma identidade nacional capaz de superar as clivagens étnicas e regionais. O certo é que a construção da ideia nacional trilhará caminhos muito distintos dos propostos pelo regime de 1952. Será uma Bolívia única, porém onde a bandeira tricolor esteja emparelhada com a *Wiphala* e com a bandeira alviverde dos *cruceños*. Uma Bolívia boliviana, mas, ao mesmo tempo, aymará, quéchua, guarani, criolla, cruceña, urbana, rural, moderna e comunitária.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICAS

- BAUMAN, Z. 2004. Amor líquido. Rio de Janeiro, RJ: Jorge Zahar Editor, 190 págs.
- BOLIVIA. Constitución Del Bolivia, 2009.
- Constitución Española, 2003.
- BRUCE, J.R.St. 2006. Evo Morales No Che Guevara. Global Politician,
- CARTAGENA, T.J. 2007. Bolivia: Estado unitário versus plurinacional. In: Bolivia Unitaria, *Los Tiempos*.
- DAHL, R. 1997. Democracy in pluralist societies. Yale University Press. 1982. 229 págs.
- DAHL, R. Poliarquia. Editora EDUSP, 234 págs.
- DOMINGUES, J. M. 2007. Os movimentos sociais latinoamericanos: características e potencialidades. Análisis de Conjuntura OPSA, no. 2.
- ESTATUTO Orgânico do MAS.
- GELLNER, E. Nationalism.1997. 114 págs.
- GUIMARÃES, A. S. 2010. Movimientos sociales campesino-indígenas: articulaciones identitarias en Bolivia. Prepared for delivery at the 2010 Congress of the Latin American Studies Association, Toronto, Canada 6-9.
- KLEIN, H. A concise History of Bolivia. Cambridge University Press, 2003. 320 págs.
- LIJPHART, A. Modelos de democracia. Desempenho e padrões de governo em 36 países. Rio de Janeiro, RJ Editora Civilização brasileira. 2003. 387 págs.

- MORENO, Luis. Ethnoterritorial concurrence and imperfect Federalism in Spain. In: Instituto de Estudios Sociales Avanzados. Working Paper 93-10.
- MOTA, A. 2009. A nova constituição política do estado boliviano. In: *A Bolívia no espelho do futuro*. Belo Horizonte: Editora UFMG.
- SCHILING-VACAFLOR, A. Indigenous identities and politico-judicial demands of CSUTCB and CONAMAQ in the constitutional change process of Bolivia. *T'inkazos*, vol. 4.
- SILVA, F. P. 2009. Equilíbrios precários. A trajetória do Movimento ao Socialismo e seus dilemas. In: *A Bolívia no espelho do futuro*. Belo Horizonte: Editora UFMG.
- SMITH, D. A. The ethnic origins of nations. Blackwell Publishing, 1986. 312 págs.
- SORJ, Bernardo. 2004. A democracia inesperada; Cidadania, direitos humanos e desigualdade social. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.
- STEFANONI, P. E.; DO ALTO, H. 2006. De la coca al Palacio. Una oportunidad para la izquierda indígena boliviana. Editora Malatesta.
- STEPAN, *apud* BRAZELTON H. 2004. The nature of Russian federalism and the impact of Nationalisms. Dissertação (mestrado) - Budapest, Hungary: Central European University.
- VAN COTT, L. D. 2005. From movements to parties in Latin America: The evolution of ethnic politics. Cambridge University Press.
- YASHAR, D. 2006. Contesting citizenship in Latin America: the rise of indigenous movements and the post-liberal challenge. Ed. Cambridge University Press, 365 págs.

ABSTRACT

This article intends to analyse the political life in Bolivia, having as analysis axis the new Constitution, approved in January 2009. Along this article we intend to analyse the specific conditions of the bolivian politics in relation to as much the ethnic cleavages present in the country as the specific subject of the departments struggle for autonomy, although we render more attention to the ethnic issues. We search to display the ways in which the demands for

municipal autonomy (linked to the ethnic questions) and department autonomy (originated in the eastern departments of the country) are incorporated by the new Constitution, and the role of MAS (Movement towards Socialism), Evo Morales party, in this process. We conclude that, the new constitution is the most polyarchic the country has ever had, albeit, the possibilities of a new closed hegemony, although supported by a wide popular basis, still exist.

KEYWORDS

ethnicity, decentralization, constitution, autonomies

SUBMETIDO EM

Maio de 2011

APROVADO EM

Janeiro de 2012

Gabriel Fernandes Rocha Guimarães

Mestre em Ciência Política pelo Departamento de Ciência Política da UFMG e Doutorando em Ciência Política pelo Departamento de Ciência Política da UFMG.

UMA PRETENZA INTRODUÇÃO À ANTROPOLOGIA

Pierre Sanchis

RESUMO

A aula inaugural de um curso de Antropologia, com a pretensão de entregar aos novos alunos uma motivação para entrar nesta via particular de conhecimento do homem: um homem plural e, no entanto, único. Um homem portador, reconhecedor e plasmador de mundos virtuais que acabam também fundando a realidade do mundo real. No decorrer do

artigo, o autor faz dialogar subjetividade e objetividade, sua própria experiência de pesquisa com uma visão tendencialmente teórica. É dentro desta perspectiva que ele aborda os problemas atuais da antropologia, num Brasil plural e num mundo em que a convivência social é desafiada pelo embate e pela dialética das culturas e das identidades.

PALAVRAS - CHAVE

Antropologia

Diferenças e Unidade

Cultura e Identidade

Brasil

Dilema Político atual

“Aula inaugural”... Vocês estão vivendo um início. Sempre cheio de esperança e também de expectativas. Misterioso para muitos... Talvez lhes seja bom saber um pouco da experiência de outros.

Por isso foi-me sugerida uma apresentação da antropologia a partir de minha própria experiência. Falarei, pois, demais de mim... Mas combinamos que não poderia ser numa “aula” ou “conferência” de abertura, mas numa simples conversa, inicial, muito subjetiva, sem pretensão de definir. Sugestões, que seriam completadas, relativizadas ou até contraditadas pela experiência de outros. Espero que assim se façam presentes para vocês várias antropologias.

Para mim, então...

OS TRES EIXOS DA ANTROPOLOGIA

Uma ciência das diferenças

As Ciências sociais na metade do século XIX. A demanda de uma atenção para o homem social semelhante àquela que, já desde alguns séculos, se dispensava à Natureza: uma atenção rigorosa, mensurável, controlável... “Ciência”.

Mas a situação era particular: o mundo social organizado, hierarquizado, ordenado, que era considerado como “natural”, acabava de ruir pela Europa toda com a Revolução - inglesa, americana, francesa... A pergunta era: como reconstituir a sociedade, com chances de assegurar, de novo, a sociabilidade? Recuperar o processo do viver em comum. Estudo do “Mesmo” por si próprio. Nascia a Sociologia.

Mas, talvez menos aparente, estava latente uma pergunta de outro tipo: porque só o Nós? Depois das viagens antigas e medievais, das grandes descobertas, dos relatos ensaísticos, que, há tempo, haviam imposto à atenção a imagem do Outro, chegava a hora de uma tentativa de analisar e interpretar esta imagem, de fazer “ciência” com ela. Os “diferentes”. Nasce a Antropologia.

Lévi Strauss: “A antropologia é uma disciplina cujo fim primeiro, senão o único, é de analisar e interpretar as diferenças”.

Diferenças no espaço geográfico (antropologia do longínquo..., que exige o “ir lá”, “ficar”, “observar” sistematicamente e, de volta, comunicar. Cf.: a cena icônica da antropologia evocada por Malinovski na Introdução dos *Argonautos*: “Imagine-se o leitor, sozinho, rodeado apenas do seu equipamento, numa praia tropical próxima

a uma aldeia nativa, vendo a lanche ou o barco que o trouxe afastar-se no mar até desaparecer de vista”...).

Diferenças no espaço social (os grupos marginalizados, silenciados ou escondidos, ou simplesmente minoritários).

Diferenças no tempo (o passado e a história).

Diferenças numa dimensão espaço-tempo mais radical (arqueologia). O primeiro grupo de *homo sapiens* vindo surgir no horizonte outro grupo, semelhante e diferente...: “Isso é gente?”

E eu? Terei brincado de antropólogo desde a infância? Em todo o caso me lembro das minhas “viagens” (“Imagine-se o leitor...”) nas freqüentes e prazerosas leituras, na revista chamada Lectures pour tous, de descrições e relatos sobre o homem exótico...

Essa mesma curiosidade antiga... (os viajantes), que deve ter o seu equivalente na história de cada um...: Diante das “estórias” dos Heródotos da vida sobre seus respectivos “bárbaros”, a pergunta que deu asas à antropologia: “Isto é humano? Como?” E vocês sentem com que ambigüidade e já possíveis preconceitos.

Em todo caso, este “diferente” será antes de tudo o pitoresco, o esquisito e o exótico – para um pequeno francês, no caso, o ser do mundo colonial. Primeira abertura, bastante ambígua.

Como o serão, na história da antropologia, as primeiras tentativas teóricas de dar conta destas diferenças: por exemplo, a teoria da escola evolucionista. Do inferior para o superior, que somos nós...

Mesmo assim, no entanto, todos incluídos na Humanidade única.

O Múltiplo e o Um

Também foi este um problema de minha experiência... pré-antropológica

Nasci na Catalunha francesa... Uma identidade diferenciada em relação à “norma” nacional, a mesma que a de outros catalães, em outra nação do outro lado dos pireneus, mas que, no meu caso, co-existia com a normal, global, nacional francesa. Contraste acentuado pela experiência do colégio, fora da região natal... Uma distância de apenas 90 km, mas que me levava a encontrar outra sociabilidade, outro sotaque, outra arquitetura, outras preferências culinárias, outra cor do céu, outro vento..., o que sentia em parte como outra gente e outro mundo. Neste grupo social “englobante”, era eu mesmo, no caso, que me percebia em parte como o Outro. \O outro em mim, o mesmo no outro... Tanto lá quanto cá, ao mesmo tempo “apreendia” um mundo no quotidiano espontâneo e em encontros mais seletivos

com o que sobrava da cultura catalã, e "aprendia" outro mundo na exposição à cultura oficial francesa, à educação formal. E também gostava de me sentir participante dele. Não era assim tão nítido o confronto nem mesmo a distinção – do | mesmo e do Outro no eu.

Em todo caso instalava-se a experiência de uma dialética, a da parte e do todo, que encontrei mais tarde na Antropologia.

Na antropologia, esta dialética vai até definir o dilema fundamental e o interesse básico - quando levada à sua dimensão radical, quando o todo em questão é o Homem.

O seu postulado fundador é de uma identidade fundamental do homem, por baixo da infinita diversidade das modalidades de sê-lo... É disso que vive a "Antropologia", sendo por causa desta dualidade de nível que ela não se reduz à simples mania de colecionador de diferenças ("coleccionador de borboletas", diz Leach..., um "passa-tempo ultrapassado"... diz Poirier). E a riqueza do olhar antropológico, o fascínio que ele exerce, será precisamente fruto deste esforço, para descobrir, a partir da observação de um concreto limitado, a parte como contendo o todo, um todo que, por sua vez, não existe senão pela variedade de suas partes. Na palavra de Miguel Torga: "O universal é o local menos os muros!"

É preciso logo insistir sobre a riqueza da antropologia enquanto articuladora de contrastes (uma dialética que lhe é característica): ela se enraíza no mais miúdo e quotidiano concreto (uma "etnografia", feita de monografias, que não devem cansar o aprendiz antropólogo... É a leitura das – boas – monografias que forma a sensibilidade antropológica), mas para ambicionar as perspectivas mais abrangentes do universal humano. Não é à toa que se chama "antropologia".

Grupos humanos "diferentes", sim, mas também "semelhantes". Que compartilham o que poderia se chamar uma estrutura profunda, na base da qual são capazes de se encontrar, confrontar as diferenças das respostas que eles dão às mesmas perguntas, dialogar.

Mais diferentes ou mais semelhantes? Eis toda a dialética histórica da antropologia. Teorias e métodos tentarão, de maneira diversa no decorrer do tempo, "articular" estes dois níveis, de modo que não se passe de um ao outro, mas que se compatibilize a existência de um dentro do outro reciprocamente.

E como é possível que se realize este pulo?

O SIMBÓLICO, o inconsciente, a lógica que cria mundos

Porque também se poderia dizer: A Antropologia é a ciência do simbólico.

Pois é ciência do Homem, e o homem é aquele que apreende o mundo como envolto numa rede de sentido. E que faz dizer às coisas outra coisa do que elas são. É o quase-delírio de que fala Durkheim. O mundo virtualmente “objetivo” passa a ser o “mundo do homem” porque se revela para ele como uma máquina de significação. E de significação diferente para cada um dos grupos humanos. Os universos significam diferentemente. Traço essencial do homem, pois, da antropologia. Porque todos os homens se encontram nesta função radical: fazer as coisas falarem. As diferenças, nesta abordagem, apontam para a universalidade, e esta permite que as culturas, “mundos humanos”, possam dialogar.

Dois espaços no exercício desta percepção e desta análise do simbolismo: aquele mais especializado na comunicação, na transmissão do sentido através das coisas: mitos, ritos, crenças, religião, arte..., áreas privilegiadas para o tratamento antropológico. Mas há também a função mais universal da atribuição de sentido ao mundo – seja o sentido da economia, do parentesco, da organização política, da Ciência até.

Lembrarei uma ocasião em que me foi imposta a existência deste valor agregado do simbolismo. Durante a pesquisa sobre as romarias em Portugal, intrigava-nos a intensa presença imaginária da dança. Imaginária, porque, fora raras exceções, dançava-se relativamente pouco – ou, se se organizava um baile, era num espaço próprio, alheio ao da romaria. Mas intensa porque muito se falava da dança: “Aqui é pouco, mas precisam ir a... (tal lugar) e vocês verão”. No tal de lugar, mesma constatação, mesmo discurso; ou referência ao tempo que não volta mais: “hoje, não há mais, mas como era bonito naquele tempo!”. E de contar em jornais, como para relembrar ou revelar um sentido, fatos recentes ou tradições desaparecidas. Fato recente, como o caso desta família que, joelhos ainda sangrentos da rigorosa penitência de agradecimento pela graça recebida, apanhava seus pobres instrumentos e se punha a dançar, “com fervor” diz o relato, e pertinho do santuário. Justificando-se diante da repreensão do padre pela necessidade de “louvar” o querido Sto. Antônio “pelo bem que ele me fez”. Tradição desaparecida: a das danças dos cônegos no interior mesmo da igreja no dia de São Gonçalo de Amarante. Visivelmente a representação imaginária (o fantasma) do fenômeno “dança” perdurava no inconsciente deste povo, portadora de um sentido que não se reduzia à significação de simples “distração profana” mesclada aos ritos sagrados. Memória, ao contrário, de outro sagrado, anterior e não mais institucionalmente presente, ainda que importunando de sua imagem a realidade do sagrado atual.

Qual sagrado? Trata-se, na verdade, de dar sentido e não de elaborar uma

significação, de orientar as atenções numa direção, e não de definir um conceito. Pois é o último reparo que convém fazer: “A evocação simbólica nunca é totalmente determinada: sempre fica para o indivíduo uma fatia considerável de liberdade. O simbolismo cultural (...) determina campos de evocação paralelos e estruturados do mesmo jeito, mas deixa ao indivíduo a liberdade de conduzir como ele quer a sua evocação” (Dan Sperber). Como quem diria de uma flecha, lançada numa determinada direção, que atravessa campos superpostos de significação, podendo inserir em cada um o mesmo sentido sob forma particularizada.

E é por isso que a antropologia, ciência do simbólico, distingue-se, como ciência, não só das ciências duras, mas de outras ciências humanas. Ousado seria – mas poderia fazer sentido – dizer que, no seu texto, as realidades antropológicas, como as da poesia no texto dela, “estão ali”, mas sem “ser”. “Não existe sentido que dê conta [não tem significação, diria eu], diz o poeta, o que não significa que não esteja ali [que um sentido não esteja ali].” (Age de Carvalho)

O PARADIGMA REAL: RECORTES, POROSIDADES, RECOBRIMENTOS

Complexidade e multiplicidade no EU e no OUTRO. Encontro tranquilo de um UM e de um MÚLTIPLO virtuais.

Mas este paradigma não seria um paradigma ideal?

Pois na realidade, por mais que a antropologia se esforce para articular estes dois pólos (As partes e o todo – um todo que pode ser particular (nação) ou universal (Homem)); por mais que as sucessivas teorias (evolucionismo, funcionalismo, difusionismo, dinamismo social, estruturalismo, marxismo...) encontrem um jeito de religar as partes e o todo, a observação das sociedades “tradicionais” (o “outro longínquo”) podia criar no antropólogo o sentimento de que a “cultura” de cada povo formava um sistema unificado, coerente e estável, estanque ao lado de outros, e compartilhado de modo homogêneo por todos os membros da sociedade da qual ele era “a cultura”... Mesmo quando a antropologia começou a estudar segmentos das sociedades relativamente modernas (no Brasil, isto se chamou “estudos de comunidades”) pensava-se encontrar nestes segmentos o universo unificado de uma “cultura”, que se podia comparar a outras. As diferenças obedeciam a recortes sócio-geográficos, cada um deles paradoxalmente totalizante. Que dizer então dos encontros destas culturas, dos seus processos e dos seus resultados?

Tinha vivido a riqueza desta pergunta numa experiência que foi marcante para me levar a escolher a antropologia. Aconteceu que trabalhei, em Petrópolis, numa instituição que

se dava por finalidade apresentar o Brasil, sua língua, sua história, sua cultura, suas regiões e sua gente, a pessoas que vinham a ele no sentido de “trabalhar para ajudá-lo”, fundamentalmente missionários, mas eventualmente engenheiros, médicos, jovens técnicos em missão humanitária. Estávamos na metade da década dos 60, o tempo do desenvolvimentismo e da vinda ao Brasil de numerosos voluntários estrangeiros. O pensamento da casa, sob a influência de Ivan Illitch, era de que uma inserção não preparada de tais pessoas poderia, como era muitas vezes o caso, ser mais prejudicial do que benéfica para a América Latina. E, no quadro desta preparação, cabia-me organizar uma série de conferências e de contactos que ajudassem a gerenciar este amoldamento cultural dos “diferentes” ao Brasil. Ora, conviviam nesta casa, conforme os momentos e, no início dos cursos, sem nenhum meio generalizado de comunicação, pessoas de até oito línguas e dezesseis nacionalidades, todas elas orientadas para construir um espaço comum, onde seria possível o encontro transformador, o delas entre si, e o de todas com o Brasil e os brasileiros. Imaginem a riqueza - e os problemas - desse laboratório cultural! Lembro até que sondamos Roberto da Matta sobre a possibilidade do recém-fundado Mestrado em Antropologia do Museu Nacional nos ajudar neste imbróglio. Para mim esta experiência vinha confirmar as intuições de minha infância: o homem, social, é diverso. Porque ele é a sua cultura, sua visão de mundo, seu universo de valores, o mapa de categorias através do qual ele toma conta – pelo conhecimento e a prática- do mundo, para fazer dele o seu mundo. Confesso que esses encontros, desencontros e articulações me fascinavam. Foi descoberta da “cultura” e preparação para determinada sensibilidade antropológica – que continuou, com todas as reformulações e correções, a me ser cara. Mas, no caso tratava-se de ajudar os “diferentes” a entender o Brasil... O de “sempre”, na sua suposta “identidade”? Ou aquele que, nos anos 60, evidenciava-se como profundamente dividido e em rápida transformação?

Descobri, mais tarde, que na história da Antropologia, esta rica ilusão da autonomia e permanência das “culturas”, não demorou em ter que ser abandonada, ou, melhor, criativamente reformulada. Estas sociedades nossas que a Antropologia agora estudava – e também as outras, tradicionalmente “antropológicas”, relidas através da nova experiência da etnologia -, estavam de fato divididas; a sua cultura, o universo simbólico que elas conotavam, era plural. Mais ainda, dinâmico e em constante transformação. Nem tão isoladas assim, aliás (os pesquisadores descobriam que a vida ritual dos Xikrin do Cateté Itacaiúnas dependia diretamente da cotação da castanha do Pará nas bolsas de Londres e de Nova York...). Estas sociedades, ou fragmentos de sociedade, estavam na história, eram levadas pela História. O que dizer então quando, numa perspectiva mais imediatamente contemporânea, a mudança trazida pela modernidade tornou-se inconfundível?

Por um lado, as culturas – ou fragmentos delas vivos nos sujeitos sociais

- viajam como nunca, entram em contacto entre si, se multiplicam no mesmo espaço, e também se contaminam mutuamente: o multiculturalismo coexiste com o hibridismo e a mestiçagem cultural. Por isso, os grupos-suportes da elaboração cultural se fragmentam, se recobrem parcialmente uns aos outros: a cultura passa a ser, também, de grupos cada vez mais reduzidos - até dentro da família... Uma cultura de redes sociais mais do que de instituições, umas redes que articulam finalmente indivíduos. Cada vez menos estes indivíduos passam a reproduzir simplesmente sua cultura e sua identidade. Relativizam o fato de recebê-las por herança todas feitinhas. Para eles, cada vez mais o “dado” articula-se com o construído. Uma mudança sustentada em alguns pelo deslocamento no espaço – viagem e migração – em outros, e de fato em todos, pela sua exposição à mídia (e mais limitadamente ao mundo do consumo). Em qualquer lugar do mundo e, pela primeira vez na história, através de uma oferta cultural potencialmente múltipla ao infinito, os homens e as mulheres passam a fazer parte de vários universos ao mesmo tempo. Eles e elas tecem diversas culturas dentro de si, escolhem entre os seus elementos, os articulam e hierarquizam, transformam sua percepção do Universo. Uma cultura doravante em boa parte construída e subjetivamente escolhida. E que tende a não conhecer mais o caráter sistêmico e totalizante de que falávamos acima. Autonomização da cultura relativamente a seu suporte étnico; descolamento de sua incidência territorial (nação); pluralidade das pertencas culturais e das identidades dentro do próprio indivíduo.

Por outro lado e em outro nível, também existe no mundo atual um “grande encontro” (globalização?) das culturas, na medida em que uma delas acaba marcando por sua dominação o conjunto do espaço social. É o caso, sobretudo, numa cidade grande. Sem dúvida, coexistem dentro dela vários grupos específicos, múltiplas redes, uma multidão de indivíduos, todos diferentes pelas suas experiências, individuais ou coletivas, e que elaboram a sua maneira própria de ver o mundo e de “ser gente”. Mas todos têm que se haver com a mesma “cultura geral” e “moderna” da Metrópole: estão situados no seu interior, participam, querendo ou não, e mesmo se de modo diferenciado, das grandes linhas de seus ideais, de seus valores – ainda que em estado de revolta ou de distanciamento ao mesmo tempo virtual e prático. O desafio da globalização.

Deslocalização, desetnização, fronteiras porosas e identidades cruzadas.

Era, pois, preciso “articular”, no plano do objeto teórico, com essa deriva geral, as teimosas presenças e reafirmações das culturas. Pois não desaparece com isso a idéia (o “valor”) e a relevância das diferenças culturais. Mas era também preciso, de modo correspondente, encontrar análoga articulação no plano metodológico. Se for verdade esta realidade cultural ao mesmo tempo uma e diversa, composta até de ma-

neira diferente em suas múltiplas articulações, sem espaços delineados com exclusividade, acaba tornando-se difícil, por exemplo, interpretar os resultados estatísticos de uma sondagem, pretendendo encontrar uma correspondência simples e unívoca entre conteúdos de consciência, mais ainda universos simbólicos e lógicas culturais, e os grupos sociais apontados pelas classificações convencionais (idade, classe social, instrução, etc.). A antropologia deveria então rejeitar um dos procedimentos básicos da sociologia? Ou, mais uma vez, articulá-lo com o seu próprio procedimento básico: a observação participante? Através desta, é preciso construir um novo tipo de categorias, detectar perguntas fundamentais para os membros do grupo, que os unem e os distinguem por que chegam ao âmago de sua visão e vivência do mundo, e que permitirão, em primeiro lugar compor um questionário, em segundo lugar interpretar os seus resultados a partir de categorias outras que as categorias sociais clássicas. Arrevesando o processo canônico, é a partir das próprias respostas que serão constituídas as categorias sociais portadoras de lógicas diferenciadas, lógicas que, na sua totalidade, não se encontram presentes em nenhum dos atores sociais. Elas atravessam os grupos, com graus de densidade variáveis, combinando diferencialmente os seus elementos e revelando assim por suas combinações a espessura de um tecido sócio-cultural particular.

Mais um traço da antropologia, que, pessoalmente, descobri no campo.

Numa cidade de Portugal, tive acesso a um inquérito realizado pelo vigário para saber como seria aceita pelos paroquianos uma reforma das Festas (“romarias”, fatos sociais importantes em Portugal) que ele planejava introduzir. Os resultados organizados em função dos grupos (categorias) sociológicos tradicionais (idade, profissão, status social, algo como “classe”, instrução, etc.) não denotavam diferenças significativas. Normalmente se esperaria pelo menos uma partição radical, destacando a existência, face à versão da instituição eclesial, de uma “religião popular”, identificada a “uma cultura”. Mas nada disso apresentava coerência. A “religião popular” parecia ser várias (como as Minas Gerais...), sem corresponder a delineamentos sociológicos detectáveis. Tentei então partir de categorias construídas com as respostas combinadas (sim/sim, sim/não, não/sim, não/não) a duas perguntas fundamentais nas quais desembocava o questionário [festa só religiosa sem nenhuma outra festa; festa só religiosa, mas com outra festa, só profana; conservar a festa religiosa/profana e mesmo assim fazer outra, só profana; continuar como está, mantendo a mistura do religioso e do profano], constituirão quatro grupos (Devotos austeros, Cristãos modernos, Festeiros antes de tudo, Devotos populares tradicionais), sociologicamente misturados, habitados por determinada lógica. Desta, seria possível reconstituir uma espécie de síntese (“tipo-ideal”), virtualmente coerente, mas cuja presença efetiva - muito matizada, limitada em cada caso, sujeita a variações, diferenciada, relativizada, enfim - só era possível descobrir pelas respostas às outras perguntas do questionário. Uma realidade que desafiava a lógica virtual.

Mais tarde apliquei o mesmo método numa pesquisa sobre os Agentes de Pastoral Negros, no Brasil.

Detectam-se assim universos simbólicos diferentes, em princípio coesos e coerentes, mas só no plano virtual. “Reinterpretação de interpretações” (Geertz), “estrutura” como tendência, “paradigma radical” (V.Turner), lógicas presentes na realidade social, mas não diretamente apreensíveis, e só diferencialmente compartilhadas pelos sujeitos. Nenhum deles, como nenhum grupo sociológico particular, é depositário de uma destas lógicas na sua integralidade. Não há recortes de um mapa social, com suas partes como mônadas culturais completas e fechadas, mas complexidade de uma construção atravessada por correntes de lógicas (“forças lógicas”), sempre presentes, mas nunca inteiriças, que se cruzam, se neutralizam ou se reforçam mutuamente, acabando por compor a espessura da vida social de um grupo real.

E nesta operação (neste operar da “cultura”) está inclusa uma dimensão política. Polivalente, aliás.

A DIMENSÃO POLÍTICA

O primeiro trabalho de antropologia da religião que realizei foi o estudo das repercussões de uma missa cantada em Salvador da Bahia, em 1965, com uma música que lembrava o candomblé, e acompanhamento de berimbau, agogô e de atabaques emprestados de um terreiro amigo. Claro que se criou com isso um escândalo. E, conforme os artigos dos jornais locais, alguns prelados da diocese, no bojo de uma campanha da imprensa contra esta “transformação de nossa cidade, uma capital civilizada, nossa Bahia, num sertão selvagem da África central” - pois “não somos Botucudos do Congo (sic). Respeitem-nos ao menos como um povo menos atrasado do que os africanos” - obtiveram do arcebispo a sua proibição. É verdade que a ocasião (formatura de uma escola de arquitetura na igreja do mosteiro de São Bento) dizia diretamente respeito à elite local. É verdade também que os instrumentos estavam dispostos à vista de todos, e que os jornais, anunciando o acontecimento, tinham frisado uma analogia com o que se fazia na África. Tal celebração foi então proibida. Mas, tempos depois, pediu-se à mesma maestra que a havia dirigido, que organizasse uma celebração ao ar livre, com o mesmo coral. Cantou-se então a mesma missa, com mais ou menos os mesmos instrumentos, mas desta vez escondidos atrás da arquibancada, e sem que se aludisse antecipadamente a qualquer referência nem ao nome da missa (“missa do Morro”) nem à África. Entusiasmo dos mesmos prelados que, depois da celebração, cumprimentavam a maestra: ---

- “Destá vez, a senhora acertou. Nada dos excessos daquela outra vez ‘
- “Mas naquela vez o senhor estava presente?”
- “Não, mas pelo que me disseram...”
- “Então fiquem sabendo os senhores que a música da missa foi exatamente a mesma”
- “Mas não é possível! Isso era tão nosso, falava tanto à gente!”

Ficou então claro para mim que existiam dois níveis no processo social do reconhecimento do que “é nosso”: aquele espontâneo, que reencontra e reconhece as camadas sedimentadas no inconsciente pela radical socialização e se confunde com elas: o nível da cultura; e aquele, reflexivo e consciente, através do qual escolho o que pretendo ser (ou parecer ser) e o que os outros devem pensar que sou. Paralelamente, qual o ser que atribuo a esses “outros”: o nível da identidade.

O problema da identidade é, pois, radicalmente político, já que trata de me situar – individual e coletivamente – numa determinada relação com o outro: relação de apreço e reconhecimento, de status social, de preconceito, de hegemonia, de dominação, de poder. E por isso a antropologia sempre teve uma dimensão de política, quando, no seu desenvolvimento, ela sempre lidou com os entes sociais coletivos que encerraram na história as identidades dos grupos humanos: “povos”, “tribos”, “etnias”, “impérios”, “nações”, e suas relações entre si.

Foi o que já tinha globalmente intuído quando da minha chegada ao Brasil. Como outrora quando pequeno, no meu colégio, sentia-me diferente, mas desta vez o “diferente” parecia-me o Brasil – a Nação brasileira. E minhas impressões me levavam a qualificar esta diferença como uma presença da África. Mas que não era “de bom tom”, naquele tempo, de considerar como evidente e natural. Anos 60, quando poucos intelectuais vanguardistas punham em valor esta alteridade. Evidenciava-se para mim a delicadeza daquele confronto entre cultura e identidade. Frequentemente sentia que “não era bom falar”... Mas a minha percepção complicou-se quando várias pesquisas em Portugal para o estudo dos grupos aldeões do interior e das manifestações populares do catolicismo, me revelaram ainda “outro” Brasil, diferente daquele, de coloração afro, que me parecia ter descoberto nos meus primeiros contactos, um Brasil lusitano, sim, mesmo nas sedimentações populares de sua cultura. Mais uma vez: Isto ou Aquilo? um Brasil Afro ou português? Levei certo tempo para entender que a resposta exigia, também ela, não um meio-termo ou uma mistura, mas uma articulação. Até aceitar tranquilamente a evidência de que estes dois universos de sentido são co-presentes, criativamente articulados, muitas vezes um transmitido atra-

vés do outro. Sem falar das outras “identidades”, as indígenas, as dos imigrantes mais recentes – que chamavam cada vez mais abertamente a atenção. Brasil plural.

Mas plural, como? Ao contrário dos Estados Unidos, feito – ou que se considera como feito - de uma pluralidade de pedaços, o Brasil teria chegado a unificar estas origens numa identidade “misturada”? Como muitas vezes ele gosta de se representar?

Talvez esteja ali um dos pontos de amadurecimentos mais marcados, onde a injunção de “articular” revela-se fundamental: Cultura e Identidade dilaceradas? Culturas e identidades misturadas? Afinal, uma dialética? Em todo o caso um conjunto de contrapontos, todos definidores de identidade. E desdobrados na história. Diria: “desfraldados” na história. Pois é claro que, como uma bandeira, eles significam ao mesmo tempo a afirmação de uma identidade coletiva e um programa, que vale a pena empunhar e assumir: Um Brasil onde as identidades múltiplas não se percam misturando-se, mas também não se oponham entre si nem se aproximem numa simples justaposição ou paralelismo, mas se tornem porosas umas às outras, enriquecendo-se criativamente, reinterpretando-se umas às outras no interior de seu próprio ser, sem deixar de se afirmar nas suas diferenças. Uma obra difícil, cheia de perigos e de ciladas que ameaçam sempre fazer repetir - ou simplesmente continuar - os erros, as violências, a dominação, os desrespeitos do passado, mas, no fundo, uma obra - política - de arte. Em plena gestação.

Problema que o eixo mesmo da Antropologia acompanhou, nas suas metamorfoses – as dela e as do próprio problema – e que ultrapassa o Brasil, chegando a constituir hoje um pano de fundo crítico para a política mundial. A gestão das identidades coletivas, nacionais, étnicas, religiosas, culturais, vai comandar, ao lado e contraponto dos interesses propriamente econômicos (“Cultura e razão prática” diria Sahlins) o destino da convivência possível e da Paz. Por isso a importância e a inserção histórica destas duas dialéticas: cultura e identidade, por um lado, diferença e semelhança, quer dizer pluralidade e unidade, por outro. Conforme os momentos e as situações políticas, determinados grupos escolherão a afirmação de sua diferença – transmitida e assumida, redescoberta ou inventada – ou a reivindicação de sua semelhança no possuir igualitário da condição humana universal. A descolonização marcou um tempo de rejeição das diferenças, pelos povos recém-libertados; o momento atual, ao contrário, é marcado pela emergência múltipla e universal de grupos humanos reivindicando, sem dúvida a igualdade, mas numa precisa identidade particular, cuja afirmação política representa para eles uma razão de viver.

Conheci estes dois momentos, precisamente ilustrados em dois casos significativos.

O primeiro, deste intelectual africano, Stanislas Adotevi. Antropólogo, filósofo, professor universitário em Paris e nos USA, ministro da Educação e da cultura no seu país, o Benim, enfim delegado na UNESCO

No seu livro incendiário (de 1973), “Négritude e Négrologues”, ele condena a antropologia de tipo culturalista, que julga ter feito, na sua insistência sobre as “diferenças” dos povos africanos, a cama do colonialismo dominador e empobrecedor. E rejeita Senghor e os desdobramentos de sua teoria da negritude. Reencontrar uma cultura, sim, mas só depois que uma prática revolucionária tenha criado as soluções para os problemas econômico-sociais da África.

“Tinha necessidade de botar isso para fora”, me respondeu um dia, quando lhe expressava a minha dúvida de que as coisas fossem tão unilaterais, “mas agora dá para continuar a pensar”. E de fato, no seu discurso na UNESCO, em 1994, ao contrário se refere positivamente a Senghor, quando proclama: “A cultura é o começo e o fim”. E comenta: “É a cultura (com as suas diferenças) que preforma, sustenta e incentiva a economia, pois é preciso articular o universalismo (entre outros valores econômicos) com o diferencialismo cultural...”. E ele insiste, sem necessariamente rejeitar as posições políticas anteriores (reedita o seu livro naquela época), mas com outra ressonância: “O diverso está no coração do universal como sua presença e sua verdade. A diversidade como eixo do universal...” “Pois a diversidade cultural não é somente decorativa, mas criadora, dinâmica e em evolução constante: o encontro das culturas deve ser interpenetração e não enfrentamento. Interpenetração que leva à transformação.”

E ele articula, em bom antropólogo: “Não um universal imperialista, nem uma pluralidade como volta passeista, Mas uma universalidade como exigência universal de pluralidade”

No caso deste cientista engajado, uma evolução. Mais, uma inversão de urgências e de valores, com um assumir militante da diferença identitária. Mas pode acontecer que perdue a ambivalência, quando a identidade, por motivos políticos, resiste em traduzir-se em diferenças culturais. Durante uma entrevista em Paris com um teólogo do Benim, pouco depois dele ter expressado a sua convicção de não se sentir “diferente” no meio das famílias francesas que freqüentava, escapou-lhe o seguinte comentário de determinados comportamentos seus: “É assim (...) que posso manifestar a minha essência africana “. Por minha vez estranhei a expressão, lembrando-lhe que, aliás, acabava de descobrir um caso paralelo de aparente contradição: o livro de um dos mais ardentes críticos da “negritude”, depois de uma primeira parte consagrada a provar a inconsistência de uma suposta “filosofia africana” e a inexistência de um corpo de princípios e valores pretensamente “etnofilosóficos”, vem um capítulo

sobre a “espiritualidade africana”, onde são redescobertos boa parte dos princípios estruturantes cuja existência acabava de ser negada em se tratando de visão do mundo e de filosofia. Mas o paradoxo não perturbou o meu interlocutor. “Na verdade, disse-me, o que não aceitamos é que outros venham nos dizer o que somos”.

Cultura, identidade, assim presas a um processo político mutante e polivalente. Os dois exemplos são individuais, mas é fácil aproximá-los da problemática atual das identidades no Brasil, quando o pólo “totalidade” do dilema se concretiza na Nação. Por exemplo, num único momento de uma entrevista, um militante dos Agentes de Pastoral Negros: “A identidade Negra é fundamental para entender que somos brasileiros”, mas também: “A nossa identidade brasileira poderia diluir, negar a nossa identidade negra”. Movimento Negro, quilombolas, reemergência e reafirmação identitária do Brasil indígena, problemas de gênero, pluralismo e conflitos religiosos. Um panorama que é possível alargar diferencialmente à América Latina, às novas nações africanas, ao Oriente Médio, sem esquecer velhas nações como a Espanha ou menos velhas como a Bélgica. Por isto estou profundamente convencido de que o desafio de nosso tempo é o de um gerenciamento convival das identidades coletivas. E, à luz do seu itinerário temático, parece-me hoje que as lições que abriga a antropologia são capazes de nos ajudar a abrir caminhos, quem sabe construtivos, para responder a este desafio.

Mas, neste processo, o papel do antropólogo também pode mudar de forma. Costumava brincar com os alunos, quando, há anos, abordava este assunto. “O antropólogo, dizia, tem vocação a ser o “chato” do “político”, aquele que, na base de suas observações, de suas reflexões e de sua convivência com o “outro”, é capaz de ver além ou ao lado – até pelo outro lado – da visão oficial”. E por isso seria um assessor, um “técnico”, eventualmente um conselheiro. Poderia até, junto ao “MESMO” oficial (o titular, em cada caso, da identidade formal) ser o representante, o porta-voz, eventualmente o tradutor – de aspirações que não fossem ouvidas no espaço social. Ou então suas publicações tentariam propor uma visão da complexidade nacional e de suas exigências, outra do que aquela adotada pela política oficial ou o senso comum cidadão.

Talvez o tempo deste papel informal esteja passando para o antropólogo, - ou pelo menos o tempo deste papel como exclusivo. Ele faz parte, hoje, de comissões, de equipes ministeriais, é objeto de interesse para consultas oficiais, feitas de laudos e pareceres, ele organiza, ele ou até suas Associações profissionais (ABA), grupos de pesquisa e reflexão que se expressam como que “oficialmente” em nome da catego-

ria. Ele é a voz (uma das vozes) da “Ciência” nestes debates sócio-políticos. O que talvez exija dele uma atitude diversamente matizada. Tanto mais que doravante ele não é só porta-voz, mas também assessor e eventualmente conselheiro do discurso dos líderes destes “outros” que protagonizam enfim o destino da própria identidade na articulação da identidade nacional. Um *gradient* de situações, nas quais as atitudes do antropólogo exigem discernimento diferenciado. Aqui já não falo por experiência, como poderiam fazê-lo vários colegas da área de Antropologia deste Departamento, mas aponto para uma reflexão que me parece integrar o problema atual da antropologia.

Sobretudo porque emerge agora uma situação nova, aquela em que, por força de injunções constitucionais ou de documentos internacionais, a palavra do antropólogo, especialista de um “povo” e de uma “cultura”, é não só desejada para esclarecer situações administrativas ou jurídicas de ordem fundiária, mas esperada – às vezes exigida – pelo próprio juiz para dirimir uma situação juridicamente anômala, no campo mesmo do Direito Penal.

Gostaria de ilustrar estas duas situações – a já tradicional e a sua radicalização mais atual - por dois documentos, por acaso recentemente publicados nos mesmos dias. Um reafirma a posição do antropólogo cientista, reflexivo, crítico de posições de senso comum, alimentador do debate político antes de chegar à etapa da decisão. É a Introdução de Alfredo Wagner, antropólogo de Manaus, ao livro “Mobilizações Étnicas e Transformações Sociais do Rio Negro”, que acaba de ser lançado: “A coletânea não se propõe a responder a estes temas da ordem do dia do poder político e do planejamento territorial. Antes pretende dialogar criticamente com a própria maneira de colocar essas questões, re-interpretando argumentos que asseveram ser o Rio Negro uma “região isolada” e “naturalmente” fora do alcance de frentes de expansão... etc.”

E outro é a sentença de um juiz de Bauru, Roberto Lemos dos Santos Filho, em fevereiro passado, que se recusa em aceitar uma denúncia do Ministério Público contra índios antes de ter em mãos o laudo antropológico-cultural, “pois só ele poderá analisar no caso concreto a inserção de um valor cultural numa pessoa criada em uma sociedade diversa. ... O índio pode mostrar-se externamente apto a todos os atos da vida, mas, internamente, sem o entendimento perfeito do caráter ilícito da conduta, ou mesmo, entendendo a ilicitude, não podendo agir diferente por sua cultura assim exigir”. E, em termos ao mesmo tempo categóricos e matizados, o juiz sublinha a complexidade bem brasileira do caso do líder indígena em maior contato com a sociedade ambiente, “por ele não poder contrariar sua cultura e seu povo, mesmo que sua ação seja ilícita ao modo do Direito Penal”. Situação nova, até do ponto de visto formalmente jurídico: no aparato legal da Nação, nem reconhecimen-

to de uma cultura isolada nem desconhecimento de identidades culturais segmentárias. E papel decisivo do antropólogo na tomada de decisão sentencial.

Esse leque de situações novas deve provavelmente suscitar reflexão também nova do antropólogo sobre a sua ciência/arte e sua responsabilidade na maneira de exercê-la. Pois ali, e cada vez mais na medida em que a sociedade vai reconhecendo um caráter particular – e urgente – a tantas situações “antropológicas”, o antropólogo não é mais simplesmente um assessor intelectual do político, eventualmente o seu incômodo alter-ego, mas se transforma diretamente em ator político institucional, autor de textos oficiais e de certa maneira coautor de sentenças judiciais.

CONCLUSÃO: A ANTROPOLOGIA HOJE

Avisei... Seria uma visão da antropologia muito subjetiva, demasiadamente baseada numa experiência limitada, e sem dúvida unilateral.

Mas, para acabar, gostaria de encontrar no texto já antigo de um colega, outra maneira – talvez extrema - de expressar-me – e de resumir outras coisas, que o tempo não me permitiu abordar. Luis Felipe Baeta Neves, falando da Antropologia: “Neste mundo que altera rapidamente sua composição e seus valores, a Antropologia pode ocupar lugar de observação e de intervenção privilegiado(s). Ela afinal se hiper-especializou no imaginário social, nos arcaísmos, na religião e em sua pluralidade, nas misturas inesperadas e mesmo bizarras do formal e do informal; nas pequenas tramas do cotidiano e da vida nossa de cada dia; nas irrupções da irrazão e da emoção. A Antropologia, ela se especializou também em sociedades supostas desimportantes, em grupos e bandos marginais, em tribos da savana, da cidade, da selva. Ela se especializou em, saudavelmente, inter-remeter instâncias sociais que os oficientes da totalidade totalitária ou fundiam ou separavam. Ela aprendeu, assim, a relativizar e os efeitos dessa palavra provavelmente foram dos mais poderosos se analisarmos sua repercussão social. A questão, agora, é que tudo isto está no *centro do mundo* e se a Antropologia - ou melhor a posição antropológica - quiser ser uma intervenção e quiser experimentar uma força, um poder novo, ela terá que, corajosa, mostrar como este é um mundo de contradições e complexidades, de ordem e desordem, de irrazão e de códigos. Um mundo que tem a sua beleza - e não sua ameaça - na pluralidade e tem sua riqueza na possibilidade de convívio entre diferenças que se conheçam e se respeitem abrindo mão, assim, de postular a eliminação da alteridade e a vitória do Único, do Mesmo, do Absoluto. “

No fundo: A antropologia, ciência do mínimo..., da outra razão, do cotidiano, do vivido, da emoção, da participação. Da significação pelo insignificante. Poderia ser marginal... Mas, de repente, o mundo pós-moderno aponta para este domínio

como O problema. Gerenciamento de identidades, pluralizadas e plurais. Necessária relativização.

As realidades “antropológicas” – ou tal como as apreende a antropologia – nunca “são” simplesmente. Estão sempre negociando o seu ser, a sua presença efetiva e eficaz na vida social. O que chamei de “existência virtual”. Estão aí, muitas vezes não circunscritas e definidas, só indicativamente apreensíveis. Presença de um símbolo polivalente, do sentido, e não necessariamente da significação (definição conceitual). Essa, a lição contemporânea. Mas talvez seja ainda preciso completar. Pois outros antropólogos falam na presença ali de um perigo oposto: criar um novo colonialismo intelectual, absolutizando esta recusa do absoluto. Por isso, quem sabe se, mais uma vez na história da antropologia, deva desenhar-se um novo estado de sua permanente tarefa: o caminho de mais uma articulação, mais paradoxal ainda, aquela entre a relativização universal e a continuada – e polimorfa - presença do Absoluto.

Ainda dá para pensar.

(psanchis.bhe@terra.com.br) Professor emérito da UFMG. Organizador de *Catolicismo: Modernidade e tradição*; *Catolicismo: Cotidiano e movimentos*; *Catolicismo: Unidade religiosa e pluralismo cultural*, São Paulo, Ed.Loyola, 1992; *Fiéis e cidadãos, Percursos de sincretismo no Brasil*, Rio de Janeiro, edUERJ, 2001. Autor de *Arraial: festa de um povo. As romarias portuguesas*, Lisboa, Ed.Dom Quixote, 2ªed.1993. Numerosos artigos sobre Antropologia, Brasil, Antropologia da religião no Brasil.

ABSTRACT

The opening lecture of a course of Anthropology, with the aim of motivating the new students to join this particular way of knowledge of the man: a man who is plural even though unique, a man who carries, recognizes and shapes virtual worlds which end up by also founding the reality of the real world. Throughout the article the Author makes subjectivity and objectivity dialogue with

one another, as well as he puts on dialogue his own experience of research and his own efforts toward formulating a theoretical view .. It is within this framework that he eventually approaches the current problems of anthropology, in a Brazil that is plural, and in a world in which the social conviviality is challenged basically by the clash and the dialectic of cultures and identities.

KEY WORDS

Anthropology

Differences and unity

Culture and Identity

Brazil

Present-day political dilemma

SUBMETIDO EM

Maio de 2010

APROVADO EM

Maio de 2010

Pierre Sanchis

Professor emérito da UFMG. Org. de *Catolicismo: Modernidade e tradição*; *Catolicismo: Cotidiano e movimentos*; *Catolicismo: Unidade religiosa e pluralismo cultural*, São Paulo, Ed.Loyola, 1992; *Fiéis e cidadãos, Percursos de sincretismo no Brasil*, Rio de Janeiro, edUERJ, 2001. Autor de *Arraial: festa de um povo. As romarias portuguesas*, Lisboa, Ed.Dom Quixote, 2ªed.1993. Numerosos artigos sobre Antropologia, Brasil, Antropologia da religião no Brasil.

